



AGRICULTURA E DESIGUALDADES REGIONAIS NA AMÉRICA DO SUL (SÉCULOS XIX E XX)

IRONITA A. POLICARPO MACHADO
NOEMÍ GIRBAL-BLACHA
MARTA B. CHIAPPE
ORGANIZADORAS

A dark grey silhouette of the continent of South America is positioned on the left side of the cover, extending from the top to the bottom. The text is overlaid on this silhouette.

IRONITA A. POLICARPO MACHADO
NOEMÍ GIRBAL-BLACHA
MARTA B. CHIAPPE
ORGANIZADORAS

AGRICULTURA E
DESIGUALDADES REGIONAIS
NA AMÉRICA DO SUL
(SÉCULOS XIX E XX)

AC
ACERVUS

© 2021, DOS AUTORES
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES
EDITORAÇÃO E CAPA
ALEX ANTÔNIO VANIN
IMAGEM DA CAPA
IMAGEM DISPONIBILIZADA GRATUITAMENTE PELO
SITE PIXABAY. AUTORIA NÃO IDENTIFICADA.

PROJETO GRÁFICO
ACERVUS

ORIGINAIS ENVIADOS PELO AUTOR EM:
JANEIRO 2021

APROVAÇÃO PELO CONSELHO EDITORIAL EM:
FEVEREIRO 2021

FINALIZAÇÃO DA OBRA:
ABRIL 2021

A REVISÃO DOS TEXTOS FOI DE
RESPONSABILIDADE DO AUTOR

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS
INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTA OBRA
SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE O AUTOR

ACERVUS EDITORA

AV. ASPIRANTE JENNER, 1274 - LUCAS ARAÚJO
99074-360 - PASSO FUNDO
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
TEL.: (54) 99686-9020
E-MAIL: ACERVUSEDITORA@GMAIL.COM
SITE: ACERVUSEDITORA.COM.BR

CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)
EDUARDO KNACK (UFCG)
EDUARDO PITTHAN (UFFS – PASSO FUNDO)
FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)
GIZELE KLEIDERMACHER (UNIVERSIDAD DE BUENOS
AIRES)
HELION PÓVOA NETO (UFRJ)
HUMBERTO DA ROCHA (UFFS – CAMPUS ERECHIM)
JOÃO VICENTE RIBAS (UPF)
ROBERTO GEORGE UEBEL (ESPM)
VINÍCIUS BORGES FORTES (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A278 Agricultura e desigualdades regionais na América do Sul
(XIX e XX) = Agricultura y desigualdades regionales
en America del Sur (XIX y XX) [recurso eletrônico] /
Ironita A. Policarpo Machado, Noemí Girbal-Blacha,
Marta B. Chiappe, organizadoras. – Passo Fundo :
Acervus Editora, 2021.
20 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-86000-61-0

1. Agricultura. 2. Desigualdade regional - América do
Sul. 3. Identidade social. 4. História - América do Sul.
5. Trabalhadores rurais. I. Machado, Ironita A. Policarpo,
org. II. Girbal-Blacha, Noemí, org. III. Chiappe, Marta B.,
org.

CDU: 98(=4)

IRONITA A. POLICARPO MACHADO
NOEMÍ GIRBAL-BLACHA
MARTA B. CHIAPPE
ORGANIZADORAS

AGRICULTURA E DESIGUALDADES
SOCIAIS NA AMÉRICA DO SUL
(SÉCULOS XIX E XX)

AGRICULTURA Y DESIGUALDADES
SOCIALES EN AMÉRICA DEL SUR
(SIGLOS XIX Y XX)





NÚCLEO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DO MUNDO RURAL (NEHMUR)

O Núcleo, registrado como um Grupo de Pesquisa no CNPq desde 2015, filia-se à linha de pesquisa “Espaço, economia e sociedade” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) e congrega, ainda, professores pesquisadores e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina e da UNOCHAPECÓ. Investiga nos campos da história agrária, história da agricultura e história ambiental e tem, como principais temas de pesquisa: (re)ocupação e apropriação da terra, conflitos fundiários, movimentos sociais, fronteiras agrárias, políticas e ambientais, relações socioculturais e socioambientais de grupos rurais, imigração e migrações. Atua na interface entre História, Antropologia, Geografia, Sociologia Rural e Direito. O que aproxima e aglutina esses temas de estudo é a história do mundo rural no sul do Brasil, em interação com os demais territórios platinos.

PROFESSORES PESQUISADORES QUE INTEGRAM O NEHMUR:

Ironita A. Policarpo Machado (UPF) - Coordenadora

Arlene Anelia Renk (UNOCHAPECÓ)

Eunice Sueli Nodari (UFSC)

João Carlos Tedesco (UPF)

João Klug (UFSC)

Luiz Carlos Tau Golin (UPF)

Marcos Gerhardt (UPF)

Paulo Afonso Zarth (pesquisador independente)

Silvana Terezinha Winckler (UNOCHAPECÓ)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Ironita Machado Noemí Girbal-Blacha Marta Chiappe Hernández</i>	
1. AGRICULTURA Y AGRONEGOCIO EN EL NORDESTE ARGENTINO (NEA) ENTRE EL ALGODÓN Y LA SOJA (1920–2008)	15
<i>Noemí Girbal-Blacha</i>	
2. LAS DIMENSIONES SOCIALES DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES DEL AGRO EN UNA ETAPA DE CRECIMIENTO ECONÓMICO: EL NOROESTE DE CÓRDOBA (ARGENTINA), 1900–1930	47
<i>Beatriz Inés Moreyra</i>	
3. EL ACCESO A LA TERRA EM AMÉRICA LATINA Y URUGUAY: UM BREVE RECORRIDO HISTÓRICO	73
<i>Marta Chiappe Hernández</i>	
4. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE MEGAPROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	109
<i>Silvana Winckler Arlene Renk</i>	
5. EL PROCESO DE GESTACIÓN DE UNA NUEVA POLÍTICA VITIVINÍCOLA EN CONTEXTO DE CRISIS: EL CASO DE MENDOZA (ARGENTINA), 1932–1934	135
<i>Patricia Barrio</i>	
6. ESTADO, AGRO Y CONFLICTO EN LA AGROINDUSTRIA YERBATERA ARGENTINA (1953–1976)	167
<i>Lisandro Rodríguez</i>	

**7. CARATERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O
AUTOCONSUMO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA – BRASIL 197**

Clovis Dorigon | Cristiano Nunes Nesi

**8. REGIMES JURÍDICOS DA PROPRIEDADE DA TERRA,
CAPITALIZAÇÃO E AGRICULTURA NO BRASIL DOS SÉCULOS XIX E XX 229**

Ironita A. Policarpo Machado

**9. COLONO PRODUTIVO, AGRICULTURA DE PROFISSÃO E OS
DEBATES SOBRE A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO NA
AMAZÔNIA OITOCENTISTA 263**

Francivaldo Alves Nunes

**10. ATRASO E MELHORAMENTO:
TEMAS, DEBATES E PRODUÇÃO INTELECTUAL
SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO SÉCULO XIX 287**

Marcio Antônio Both da Silva



APRESENTAÇÃO

O livro *Agricultura e desigualdades regionais na América do Sul (XIX e XX)* é fruto do trabalho da Rede Internacional de Estudos do Mundo Rural (RIEMuR), formada por pesquisadores brasileiros do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo - RS, na linha de pesquisa economia, espaço e sociedade – grupo de pesquisa certificado pela Capes; argentinos vinculados ao Centro de Estudios de la Argentina Rural (Cear) e Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet); e uruguaios ligados ao El Departamento de Ciencias Sociales, Faculdade de Agronomía la Universidad de la República (UdelaR). A qual teve início em 2019, por ocasião do I Colóquio Mundo Rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária: a pesquisa e os desafios contemporâneos, promovido pelo Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR), reunindo pesquisadores e pós-graduandos do sul do Brasil e, no mesmo ano, a participação no VI Congresso Latino-Americano de História Econômica (Cladhe VI), na cidade de Santiago, Chile, oportunidade em que os pesquisadores discu-

tiram a temática acerca do “Agro, políticas públicas y desigualdades regionales en América del Sur”. Desses marcos iniciais até esta publicação, as pesquisas ampliaram-se em profundidade, as quais, em parte, estão contempladas nesta obra.

Nesses tempos de grandes transformações no campo e nas cidades e de grande preocupação com o meio ambiente e o futuro da Terra, esta obra apresenta uma visão ampla e profunda sobre diversos aspectos da agricultura, das desigualdades regionais, de políticas públicas e seus protagonistas na América do Sul. Insere reflexões circunscritas sobre a problemática da história da América Latina que, por sua vez, é marcada por desigualdades produtivas, de investimento, de desenvolvimento agroindustrial e social do mundo rural e urbano, grande parte de seus acontecimentos do passado reflete-se contemporaneamente. Ainda, foca-se na assertiva de que a terra, para os protagonistas sociais envolvidos nos conflitos agrários, carrega consigo horizontes amplos, simbólicos e materiais, econômicos e culturais como sinônimo de patrimônio e de reprodução; sua legitimidade se funda em múltiplos horizontes da história pessoal e coletiva. Essa razão também cultural da propriedade da terra, contemplada transversalmente nas reflexões que compõem esta obra, manifesta o valor dos grupos sociais, a cidadania no meio rural e urbano, descendência, aquisição pela via mercantil, trabalho, transmissão de saberes e possibilidades históricas de continuidade da identidade social e cultural do trabalhador/morador rural.

O objetivo central desta obra é analisar os desequilíbrios agrícolas a longo prazo e, conseqüentemente, os movimentos e conflitos sociais; ponderando a transição da agricultura para agrobusiness, com fontes originais, em estreita relação com os modelos econômicos existentes e suas transformações, analisando a construção social do território associado ao poder, às políticas públicas e aos efeitos que produzem nessas sociedades economicamente



dependentes do mercado externo. Os eixos temáticos são tratados sob distintos e interdisciplinares campos do saber sobre a sociedade e o espaço sul-americano, tanto em suas relações inter-regionais quanto internacionais, em seus múltiplos desdobramentos. Portanto, considera noções e relações entre a história agrária, agricultura e propriedade, capitalismo agrário, rural e urbano, contemplando as seguintes variáveis: (re)ocupação e (re)apropriação do território, (des)territorialização do espaço e modernização produtiva, conflitos fundiários, movimentos sociais, fronteiras agrárias e políticas, relações socioculturais e socioambientais, legislações, políticas e pensamentos referentes à questão agrária e agrícola, mundos do trabalho e grupos sociais rurais e urbanos dos países que constituem o sul da América. Por fim, as temáticas de investigação estão alicerçadas numa perspectiva teórico-metodológica dos estudos e definições da história agrária, da propriedade e do mundo rural, orientados pela problemática da dinâmica do capitalismo agrário e suas contradições à guisa de interpretações interdisciplinares.

O texto “Agricultura y agronegocio en el Nordeste Argentino (NEA) 1920-2008: entre el algodón y la soja”, da historiadora Noemí Girbal-Blacha, numa dimensão de longa duração, trata da constituição do agronegócio de forma distinta entre a região Nordeste da Argentina, a presença e ausência das ações político-administrativas do Executivo nacional, contextualizando o envolvimento das províncias e Territórios Nacionais, as desigualdades e particularidades da aderência ao modelo agroexportador vigente. Nessa perspectiva, Beatriz Inés Moreyra, em “Las dimensiones sociales de las desigualdades sociales del agro en una etapa de crecimiento económico: el noroeste de Córdoba (Argentina), 1900-1930”, problematiza as desigualdades sociais persistentes na Argentina, pois essas são capazes de questionar e interpretar os modos como, histórica-

mente, diferentes sociedades e culturas reproduziram, toleraram, ignoraram, contestaram e alteraram desigualdades que assumiram diferentes formas para garantir sua permanência no tempo. Essas reflexões centram-se na análise da construção de políticas sociais e seus impactos sobre a desigualdade social na primeira metade do século XX nas áreas rurais da província de Córdoba (Argentina).

Marta Chiappe Hernández, no capítulo “El acceso a la tierra em América Latina y Uruguay: um breve recorrido histórico”, aborda as formas de luta pelo acesso à terra, pelas sucessivas marchas e contramarchas nas reformas agrárias e pela inserção subordinada na agricultura de trabalhadores e pequenos produtores da América Latina e do Uruguai no contexto da formação e promoção do desenvolvimento capitalista na agricultura latinoamericana. Por fim, examina a situação atual em relação à estrutura fundiária e seu impacto na configuração da estrutura social do setor agrícola. Seguindo essa leitura da marcha do capitalismo ao *status* de modelo de produção mundialmente dominante e suas contradições, no capítulo “Impactos socioambientais de megaprojetos desenvolvimentistas no contexto brasileiro”, Arlene Renk e Silvana Winckler analisam os impactos socioambientais decorrentes de grandes projetos de desenvolvimento no contexto brasileiro, tendo como eixo condutor a presença estatal na definição e financiamento dos empreendimentos e os rebatimentos destes na questão ambiental. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico e documental.

O estudo sobre uma nova política vitivinícola nas províncias formadoras da região Cuyo, num contexto de crise do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, é o tema do capítulo “El proceso de gestación una nueva política vitivinícola en contexto de crisis. El caso de Mendoza (Argentina), 1932-1934” de Patricia Barrio, onde investiga o processo de construção de consensos (ou não), a relação entre o Estado e as associações representativas do setor e

entre os poderes do Estado; as propostas anticíclicas que circularam, as leis que foram promulgadas num período em que o governo provincial ainda era responsável pela gestão da crise do setor.

O estudo de Lisandro Rodríguez no capítulo “Estado, agro y conflicto en la agroindustria yerbatera argentina (1953- 1976)” tem por objeto os conflitos agrários que surgiram na região ervateira argentina, especificamente na província de Misiones. O vínculo entre o Estado, os sujeitos sociais agrários e as políticas públicas voltadas para o setor constituem as principais variáveis de análise. Examina ainda as relações de poder, disputas e resistências ocorridas num território marginal e fronteiro. E o estudo de Clovis Dorigon e Cristiano Nunes Nesi, em “Caraterização da produção de alimentos para o autoconsumo na região Oeste de Santa Catarina – Brasil”, contextualiza a produção de alimentos para o autoconsumo familiar no Brasil, que até recentemente era associada a uma agricultura de subsistência, tendendo a desaparecer. Entretanto, mudanças de valores dos consumidores, que passaram a incorporar preocupações relacionadas à questão ambiental, à qualidade e à emergência do tema da segurança alimentar e nutricional, dão um novo significado acadêmico a essa produção. Partindo dessa perspectiva, este texto analisa os dados de pesquisa cujo objeto geral caracteriza a produção de alimentos para o autoconsumo nas unidades familiares em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina, Brasil.

No estudo do processo de capitalização nas sociedades modernas e dos imperativos do capitalismo agrário sobre o mundo rural, identifica-se que é passível de compreensão o processo conflituoso de modernização estatal e, conseqüentemente, das forças atuantes e dos conflitos. Nesse horizonte de abordagem, os textos que seguem evidenciam os lugares de conflito que se constituiu no centro dos imperativos capitalistas emergentes, fruto da concepção

que cada um tem em relação à sua posição e determinação sobre a propriedade constituída historicamente. Portanto, a ocupação capitalista e a apropriação capitalista agrária implicam a incorporação de novos espaços, novos sujeitos e novas relações por meio da apropriação e da luta entre o privado e o público, passíveis de apreensão nas legislações e nas práticas do Executivo e do Judiciário.

Em “Regimes jurídicos da propriedade da terra, capitalização e agricultura no Brasil dos séculos XIX e XX”, Ironita A. Policarpo Machado discute os regimes jurídicos da propriedade da terra, capitalização e agricultura no Brasil dos séculos XIX e XX. Para tal intento, contextualiza e debate os pressupostos jurídicos da categoria propriedade da terra, relacionando com o processo constitutivo da capitalização da terra, política agrícola do século XIX e XX. Toma como fio condutor a categoria analítica propriedade da terra e agricultura como constituidores do território brasileiro. Busca identificar como esses conceitos foram abordados, frutos do contexto histórico, na lógica contraditória do desenvolvimento capitalista no mundo rural. As fontes deste estudo são as constituições brasileiras, as legislações e decretos-lei que se referem à questão da propriedade e à agricultura (1850 a 1988). A metodologia foi de análise sincrônica e diacrônica das estruturas por de trás das constituições e legislações agrárias como arquétipo nacional à formação da propriedade agrária no Brasil, passando por regimes políticos e sistemas jurídicos diversos.

Marcio Antônio Both da Silva, no capítulo “Atraso e melhoramento: temas, debates e produção intelectual sobre a agricultura brasileira no contexto do século XIX”, discute questões que durante o século XIX eram objeto de debate quando o assunto versava sobre a agricultura, seus métodos, suas práticas e seu aperfeiçoamento. A análise volta-se a investigar e problematizar a produção intelectual sobre a agricultura brasileira no contexto do século



XIX; no campo de análises dedicado, trata da história da agricultura no Brasil que, por sua vez, carrega algumas particularidades próprias, com mudanças importantes ao longo do tempo. Destacando, nesse sentido, o recente desenvolvimento de pesquisas na área da história agrária. Produção que tem como foco os diferentes aspectos relacionados à história do universo rural brasileiro.

Francivaldo Alves Nunes, no capítulo “Colono produtivo, agricultura de profissão e os debates sobre a política de imigração na Amazônia oitocentista”, discute a ocupação das terras amazônicas através da introdução do colono europeu, identificado como “agricultor de profissão”, que, por sua vez, no pensamento oitocentista, permitiria elevar as técnicas de cultivo e a introdução de novos implementos e maquinários agrícolas na região, considerando os registros de autoridades provinciais e do Império.

Sem dúvida, os temas contemplados nesta obra se tratam do complexo e do amplo campo de investigação de uma imensa e conflitante realidade que nunca foi fácil circunscrever, cujo conteúdo varia de acordo com as experiências ao longo do tempo e as interpretações de uma região para outra, de um país para outro, de uma pesquisa para outra. No entanto, a pesquisa e seu resultado devem continuar a ser mobilizados para a compreensão do presente.

Agradecemos aos que contribuíram com o resultado das suas pesquisas, esperamos que esta obra atenda às expectativas dos seus leitores e que os textos ora publicados possam fomentar discussões e servir de roteiro a outras investigações sobre as temáticas do mundo rural.

Desejamos proveitosa leitura para os que se interessam da história do mundo rural, da agricultura e das desigualdades regionais na América do Sul.

As Organizadoras





AGRICULTURA Y AGRONEGOCIO EN EL NORDESTE ARGENTINO (NEA)

entre el algodón y la soja (1920–2008)

NOEMÍ GIRBAL-BLACHA¹

La región del NEA (Nordeste argentino) constituida por Chaco, Formosa, Misiones, Norte de Corrientes, Norte de Santa Fe y Santiago del Estero, conforma el Norte del país pero a diferencia del Noroeste (NOA), muestra una marcada presencia de los Territorios Nacionales hasta mediados del siglo XX, que los torna dependientes en sus acciones político administrativas del Ejecutivo Nacional, a los que se suman provincias como Corrientes y Santiago del Estero que históricamente mantuvieran distancias significativas con el gobierno nacional. El NEA es una región que se incorpora tardíamente al modelo agroexportador imperante, buscando evitar la expansión de producciones competitivas con las típicas de la pampa húmeda. A diferencia de la Patagonia -situada en el extremo Sur de la Argentina- en el NEA la marginalidad se da sin aislamiento. Más 1200 kilómetros de vías férreas (3 compañías ferroviarias) cruzan entonces su territorio, que junto a la comunicación fluvial dan cuenta de esta situación.

¹ CEAR- UNQ/CONICET (Argentina); noemigirbal@gmail.com.



FIGURA 1. Mapa del Norte Argentino.

En el Gran Chaco Argentino, que integra el NEA, la pertenencia a los márgenes -sin retorno- se da a partir de 1895 (cuando fracasada ya la expansión ganadera y azucarera en la región) se emprende la explotación forestal, quebrachera, tannería. Tanto en la subárea del Chaco santafesino, cercano a las vías fluviales, donde desde 1906 asienta su poderío “*The Forestal Land, Timber, Railways and Co. Ltd.*” (constituida en 1905), dominando la extracción y comercialización de rollizos de quebracho con destino a Europa (Alemania) y los Estados Unidos; como en la subregión del Oeste, el llamado Chaco santiagueño, donde se extraen de sus bosques de madera dura -penetrados por el ferrocarril y a través del obrajeleña, postes y durmientes para el mercado interno, con la participación de inversores de la pampa húmeda. Son ellos quienes aprovechan la ausencia en la zona de una burguesía preexistente para avanzar sobre estas regiones marginales, poblada en gran parte por el criollo, pobladores indígenas y habitantes de los países fronte-

rizos. El objetivo de los empresarios, que no tardan en constituir sociedades anónimas, es diversificar sus inversiones y minimizar el riesgo inversor aumentando la renta marginal.

Entre 1905 y 1906 – y para no competir con “*The Forestal Land, Timber, Railways and Co. Ltd.*” – se constituyen en el Chaco santiagueño “*Quebrachales Chaqueños*” S.A. bajo la presidencia de Luis Zuberbhüler y “*Quebrachales Tintina*” S.A. que preside Ernesto Tornquist. Se trata de dos grandes financistas, comerciantes y propietarios de tierras de la rica provincia de Buenos Aires; quienes además son accionistas de las compañías francesas de ferrocarriles que atraviesan el bosque subregional santiagueño para extraer maderas duras del algarrobo o el ñandubay, aunque -a diferencia de la subregión del Este chaqueño- con poca riqueza en tanino (GIRBAL-BLACHA, 1993).



FIGURA 2. Gran Chaco Sudamericano. Fuente: <http://www.cwslac.org/gran-chaco-sudamericano>.

La tarifa protectora alemana y los precios estables del quebracho, restringen esta actividad extractiva y obligan a la concentración empresarial. El fin de la Primera Guerra Mundial permitirá contar con la existencia de productos químicos que reemplazarán al tanino en la curtiduría de cueros y junto a la mimosa africana, volverán menos expansivos a los inversores ingleses para explotar, como hasta entonces, el quebracho del NEA. La crisis de los años 30 muestra esta deforestación en franco retroceso, mientras se alienta la venta de tierras y de parte de la infraestructura que permanecía en manos de *“The Forestal Land, Timber, Railways and Co. Ltd.”*.

Como un anticipo de esta situación, ya en los años de 1920 se expande el cultivo del algodón ligado a los inicios de la ocupación hispánica del territorio chaqueño, pero cuya extensión decrece con la llegada del ferrocarril, la organización del mercado interno y los vínculos del consumo argentino con las manufacturas y los capitales internacionales (GUY, 2000). La expansión en la región del NEA - y poco después en el NOA (Noroeste Argentino) - se da recién cuando pierde protagonismo la explotación forestal (DELSIN, 2012).

Conforme a las variables ecológicas es posible distinguir en tierra chaqueña 3 áreas bien definidas. Una franja húmeda cercana a los ríos, con tendencia a la diversificación, que se articula con los campos altos y albardones del Este; en el centro la planicie semiárida consagrada al monocultivo; y por último, en el Oeste árido la zona de riego de los ríos Dulce y Salado donde en medio de la diversificación tiende a consolidarse el minifundio (BRUNIARD, 1978, p. 70). Hasta los años de 1960 este textil oleaginoso sería el cultivo predominante en la región, como expresión de colonización y trabajo familiar.

La coyuntura interna y mundial, así como la expansión de la frontera agrícola, cambian de modo radical hacia mediados de la

década de 1990 - en pleno auge del neoliberalismo - con el avance de la soja y su demanda en el mercado externo, la siembra directa y el progresivo pero sostenido reemplazo de la agri-cultura por el agro-negocio, con sus efectos ecológicos, tecnológicos y sociales para la Argentina y especialmente para el NEA. El propósito de este estudio histórico es analizar e interpretar las condiciones cualitativas agrícolas, sus cambios y continuidades, en relación con las políticas públicas, el accionar del Estado y los efectos sociales de dicha mutación que se enlaza a los cambios en las relaciones de poder, la composición del empresariado y el uso del territorio en los márgenes de la Argentina; entre los tiempos de la expansión algodонера regional - 1920 - y el conflicto agrario del 2008, cuando la política económica interna cambia, mientras se modifican las condiciones internacionales del mercado agrario.

1. EL GRAN CHACO ARGENTINO (NEA) Y SU APUESTA A LA EXPANSIÓN ALGODONERA

El algodón sustenta, como materia prima, un complejo industrial disociado. El desmotado -que separa la fibra de la semilla- es la primera fase de un procedimiento más complejo que industrializa la semilla para la industria aceitera, y la fibra para hilanderías y tejedurías. El desmotado y la obtención de aceite se practica en la misma región productora, mientras el proceso textil suele concentrarse en el Gran Buenos Aires. Por esta razón el precio del transporte tiene un alto significado, ya que suele representar, en las décadas de 1920-30, entre un 5,2 % y un 7,3 % del valor de la materia prima en bruto (JONES, 1965; FAUCHER, 1953).

El Ministerio de Agricultura de la Nación comienza en 1904 la distribución gratuita de semillas y folletería explicativa, pero con escasos resultados. Son intentos aislados. En 1909-10 la superficie

algodonera sólo alcanza a 1.738 hectáreas, radicadas en su mayoría en las colonias orientales del Chaco (GIROLA, 1910; BIALET MASSE, 1906; MACIEL PEREZ, 1904). Es durante la Primera Guerra Mundial cuando aumentan los precios del algodón -hacia 1916- y junto con la habilitación de los ferrocarriles desde la ribera Paraguay-Paraná al Oeste, se ponen en producción las tierras vírgenes fiscales, con disponibilidad de mano de obra desalojada por el obraje entre apenas iniciado el decenio de 1920, mientras cae la producción estadounidense afectada por la plaga del “picudo” en 1922. Estos factores revalorizan la importancia del algodón como alternativa económica para la región chaqueña, cuando, simultáneamente, se produce la ocupación de tierras fiscales con efectos socioeconómicos singulares, logrando la articulación regional mediante este “cultivo que exige más del hombre que de la naturaleza” (SCHLEH, 1923, p. 62).

Tradicción e innovación económica en el medio rural, continuidades y cambios, sostienen la inserción de esta economía regional de base simple, en el modelo agroexportador propuesto y sus adaptaciones, a través del cultivo del algodón. Desde 1921 se crean nuevas colonias agropastoriles chaqueñas y el cultivo del algodón cobra importancia en el NEA. Se dejan sentir los efectos de la posguerra y los precios internacionales del producto aumentan. El Ministro de Agricultura Tomás Le Bretón, aprovecha la coyuntura para interesar a la Sociedad Rural Argentina -que otorga premios a la calidad del algodón- y difundir los comentarios de la *Review of the River Plate*, cuando desde 1905 el Chaco cuenta con su primera cooperativa algodонера instalada en la colonia Margarita Belén (KAPLAN de DRIMER y KAPLAN, 1975).

En 1924-25 el gobierno acuerda facilidades para colonizar el Chaco y se incrementa la superficie algodонера, hasta superar las 110.000 hectáreas. El Ministerio de Agricultura de la Nación per-



siste en mejorar la calidad del producto y contrata a reconocidos técnicos y expertos norteamericanos (GUY, 2000). Entonces las ganancias por hectárea de cultivo se estiman en \$ 68 para el maíz, \$170 para la caña de azúcar y \$ 299 para el algodón (MUELLO, s/f, p. 63). Los agrónomos regionales destacan que la riqueza de Corrientes, el Chaco y Formosa *“depende de esos capullos blancos”* y hasta el Ferrocarril Nordeste Argentino decide recabar la opinión de la British Cotton Association para valorar la calidad del producto de origen nacional (*La Gaceta Algodonera*, 29 de febrero, p. 1-15 y 30 de noviembre de 1924, p.1-2). Mientras tanto, se insiste en la importancia que tiene la maquinaria para desmotar el algodón y se ofrecen consejos prácticos para el cultivador y en favor del cooperativismo algodonnero.

La relación entre el cultivo del algodón y la industria de hilados y tejidos nacionales aumenta. En mayo de 1924 el Presidente de *“Manufactura Algodonera Argentina”* -con fábricas en Rosario, Buenos Aires y Resistencia y una inversión superior a los m\$N 5 millones- espera acrecentar los negocios, reclamando protección a través de aforos que protejan a la industria textil de la competencia externa. Un auxilio similar reclama la *“Compañía General de Fósforos S.A.”* con fábrica instalada en Resistencia (Chaco) *“para independizar a la empresa de la importación de todos aquellos productos susceptibles de ser elaborados y producidos en el país, para lo cual se entregó de lleno a la producción de algodón”*, tanto para el desmote de la fibra como para preparar el aceite. La empresa complementa sus actividades con su planta de Bernal (provincia de Buenos Aires) donde hila el algodón (*La Gaceta Algodonera*, 31 de mayo de 1924, p. 1-4 y 28 de febrero de 1927, p.40-42). El cultivo algodonnero y su industrialización atraen a otras empresas radicadas en el Norte. El Ingenio Las Palmas (en el Chaco) y la Compañía Azucarera Tucumana (en Tucumán), son expresiones de diversificación

de la inversión, minimizando los riesgos empresariales; más allá de los acotados resultados obtenidos en favor de la región.²

La atracción de mano de obra procedente de Corrientes y de Santiago del Estero no se hace esperar. Desde el Ministerio de Agricultura, una vez más, se promueve el cultivo; en esta ocasión mediante el ingreso de inmigrantes alemanes, frente a la *“falta de brazos para la recolección del algodón”* en el Chaco (BRUNIARD, 1973, p. 67). Así ocurre en 1925 cuando para atraer braceros a la cosecha de algodón, abundan los avisos en *La Gaceta Algodonera*. Mientras tanto, se alienta la pequeña industria del hilado y del tejido en el hogar, considerándose que *“la manualidad en el hogar es altamente moral”* (*La Gaceta Algodonera*, julio de 1927, p. 22-29). Hacia 1935 unos 276.000 pobladores chaqueños proceden de provincias vecinas. A ellos se suma la llegada del extranjero; una corriente que entre 1923 y 1936 se radica en la planicie centro-chaqueña, representada por unos 20.000 inmigrantes.

El 3 de febrero de 1926 se constituye en la Bolsa de Comercio de la Capital Federal, la Cámara Algodonera de Buenos Aires. El propósito es unir esfuerzos que mejoren las condiciones del negocio en favor de los productores, industriales y comerciantes del ramo así como los intereses generales, tomando las medidas *“que hagan eficaz el beneficio de la colectividad para el mayor desarrollo de los negocios.”* Promover la unión de los distintos centros de comerciantes, industriales y productores; crear cámaras de arbitraje, *“en pro de la solidaridad entre los gremios y en general entre los obreros y patronos”*³; presentar a las autoridades peticiones; estudiar

² Las dificultades por las que pasa la economía algodонера argentina, no resultan preocupantes sólo para quienes viven de ella, sino también para los técnicos estadounidenses que prestaran su asesoramiento para radicar el cultivo del algodón en el Chaco. Nathaniel Winters y Ernest L. Tutt así lo expresan -en más de una oportunidad- ante los miembros de la Cámara de Comercio Norteamericana.

³ Miembros fundadores de la Cámara: Bunge y Born Lda., Louis Dreyfus y Cía.,



y poner en práctica medidas que eviten las huelgas; procurar la entente entre las asociaciones, en beneficio de todos, son parte de los objetivos de la entidad.

Integran la Cámara: agricultores, acopiadores, comerciantes, transportadores, almacenadores, corredores, comisionistas, consignatarios, hilanderos, fabricantes de aceite y de tortas, y exportadores. Los socios -que pagan una cuota trimestral- se obligan a comprar o vender fibra únicamente sobre la base del arbitraje realizado por la “*Cámara Algodonera de Buenos Aires*”, y según las condiciones del boleto de compra-venta (*La Gaceta Algodonera*, 28 de febrero de 1926, p. 1-7). A pesar de las mejoras en la comercialización la intermediación sigue obteniendo amplios beneficios y no faltan las quejas, que acusan a los acopiadores de no pagar precios reales por el algodón a los colonos de Formosa y el Chaco (*La Gaceta Algodonera*, 31 de mayo de 1926, p. 11).

A partir de 1926, el gobierno insiste en considerar a Santiago del Estero como una zona inmejorable para el cultivo algodonoero, buscando promover su rendimiento. El ingeniero agrónomo Hugo Miatello en nombre del Ministerio de Agricultura de la Nación se ocupa de esta promoción; mientras la Asociación Fomento y Defensa del Chaco realiza gestiones ante dicho Ministerio y presenta un *Memorial* promoviendo la colonización oficial y mejorando la situación humanitaria del indígena para que brinde su mano de obra (*La Gaceta Algodonera*, 31 de agosto de 1926, 24-25). Dos

Cía. Gral. de Fósforos, Fábrica Argentina de Alpargatas, Bonifacio López, Bally Ltda., J.V. Castaran, Valverde Lyon, B.F. Avery y Sons, Director de Gaceta Algodonera, Agar Cross y Cía., Möring y Cía., Cía. Algodonera del Río de la Plata, R. De Pamphilis, Armiño Ambrosetti, Herminio Cantu, Vicente Lambies, Lanata Hnos., Comercial Belgo Argentina, E. Pollackiek Cía., M. Comerio Cía., Heriot y Cía., Niegel Bohom y Cía, Campomar y Soulas, , R. N. Del Sel Lda., Brach y Cía. Ind. del Quebracho, Lahusen y Cía. Lda., Santiago Scotto, Piccaluga y Ferrando. Comisión Directiva: Pte. Henry Mayer (Comercial Belgo Argentina), Vice Ing. F. Prati (Cía. Gral. de Fósforos), Secretario Bonifacio López y Tesorero Augusto Moring.



años después la S.A. Bunge y Born -fuerte casa exportadora con casa central en Buenos Aires- anuncia la instalación de nuevas usinas desmotadoras de algodón en el territorio chaqueño (*La Gaceta Algodonera*, 30 de setiembre de 1928, p. 8). A ella se suma, un año más tarde, la S.A. Louis Dreyfus Lda. cuando instala 4 desmotadoras en Charata (Chaco).

Al promediar 1929 una delegación de industriales vinculados al sector se entrevista con el Presidente de la República para limitar la competencia extranjera y alentar el consumo algodoneo interno. Son tiempos del Estado interventor, de migraciones internas, y el cultivo del algodón genera un intenso movimiento poblacional hacia la planicie centro-chaqueña. Más que el fomento oficial, la recolección manual del algodón hace su aporte a esta concentración y esa mano de obra permanece en las colonias más tiempo que para otros cultivos (JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN, 1936). La radicación de un alto porcentaje de braceros explica el aumento de chacras algodoneas y de la superficie cultivada. Por entonces, de los 12.559 agricultores algodoneos registrados en el Chaco, sólo 729 tienen título definitivo, 976 poseen título provisorio, 2.400 ocupan campo ajeno y 8.454 campo fiscal (BRUNIARD, 1973, p. 69). La calidad de “intrusos” en tierras fiscales hace depender al agricultor algodoneo del préstamo usurario del comerciante local, al no poder acceder a los créditos oficiales que exigen garantía prendaria. La consecuencia es un monocultivo con escasa mecanización. No obstante, las hilanderías nacionales: Compañía General de Fósforos, Manufactura Algodonera Argentina, R. y N. Del Sel Ltda. y Fábrica Argentina de Alpargatas, consolidan su prosperidad económico-financiera y amplían sus instalaciones y maquinarias.

Los efectos de la crisis de 1930 se dejan sentir en el empleo. El Estado Nacional se moviliza y llevar adelante un censo nacional



de desocupados (1932) para diagnosticar la cuestión y crea la Junta Nacional para Combatir la Desocupación; un organismo que desde 1935 emprende la tarea de redistribuir a los desempleados y clasificarlos, entendiendo que en la Argentina no hay desocupación sino “*mala distribución de los trabajadores*”, especialmente en el campo y hacia allí dirige su acción, con resultados ambiguos (DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRABAJO, 1933; JUNTA NACIONAL PARA COMBATIR LA DESOCUPACIÓN, 1936).

PROVINCIA O TERRITORIO	NÚMERO DE CHACRAS	HECTS. CULTIVADAS ALGODÓN
CHACO	13.673	245.625
CORRIENTES	5.074	24.078
SANTIAGO DEL ESTERO	3.118	22.272
FORMOSA	2.030	12.240
SANTA FE	682	2.648

TABLA 1. Número de chacras y superficie cultivada con algodón (hects.) – año 1935. Fuente: BRUNLARD, Enrique D.: “El Gran Chaco Argentino (ensayo de interpretación geográfica)”, en *Geográfica. Revista del Instituto de Geografía 4, Resistencia (Chaco), Instituto de Geografía. Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional del Nordeste, 1975-1978, p. 67.*

PROVINCIAS O TERRITORIOS	AÑO 1923	AÑO 1936-37	AÑO 1946-1947	AÑO 1960-61
CHACO	18	87	84	103
FORMOSA	--	4	7	12
SGO. DEL ESTERO	1	10	5	6
SANTA FE	--	4	8	13
TOTAL	19	105	104	134

TABLA 2. Número de desmotadoras de algodón – 1923–1960. Fuente: BRUNLARD, Enrique D.: “El Gran Chaco Argentino (ensayo de interpretación geográfica)”, en *Geográfica. Revista del Instituto de Geografía 4, Resistencia (Chaco), Instituto de Geografía. Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional del Nordeste, 1975-1978, p. 77.*

Por su parte, el Banco de la Nación Argentina (sucursales Resistencia, Roque Sáenz Peña y Villa Angela en el Chaco) ofrece préstamos a los cultivadores de algodón, cuando colonos e instituciones agrarias solicitan tierras para cultivar y familias de agricultores se dirigen a zonas algodoneras chaqueñas (*La Gaceta Algodonera*, 31 de enero, p. 9 y 31 de julio de 1930, 13-14; GIRBAL-BLACHA, 2004, p. 185-216). Se arraiga el cooperativismo para beneficiar el trabajo del colono. En tiempos de crisis y desempleo, la industria algodonera resulta una oportunidad laboral para más de 50.000 obreros, trascendiendo -más allá de los conflictos sociales internos- los beneficios que recibe la región del NEA (*La Gaceta Algodonera*, 30 de noviembre de 1930, p. 5-7; 31 de enero, p. 7-9 y 31 de marzo de 1931, p. 10).

El 30 de octubre de 1935 se disponen límites especiales de crédito para cooperativas con socios dedicados al cultivo algodonero (CALVO, s/f, p. 93-101 y 105-117). En el Territorio Nacional del Chaco y para amparar a esos productores se constituye en 1934 -precediendo a esta iniciativa bancaria- la Unión de Cooperativas Agrícolas Chaqueñas; una entidad de segundo grado que agrupa originariamente a 12 cooperativas. Su objetivo es colocar el producto directamente en la Capital Federal, evitando los intermediarios. Diez años más tarde son 31 las sociedades cooperativas algodoneras existentes en el país (24 de ellas en el Chaco), que agrupan a 8.313 socios, cuentan con un capital de \$ 4.186.315 y realizan operaciones por \$ 37.637.500.⁴ Algodón y cooperativismo marchan en paralelo desde muy temprano.

⁴ En 1949 el Banco de la Nación Argentina forma una comisión especial para estudiar los requerimientos de los pequeños productores algodoneros del Chaco agrupados en 24 cooperativas agrícolas. En 1950 la entidad bancaria propone la formación de “núcleos agrarios pre-cooperativos”, aprovechando el nucleamiento existente de los colonos de escasa o ninguna responsabilidad, situados en parajes aislados, para congregarlos en esas entidades societarias. ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACION ARGENTINA. SECCION CARPETAS ESPECIALES: *Comisión Mixta para elaborar un plan de créditos y organización de pre-cooperativa*, Carpeta especial 313.



La creación, en 1935, de la Junta Nacional del Algodón es producto del intervencionismo estatal y regula los aspectos inherentes a la producción, el comercio y el fomento de esta especie textil y oleaginosa. Se consolida su posición en el mercado interno, del cual dependerá en gran medida. Crece la tarea de divulgación e información para el colono y el productor algodonero. La colección del *Boletín Mensual* que se edita quincenalmente desde 1935, es una expresión acabada de esta tarea que desde marzo de 1936 se complementa con la transmisión radiofónica de las cotizaciones del algodón, el censo algodonero de 1935-36, la aparición de *Oro Blanco*, una revista mensual de economía, vulgarización y tecnicismo dedicada al cultivo e industrialización del algodón, promoviendo nexos entre los productores, los industriales y el gobierno. Una encuesta periódica se hace a las hilanderías y tejedurías de algodón, para evaluar la situación del consumo. Es el propio Ministro de Agricultura de la Nación -por entonces el abogado, político y diplomático cordobés Miguel Angel Cárcano- quien el 7 de junio de 1937 pregona la “*múltiple acción del Estado*” y sus efectos benéficos frente al avance de la economía algodonera en el Norte del país (*Oro Blanco*, 1937, p. 5 y 14.). El *Anuario Algodonero* de 1938, registra una superficie sembrada con algodón para 1935-36 de 368.000 hectáreas y una producción de 80.957 toneladas de fibra con un precio promedio en Buenos Aires de 985 pesos; el 78,8 % de los cultivos se radican en el Chaco.

En abril de 1940, cuando se considera “*una medida de buen Gobierno en economía política y social, defender los precios de los productos de algodón*” (*La Gaceta Algodonera*, 31 de marzo de 1940, p.1), se constituye la Comisión de Adquisición de Fibra para las hilanderías de algodón, en favor de la organización de la economía algodonera. La propuesta recibe el apoyo crediticio del siempre presente Banco de la Nación Argentina. Al mismo tiempo, se organiza, en

enero de 1941, la Primera Gran Exposición del Chaco en el predio rural de Palermo, promoviendo la difusión de telares a mano entre la “población pobre”, para crear así “*un valioso estímulo para el trabajo manual de la juventud femenina*” (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN: *Boletín Mensual*, 1940-1941; *La Gaceta Algodonera*, 31 de octubre de 1940, p. 6) sin dejar de dedicarse a las tareas del hogar, cuando a las mujeres les correspondía ocuparse de las tareas propias de su género, en tanto esposas y madres.

En octubre de 1941 el Ejecutivo Nacional anuncia, por intermedio de la Junta Nacional del Algodón, la creación en el Territorio Nacional del Chaco, de la Fábrica Nacional de Envases de Algodón (*La Gaceta Algodonera*, 30 de junio, p. 3-5; 31 de agosto 31, p. 1-2; 30 de setiembre, p. 2; y 31 de diciembre de 1941, p. 1-2). El 17 de diciembre se crea la Corporación Argentina de la Tejeduría Doméstica, con el propósito de canalizar por su intermedio los créditos especiales del Banco de la Nación en favor de la fabricación doméstica de tejidos, cuando la Junta propone la sustitución del yute en la fabricación de envases para artículos de producción nacional. Los considerandos del decreto de creación de la corporación dicen que “*la tejeduría doméstica al desarrollarse en los propios hogares rurales robustece la unidad económica familiar permitiendo la colaboración de todos los miembros de la misma y constituye un tipo muy ventajoso de industria para ser fomentada en esas zonas ya que no daría lugar a la despoblación de la campaña ni a la aglomeración urbana, ni exigiría grandes desembolsos de capital en maquinarias e instalaciones*” (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN, enero-febrero de 1942, p. 5) Se contempla proveer a las familias de los elementos necesarios para esta actividad. Por decreto del 29 de diciembre de 1942 la entidad tiene a su cargo la



creación de Escuelas Fábricas Textiles, la redacción de sus planes de estudio y la organización de estos establecimientos (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN, enero de 1943, p. 45-46). Las continuidades en esta materia se sostienen en el tiempo.

Por entonces el gobierno nacional vuelve a intervenir en la economía -ante las restricciones impuestas por la guerra- y declara sujeta a expropiación hasta el 30 % de la producción de hilados y tejidos de algodón y de mezcla de algodón, de todas las fábricas del país, pagando como indemnización la suma que resulte del margen de fabricación más el precio de adquisición de la fibra en cada caso (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN, julio-agosto de 1942, p. 230-231). La Asociación de Fomento de los Territorios Nacionales del Chaco y Formosa, junto a un grupo de desmotadores -liderados por el comerciante chaqueño Francisco J. Carrió- entregan al Presidente de la República sendos memoriales *“con el fin de gestionar el apoyo del Poder Ejecutivo para solucionar algunos problemas relacionados con la economía del Chaco”* (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN, noviembre-diciembre de 1942, p. 372). Al mismo tiempo, la Fábrica Nacional de Envases de Algodón se considera *“una avanzada de la industria textil en el Norte del país”*, entregándola a los propios productores agrupados en cooperativas o en sociedad mixta con el Estado, para producir telas para envases y *“no interferir ni lesionar la iniciativa privada”* (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN, setiembre-octubre de 1942, p. 275).

En marzo de 1943, desde Catamarca, la Corporación Argentina de Tejeduría Doméstica se dedica a la instrucción de unas 1.450 tejedoras radicadas en la provincia y que se dedican a otro tipo de

tejido en telar. De ellas, unas 950 se encuentran en condiciones de recibir los telares que la Corporación debe entregar, cuando en tierra catamarqueña y zonas aledañas funcionan ya unos 1.600 telares, dedicados a producir telas para la confección de bolsas. La idea gubernamental es que *“la tejeduría doméstica al desarrollarse en los propios hogares rurales, robustece la unidad económica familiar, permitiendo la colaboración de todos los miembros de la misma, y constituye un tipo muy ventajoso de industria para ser fomentada en esas zonas, ya que no dará lugar a la despoblación de la campaña ni a la aglomeración urbana, ni exigirá desembolsos de capital en gran cantidad para maquinarias e instalaciones”* (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN, marzo de 1943, p. 143). El salario estimado que reciben mujeres y niñas por esta actividad se calcula en unos \$ 2,50 diarios. La producción de las 26 hilanderías de algodón y su consumo de fibra va en aumento, así como el número de operarios ocupados en la industria hilandera, unos 14.639 trabajadores en 1943 (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN, julio-agosto de 1944, p. 307-318).

A mediados de la década del '40 con una superficie sembrada de 381.914 hectáreas, la Argentina figura entre los 10 primeros países productores mundiales de algodón, aunque con apenas un 1 % de la producción internacional. Un 64 % (unas 56.000 de las 72.350 ton. anuales) es empleado en la industria nacional de hilados y tejidos de algodón. Los efectos de la Segunda Guerra Mundial favorecen la producción algodonera para industrialización interna. En 1945 la Fábrica Nacional de Envases se planifica *“con criterio científico y social en su ubicación y producción; porque fue construida con materiales nacionales, porque fue equipada con maquinarias extranjeras y argentinas, que, a semejanza de nuestros habitantes,*



las veréis trabajar bajo un mismo techo, sin advertir su diferencia, para realizar lo que el país necesita". Son palabras pronunciadas en su inauguración para destacar *"las ventajas de la descentralización industrial, no obstante que el noventa y cinco por ciento de las hilanderías se encuentran en la zona del Gran Buenos Aires"* (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN: *Boletín Mensual*, setiembre-octubre de 1945, p. 392) La Fábrica es un auxilio indirecto a la industria textil privada pero cumple también una *"función social"*: la atención socioeconómica de los obreros.

En los albores del peronismo, el decreto 12.589 de 1946 dispone la nacionalización de los envases textiles. Se estima que la producción de envases de algodón por el sistema de la tejeduría doméstica ha llegado a un desarrollo suficiente para permitir al Estado encarar dicha nacionalización y liberar a la producción de la dependencia externa. No se autoriza la provisión de bolsas, lienzos o coberturas confeccionadas con arpillera de yute, para ningún producto, a excepción de los cereales, semillas oleaginosas y soja, sin proceso de industrialización. La Secretaría de Industria y Comercio, *"se proveerá de los tejidos que a tal objeto produzca la Corporación Argentina de la Tejeduría Doméstica, quedando facultada para emplear, por excepción, tejidos de otra procedencia nacional, toda vez que las necesidades de envases no alcanzaran a ser satisfechas por la citada Corporación"* MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN: *Boletín Mensual* mayo-junio de 1946). La medida se complementa con otra del Ejecutivo Nacional -el 2 de mayo de 1947- que obliga a los industriales hilanderos de algodón a poner a disposición de dicha Secretaría el 10 % de su producción de hilados, colaborando con quienes ven paralizadas sus fábricas por falta de materia prima (MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA RE-

PUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN: *Boletín Mensual*, mayo-junio de 1947, p. 139).

El V Congreso Agrario Cooperativo, reunido en agosto de 1946, muestra otro perfil de esta economía regional. Sus sesiones destacan que “*las centrales cooperativas del Chaco y de Misiones, amparan en la acción común a los productores de algodón y de yerba mate, están haciendo algo más que una defensa de valores económicos, ya grande, y que se traduce en cifras impresionantes*” (*La Cooperación*, agosto de 1946, p. 3). El Estado peronista reconocerá estos valores al cooperativismo imbricado en la expansión del cultivo algodonerero luego de 1950, cuando le resulte imprescindible reducir los costos de intermediación en momentos de cambio del rumbo económico y “*la vuelta al campo*”. En algunos casos la adecuación a las circunstancias del mercado se convierte en un aliado del progreso de estas entidades. Sucesivos créditos del Banco de la Nación Argentina de entre 1 y 3 millones de pesos, para ser devueltos hasta en 10 años con un interés del 5 % anual, consolidan ese accionar (ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACION ARGENTINA: *Libro de Actas del Directorio*, setiembre de 1947, junio, diciembre de 1948, noviembre de 1949, agosto de 1950, enero de 1952).

El mayor éxito del cooperativismo algodonerero corresponde al aspecto comercial. Es menor su avance en la organización racional del cultivo y en la industrialización directa de las cosechas o en la asociación de capitales para extender los beneficios de la mecanización de las explotaciones (especialmente de las pequeñas). La Unión de Cooperativas Agrícolas Chaqueñas, que reúne en 1950 unas 20 cooperativas agrarias del territorio -cuando en el país hay 29 cooperativas algodonereras- cuenta con un capital social totalmente realizado de \$ 2.957.200 y declara haber vendido fibra de algodón por un valor superior a los 92 millones de pesos. Su prosperidad no es sólo económica, además “*cumple una intensa acción*



de asistencia societaria” (*La Cooperación*, abril de 1951, p. 1 y 3) que recibe el beneplácito del gobierno.

En octubre de 1952 cinco cooperativas exportan a Gran Bretaña 8.000 toneladas de algodón. Firman este documento la Asociación de Cooperativas Argentinas (ACA), la Unión de Cooperativas Agrícolas Chaqueñas (que contribuye con 6.900 toneladas del total exportado), la Cooperativa Agrícola Unión y Progreso (de Presidente de la Plaza), la Cooperativa Agrícola Ministro Le Breton y la Cooperativa Agrícola de La Banda en Santiago del Estero (*La Cooperación*, octubre de 1952, p. 2). El Banco de la Nación Argentina refuerza sus préstamos y concreta concesiones especiales para este sector (ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACION ARGENTINA: *Libro de Actas del Directorio*, 1952). Son expresiones que dan sustento a un indudable rédito político para el oficialismo. Los avances en el cultivo e industrialización del algodón, al amparo de la protección estatal, del crédito bancario oficial, de la diversificación inversora de los capitalistas de la pampa húmeda, así como del accionar efectivo del movimiento cooperativo rural, son notorios; especialmente para un cultivo que depende del trabajo familiar y poco tiene en cuenta la calidad del producto.

El Gran Chaco Argentino con su producción algodонера resulta una muestra acabada -más allá de su éxito relativo- de la decisión estatal y de los empresarios por encontrar una salida unilateral hasta los años de 1960, a la marginalidad económica del NEA. En los 60 la fibra sintética compite ventajosamente con el algodón obligándolo a rebajar sus precios (GOMEZ LENDE, 2014, p. 56-57). El Estado Nacional apuesta a la economía algodонера para contrarrestar el desempleo, fortalecer la pequeña y mediana industria nacional y mantener el control social, aunque el discurso apele a destacar la importancia de las medidas para que la región supere su postergación.

Los empresarios nacionales, en cambio, se proponen diversificar sus inversiones, disminuir el riesgo financiero y aumentar sus capitales. Los pequeños y medianos productores algodoneros consideran que “*el oro blanco*” tiene futuro si el mercado interno es fortalecido con el auspicio gubernamental, aunque finalmente la precariedad se imponga, más allá de los cambios climáticos, tecnológicos y el accionar cooperativo, que beneficiarán al algodón nordestino en los años 70 e inicios de los 80. Esta situación no impide consignar, por ejemplo, la baja rentabilidad del algodón chaqueño (1970-75) y que los textiles nacionales sufran un duro golpe en su competencia con las importaciones (SLUTZKY, 2011, p. 124-141; RIVAS y RODRIGUEZ, 2007, p.7). Queda al descubierto entonces “*una agricultura dual*”. Por un lado la de las pequeñas explotaciones familiares ligadas al algodón especialmente, y por otro, las grandes explotaciones “*que concentran los recursos y los medios de producción*”, con un acceso importante al capital, a la tecnología y al saber experto (QUEIROLO, 2013, p. 3). En 1999-2000 la superficie sembrada con algodón en la Argentina alcanza a 345.950 hectáreas y va en sostenido descenso, hasta alcanzar en 2008 las 298.615 hectáreas.

2. DEL ALGODÓN A LA SOJA Y SUS EFECTOS REGIONALES VISIBLES E INVISIBLES

El desdoblamiento del sujeto agrario en los años de 1970, que distingue al propietario de la tierra de aquél que posee y es contratista de maquinaria y tecnología rural, no sólo influye en la rica región pampeana argentina. Trasciende sus fronteras y el modelo con un sostenido avance del cultivo de soja, también se reproduce en otras regiones, aun con sus deficiencias. En el caso del NEA -cuando el cultivo del algodón ya no es negocio- será a partir de mediados de los años de 1990 en tiempos del neoliberalismo, la



siembra directa, la soja transgénica y el agronegocio que dejan su impronta en la marginalidad, los factores que definen -aun hoy- a este territorio de frontera con perfiles de concentración, exclusión y pobreza, donde predomina el ocupante precario y el intruso en tierras fiscales. Progresivamente el poder ya no radica en la propiedad y extensión de la tierra, sino en los consorcios nacidos de la siembra directa (GIRBAL-BLACHA, 2013; BAGENETA, 2015).

En algunas subregiones del NEA como en Formosa, el avance de la soja resulta más tardío, pero entre 1998 y 2006 se extiende a expensas de más de un 40 % del área del desmonte “*y a costa del 8,5 % de la floresta autóctona*”; algo menor sería la superficie talada en el Chaco, pero con efectos medioambientales y sociales similares (GOMEZ LENDE, 2014, p. 60). Desde 1998 sus tierras ocuparían la atención de grandes consorcios agropecuarios como “Los Grobo” (Gustavo Grobocopatl), Adecoagro (G. Soros), Cresud (Liag, Werthein), entre otros; quienes se interesarían en arrendar tierras a pequeños y medianos productores (APARICIO, 2005, p.193-221). Por otra parte, el precio de la soja aumentará seis veces entre 1992 y 2002. La dualidad del sistema agrario se explicita, aunque a finales del 2005 la ley 26.060 formalice el Plan de Desarrollo Sustentable y Fomento de la Producción Algodonera (QUEIROLO, 2013, p. 14-15) que se haría efectivo 3 años más tarde; es decir, en momentos de acuerdo entre el gobierno nacional y los gobernadores de Chaco, Formosa, Santiago del Estero y Santa Fe, para poder atemperar los efectos ambientales y sociales del avance sojero en la región.

Se hace muy difícil entonces -junto a la desregulación del mercado- la convivencia de dos sistemas productivos tan diferentes, que confronta una producción tradicional, vulnerable y familiar como la del algodón que pone al descubierto el endeudamiento, la escasa competitividad y los problemas de acceso al crédito, con el sector concentrado del agronegocio sojero, sus nuevas tecnologías, la apro-

piación del discurso de la sociedad del conocimiento y la inversión de capitales procedentes de fuera del NEA y del NOA. El Censo Nacional Agropecuario el 2002 muestra la significativa importancia de las unidades productivas superiores a las 200 hectáreas en total correspondencia con la crisis de las pequeñas explotaciones de hasta 25 hectáreas. Su participación en la superficie algodонера chaqueña cae también de un 50 % en 1960 a un 18 % en el 2002 (SLUTZKY, 2011, p. 265). La tecnología acompaña estos cambios, mientras el algodón -en Chaco y Formosa especialmente- se cosecha de modo manual en casi un 90%, haciendo un uso intensivo de la mano de obra familiar como una forma efectiva y tradicional de bajar los costos (VALENZUELA, MARI, SCAVO, 2012, p. 117-150; DELSSIN, 2012, p. 17-18).

Por otra parte, entre 1998 y 2012, el total sembrado con soja en la Argentina pasaría de 8,4 millones de hectáreas a unos 20 millones de hectáreas. En el primer año el 11 % de esa superficie estaría radicada en el NOA y NEA, pero 15 años más tarde la superficie sojera nacional aumentaba un 139 % en el período, mientras en el Norte Argentino superaría esa media, registrando un incremento del 170 % con 2.473.420 hectáreas sembradas con soja en el 2012. Pero desde el complejo año 2008 el porcentual del Norte Argentino se estanca y desciende respecto del total nacional, dando muestras de la vulnerabilidad de la agricultura regional (CALZADA y RUSSO, 2014, p. 5-6). El paquete tecnológico de semilla transgénica, glifosato, siembra directa deriva en un incremento del rendimiento por hectárea y la superficie sojera crece desplazando a otros cultivos. La Argentina está entre los tres primeros exportadores mundiales de soja. Los grandes empresarios que se ocupan de este negocio se nuclean en AAPRESID (Asociación Argentina de Productores de Siembra Directa), adueñándose de las ganancias en su máximo porcentaje, sin ser dueños de la tierra. La evolución de la unidad económica también crece desde fines de los años 90.



CICLO	TOTAL DEL PAIS	CHACO	FORMOSA	JUJUY	SALTA	SANTIAGO DEL ESTERO	TUCUMAN	TOTAL NOA Y NEA	% NOA-NEA respecto del total nacional
1998/99	8.400.000	215.000	1.900	8.000	260.000	280.000	150.000	914.900	11%
1999/00	8.790.500	350.000	1.100	0	210.000	261.500	125.000	947.600	11%
2000/01	10.664.330	410.000	1.100	0	300.000	323.000	180.000	1.214.100	11%
2001/02	11.639.240	600.000	7.331	773	329.980	659.229	239.139	1.836.452	16%
2002/03	12.606.845	768.000	8.530	1.000	320.500	654.500	260.000	2.012.530	16%
2003/04	14.526.606	772.000	11.838	9.000	437.000	679.000	230.000	2.138.838	15%
2004/05	14.400.000	664.475	13.734	5.049	466.546	630.713	259.630	2.040.147	14%
2005/06	15.393.474	642.309	11.940	3.500	477.000	719.580	283.518	2.137.847	14%
2006/07	16.141.337	710.350	22.597	6.000	477.000	803.380	281.450	2.300.777	14%
2007/08	16.608.935	753.750	6.095	6.000	477.000	825.900	290.070	2.358.815	14%
2008/09	18.042.895	703.070	6.100	8.250	575.300	628.660	293.220	2.214.600	12%
2009/10	18.343.940	668.600	6.100	10.660	586.385	811.500	273.700	2.356.945	13%
2010/11	18.902.259	700.800	6.100	12.150	599.515	1.100.000	254.870	2.673.435	14%
2011/12	18.670.937	689.550	12.000	12.150	600.015	1.073.000	230.660	2.617.375	14%
2012/13	20.035.572	548.230	10.000	9.220	557.760	1.148.210	200.000	2.473.420	12%
Variación últimos 15 años	139%	155%	426%	15%	115%	310%	33%	170%	
Aumento en Hectáreas desde la devaluación del 2001	8.396.332	-51.770	2.669	8.447	227.780	488.981	-39.139	636.968	

TABLA 3. Noroeste y Noreste de la República Argentina - area sembrada con soja (en hectares). Fuente: Bolsa de Comercio de Rosario: Informativo Semanal, núm. 1666, viernes 11 de julio de 2014, p. 5.

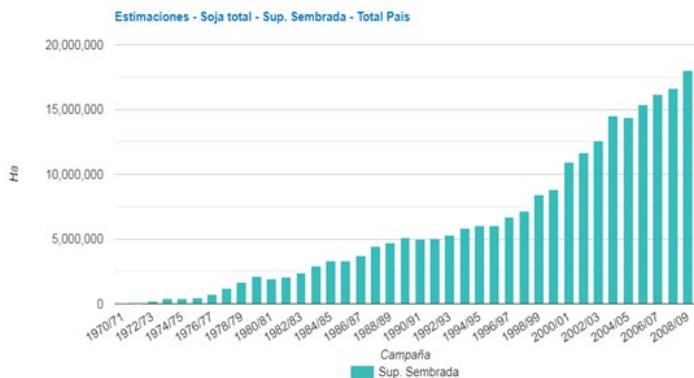


GRÁFICO 1. Superficie sembrada de soja en hectáreas (1970-2008). Fuente: MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA. ARGENTINA. <http://datosestimaciones.magyp.gob.ar/reportes.php?reporte=Estimaciones> (en hectáreas).

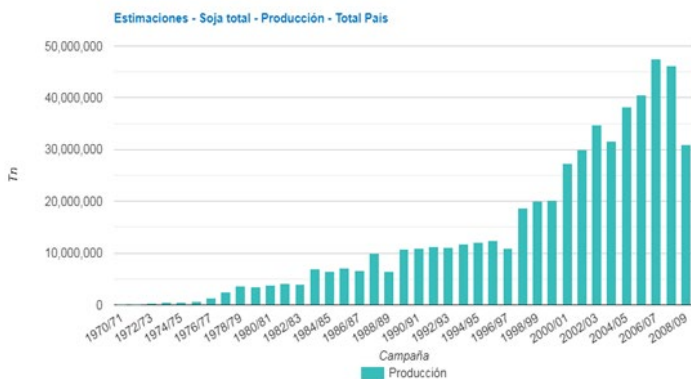


GRÁFICO 2. Producción de soja en toneladas (1970-2008). Fuente: MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA. ARGENTINA. <http://datosestimaciones.magyp.gob.ar/reportes.php?reporte=Estimaciones> (en toneladas).

El tipo de productor agrícola tampoco es el mismo. Son jóvenes que apenas superan los 40 años, cuentan con un muy buen nivel educativo, dependen de la tecnología y participan de otro tipo de asociación productiva, de “otro modelo de negocio” que está dispuesto a innovar (*Clarín*, 19 de mayo de 2013, p. 25).



Cultivo	Superficie (en hectáreas)	Inversiones / hectáreas	US\$ (millones)	%
Trigo	5.080.000	137,98	700,9	15,93
Maiz	3.050.000	203,13	619,5	14,08
Girasol	2.200.000	139,63	307,1	6,98
Soja	15.300.000	155,45	2.378,3	54,05
Sorgo	525.000	113,75	59,7	1,36
Otros	2.427.000	137,98	334,8	7,61
TOTAL	28.582.000	147,98	4.400,5	

LOS NÚMEROS DEL CAMPO (2006). INVERSIÓN POR HECTÁREA. Fuente: Instituto de Estudios Económicos de La Sociedad Rural Argentina

Soja y mercado externo se convierten en bases de la economía argentina. La soja aporta alrededor de un 75 % de la recaudación por las retenciones al agro. En el 2008 la retención móvil a las exportaciones, establecida por decreto, es un tema que trata el Congreso de la Nación a instancias de un pedido del Ejecutivo Nacional. La polémica Resolución 125 sería finalmente rechazada en medio de una pulseada entre la política y la economía, que deja sin red de contención a los pequeños y medianos productores (GORESTEIN, SCHORR y SOLER, 2011). Queda expuesta la heterogeneidad de los sectores agrarios y de las corporaciones del campo argentino, así como la necesidad de sostener la llamada agricultura de precisión sumando tecnología a la producción rural, mientras se invisibilizan los actores, en favor del abordaje del comportamiento del mercado (RECA, FLOOD, LEMA, 2010). La región chaqueña es donde más se ha expandido la soja y en ese contexto el INTA junto a AAPRESID proponen “una agricultura por ambientes” para fortalecer el cultivo sojero, aunque ponderando de manera diversa los efectos sociales de esa propuesta (INTAinforma, noviembre 2016).

CONSIDERACIONES FINALES

En un contexto historiográfico renovado en el cual cobra vigencia singular el juego de escalas -a través de un mosaico de estudios de caso- la ruralidad, la agricultura y el agronegocio son parte sustantiva de los trabajos académicos sobre las economías regionales, producto de los cambios en la escala de observación.

En tal sentido, el NEA ha sido históricamente una de las regiones más postergadas de la Argentina y aun lo es. La ausencia de una burguesía establecida en el territorio, su carácter de zona fronteriza, la dependencia del poder central de los territorios nacionales hasta mitad del siglo XX, el ejercicio ciudadano limitado, la presencia de población aborígen y una economía que pretende sumarse al modelo agroexportador imperante, primero con la explotación forestal y los yerbales, luego con el algodón y finalmente con el avance sojero, dan cuenta de la ausencia de políticas públicas que le permitan a la economía nordestina liberarse de la monoproducción y de la influencia de los consorcios sojeros y de las más duras leyes del mercado, para poder desarrollarse sin afectar su ambiente y la calidad de vida de sus pobladores.

Si la superficie plantada con algodón retrocede o se mantiene con esfuerzo, los rendimientos presentan una estabilidad muy relativa. La agricultura parece desvanecerse progresivamente frente al agronegocio, en tanto *“forma de una producción gestionada por una serie, por lo general desconocida para la población”* (ROJAS VILLAGRA, 2012, p. 17), pero que con sus acciones alteran los hábitos socioculturales locales mientras su expansión beneficia sólo a algunos y posterga un modelo económico equitativo. Uso intensivo del capital, concentración de la tierra, falta de ordenamiento territorial y menor necesidad de mano de obra para el cultivo de la soja terminan por acelerar la concentración de la riqueza, con

inversión de capitales extranjeros, excedentes de capital financiero, avance de la biotecnología e importantes impactos medioambientales. Cuando “*la cultura agrícola ha sido desplazada por el negocio agrícola*” (ROJAS VILLAGRA, 2012, p. 13),⁵ y el Estado abandona sus espacios a la hora de elaborar políticas públicas agrarias de mediano y largo plazo, los efectos de la marginalidad se mantienen en el tiempo y son difíciles de contrarrestarlos a favor de una mayor inclusión territorial, económica y social.

BIBLIOGRAFÍA

Anuario Algodonero. Resistencia, 1938.

APARICIO, Susana: “Trabajos y trabajadores en el sector agropecuario de la Argentina”, en GIARRACA, Norma y TEUBAL, Miguel (Coord.): *El campo argentino en la encrucijada. Estrategias y resistencias sociales, ecos en la ciudad*, Buenos Aires, Alianza, 2005.

ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACION ARGENTINA. SECCION CARPETAS ESPECIALES: *Comisión Mixta para elaborar un plan de créditos y organización de pre-cooperativa*, Carpeta especial 313.

ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACION ARGENTINA: *Libro de Actas del Directorio*, setiembre 1947, t. 32, f. 30; junio 1948, t. 66, f. 33; diciembre 1948, t. 92, f. 66; noviembre 1949, t. 134, fs. 197-198; agosto 1950, t. 169, f. 26; enero 1952, t. 224, f. 109; noviembre 1952, t. 255, f. 112.

BAGENETA, José Martín: *Del algodón a la soja. Territorio, actores y cooperativas en el Gran Chaco Argentino (1960-2010)*, Buenos Aires, Editorial Intercoop, 2015.

BIALET MASSE, Juan: *Informe sobre la creación de colonias nacionales algodonerías*, Buenos Aires, talleres de Publicaciones de la

⁵ Ver además: https://elpais.com/internacional/2018/01/05/argentina/1515168727_048792.html

Oficina Meteorológica, 1906.

BRUNIARD, Enrique D.: “El Gran Chaco Argentino (ensayo de interpretación geográfica)”, en *Geográfica. Revista del Instituto de Geografía* 4, Resistencia (Chaco), Instituto de Geografía. Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional del Nordeste, 1975-1978.

CALVO, Jorge Raúl: *El “oro blanco” en la Argentina. Estudio económico-social del algodón*, Buenos Aires, Editorial Claridad, s/f

CALZADA, Julio y RUSSO, Cristian: “En el cultivo de soja, hay que cuidar a los productores del NOA y NEA”, en BOLSA DE COMERCIO DE ROSARIO: *Informativo Semanal*, núm. 1666, Rosario, viernes 11 de julio de 2014.

Clarín, Buenos Aires, 19 de mayo de 2013, p. 25

DELSSIN, Eduardo A.: *Tendencias algodoneras en Argentina. Análisis desde un enfoque prospectivo de los principales parámetros que definen la actividad*, Resistencia-Chaco, INTA-Centro Regional Chaco Formosa, diciembre 2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRABAJO: *La desocupación en la Argentina*. 1932, Buenos Aires, 1933.

FAUCHER, Daniel: *Geografía agraria. Tipos de cultivos*, Barcelona, Editorial Omega, 1953, p. 295.

GIRBAL-BLACHA, Noemí: “Explotación forestal, riesgo empresario y diversificación económica: las inversiones argentinas en el Gran Chaco (1905-1930)”, en *Revista de Historia de América* 116, julio-diciembre de 1993, México, IPGH, 1995, pp. 29-57.

GIRBAL-BLACHA, Noemí: “Opciones para la economía agraria del Gran Chaco Argentino. El algodón en tiempos del Estado intervencionista”, en GALAFASSI, Guido (Compilador: *El campo diverso. Enfoques y perspectivas de la Argentina Agraria del siglo XX*, Bernal Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

GIRBAL-BLACHA, Noemí: “El poder de la tierra en la Argentina. De la cultura agrícola al agronegocio”, en *Estudios Rurales. Revista del CEAR*, vol. 1. núm. 4, primer semestre 2013, pp. 103-115. ISSN 2250-4001 (en línea)



GIROLA, Carlos: *El algodónero. Su cultivo en las varias partes del mundo*, Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1910, p. 36-39.

GOMEZ LENDE, Sebastián: “Orden global y reestructuración local: algodón y soja en el Nordeste Argentino-Provincias de Chaco y Formosa- (1990-2012)”, en *Caminhos de Geografia* 49, vol.15, Uberlândia, 2014. <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23153>

GORESTEIN, Silvia, SCHORR, Martín y SOLER, Gonzalo: “Dinámicas cambiantes de los complejos productivos en el norte argentino: los casos del tabaco, yerba mate y la soja. Un enfoque estilizado”, en *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, n. 34, 1er semestre 2011, p. 5-33.

GUY, Donna J.: “El Rey Algodón. Los Estados Unidos, la Argentina y el desarrollo de la industria algodonera argentina”, en *Mundo Agrario* 1, Revista del Centro de Estudios Histórico Rurales de la Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de La Plata, segundo semestre de 2000, versión electrónica ISSN 1515 - 5994

INTA INFORMA: <http://intainforma.inta.gov.ar/?p=34961>, 10 de noviembre de 2016.

JONES, Valentín: *Reestructuración del mercado argentino del algodón*, Rosario, tesis doctoral, 1965, 2 tomos.

JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN: *Memoria mayo-diciembre de 1935*, Buenos Aires, Ministerio de Agricultura de la Nación, 1936.

JUNTA NACIONAL PARA COMBATIR LA DESOCUPACIÓN (Ley 11896): *Memoria elevada al Ministerio del Interior*, Buenos Aires, 1936.

KAPLAN de DRIMER, Alicia y KAPLAN, Bernardo: *Las cooperativas. Fundamentos-Historia-Doctrina*, Buenos Aires, Intercoop/F.A.C.C., 1975, p. 519.

La Cooperación. Organó de la Asociación de Cooperativas Argentinas, Buenos Aires, 16 de agosto de 1946, núm. 929, p. 3; 6 de abril de 1951, núm. 1164, p.1 y 3; 18 de octubre de 1952, núm. 1243, p. 2.

La Gaceta Algodonera. Buenos Aires, 1924, año I, núm.1 a 1931,



año VIII, núm.86 y 1940, año XVII-1941, año XVIII.

MACIEL PEREZ, Fidel: *Investigación algodonera en los Territorios Nacionales de Chaco, Formosa y Misiones*, Buenos Aires, Anales del Ministerio de Agricultura, 1904, pp. 36-37.

MINISTERIO DE AGRICULTURA DE LA REPUBLICA ARGENTINA. JUNTA NACIONAL DEL ALGODÓN: *Boletín Mensual*, junio de 1940, núm. 62, pp. 254-256; agosto de 1940, núm. 64, pp. 364-374; diciembre de 1940, núm. 68, pp. 590-591; enero de 1941, núm.69, p. 9; junio de 1941, núm. 74, pp. 449-450; enero-febrero de 1942, núm. 81-82, pp. 5-7; enero de 1943, núm. 93, pp. 45-46; julio-agosto de 1942, núm. 87-88, pp. 230-231; noviembre-diciembre de 1942, núm. 91-92, p. 372; setiembre-octubre de 1942, núm. 89-90, pp. 275-282; marzo de 1943, núm. 95, p. 143; julio-agosto de 1944, núm. 111.112, pp. 307-318; setiembre-octubre de 1945, núm. 125-126, p. 392; mayo-junio de 1947, núm. 145-146, p. 139.

MUELLO, Carlos Alberto: *Geografía económica del Chaco y Formosa*, Buenos Aires, Gráfica Oceana, s/f, p. 63

Oro Blanco. Economía, vulgarización y tecnicismo. Revista mensual del algodón, Buenos Aires, 1937, año 1, núm. 3.

QUEIROLO, María Eugenia: “Sustitución del cultivo de algodón por el de soja: implicancias para el desarrollo sustentable de la región NEA de la Argentina”, en *Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo*, Santiago de Chile, enero de 2013 http://riedesarrollo.org/memorias/2013/mesas/mesa6/6.II.1%20Maria%20Eugenia%20Quirolo_Sustitucion%20del%20cultivo%20de%20algodon%20por%20el%20de%20soja%20PDF.pdf

RECA, Lucio; FLOOD, Carlos y LEMA, Daniel: *El crecimiento de la agricultura argentina. Medio siglo de logros y desafíos*, Buenos Aires, EUDEBA, 2010.

RIVAS, Ana Isabel y RODRIGUEZ, Adriana del Valle: “El cultivo de la soja en el Norte Grande Argentino: Proceso de crecimiento espacial y productivo”, en <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/42.pdf>

ROJAS VILLAGRA, Luis: *Actores del agronegocio en Paraguay*,



Asunción, BASE-ICCO-Diakonia, 2012

SCHLEH, Emilio: *La industria algodonera en la Argentina. Consideraciones sobre su estado actual y su desarrollo futuro*, Buenos Aires, Ferrari Hnos., 1923.

SLUTZKY, Daniel: *Estructura social agraria y agroindustrial del nordeste de la Argentina. Desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente*, Buenos Aires, IADE, 2011.

VALENZUELA, Cristina; MARI, Oscar y SCAVO, Angel: “Persistencias y transformaciones del sector algodonero tradicional en la provincia del Chaco en Argentina”, en *Revista Universitaria de Geografía*, núm. 1, v. 20, Bahía Blanca.



LAS DIMENSIONES SOCIALES DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES DEL AGRO EN UNA ETAPA DE CRECIMIENTO ECONÓMICO:

el noroeste de Córdoba (Argentina), 1900–1930

BEATRIZ INÉS MOREYRA¹

La preocupación por las desigualdades sociales, los procesos que las generan y reproducen, y los mecanismos que permiten mitigarlas son temas recurrentes en el pensamiento social moderno. Hacia finales del siglo XX, su análisis toma un nuevo impulso, ante la constatación de que las desigualdades económicas y sociales, lejos de haber disminuido, están cada vez más acentuadas en todo el mundo y han adoptado nuevas modalidades¹. En este sentido Atkinson plantea un “vuelco de desigualdad” a partir de la década de 1980, que ha conducido a un nivel excesivo de desigualdad que exige pensar mecanismos igualatorios que permitan reducir esta creciente brecha.²

El subcontinente latinoamericano, y Argentina en particular, se han caracterizado a lo largo de su historia por generar formas de desigualdades sociales, económicas y culturales particularmente severas y persistentes, como la discriminación racial, étnica y de género, la diferenciación entre ciudadanos de primera y segunda

¹ IEH - CEH / CONICET (Argentina); moreyrabea@gmail.com.ar

categoría y la configuración de una modernización hecha sobre la base de una desigual distribución de los recursos y los ingresos. Las desigualdades sociales son una construcción social e histórica: en cada sociedad y en cada época existen diferentes tipos específicos de inequidades y de conflictos relacionados con ella. Por otra parte, las desigualdades constituyen un fenómeno multidimensional, dinámico y diverso y como tal se reproduce en diversas escalas, que no son auto explicativas por sí mismas sino niveles interrelacionados cuya lógica se sedimenta en fenómenos particulares.

Dentro de este contexto, esta ponencia se propone analizar los procesos y dimensiones generadores del atraso y desigualdad económica, social e institucional de los espacios rurales extra pampeanos durante las tres primeras décadas del siglo XX. Para ello, se ha seleccionado como caso de estudio la región del Noroeste de Córdoba, como territorio que adoleció de una marginalidad multidimensional. Este recorte del objeto de indagación y el abordaje escogido permite ofrecer una perspectiva compleja y matizada de los procesos macrohistóricos rurales argentinos, dado que recorta espacios y escalas permitiendo una comprensión diferente del contexto histórico y sus actores, sin desconocer su interrelación con la escala nacional o internacional.

Por otra parte, en este trabajo se ha adoptado una definición amplia de lo rural, que no se limita a lo agrario, sino que está conformado por la población dispersa y por las localidades pequeñas (pueblos) en las que las actividades productivas, así como la identidad cultural, giran en torno a las actividades primarias.³

Además, el abordaje privilegia una mirada totalizadora o procesual de las desigualdades que implica superar la contradicción entre las estructuras objetivas externas y las perspectivas subjetivas de las personas, y reconocer que entre unas y otras suele haber relaciones de interinfluencia e interdependencia.⁴

Para el tratamiento de las desigualdades sociales en los territorios rurales debemos considerar brevemente cómo se articula la visión de las mismas con una mirada territorial. Actualmente, existe consenso en considerar al territorio como una construcción social producto de una realidad compleja y en permanente transformación, donde se combinan las dinámicas físicas, socioeconómicas y culturales en un espacio específico. El territorio también es el resultado de una interacción de procesos endógenos y exógenos a él, en una permanente tensión entre lo particular y lo global.⁵ Además, todos los territorios están envueltos en una institucionalidad que hace que las relaciones sociales entre los agentes endógenos y exógenos del mismo estén mediadas por un conjunto de instituciones político-administrativas que dan soporte a los territorios y los conectan también con el espacio nacional, regional y global.

Para este estudio de caso, esta ponencia analiza: a) las desigualdades estructurales de los territorios rurales, las que dan cuenta de las matrices de apropiación de los principales recursos productivos y su forma de utilización y b) las desigualdades dinámicas; es decir, las que se producen por las diferentes oportunidades que tienen los individuos de obtención de recursos materiales y simbólicos en dichos territorios.

1. LA CONFORMACIÓN HISTÓRICA DE LAS DESIGUALDADES ESTRUCTURALES EN UN TERRITORIO RURAL EXTRAPAMPEANO

En este apartado, la investigación se concentró en tres dimensiones interrelacionadas: la desigualdad territorial, la apropiación y el uso del suelo.

1.1. LA DESIGUALDAD TERRITORIAL

El desarrollo económico y social es espacialmente diferenciado, por lo que una de las fuentes de desigualdad en un país o región es la brecha que existe entre los territorios o áreas geográficas que lo integran.⁶ En este sentido, la desigualdad entre territorios es de las más relevantes para dar cuenta de las diferenciaciones entre países y al interior de ellos. Los promedios nacionales ocultan grandes diferencias al interior de los territorios, por lo que es necesario un análisis espacial de los indicadores de desigualdad social que permita estudiar las brechas territoriales existentes.⁷

En el caso de la provincia de Córdoba, a partir de la década del 80, con la incorporación del país al modelo primario exportador, a través del que se insertó en el comercio internacional en gran escala y al capital extranjero, se profundizó la división de su territorio en al menos dos regiones, no sólo en términos de sus características agro-ecológicas sino también de sus diferentes formas de ocupación y uso de la tierra. El espacio pampeano provincial dotado de abundantes pastos naturales, experimentó una verdadera revolución agrícola-ganadera. Por el contrario, la región noroeste, era de bajo coeficiente de humedad, predominando los pastos duros, circunstancias, que, unidas a las lluvias escasas, se tradujeron en condiciones muy desfavorables para las actividades rurales, a pesar de que previamente fue la zona con mayor preponderancia poblacional y económica, donde se establecieron los primeros establecimientos productivos en el siglo XVI vinculados a la economía colonial del Alto Perú. Pero a partir del último tercio del siglo XIX y durante las tres primeras décadas del XX, la región noroeste quedó marginada de la nueva realidad económica, sus efectivos poblacionales y sus actividades productivas fueron perdiendo importancia con el desarrollo de la nueva orientación de la economía nacional, convirtiéndose en una zona marginal.



Con respecto a la población, su importancia relativa en el total provincial descendió del 38% en 1869 a 14,3% en 1914, y la evolución demográfica dependía casi exclusivamente de las tasas vitales que eran muy elevadas.⁸ Pero lo más significativo era la emigración de varones jóvenes en edad productiva. La migración temporaria constituyó la principal estrategia de supervivencia de los habitantes de la región como consecuencia de las deficiencias de la estructura productiva. Es decir, el único reajuste a utilizar por esas regiones era la salida masiva de su fuerza de trabajo a los centros agrícolas de la llanura pampeana.

1.2. LA APROPIACIÓN Y EL USO DEL SUELO

En esta parte, se analizan, la tenencia y control de la tierra, los usos del suelo y las relaciones sociales de producción. Como expresa Maria Eugenia Cepparo, las regiones marginales constituyen fronteras agrícolas; poseen pequeños y descapitalizados productores; conservan elementales actividades productivas o poseen cadenas productivas de carácter embrionario, experimentan una secuencia irregular de procesos socio-económicos y políticos; sobrellevan discontinuos avances de intereses y decisiones cortoplacistas, en su mayoría; soportan esporádicas políticas estatales y débiles iniciativas locales y sufren la falta de identidad con el lugar, especialmente en la población joven. Estos procesos provocan situaciones de dependencia, exclusión, descapitalización, olvido, abandono, informalidad.⁹

En lo que respecta a la ocupación y mercado de tierras, la ocupación efectiva de las mismas databa de siglos anteriores, por lo tanto, esta zona de la provincia no se vio afectada por el proceso de incorporación masiva de nuevos territorios. El régimen de

tenencia de la propiedad rural en el noroeste se caracterizó por el predominio de los propietarios en todo el período estudiado. En 1895, los predios rurales administrados por sus dueños superaban el 80% y, en 1914, el 72,08%; esta relativa inmovilidad en la transferencia y subdivisión de los predios rurales obedecía a la ausencia de una demanda sostenida, por la carencia de expectativas para la producción agrícola-ganadera y el vacío demográfico regional.¹⁰ Por su parte, el régimen de tenencia de la tierra en los centros dedicados a los cultivos intensivos e industriales era similar por que la producción se realizaba por medios tradicionales, dentro del núcleo familiar y tendiente únicamente a satisfacer las necesidades de subsistencia. Esa peculiar estructura de mercado disminuía la eficiencia de la producción, obstaculizando la debida asignación de los recursos.

Con respecto al mercado de tierras regional, el rasgo más sobresaliente fue la inelasticidad del mismo en el movimiento de transferencia y en los precios unitarios alcanzados. Los departamentos donde hubo mayores transferencias de tierras fueron los esencialmente ganaderos (Tulumba, Rio Seco, Minas, Totoral y Rio Primero) debido a que la actividad pastoril era la más importante en la región y, por ende, la que suscitaba mayores inversiones.¹¹ Para 1914, se percibió una drástica disminución de las explotaciones rurales, producto del atraso ganadero y del abandono de las cementeras por parte del habitante norteño y serrano ante la imposibilidad de competir con la producción cerealera de los núcleos pampeanos y la falta de incentivos para los cultivos intensivos.



EXPLORACIONES DIRIGIDAS POR:	Nº DE EXPLORACIONES	Nº DE EXPLORACIONES
	1895	1914
PROPIETARIOS	9.592	3.321
ARRENDATARIOS	1.073	500
MEDIEROS	1.269	756
TOTALES	11.964	4.607

CUADRO 1. *Región Noroeste – Cuadro comparativo de la proporción de Propietarios, Arrendatarios y Medieros en los años 1895 y 1914.* Fuente: Moreyra, Beatriz I.: *La producción agropecuaria cordobesa: 1880-1930, cambios, transformaciones y permanencias, Córdoba, Centro de Estudios Históricos, 1992, p. 186.*

En cuanto a la variable precios, la tónica sobresaliente fue la escasa valorización cuando no desvalorización en la cotización de los predios rurales.

REGIONES	CRECIMIENTO MEDIO ANUAL	CRECIMIENTO RELATIVO MEDIO ANUAL
NOROESTE	6,19%	1,64%
SUDESTE	36,84%	12,04%

CUADRO 2. *Evolución de los precios de la tierra en las dos subregiones de la provincia entre los años 1902 y 1929.* Fuente: Moreyra, Beatriz I.: *La producción agropecuaria cordobesa: 1880-1930, cambios, transformaciones y permanencias, Córdoba, Centro de Estudios Históricos, 1992, p. 191.*

En relación con la concentración de la propiedad, a comienzo del siglo -1905- hubo un predominio del latifundio y de la gran propiedad, concentración que no fue consecuencia de las elevadas cotizaciones ni del acaparamiento de tierras productivas en pocas manos, sino fruto del latifundio improductivo. Era un latifundio geográfico no social por la carencia de perspectivas productivas redituables de los campos regionales, lo que generaba una escasa demanda y determinaba que en muchos casos permanecieran indivisos. En este sentido, es importante destacar que el panorama

ma regional no era homogéneo, aunque predominaba la tendencia centrípeta en la posesión de la tierra.¹²

Para la década de 1920, los resultados obtenidos del análisis de la distribución de la tierra confirman la estructura básica existente en la posesión de los predios -a excepción de Rio Primero debido a la expansión de la zona cerealera en ese espacio rural- si se tiene presente que el 3% de las explotaciones que poseían una extensión de 1.000 a 5.000 hectáreas reunían más del 50% de la superficie rural.¹³

ESCALA DE EXTENSIÓN DE LAS PROPIEDADES EN HECTÁREAS	Nº DE PROPIEDADES		SUPERFICIE TOTAL EN HECTÁREAS		% DE LA SUPERFICIE TOTAL	
	1915	1921	1915	1921	1915	1921
HASTA 200 HECTÁREAS	19.395	25.046	994.025	1.209.739	18,27	19,55
DE 200 A 1.000 HECTÁREAS	3.563	4.058	1.536.893	1.686.454	28,25	27,25
DE 1.000 A 5.000 HECTÁREAS	798	811	1.561.019	1.716.061	28,70	27,73
MAYORES DE 5.000 HECTÁREAS	119	152	1.347.811	1.576.367	14,78	25,47
TOTALES	23.875	30.067	5.439.748	6.188.621	-	-

CUADRO 3. *Región Noroeste - Cuadro comparativo de la distribución de la superficie rural entre los años 1915 y 1921. Fuente: Moreyra, Beatriz I.: La producción agropecuaria cordobesa: 1880-1930, cambios, transformaciones y permanencias, Córdoba, Centro de Estudios Históricos, 1992, p. 201.*

En síntesis, el cambio de centro de actividad económica del noroeste al sudeste desde fines del siglo XIX hizo sentir su impacto en el mercado de tierras regional que se caracterizó por una cuasi-inmovilidad en la cotización de las tierras como en la subdivisión de las mismas, salvo las excepciones señaladas.

Con respecto a la representatividad de los distintos sectores en la estructura productiva, el caso del noroeste provincial como del conjunto de las economías extra pampeanas, presentó una conformación económica caracterizada por la prevalencia de las actividades primarias en la composición del producto bruto regional por el lado de la producción de bienes.

Desde el punto de vista de la industria pecuaria, la ganadería, fue la actividad predominante. Para 1937 la representatividad del sector seguía siendo prevaeciente en relación con la agricultura: 1.236.452 has estaban dedicadas a la ganadería y 206.621 a los cultivos.¹⁴ No obstante, la actividad pecuaria era de cría extensiva con escaso índice de mestización, por tratarse de campos abiertos, cubiertos de montes en sus tres cuartas partes y carentes de agua necesaria, comenzando recién al fin del período la implantación de métodos más modernos. Además, la enfermedad de la *tristeza* que atacaba a los vacunos mantuvo la mejora pecuaria en el más completo atraso, porque la epidemia traía como consecuencia la difícil colocación de las haciendas por su carácter de infectadas y la baja cotización de las mismas. La especie caprina, que ocupaba una parte considerable de la ganadería regional, se hallaba totalmente descuidada, los productos eran abundantes pero mediocres y de un valor incierto,¹⁵ con el agravante que contaba con un stock suficiente y excelentes condiciones topográficas y climatológicas. El tercer problema era la carencia de agua que obstaculizaba la falta de pastos naturales y la siembra de alfalfa, especialmente en los departamentos del Norte. A ello se sumaba la falta de comunicaciones a través de una red de caminos y ese aislamiento afectaba la comercialización de los productos regionales.¹⁶

Estas limitaciones estructurales determinaron que la agricultura regional experimentara un crecimiento extremadamente pausado. En este sentido, la región poseía una disfuncionalidad

territorial, ya que no actuaba como una unidad económica, sino que presentaba islotes de actividad agrícola y grandes espacios vacíos. Si bien no era una zona indicada para el cultivo de granos y forrajes por la imposibilidad de competir con la producción cerealera de las llanuras, donde las siembras y cosechas se realizaban en grandes superficies, con la utilización de medios técnicos y a un costo mucho menor, sí constituía un espacio apto para los cultivos intensivos, especialmente de árboles frutales en Calamuchita, Cruz del Eje y San Javier que no gozaron de una política de fomento adecuada que contemplara el ferrocarril para el acceso cómodo a la tierra y salida fácil para sus productos ni el embalse de las aguas para hacer realidad la agricultura intensiva. Además, el factor capital era prácticamente inexistente, con el agravante que los cultivos intensivos, demandaban una mayor inversión de capitales.

La deprimida producción de este rubro -2.807 has en 1895, 3.430 en 1908 y 5.285 en 1914-, explica que el único rubro que registraron las estadísticas ferrocarrileras fue la exportación de frutas secas, que alcanzó en 1912 sus montos más representativos: 14.601 toneladas, guarismo que solo equivalía al 1% de los saldos agrícolas comercializables.¹⁷

La actividad agrícola en el resto de la región se limitaba a la pequeña chacra doméstica de maíz cuya superficie sembrada merizó en casi un 40% entre 1895 y 1908, a pesar de que era el cereal de mayor difusión como lo demuestra la densidad de sus cultivos que alcanzaron porcentuales entre el 50% y 80% en la mayoría de los departamentos norteños y serranos.

Todos estos factores determinaron que la estrategia productiva dominante era la tendencia a la reproducción, entendiendo como tal un conjunto dominante de acciones cuyo objetivo fue alcanzar al menos la reposición de los gastos monetarios y no monetarios de la explotación y la familia, para recomenzar anualmente el

ciclo productivo bajo similares condiciones sociolaborales, siendo escasas las estrategias productivas tendientes a la capitalización y acumulación. En esta estrategia de reproducción existía una fuerte subutilización del recurso tierra que daba como resultado bajos volúmenes y escasa calidad de la producción.¹⁸



DEPARTAMENTOS	1908		1914	
	HECTÁREAS CULTIVADAS	DENSIDAD DE LOS CULTIVOS	HECTÁREAS CULTIVADAS	DENSIDAD DE LOS CULTIVOS
	NÚMEROS ABSOLUTOS	%	NÚMEROS ABSOLUTOS	%
CRUZ DEL EJE	2.934	54,9	6.013	86,98
MINAS	1.553	51,7	1.678	89,11
POCHO	1.588	80,2	2.165	82,13
PUNILLA	851	74,2	2.692	95,12
RÍO SECO	401	78,2	1.777	97,15
SAN ALBERTO	2.023	56,8	2.626	88,89
SOBREMONTÉ	164	79,6	416	94,97
TOTAL	1.140	59,4	2.325	75,04
TULUMBA	973	67,5	1.810	87,43
ISCHILÍN	850	68,2	1.874	81,58

CUADRO 4. *Los cultivos del maíz en 1908 y 1914 en los departamentos del noroeste. Fuente: Moreyra, Beatriz I.: La producción agropecuaria cordobesa: 1880-1930, cambios, transformaciones y permanencias, Córdoba, Centro de Estudios Históricos, 1992, p. 96.*

DEPARTAMENTOS	SEMENTERAS DE MAÍZ HECTÁREAS	SEMENTERAS DE MAÍZ HECTÁREAS	DENSIDAD DE LOS CULTIVOS DE MAÍZ EN 1908
	1895	1908	%
CALAMUCHITA	3.509	1.519	64,20
COLÓN	3.005	3.878	66,80
CRUZ DEL EJE	5.190	2.934	54,90
ISCHILÍN	3.029	850,99	68,20
MINAS	2.298	1.553	51,70
POCHO	2.641	1.588,80	80,20
PUNILLA	2.326	851,17	74,20
RÍO PRIMERO	4.107	3.634,61	73,20
RÍO SECO	1.861	401,43	78,20
SAN ALBERTO	3.145	2.023	56,80
SANTA MARÍA	760	4.063	43,46
SOBREMONTE	1.337	164,71	79,60
TOTAL	5.203	1.140,53	59,40
TULUMBA	4.354	973,35	67,50

Fuente: Moreyra, Beatriz I.: *La producción agropecuaria cordobesa: 1880-1930, cambios, transformaciones y permanencias*, Córdoba, Centro de Estudios Históricos, 1992, p. 78.

2. DESIGUALDADES DINÁMICAS: SALUD, EDUCACIÓN, PRECARIEDAD DEL EMPLEO PRODUCTIVO Y CAPACIDAD INSTITUCIONAL

El estudio sobre las condiciones sociales de reproducción en el mundo rural en la primera mitad del siglo XX ha suscitado menor atención que las temáticas agrarias. Durante la renovación de la historia social en la década de los 80 del siglo XX, el problema del bienestar rural quedó relegado entre las inquietudes intelectuales de ese campo historiográfico y, durante más de dos décadas, los historiadores sociales argentinos demostraron una vocación poco sistemática por el estudio de las modalidades de acceso al bienestar entre las poblaciones rurales, concentrando su interés en los espacios urbanos. Esta situación ha comenzado a modificarse, en las últimas dos décadas con una mayor atención a las experiencias de individuos, familias y colectivos en los espacios rurales.¹⁹

La dilucidación de las desigualdades territoriales y sociales con un abordaje multidimensional, implica interrelacionar en una causalidad circular, las condiciones sociales de producción y de consumo con los factores sociales, culturales y políticos intervinientes.

Las desigualdades sociales son producto de la sociedad como consecuencia de diversos procesos de diferenciación social que se traducen en desigualdades sociales cuando implican “situaciones permanentes de ventaja para unos individuos o grupos sociales en desventaja para los otros”.²⁰

Las causas que determinan el nivel de vida de los núcleos rurales marginados eran fundamentalmente, la escasez y mal funcionamiento de los servicios colectivos, dificultados por la débil densidad poblacional y las malas comunicaciones y los efectos sociales del propio aislamiento de la población.²¹

Las carencias que tornaban muy dificultosa la vida en el contexto de marginalidad económica y social eran las deficiencias en el acceso a la atención de la salud, la educación elemental, la seguridad personal y patrimonial y la débil penetración material e institucional del Estado.

Las enfermedades más corrientes que afectaban a los pobladores rurales estaban representadas por las respiratorias -pulmonías, bronconeumonías- y las digestivas -disentería, gastroenteritis, enterocolitis-, a las que se agregaba la fiebre tifoidea, muy extendida sobre todo en las postrimerías de la época invernal y los albores de la estival.

La interacción de una alimentación escasa y deficiente con una vivienda precaria tipo rancho permiten explicar, en parte, la mayor vulnerabilidad orgánica de los habitantes del Noroeste, fácil presa del paludismo (“chucho”), que hacia fines de 1896 y comienzos del año siguiente adquirió contornos de epidemia en los departamentos San Javier, San Alberto y Cruz del Eje. En términos genéricos, la presencia del paludismo estaba muy estrechamente ligada a factores ambientales, en especial, la existencia de lagunas y aguas estancadas y contaminadas; a la vez, la deficiente alimentación debilitaba los organismos, disminuía sus defensas los tornaba proclives a la afección palúdica. Esas condiciones generales estaban presentes en el Noroeste, en los departamentos Pocho, Minas, San Javier, San Alberto y Cruz del Eje, donde existía un ámbito natural propicio para la difusión de la variedad de mosquito que actuaba como vector transmisor de los gérmenes causantes de la patología. El paludismo fue una patología endémica en la región serrana, situación aun plenamente vigente hacia fines del período, ya que permanecían los factores que explicaban su presencia y difusión.²²

Esos cuadros sanitarios se agravaban por la ausencia de organicidad del sistema sanitario en esos los ámbitos rurales. En pri-

mer lugar, la acción del Consejo de Higiene –el organismo técnico estatal encargado de la salud- era deficiente y se exteriorizaba en la tardanza o imposibilidad de enviar auxilios a los lugares rurales afectados por recurrentes epidemias.²³ Por otra parte, solo se contaba con un hospital en el oeste -Villa Dolores- y el Norte carecía de ellos. A la escasa cantidad de establecimientos hospitalarios y a su distribución poco equitativa, se agregaba la deficiencia de sus prestaciones, si se pondera que ese establecimiento disponía únicamente de 12 camas.

La escasez numérica de hospitales, la población rural dispersa en un vasto territorio y la deficiente infraestructura comunicacional determinaban que fueran pocos los habitantes que podían acceder a las prestaciones de dichos establecimientos sanitarios, debiéndose conformar -en el mejor de los casos- con los servicios de un profesional de la medicina residente en algún pueblo. Sin embargo, la mayoría de los habitantes rurales estaban desprovistos de esta posibilidad, por la carencia de médicos dado que no existían los denominados médicos departamentales estables por la carencia de partidas: en las zonas marginales, un solo médico, durante cuatro a seis meses al año, atendía en los departamentos San Alberto, San Javier, Pocho y Minas.²⁴

El otro factor que incidía en el desamparo social de esos sectores rurales se vinculaba con la frontera educativa. En los primeros años del siglo XX, existía una pronunciada carencia de establecimientos escolares adecuados, especialmente en los departamentos del Norte - Sobremonte, Río Seco, Ischilín-. En consecuencia, el porcentaje de niños fuera del radio escolar oscilaba entre el 50 y casi el 90%. Además, predominaban las escuelas rurales en las que sólo se cursaban dos grados frente a las graduadas, que comprendían los seis grados. Por otra parte, la demanda de mano de obra condicionaba el calendario escolar. El trabajo generalizado de los



niños influía negativamente en la marcha regular de la asistencia, cuyo ritmo se contraía fuertemente a partir del 2° grado. Casi el 80% de los alumnos no pasaba de los grados inferiores y sólo una pequeña proporción cursaba de 3° a 6°. La principal causa residía en la alta participación de los menores en el mercado laboral; por ende, los niños iban a la escuela cuando las tareas rurales no los apremiaban.²⁵

Este desamparo social se agudizaba con la carencia de comunicaciones, la ausencia de caminos y de líneas ferroviarias y, además, por la inseguridad personal y patrimonial. En la campaña cordobesa existía un crónico estado de inseguridad jurídica que afectaba a las personas y a sus propiedades y las garantías vigentes para ambas eran frecuentemente vulneradas por los excesos de autoridad en que frecuentemente incurrieron los integrantes del cuerpo policial y los jueces de paz. En muchos casos, los abusos policiales eran estimulados por la ausencia de otro tipo de autoridades, por ejemplo las municipales, lo que en la práctica redundaba en el otorgamiento de mayores facultades a los comisarios locales, y la concentración de poder que se daba con cierta frecuencia debido a la superposición en un solo hombre, el estanciero, de un poder social y económico -fundado en su posición en la producción y las sociedades locales- y un poder de policía delegado por el Estado al convertirlo en el comisario del lugar.²⁶ A ello se sumaban, la lejanía, los defectos y las omisiones de los jueces de paz.

Finalmente, la centralidad de la debilidad institucional, *la endeblez cotidiana* del Estado, sus deficiencias y puntos ciegos en los núcleos rurales no integrados al modelo primario-exportador, fue otro factor crucial para la permanencia del arcaísmo regional dentro de la modernidad.

En los últimos quince años, la indagación sobre la naturaleza del Estado argentino ha desplazado su atención al estudio de las

agencias estatales, los políticos y los funcionarios de diversos períodos. Estas contribuciones han facilitado una reevaluación de los márgenes de autonomía que tuvieron los actores estatales en relación con otras esferas de la vida social y han posibilitado conocer más en detalle cómo funcionaban los agentes estatales y cómo sus prácticas y representaciones estaban imbricadas por la contigüidad con otros actores sociales. Esta perspectiva del “Estado desde adentro” ha legitimado las investigaciones sobre las instituciones y funcionarios ubicados en provincias y localidades, mostrando, como afirma Ortiz Bergia, que entre los diferentes niveles estatales existieron relaciones complejas de definición de atribuciones, competencias y jurisdicciones en los que provincias, municipios y territorios nacionales tuvieron un rol activo.²⁷

Así, las características del ejercicio de la estatidad en el noroeste cordobés como en otras regiones marginales, fue un proceso de lenta conformación por la crónica escasez de recursos, la difícil formación de agentes al servicio de los objetivos estatales y los fracasos de los intentos por instituir regulaciones sobre los comportamientos particulares. En efecto, la limitada implementación de las políticas públicas puso en evidencia la complejidad de los fenómenos de territorialización, las limitaciones de las capacidades administrativas y políticas y los rasgos particulares que el orden estatal adquirió en zonas periféricas. Las precarias condiciones de vida material en los espacios rurales obedecían en gran parte a esa escasa penetración material e institucional del estado, exteriorizada en la carencia de un consolidado régimen municipal. El mismo no funcionó adecuadamente, por varias razones. En primer lugar, pocas localidades tenían municipalidades y en la mayoría de los pueblos donde se conformó el régimen comunal se produjeron constantemente graves problemas entre los electores y serios conflictos institucionales entre los intendentes y los presidentes

de los concejos deliberantes. Para salvar el vacío constitucional y administrativo, se crearon, a través de decretos, comisiones de fomento, con funciones análogas a las municipalidades, pero con el agravante que aquellas, carecían de facultades para arbitrar con autonomía sus recursos financieros. Podían proyectar ordenanzas de impuestos -fundamentalmente indirectos, que gravitaban sobre el consumo de bienes y servicios-, pero debían ser sometidas a la aprobación de la Legislatura provincial, instancia de no rápida resolución y sin la sanción legislativa se reducían a nada.²⁸

Además, -y remitiéndonos a los aspectos más elementales del ejercicio de la autoridad- para 1915 gran parte de las poblaciones de la campaña carecían incluso de un local apropiado donde pudieran instalarse y funcionar las jefaturas políticas, los juzgados, las comisarías y las oficinas del registro civil.

La ineficiencia del ejercicio de las funciones administrativas y políticas de las autoridades departamentales era reconocida por los poderes ejecutivos y legislativos provinciales y nacionales. En 1914, con motivo de la conferencia de jefes políticos convocada por el gobernador Ramón J. Cárcano se afirmaba que la misma no era idónea para resolver los problemas de los presupuestos departamentales y la represión del alcoholismo, porque *no conseguirán realizar los fines propuestos por que carece de idoneidad para ser consejera en negocios de Estado.*²⁹ Más aún, se decide calificar a los departamentos del Noroeste como de cuarta categoría, porque *adolecían de responsabilidad colectiva que enciendan el interés propio en la obra en común...con el material de estudio antes astillado y disperso.*³⁰

Por otra parte, las limitadas capacidades del Estado explican la función central que ejercieron las comunidades, a cuyo protagonismo se apelaba para resolver las carencias más elementales, como la falta de atención médica. Con respecto al desarrollo edu-

cativo, el mismo estuvo condicionado por las elecciones y acciones de la comunidad en el sentido que el juez de paz, el cura y los vecinos tuvieron un lugar destacado en la creación y administración de los establecimientos escolares. Esta función central de las comunidades conducía a que lo público se privatizaba rápidamente, porque el Estado tardaba en llegar, era frágil y no lograba imponer sus intereses sobre los de la comunidad y, en no pocos casos, la escasa institucionalidad se veía agravada en sus consecuencias por los conflictos y resistencias de los intereses individuales que no estaban dispuestos a acatar las normas establecidas.³¹

En 1907, *La Voz del Interior* describía este abandono de la situación rural de la región: *Existe una especie de trinchera que se para los intereses rurales de la misión administrativa de nuestra provincia. La campaña no está representada como la ley y el criterio lo establecen en nuestro parlamento. Pues ocupan ese sitio hombres en absolutos ajenos a los intereses de esa campaña. Esta indiferencia se hace extensiva... a vecindarios que necesitan una obra pública... los que soportan... sin hallar justicia que los defienda ni les garantice sus bienes y libertad, los que soportan la crisis de un fracaso agrícola-ganadero... Todos ellos son desheredados, huérfanos de la familia.*³²

Estas circunstancias inequitativas que se interpolaban en el diario vivir de estos sectores marginados también obedecían a que lo rural en esos parajes, se caracterizaba por un tipo de relaciones sociales con un fuerte componente personal. Es decir, sobre la base de vigorosas relaciones familiares y vecinales, algunas particularidades muy arraigadas en el medio rural de la primera mitad del siglo XX eran la relevancia de la figura del padre, la confianza/desconfianza, la familia y el compromiso con la vida local. Por otro lado, este tipo particular de relaciones sociales, que podían derivar tanto en colaboración como en conflictos, generaba, a su vez, un enérgico control social por parte de las comunidades locales. De

allí que, en estos territorios con una baja densidad de población relativa, lo rural involucraba un tipo de relaciones sociales en el que predominaba un componente personal sustentado en vínculos vecinales y parentales entre una parte significativa de los habitantes.

Por último, el análisis de las desigualdades territoriales y económicas y sociales, requieren, asimismo, del estudio de *las fuerzas de la igualdad*; es decir, las que reivindican y negocian las demandas, aquellas que impulsan el cambio desde arriba y también las fuerzas que se resisten a ellas, que se manifiestan de diversas maneras y niveles de organización según las demandas de las diferentes sociedades en los cambiantes contextos espacio-temporales.

La solución de las problemáticas inherentes a esos espacios provinciales requería compatibilizar su desarrollo con el de otras regiones, con el mercado nacional, y aún con el internacional por medio de una adecuada política de estímulo de las riquezas potenciales de la zona. Para ello, era necesario encarar tres problemas estructurales: la falta de aguadas abundantes y permanentes, el aislamiento regional y el reordenamiento del espacio agrario con la intensificación de la producción en los rubros agrarios con posibilidades de competir en los mercados provinciales y /o nacionales.

Las evidencias disponibles avalan la escasez o inexistencia de programas oficiales específicos y continuos sobre los problemas que condicionaban el desarrollo agrario y las condiciones sociales de bienestar y asistencia de la población en los núcleos rurales. La discontinuidad y la falta de planeamiento a lo largo del período fueron las marcas distintivas de tales políticas. Si bien durante la década de 1910-1920, durante los gobiernos de Ramón J. Cárcano y la primera experiencia radical, se presentaron sendos planes integrales que contenían soluciones para la mayoría de los problemas regionales delineados, los mismos no lograron sanción legislativa salvo algunas medidas de estímulo que no modificaron la situación



estructural de la región. Hubo ausencia, contradicciones y dificultades en el proceso de anclaje local de los proyectos estatales.³³

A ello se sumaban las dificultades para articular una voz audible y cohesionada capaz de obtener respuestas de algún tipo por parte de las autoridades públicas. En el caso de los trabajadores rurales, su inestabilidad y movilidad, así como el mayor aislamiento relativo, habrían contribuido a ello. En general, la aceptación de la inevitabilidad de sus condiciones de vida y/o la autogestión, habrían sido las actitudes más comunes durante los primeros años del siglo XX. En síntesis, la vulnerabilidad de las políticas sociales en esos contextos habría obedecido tanto a la reducida penetración de las agencias oficiales como a la mediación de los responsables de su aplicación, cuyos intereses personales y redes sociales condicionaban la aplicación de las normativas.

A MODO DE CONCLUSIÓN

En el contexto de un creciente interés por la indagación de las dimensiones, causas e institucionalización de las desigualdades persistentes en diferentes sociedades y cortes temporales, esta ponencia se propuso indagar algunas formas y especificidades que este proceso revistió en la región Noroeste de Córdoba, en las primeras décadas del siglo XX, en tiempo de la modernización, bajo el dominio de nuevos grupos de poder, la consolidación del Estado y del mercado y la expansión del capitalismo exportador. La interrelación de los factores estructurales y dinámicos -económicos, sociales y políticos- nos permite concluir que los núcleos rurales analizados experimentaron una fuerte y multifacética dependencia respecto de los centros de poder que determinaron una presencia estatal estacionaria y burocrática que no logró modificar la si-

tuación de estancamiento y desigualdad persistentes de la zona. La falta de expectativas cristalizó en la pasividad de los productores y en una política estatal de paliativos en algunas breves coyunturas y sus habitantes subsistieron con poco dinero, poco prestigio y poco poder.

NOTAS

¹ THERBORN, Göran: *Los campos de exterminio de la desigualdad*, Buenos Aires, FCE, 2015.

² ATKINSON, Anthony B.: *Desigualdad. ¿Qué podemos hacer?*, México, FCE, 2016.

³ RIELLA, Alberto y MASCHERONI, Paola: “Desigualdades sociales y territorios rurales en Uruguay”, en *Pampa 7*, supl.1, Santa Fe, diciembre 2011.

⁴ ROPERO BELTRÁN, Sandro: “La institucionalidad rural en Colombia. Reflexiones para su análisis y fortalecimiento”, en *Mundo Agrario: Revista de estudios rurales*, vol. 17, núm. 35, 2016, p. 22.

⁵ SCHNEIDER, Sergio y PEYRÉ TARTARUGA, Iván: “Territorio y enfoque territorial: de las referencias cognitivas a los aportes aplicados al análisis de los procesos sociales rurales”, en MANZANAL, Mabel., NEIMAN Guillermo y LATTUADA Mario (Comp.): *Desarrollo rural. Organizaciones, instituciones y territorios*, Buenos Aires, FLACSO, 2005.

⁶ SÁNCHEZ-TORRES, Roberto. M.: “Desigualdad del ingreso en Colombia: un estudio por departamentos”, en *Cuadernos de Economía*, 36(72), 2017.

⁷ MASCHERONI LAPORT, Paola: *Desigualdades sociales y territorios en Uruguay*, Universidad de Granada, 2017, p. 42.

⁸ *Anuario de la dirección de Estadística de la Provincia de Córdoba*, años 1900-1930, passim.

⁹ CEPPARO, María Eugenia: “Las áreas rurales marginales de las



economías regionales argentinas. Problemáticas y alternativas”, en *Boletín de Estudios Geográficos* 101, 2013.

¹⁰ *Segundo Censo Nacional de la República Argentina*, t. III, 1895, p. 102. *Tercer Censo Nacional de la República Argentina*, t. V, 1914, p. 76.

¹¹ *Anuario de la Dirección de Estadística de la Provincia de Córdoba*, Años 1900-1914, passim.

¹² En este aspecto, era dable reconocer 4 subregiones: la de gran concentración ubicada en Minas, Río Seco y Tulumba donde la tendencia a la inmovilidad en la distribución de la tierra alcanzó su máxima expresión; la conformada por Punilla, Ischilín y Cruz del eje donde el aglutinamiento fue menos significativo; la tercera región integrada por Pocho, Colón, Santa María; Sobremonte y Río Seco, caracterizada por medianas y grandes propiedades y la zona de San Javier, Río Primero y Calamuchita donde existía una preeminencia de predios rústicos de 200 a 1000 has.

¹³ *Anuario de la Dirección de Estadística de la Provincia de Córdoba*, Años 1915 y 1921.

¹⁴ *Censo Agropecuario Nacional: Año 1937*, t. 1, pp. 580 y 581.

¹⁵ MOREYRA, Beatriz I.: *La producción agropecuaria cordobesa: 1880-1930, cambios, transformaciones y permanencias*, Córdoba, Centro de Estudios Históricos, 1992, p. 45.

¹⁶ *Boletín de la dirección de Agricultura y Ganadería de la provincia de Córdoba*, abril de 1927, pp.7-9.

¹⁷ *Segundo Censo Nacional...* op. cit., t. III, p. 138; *Censo Agropecuario Nacional...* op. cit., pp. 204 y 420-421.

Tercer Censo Nacional... cit., t. I, pp. 927-928.

¹⁸ NEIMAN, Guillermo: “Reproducción y expansión en la agricultura familiar. Un estudio de caso en el Noroeste Argentino, en *Desarrollo Económico* 114, vol. 28, julio-setiembre de 1989.

¹⁹ ORTIZ BERGIA, María José y SALOMÓN Alejandra: “Estado y bienestar rural argentino en la primera mitad del siglo XX. Un problema historiográfico”, en *Historia Caribe* 31, vol. XII, Julio-Diciembre 2017, p. 22.



²⁰ ENTRENA DURÁN, Francisco: “Los territorios locales como espacios sociales: una aproximación a sus dinámicas en la era de la globalización”, en SÁNCHEZ VERA, Pedro y RIELLA Alberto (Comp.): *Globalización y perspectivas de la integración regional*, España, Universidad de Murcia, 2006:15.

²¹ MASCHERONI LAPORT, Paola: *Desigualdades sociales...* op. cit.

²² GARZÓN MACEDA, Félix: *La medicina en Córdoba. Apuntes para su historia*, Buenos Aires.

²³ *Los Principios*, enero 17 de 1906, p. 4.

²⁴ CÁMARA DE SENADORES DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA, *Diario de Sesiones*, Año 1911, pp. 1315-1316.

²⁵ *Tercer Censo Nacional de la República Argentina*, Buenos Aires, t. IV, 1917, pp. 482-487 y 569-574.

²⁶ *Los Principios*, noviembre 19 de 1926, p. 5.

²⁷ BOHOSLAVSKY, Ernesto y SOPRANO, German: *Un Estado con rostro humano. Funcionarios e instituciones estatales en la Argentina (desde 1880 a la actualidad)*, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010, pp. 20-23; ORTIZ BERGIA, María José: “El Estado en el interior nacional en la primera mitad del siglo XX. Aproximaciones historiográficas a un objeto en constante revisión”, en *Estudios Sociales del Estado*, vol. 1, núm. 1, primer semestre de 2015.

²⁸ *Compilación de Leyes y Decretos de la Provincia de Córdoba*, Ministerio de Gobierno, Año 1914, primera parte, p. 299.

²⁹ *Los Principios*, mayo 24, p. 2, c. 5.

³⁰ *Ibidem*, p. 3, c. 4.

³¹ MOREYRA, Beatriz, “La política social en Córdoba (1914-1930): ¿ruptura o continuidad?”, en *Carlos S. A. Segreti. In memoriam. Historia e historias*, Córdoba, Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”, t. II, 1999, pp. 435-470.

³² *La Voz del Interior*, 14 de mayo de 1907, p. 2.

³³ Merecen destacarse en este aspecto, los proyectos hidráulicos presentados para la construcción de diques, la creación de mataderos frigoríficos regionales, de haras en el norte para el refinamiento

de las haciendas, el plan de fomento frutícola, la descentralización de la obra de estímulo y la colonización de 12.000 has en pequeños lotes y largos plazos. Para más detalles ver MOREYRA, Beatriz I.: *La producción agropecuaria cordobesa: 1880-1930, cambios, transformaciones y permanencias*, Córdoba, Centro de Estudios Históricos, 1992, pp. 319- 322 y 561-569.





EL ACCESO A LA TIERRA EN AMÉRICA LATINA Y URUGUAY:

un breve recorrido histórico

MARTA CHIAPPE HERNÁNDEZ¹

El trabajo aborda las formas de lucha por el acceso a la tierra, las sucesivas marchas y contramarchas en las reformas agrarias y la inserción subordinada en la agricultura por parte de trabajadores y pequeños productores en América Latina y en Uruguay en el contexto de conformación y avance de desarrollo capitalista en la agricultura en América Latina. En la primera parte del trabajo se analizan las reformas agrarias ocurridas en América Latina según la clasificación de Bernstein (2011) quien distingue entre reformas agrarias de “abajo hacia arriba” y de “arriba hacia abajo”, y según la categorización de García (1982) quien diferencia tres tipos en función de su origen: a) estructurales, b) convencionales y c) marginales. Posteriormente se analiza la naturaleza del desarrollo capitalista y sus efectos en la estructura de clases de América Latina, según la conceptualización utilizada por diversos autores que siguiendo a Lenin, adoptan las categorías “via junker” o “via

¹ Departamento de Ciencias Sociales, Facultad de Agronomía, Universidad de la República. mchiappe@fagro.edu.uy

farmer” para caracterizar los patrones o rutas de transición de la agricultura pre-capitalista a la agricultura capitalista. Se examinan las preguntas esenciales que algunos investigadores se han formulado “¿en qué medida ha habido o habrá una proletarización del campesinado en América Latina y cuáles son las implicancias de la disolución del campesinado a medida que se proletariza gradualmente?” Luego se hace referencia a otras formas de acceso a la tierra que han ocurrido en particular desde la década de 1990 en América Latina, como son las ocupaciones e invasiones de tierras, principalmente en Brasil y Argentina. En la segunda parte de este trabajo se hace referencia al proceso de colonización y distribución de la tierra que se dio en Uruguay desde fines del siglo XIX. En este proceso se distinguen cuatro etapas, y dentro de la última— que se considera la más prolífica en materia de colonización—se detallan seis sub-etapas, de las cuales la última se caracterizó por una reactivación del Instituto de Colonización. Finalmente, se examina la situación actual en relación a la estructura de la tierra y su impacto en la conformación de la estructura social del sector agropecuario.

1. EL ACCESO A LA TIERRA EN AMÉRICA LATINA

Desde la colonización hasta nuestros días, la historia de América Latina ha estado signada por la lucha de trabajadores y pequeños productores por el acceso a la tierra. En este proceso, los movimientos y organizaciones de campesinos jugaron un papel sustantivo en las formas que adquirió la reestructuración agraria, paulatinamente tendiente a la democratización en el acceso al recurso tierra y a la distribución de los beneficios que genera la actividad agrícola.

Durante el siglo XX se sucedieron luchas campesinas que incidieron sobre las grandes transformaciones sociales y económicas



ocurridas a lo largo y ancho del continente, las que dieron lugar en algunos países a reformas agrarias que modificaron sustancialmente los regímenes agrarios existentes anteriormente. En este sentido se destacan el caso de México a principios de siglo (1910) y de Cuba y Nicaragua a partir de la segunda mitad del siglo XX (1959 y 1980 respectivamente). Tras el triunfo de la Revolución Cubana, y a partir de la creación de la Alianza para el Progreso promovida por Estados Unidos, se impulsaron otras reformas agrarias en Perú, Chile, Ecuador y Colombia con los apoyos de los gobiernos de turno respectivos. Finalmente, otros movimientos de reforma agraria fueron abortados (Guatemala en 1954, Brasil en 1964) o terminaron siendo congelados, como fue el caso de Bolivia de 1952.

Según Bernstein (2011), la redistribución de los derechos de propiedad de la tierra en general puede asumir muchas formas diferentes, entre ellas; la confiscación de haciendas y latifundios y su subdivisión entre pequeños agricultores; la concesión a pequeños agricultores de la propiedad de la tierra en la que trabajan; la nacionalización o socialización de grandes plantaciones y labores comerciales y la descolectivización de haciendas y comunas estatales (como ha sido el caso de China, Vietnam, Cuba y el antiguo bloque soviético). Los dos primeros tipos están asociados al lema «tierra para quien la trabaja» que surge de reformas agrarias tanto de «abajo hacia arriba» como de «arriba hacia abajo». Estas últimas, que tuvieron lugar en el período de pos-guerra fueron una reacción a una amenaza de sublevación social representada por las «guerras campesinas» y por la revolución social. La reforma agraria de «arriba para abajo» desapareció casi totalmente del espectro político agrícola y del desarrollo después de la década de 1970 pero retornó en 1990, reinventada como reforma basada en el mercado (vendedor interesado, comprador interesado) a través de un proce-



so en que el Estado compraba la tierra de quien quisiese venderla y después la distribuía entre quienes la quisiesen comprar.

Antonio García (1982) categoriza las reformas agrarias ocurridas en América Latina en tres tipos diferenciados en función de su origen: a) estructurales, b) convencionales y c) marginales. Las reformas agrarias estructurales son aquéllas que resultan de un proceso de transformación revolucionaria, el cual se traduce en el cambio de las relaciones de poder y en la sustancial modificación de las reglas institucionales de la sociedad tradicional; las reformas agrarias de tipo convencional forman parte de una operación negociada políticamente entre las antiguas y las nuevas fuerzas sociales por intermedio del sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas y revolucionarios o progresistas), y las reformas agrarias marginales, las cuales más que apuntar hacia la ruptura del monopolio de un grupo social sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas, de las relaciones de poder, de la distribución de los recursos y del sistema normativo, tienden a la modificación superficial de esas estructuras, a disminuir la presión social sobre la tierra, a moderar el sistema latifundista sin aniquilarlo, y a realizar operaciones periféricas de colonización o de complementación (por ejemplo, infraestructuras y servicios), apoyándose en el sistema tradicional de partidos y en las reglas institucionales de la sociedad tradicional (Alegrett, s/f).

La mayor parte de las reformas agrarias iniciadas en la década del sesenta se enmarca en esta última categoría, en particular las que tuvieron lugar entre 1961 y 1966, las cuales no planteaban un verdadero cambio estructural, sino que pretendían disminuir las presiones y conflictos rurales existentes en esa década. En algunos países se sustituyeron leyes conservadoras o de índole marginal, promulgadas en los primeros años por una legislación más radical que las convirtió en reformas «convencionales», «consensuadas»

o de «cambios parciales», como en el caso de Colombia (1968) y de Chile (1967); o incluso en reformas «revolucionarias» o «estructurales», como en el caso del Perú (1969) y de Chile durante el gobierno de Allende (1970). Entre las reformas agrarias con las cuales se logró, con un cierto grado de consenso y mediante la participación activa de partidos políticos progresistas y de organizaciones campesinas, un avance significativo en términos de afectación de tierras y dotación de familias beneficiarias figuran la de Venezuela de 1960 y la de Chile de 1967.

Las reformas que tuvieron lugar durante procesos revolucionarios violentos —como en México en la década del diez del siglo XX, en Bolivia en 1953 y en Cuba en 1959— fueron reformas de gran alcance que debilitaron el sistema latifundista y crearon nuevas formas de organización agraria. En México y en Bolivia se propició la explotación de tipo familiar o mixta y se establecieron restricciones a la propiedad de las tierras asignadas. En Cuba, se adoptó, en cambio, el modelo socialista; se avanzó rápidamente, a partir de 1963, hacia la colectivización de la tierra, y se reactivó, en la década del noventa, el sistema cooperativo y la pequeña propiedad familiar.

Las reformas revolucionarias del Perú (1969) y de Chile (1970) fueron reformas estructurales y masivas. En su ejecución se cometieron varios errores que las debilitaron, pero fue finalmente la brusca interrupción de los procesos revolucionarios nacionales la causa de la paralización y ulterior retorno a la situación anterior a la reforma.

A partir de la década del setenta, diversos organismos internacionales aprobaron y promulgaron una gran diversidad de documentos, producto de conferencias interamericanas y mundiales avallados por representantes de los gobiernos de los países miembros, que señalan la necesidad de poner en práctica procesos de reforma

agraria y desarrollo rural, en todos los países donde los gobiernos los consideraban necesarios. Esos documentos hacen referencia a las políticas, objetivos, programas, proyectos e instrumentos metodológicos necesarios para contribuir al éxito de las acciones en los diferentes temas. Entre éstos se destacan el *Marco Conceptual para la Reforma Agraria en América Latina* aprobado por la 11.^a Conferencia Regional de la FAO para América Latina en octubre de 1970 y por la VI Conferencia Interamericana de Agricultura, Lima, Perú, Mayo-junio de 1971; la declaración de principios y programa de Acción de la Conferencia Mundial sobre Reforma Agraria y Desarrollo Rural de la FAO, Carta del Campesino, Roma, julio de 1979; y el Informe y Declaración Final de la Conferencia Internacional sobre Reforma Agraria y Desarrollo Rural; Porto Alegre, Brasil, llevada a cabo desde el 7 al 10 de marzo de 2006. Esta Declaración evocó los importantes resultados de la Conferencia Mundial de Roma de julio de 1979 (Sandoval Villeda, 2006).

2. LOS PATRONES DE TRANSICIÓN AL DESARROLLO CAPITALISTA DE LA AGRICULTURA

La transformación social del sector agrario de América Latina ha sido estudiada ampliamente por numerosos investigadores, especialmente desde mediados del siglo pasado. Con el propósito de analizar la naturaleza del desarrollo capitalista y sus efectos en la estructura de clases de América Latina, diversos autores utilizaron la conceptualización de Lenin acerca de los patrones o rutas de transición de la agricultura precapitalista a la agricultura capitalista, que presentó en su análisis de la Rusia prerrevolucionaria. Uno es la vía *junker* o *prusiana*, que se caracteriza por la lenta transformación de las explotaciones feudales en empresas capitalistas.

Por esta vía, los campesinos, que previamente trabajaban en las explotaciones y pagaban su renta en servicios laborales o en especies, son sustituidos por trabajadores que reciben un salario. Así, el desarrollo del capitalismo por esta vía tiende a la transformación de la mayoría de los campesinos en trabajadores sin tierra o semi-proletarios.

La otra vía es la que se conoce como la vía *farmer* o *Americana*. En este caso, el cambio en la estructura social involucra una expansión en el número de pequeños productores, quienes acceden a la tierra ya sea por la expropiación de grandes latifundios por medio de procesos revolucionarios o reforma agraria, o por medio de procesos de colonización o de ocupación de nuevas tierras. A través de esta vía, los trabajadores familiares predominan sobre los trabajadores asalariados, y eventualmente pasan a ser productores empresariales, es decir, basan su explotación en trabajo asalariado. De esta manera, el desarrollo de la agricultura capitalista a través de la vía *farmer* conduce a la diferenciación social de los productores rurales. Aquellos con más disponibilidad de recursos acumulan tierra y capital, y están en condiciones de incorporar nueva tecnología y de contratar mano de obra, mientras que los que tienen menos recursos sufren pérdidas y eventualmente se unen al proletariado (De Janvry, 1981).

En los estudios sobre la transformación de la estructura agraria generalmente se asume que la vía *junker* ha sido predominante en toda la región. Luis Llambí (1990) señala que esta aseveración es incorrecta y basada en supuestos infundados, específicamente en lo que concierne a la superioridad numérica de la hacienda sobre otras formas productivas durante el período de exportación de materia primas, la asociación directa entre las grandes explotaciones de épocas anteriores y grandes empresas capitalistas, y la conexión entre los terratenientes de antaño y los empresarios

capitalistas actuales. El autor argumenta que las grandes extensiones (haciendas, plantaciones, latifundios) sirvieron como base de algunos procesos de reestructura que ocurrieron desde los años treinta. No obstante, sostiene que también ha habido rupturas radicales con la estructura social del pasado. Tanto las intervenciones del Estado que resultaron en reformas agrarias y contra-reformas, así como los incentivos del mercado y los cambios técnicos, han influido considerablemente en la transición agraria experimentada en América Latina. Del mismo modo, Alain de Janvry (1981) identifica diversas rutas por las cuales evolucionó el capitalismo en el sector agrario latinoamericano. Sostiene que la vía *junker* fue predominante «en las áreas con un fuerte dominio del latifundio en la estructura agraria y un campesinado relativamente débil».² Un ejemplo de esta forma de avance del capitalismo es el que se dio en Perú, antes de la reforma agraria de 1969, cuando los grandes propietarios expulsaron al campesinado de sus explotaciones. Asimismo, esta fue la vía de desarrollo del capitalismo en Colombia, Ecuador, Bolivia y Venezuela. En otros países, el desarrollo capitalista de la agricultura siguió la vía *farmer* durante algunos períodos como resultado de las reformas en la estructura agraria que abolieron las grandes explotaciones: en México, después de 1934; en Perú, después de 1969; en República Dominicana; en Bolivia después de 1953 y en Chile, entre 1969 y 1973. Otra ruta más reciente ha sido la del «empresario contratista», por la cual las compañías multinacionales de agronegocios establecen contratos con empresarios agrícolas locales que son responsables del proceso de producción. Otra ruta, llamada la «ruta mercantil», es producto de la inversión del capital local originado en actividades urbanas y la compra de tierras agrícolas. Los grupos involucrados son en

² Traducción propia.

general profesionales, militares y tecnócratas, con lo cual se ejerce control urbano sobre las empresas rurales. En la medida que los propietarios están ausentes, la producción está basada principalmente en trabajo asalariado. Esta ruta se encuentra en Colombia, Argentina y Uruguay, entre otros países.

Paralelamente al análisis de los patrones de desarrollo capitalista en la agricultura, las preguntas esenciales que algunos investigadores se han formulado giran en torno a «¿en qué medida ha habido o habrá una proletarianización del campesinado en América Latina y cuáles son las implicancias de la disolución del campesinado a medida que se proletarianiza gradualmente?» (Chilcote y Edelstein, 1986: 49). Las conclusiones a estas preguntas son diversas, dependiendo de los autores y los países estudiados. En el caso de México, por ejemplo, el desarrollo del capitalismo produjo la disolución de una gran parte del campesinado. Como resultado, una gran proporción de la población económicamente activa (PEA) pasó a formar parte del proletariado y a depender de un salario para garantizar su sobrevivencia. Para la década del setenta, la proporción de trabajo asalariado en el campo era entre un 30 y 40 % de la PEA agrícola en la mayoría de los países de América Latina y en algunos casos estaba por encima del 50 %, lo cual indicaba un alto grado de proletarianización (Kay, 1997). Para el año de 1996, el porcentaje no había variado mayormente: la CEPAL registró cerca de 14 millones de trabajadores agrícolas sujetos a relaciones laborales de carácter salarial, lo que representaba 34,1 % de la mano de obra agrícola total, calculada en ese momento en alrededor de 41 millones de personas (Dirven, 1997). Según Irma Acosta Reveles (2006), Argentina, Uruguay, Chile, y Colombia están entre los países en los que los trabajadores agrícolas asalariados superan en número a los trabajadores familiares, y los dos primeros se distinguen por la difusión relativamente temprana de estos vínculos.

No obstante, la organización del trabajo no capitalista ha tenido y sigue teniendo un peso significativo y una importancia estratégica para comprender el desarrollo de la agricultura propiamente capitalista, y el perfil de las relaciones salariales en la agricultura.

De Janvry, Sadoulet y Young (1987) sostienen que entre 1960 y 1980, en la mayoría de los países de América Latina, el sector campesino creció tanto en valores absolutos como relativos. Asimismo, señalan que el número de pequeños establecimientos creció en 15 de los 18 países estudiados³ aunque el tamaño de los establecimientos decreció. Esto estaría indicando que el campesinado ha transitado cambios cualitativos, pasando de ser productores a tiempo completo a ser crecientemente dependientes de ingresos extraprediales (principalmente salarios). De acuerdo a estos autores, el desarrollo del capitalismo en el sector agrario ha creado altos niveles de semi-proletarización en el campesinado latinoamericano.

Cristóbal Kay (1997) argumenta que con el fin de comprender los efectos del desarrollo capitalista en la estructura social de América Latina es necesario distinguir entre los procesos de proletarización *interna* y *externa*. La proletarización interna ocurre cuando la organización productiva existente en una gran explotación se transforma siguiendo una lógica capitalista en respuesta a las demandas del mercado. Con el incremento de la mecanización, que comienza a ser atractiva por la disponibilidad de créditos subsidiados y la moneda sobrevaluada, la explotación de la tierra se torna rentable y los arrendatarios prescindibles. Quienes residían y trabajaban en la explotación son transformados en proletariado rural y a partir de entonces su subsistencia depende de un salario. La proletarización externa se produce cuando las pequeñas parce-

³ Esta afirmación puede no ser válida para todos los países estudiados, debido a que en algunos casos la información recabada se deriva de los datos de los censos de los sesenta.

las son expropiadas y los campesinos son expulsados de sus tierras. Asimismo, este proceso ocurre como resultado del crecimiento de la población o por un proceso de diferenciación socioeconómica entre el campesinado (Kay, 1982). Según señala el autor, la proletarización externa ha sido el patrón dominante en América Latina, aunque en algunos lugares ha sido resistida por campesinos y productores de pequeña escala.

Otros fenómenos de relevancia desde la década del noventa en América Latina han sido las ocupaciones e invasiones de tierras (Veltmeyer, 2008). Como forma de acceso a las tierras la ocupación es una acción de resistencia inherente a la formación del campesinado dentro del proceso contradictorio del desarrollo capitalista. Según Fernandes (2008) «la ocupación es parte de un movimiento de resistencia en defensa de los intereses de los trabajadores e incluye la expropiación del latifundio, el asentamiento de familias, la producción y reproducción del trabajo familiar, la creación de políticas agrícolas dirigidas al desarrollo de campesinos y la generación de políticas públicas que garanticen los derechos básicos de la ciudadanía».

Henry Veltmeyer (2008) señala que el fenómeno de ocupaciones de tierras puede ser entendido en el contexto latinoamericano como una lucha de clases prolongada y en curso en las zonas rurales. Si bien las condiciones históricas, la dinámica política y las formas de esta lucha son variables y contingentes, las ocupaciones de tierras son parte de una amplia estrategia de reforma agraria que privilegia la acción directa, dentro de un contexto más amplio de lucha de clases mundial en contra del capitalismo y el neoliberalismo. El autor ubica al campesinado en el contexto de América Latina, como la fuerza motriz detrás de esta estrategia y reconoce en este sector un agente de cambio político y una fuerza de transformación social.

En el caso de Brasil, en las últimas décadas la ocupación de tierras se ha convertido en una importante forma de acceso a la tierra (Fernandes, 2008). A pesar que desde los sesenta se han elaborado políticas de reforma agraria, como son el Estatuto de Tierras (1964) y el Plan de Reforma Agraria Nacional (1986) estos no han sido implementados, sino que por el contrario el modelo de desarrollo agrícola ha intensificado la concentración de la propiedad de tierra, la expropiación de territorios y la consecuente expulsión de millones de familias. Según Martins (1981, citado por Fernandes, 2008), por medio de la ocupación de tierras, los trabajadores inician un proceso de resocialización, por el cual al tiempo que luchan contra el capital, se subordinan a él, en tanto se insertan dentro de la producción capitalista.

Diversos autores sostienen que el más dinámico y exitoso de los movimientos de América Latina que han utilizado la ocupación como táctica para acceder a la tierra es el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST o Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra), una organización nacional de campesinos y trabajadores sin tierra brasileños formada a mediados de la década del ochenta, en el contexto de una amplia lucha civil para establecer una amplia reforma agraria.⁴ En la década del sesenta, se estableció en Brasil una legislación de reforma agraria similar en su forma a los programas de reforma agraria conducidos por el Estado en otros países en los años sesenta y setenta. A través de estos, se posibilita la expropiación de grandes tenencias de tierras estimadas como «improductivas» por no tener «uso social». Sin embargo, en Brasil y otros sitios, para la década del noventa poca

⁴ La acción del MST se ha mantenido a lo largo de su historia de lucha, con un promedio de superficie ocupada de 345 ha por año, y el asentamiento de más de medio millón de familias (569.733) en 25.598 hectáreas de tierra (Dataluta, 2002, citado por Mançano, 2008).

tierra había sido realmente transferida, lo cual llevó a los movimientos campesinos a organizarse. Entre otros movimientos que se destacan por haber utilizado tácticas de ocupación directa se encuentran el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) en México, la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador, CONAIE), y la Federación Nacional Campesina (Paraguay) (Veltmeyer, 2008).

En Argentina, desde la década del noventa comenzó en el nordeste de la provincia de Misiones un conflicto por la tierra entre ocupantes de tierras privadas y sus propietarios (cuestionados por ocupantes y organizaciones no gubernamentales por apropiación indebida), el cual derivó en la sanción del Plan de Arraigo y Colonización (Ley 4093 del año 2004). Si bien esta normativa fue considerada un éxito de la movilización y de las acciones de lucha por parte de los ocupantes, el conflicto se ha mantenido en un estado de «latencia» por la lentitud en la realización de los pasos necesarios para la implementación de la Ley (Manzanal, Arzeno, Bonzi, Ponce y Villarreal, 2010).

Otra modalidad de expansión del capitalismo en la agricultura que comienza a perfilarse a comienzo del siglo XXI y se expande en la primera década es el denominado «acaparamiento de tierras» (*landgrabbing*). A nivel mundial, se estima que desde el año 2000 hasta 2015, se han vendido o concesionado casi 38 millones de hectáreas, principalmente en África, lo cual representa más del 60% de las adquisiciones a escala mundial. Los países involucrados en las inversiones son China, India, Brasil, Sudáfrica y Corea del Sur; los países petroleros del Golfo; Estados Unidos y algunas naciones europeas (Anseeuw y otros, 2012, citado en Giraldo, 2015). Este fenómeno, que ha provocado un cambio radical en la estructura agraria de los países afectados y acentuó el desplazamiento de los campesinos, ha sido analizado por diversos autores desde

distintos enfoques. Una investigación realizada en América Latina y Caribe por FAO en 2009 adopta una definición de acaparamiento que incluye el cumplimiento de tres condiciones: 1) ser operaciones de gran escala, con un umbral mínimo de mil hectáreas por operación; 2) el involucramiento de gobiernos extranjeros en el proceso; y 3) los proyectos de inversión son considerados una amenaza para los países donde estos tienen lugar. En función de estas consideraciones, el análisis realizado por FAO en 17 países de América Latina concluye que solo en Brasil y Argentina se han registrado procesos de acaparamiento de tierras (Gómez, 2012). Frente al estudio realizado en América Latina, organizaciones y movimientos sociales presentes en la III Conferencia Especial para la Soberanía Alimentaria organizada en marzo 2012 (previa a la 32.^a Conferencia Regional de la FAO), cuestionaron fuertemente en una declaración la postura tomada por FAO, que excluye las inversiones privadas de su concepción de acaparamiento y solo considera la presencia del Estado como inversor, otorgando en cambio un papel central al avance de los agronegocios en el proceso de acaparamiento (GRAIN, 2012).

Saturnino Borrás, Cristóbal Kay, Sergio Gómez y John Wilkinson (2013), en su análisis sobre el acaparamiento de tierra en América Latina, adoptan una definición más amplia y consideran que este incluye no solo la compra sino el control sobre el recurso tierra, el agua y otros recursos asociados a ella, con el objetivo de extraer beneficios y favorecer la acumulación de capital por parte de las empresas transnacionales que intervienen en el proceso. Desde esta perspectiva, no son solo los gobiernos los que intervienen sino también fondos de pensión, bancos, grupos de inversión privada de Europa y Estados Unidos, empresas extranjeras incluso en asociación con empresas locales y también individuos con fortunas acumuladas como George Soros.



Así, el acaparamiento de tierras ha tenido diferentes características en los distintos continentes. En África y en Asia ha estado caracterizado por acuerdos entre dos Estados para la compra o arrendamiento de grandes extensiones (cien, doscientas mil hectáreas o más), con el propósito de que quien compra produzca alimentos bajo su propio control y los exporte (Burch, 2013). En particular en América Latina, de acuerdo con los datos brindados por LandMatrix (citado por Giraldo, 2015), se estima que en entre 2000 y 2015 se han efectuado transacciones que afectan 5,6 millones de hectáreas, una superficie similar a la de Costa Rica. Si bien se reconoce distintos niveles de intensidad entre países, desde principios del siglo XXI se detectan cambios profundos en Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guatemala, Paraguay, Perú y Uruguay, aunque se manifiesta que es un proceso que se presenta en casi todas las naciones del subcontinente, y que es altamente probable se profundice en los próximos años. Asimismo, cabe notar que el fenómeno no ocurre solo entre países o empresas de distintos continentes, sino que puede darse dentro del mismo continente. En este sentido, Brasil, además de ser objetivo de acaparamiento, es también promotor, a través de inversionistas brasileños o del propio gobierno, que compran tierras en América Latina y África, o financian la construcción de caminos, puentes y carreteras para abrir tierras para desarrollar proyectos agrícolas a gran escala de donde se exportarían productos a Brasil (GRAIN, 2010).

3. DISTRIBUCIÓN DE LA TIERRA, COLONIZACIÓN, CONCENTRACIÓN Y ESTRUCTURA AGRARIA EN URUGUAY

3.1. EL PROCESO DE COLONIZACIÓN Y DISTRIBUCIÓN DE LA TIERRA

En Uruguay no existió una reforma agraria ni lucha por la tie-

rra por parte de movimientos agrarios hasta la década del sesenta, cuando los trabajadores de la caña de azúcar de Bella Unión, a través del sindicato UTAA, reclamaban «tierra para el que la trabaja». En 1962, la expropiación de 33.000 hectáreas improductivas en la zona de Bella Unión marca el primer escalón en la lucha por la reforma agraria (Merenson, 2008). En el ámbito parlamentario, entre 1960 y 1964 se presentaron diez proyectos de reforma agraria que prácticamente involucraban a todo el espectro ideológico. Marcel Achkar (2005) señala que al momento de la primera movilización de los trabajadores de caña de azúcar había en el parlamento dos proyectos presentados por las bancadas del Partido Comunista (PCU) y del Partido Socialista (PSU); tres proyectos de la Unión Cívica, dos de los sectores herreristas, otros dos de la Unión Blanca Democrática, uno del Partido Colorado y dos pertenecientes a grupos batllistas. Si bien ninguno de los proyectos se convirtió en ley entre los años 1940 y 1964, este fue un período en el que la cuestión agraria constituyó uno de los temas centrales del debate parlamentario.

Más allá de la escasa incidencia que ha tenido en términos generales la legislación que ampara la distribución de la tierra en el país, desde principios del siglo XX se promulgaron leyes que han fomentado el fraccionamiento de tierras destinadas a colonización. Así, en 1921, se promulga la Ley 7377, que autorizaba al Banco Hipotecario del Uruguay (BHU) a otorgar préstamos sobre tierras destinadas a la agricultura y facultaba a la Comisión Asesora de Colonización para adquirir campos destinados a ser fraccionados y adjudicados a los colonos con la previa conformidad del BHU, por un máximo de 73 hectáreas. Por esta ley se obligaba a los colonos beneficiarios del préstamo a habitar la finca adjudicada y a trabajar la tierra por sí mismo o con su familia o a explotar en su chacra industrias agrícolas o granjeras, fomentando de este modo la radicación en el campo de las familias beneficiarias. Posterior-

mente, en 1923, la Ley 7426 introduce una modificación del inciso final Art. 6 de la Ley 7377 que amplía a un máximo de 75 hectáreas la extensión a adjudicar y crea la Sección de Fomento Rural y Colonización del BHU. El mismo año, a través de la Ley 7615, se autoriza al Poder Ejecutivo a emitir un empréstito que se denominará «Fomento Rural y Colonización» y en 1929 se aumenta el capital de la Sección Fomento Rural y Colonización y se dan normas para las operaciones a efectuar. Entre 1932 y 1945 se promulgan leyes que habilitan a conceder préstamos para explotaciones agropecuarias, se aumenta el capital de la Sección Fomento Rural y Colonización del Banco Hipotecario y se autorizan nuevas expropiaciones.

En mayo de 1945, la Comisión Nacional de Fomento Rural organizó en Paysandú el Congreso Nacional de la Colonización, el cual reunió a delegados de instituciones oficiales (BHU, BROU, facultades, ANCAP, MGAP, Consejo Nacional de Enseñanza primaria y normal; Instituto Nacional de Investigaciones Geográficas, Intendencias, senadores, diputados, etc.); y representantes de gremios y sindicatos vinculados con el sector agropecuario tales como Federación Rural, organizaciones de maestros, Asociación de Ing. Agrónomos, federaciones de gremiales agropecuarias, asociaciones de estudiantes, sindicatos rurales, sindicatos cristianos, federaciones de sindicatos, cámaras mercantiles, cooperativas, centros de estudios e investigaciones, centros comerciales e industriales; representantes de las Sociedades de Fomento Rural de todos los puntos de país. Este congreso sentó las bases para la creación del Instituto Nacional de Colonización (INC), al contar con la presentación de varias propuestas de proyectos de creación de una institución especializada en colonización. Muchos artículos de estos proyectos de ley fueron recogidos por la Ley 11.029, promulgada en 1948 y por la cual se funda el INC.

Miguel Vassallo (2001) identifica cuatro etapas en la historia de

la colonización en Uruguay. La primera se remonta a la segunda mitad del siglo XIX y estuvo caracterizada por iniciativas de colonización privada, con acuerdo del gobierno, donde inmigrantes europeos eran asentados en tierras fiscales o adquiridas para la colonización. Durante la segunda etapa, que abarcó el primer batllismo (1905-1923), fue el Estado el que asumió la política de colonización a través de la Comisión Honoraria de Colonización; en total, se asignaron 21.428 hectáreas con propiedad privada de la tierra. La tercera etapa (1924-1947) se centró en la acción del Banco Hipotecario del Uruguay, que a través de su Sección de Fomento y Colonización financió la adjudicación de 199.435 hectáreas con diversas formas de tenencia y agrupamiento (parcelas aisladas y colonias). La cuarta etapa—la más prolífica en materia de colonización— comienza con la creación del INC en 1948 a través de la Ley 11.029. Entre los años 1948 y 1997, el INC colonizó 361.230 hectáreas; no obstante la existencia de un marco jurídico proclive a la transformación estructural de la tenencia de la tierra, la tasa anual de compra de tierras anuales y la entrega de tierras fueron inferiores a la etapa anterior.

El autor explica esta situación por la existencia de factores dinámicos, inherentes a la variación en la coyuntura política del país, que permite identificar varias sub-etapas dentro de ésta: 1) un primer período (1948-1958) de alta tasa colonizadora fruto del patrón de acumulación de industrialización por sustitución de importaciones (ISI) en pleno neobatllismo; 2) un segundo período (1959-1968) de claro estancamiento que marcó el inicio de las reformas liberales y aperturistas; 3) un breve tercer período (1969-1971) que, a pesar de estar marcado por la profundización de medidas conservadoras, tuvo un impulso de la colonización por la presencia de sectores reformistas en el INC; 4) el período regresivo (1972-1984) en el marco de la dictadura cívico-militar que restringió la entrega de tierras y provocó un alto endeudamiento de los colonos, y 5) el denominado



por Vassallo (2012) como período reciente (1985-1998), que puede extenderse hasta el año 2004, donde a pesar de la recomposición institucional del INC y el enfrentamiento al problema del endeudamiento, estuvo signado por la falta de voluntad política para entregar tierras, en plena etapa neoliberal, que lleva el récord de ser el período de menor tasa colonizadora.

En efecto, entre 1985 y 1989 el Instituto adquirió 5.809 hectáreas, entre 1990 y 1994 se compraron 19.513, y en el período siguiente (1995-1999) 3.280 hectáreas, mientras en el período 2000-2004 el INC apenas compró 45 hectáreas, y en el siguiente quinquenio (2005-2009) se compraron 42.840 hectáreas. (Oyhantçabal, 2013). En suma, desde 1905 hasta el año 2004, la superficie comprada para entregar a los aspirantes a colonos fue de 556.313 hectáreas, con una tasa de colonización promedio de aproximadamente 5500 hectáreas por año. Sin embargo, es importante señalar que no toda la tierra comprada permaneció en el INC sino que parte de la superficie fue vendida a particulares. Miguel Vassallo (2012) señala que mientras en el período 1973-2004 el INC compró 54.121 hectáreas y vendió 73.476 hectáreas,⁵ con un saldo negativo de 19.355 hectáreas.

A estos cinco períodos hay que agregarle un sexto en el marco de la llegada al gobierno del Frente Amplio que reactivó la colonización luego de más de 30 años. La nueva política incluyó nuevos instrumentos legislativos que dotaron al INC de tierras y recursos para la compra. Entre diciembre de 2006 y julio de 2007 estuvo vigente el impuesto a las transmisiones patrimoniales (ITP) que gravó las transacciones de tierra de más de 500 hectáreas con destino al INC. Luego de julio del 2007 el Ministerio de Economía y

⁵ En el período 2000-2004, bajo la presidencia de Jorge Batlle, hubo una iniciativa gubernamental para cerrar el INC que, entre otros, contó con la resistencia de UTAA y las organizaciones de trabajadores de Bella Unión (Moraes, 2012).

Finanzas (MEF) se comprometió a trasladar un monto equivalente al INC. Con estos recursos se estimaban comprar 4000 hectáreas por año. A fines de 2007 el Parlamento aprobó la Ley 18.187 de Colonización de Tierras que, entre otras disposiciones, estableció en su artículo 1 el pasaje de tierras del Estado al INC (Díaz, 2007). El último instrumento a destacar es la creación del Impuesto a la Concentración de Inmuebles Rurales (ICIR, Ley 18.876)⁶ a fines de 2011, cuya segunda sección estableció la modificación del régimen de tributación de IRPF y el IRAE para los campos adquiridos antes de julio de 2007, logrando un incremento en recaudación estimada para 2012 en US\$ 18 millones, los cuales habilitaba la compra de entre 4000 y 5000 hectáreas más por año (Oyhantçabal, 2013). Entre los años 2005 y 2015 el INC incorporó 91.800 ha a su patrimonio, adquiridas en el mercado de tierra (propietario público o privado) y 9389 ha cedidas para su administración por otros organismos estatales. En síntesis, entre 2005 y 2014 el INC entregó en el entorno de las cien mil hectáreas, con un promedio de compra anual de alrededor de 10.000 hectáreas por año. En el año 2019, la superficie ocupada era de 610.304 hectáreas (4% de la superficie productiva del país), de las cuales 53% estaban en arrendamiento, 48% en propiedad y las restantes en otras formas de tenencia (comodato, promitente comprador) y sin adjudicar (8%) (INC, 2019a)

De acuerdo con Andrés Berterreche (2011), la última etapa estuvo caracterizada no solamente por un fuerte incremento en la compra de tierras sino por el desarrollo de nuevos modelos coloni-

⁶ La primera sección del ICIR fue declarada inconstitucional por la Suprema Corte de Justicia en febrero de 2013, a partir de lo cual el parlamento derogó esta sección y, a iniciativa del Poder Ejecutivo, aprobó la derogación de las exoneraciones al Impuesto al Patrimonio para inmuebles rurales con alta acumulación de activos, con el objetivo de recaudar un monto equivalente al ICIR: US\$ 60 millones entre los propietarios de más de 2000 hectáreas CONEAT 100.

zadores. Además de las fracciones individuales que componen las colonias, desde el año 2005 se definió desarrollar experiencias de carácter colectivo mediante diversas formas asociativas de productores y asalariados rurales. La implementación de esta iniciativa conlleva cambios en la estructura institucional y se crea el Departamento Experiencias Asociativas. Entre las experiencias asociativas se encuentran los campos de cría para el sector lechero y otros sectores de la ganadería nacional; los campos destinados a organizaciones de productores para producción de forraje suplementario para uso conjunto; las fracciones de uso conjunto para productores con ganado y sin campo; las fracciones otorgadas a sindicatos de asalariados rurales, en particular en la caña de azúcar, entre otras.

A partir de fines de 2014, el INC promueve la cotitularidad del acceso a la tierra, priorizando la adjudicación a mujeres en los procesos de selección. En el periodo 2005-2014 ingresaron al INC 301 nuevos colonos de los cuales sólo el 14% son mujeres. Entre los años 2015 al 2019, se realizaron 260 adjudicaciones e ingresaron 452 personas, 243 varones y 209 mujeres como titulares de unidades de producción familiares (INC, 2019b).

4. ESTRUCTURA AGRARIA Y CONCENTRACIÓN DE LA TIERRA

Paralelamente al paulatino avance del proceso de adjudicación de tierras a colonos por parte del INC, entre los años 1960 y 2011, el número total de explotaciones agropecuarias en el país se redujo casi a la mitad mientras que su tamaño promedio se incrementó a casi el doble. Es especialmente notorio el aumento en la superficie promedio a partir del año 2000, el cual ocurre concomitantemente a una fuerte caída en el número de explotaciones totales (Gráfico 1).

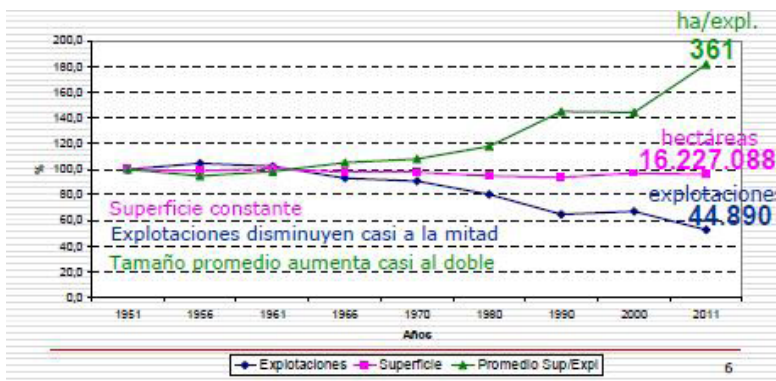


GRÁFICO 1. Evolución del número y tamaño promedio de las explotaciones y la superficie censadas, por año de censo. Total nacional. Año 1951=100. Fuente: DIEA- MGAP (2012).

En el Cuadro 2 (en la página siguiente) se observa la evolución del número de establecimientos según el estrato de tamaño desde comienzos del siglo XX hasta el año 2011, año en que se llevó a cabo el último Censo Agropecuario a nivel nacional (DIEA, 2012).

De acuerdo con las cifras, los predios de menos de cien hectáreas registran la mayor tasa de crecimiento en la primera mitad del siglo: su número se duplica entre 1908 y 1937 y su crecimiento continúa hasta 1961. A partir de allí comienza un proceso de disminución de esta franja que alcanza su máxima tasa en la década del ochenta. De las explotaciones desaparecidas entre 1960 y 1990, la amplia mayoría (98 %) correspondía al estrato de menos de cien hectáreas. Entre los años 2000 y 2011, el 91 % de la disminución corresponde a establecimientos menores de cien hectáreas.

SUPERFICIE EXPLOTACIÓN	AÑOS										
	1908	1913	1937	1951	1961	1970	1990	2000 ⁷	2011 ⁸		
1.000 Y + HA	3.781	3.551	3.485	3.602	3.809	3.961	4.030	4.034	4.138		
100 A 999 HA	15.375	18.995	17.467	18.530	18.085	16.963	16.975	17.052	15.821		
1 A 99 HVA	24.433	35.984	52.462	63.126	65.034	56.239	33.811	36.045	24.931		
TOTAL	43.874	58.530	73.414	85.258	86.928	77.163	54.816	57.131	44.890		

CUADRO 2. Evolución del número de explotaciones agropecuarias entre 1908 y 2011. Fuente: H. Finch (1980) citado por Piñeiro (1994) y Censos Generales Agropecuarios 2000 y 2011.

⁷ El aumento en el año 2000 del número de explotaciones según la Dirección de Estadísticas Agropecuarias, organismo encargado de realizar el Censo, se debe por un lado, al aumento entre las explotaciones de menos de 5 hectáreas, categorizadas como “no comerciales” lo cual a su vez puede estar explicado por “cambios metodológicos en la operativa de campo –incluyendo el uso de una nueva base cartográfica– que muy posiblemente hayan mejorado la cobertura de censos anteriores en algunas zonas contiguas a las principales áreas urbanas” (DIEA, 2000). En los restantes tramos de tamaño, compuestos por establecimientos de neto carácter comercial, el número de explotaciones se ha mantenido en niveles muy similares a los del censo anterior, en una clara contraposición a lo acontecido entre 1970 y 1990, período en el que desaparecieron más de 22 mil explotaciones agropecuarias o sea casi el 30% de las censadas en 1970. Se concluye que en el período 1990–2000 se detuvo el proceso de desaparición de explotaciones.

⁸ De acuerdo con los datos presentados por DIEA, el censo del 2011 no censó 9,087 explotaciones (8,428 explotaciones por no tener actividad agropecuaria entre el 1 de julio de 2010 y el 30 de junio de 2011 y 659 por ser menores a 1 hectárea) (DIEA, 2012).

La disminución no fue equivalente entre los estratos de menos de cien hectáreas sino que desaparecieron en mayor medida los predios más pequeños: entre 1960 y 1990, el número de predios correspondiente al estrato de menos de cincuenta hectáreas se redujo a la mitad, mientras que el estrato entre cincuenta y cien hectáreas perdió 30 % de las explotaciones. La misma tendencia ocurrió entre los años 2000 y 2011: la pérdida de predios del estrato de menos de veinte hectáreas fue del 40 %, mientras que los comprendidos entre veinte y 99 hectáreas disminuyeron en un 20 %. Si bien como señala Diego Piñeiro (1985), no existe una correspondencia directa entre el tamaño de establecimiento y la categoría de productor familiar, es dable suponer que existe un alto número de productores familiares que se encuentra en el rango de superficie menor a 100 hectáreas. A falta de información actualizada sobre la magnitud de la producción familiar en su conjunto, el estrato menor a 100 ha puede servir como aproximación numérica de este sector. Cabe resaltar que la cantidad de predios de menos de cien hectáreas en el 2011 —unos veinticinco mil establecimientos— es casi igual a la que había en el censo de 1908 y el número de predios totales es de tan solo mil más que a principios del siglo XX. Si se toma como referencia el Registro de Productores Familiares de la Dirección General de Desarrollo Rural del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, en 2014 se registraban 22.858 explotaciones con productores familiares, de las cuales 71 % se encontraban por debajo de las cien hectáreas (DGDR, 2014).

Al contrastar el número de explotaciones con la superficie que ocupa cada estrato, se evidencia el fuerte proceso de concentración de la tierra que ocurrió en la segunda mitad del siglo XX y la primera década del siglo XXI. En efecto, para el 2011, el estrato de menos de cien hectáreas con 24.931 explotaciones (55,5 % del total) ocupaba 4,5 % de la superficie bajo producción agropecuaria



mientras que el estrato de más de mil hectáreas con 4138 establecimientos (9 % del total) concentraba 61,3 % de la tierra, es decir, casi diez millones de hectáreas (cuadro 3).

TAMAÑO DE LA EXPLOTACIÓN	EXPLOTACIONES		SUPERFICIE		
	TOTAL	%	TOTAL	%	HA/ EXPLOTACIÓN
TOTAL	44.890	100	16.227.088	100	361
1 A 19	12.274	27,3	104.696	0,6	9
20 A 99	12.567	28,2	632.564	3,9	50
100 A 199	5.540	12,3	790.426	4,9	143
200 A 499	6.473	14,4	2.078.220	12,8	321
500 A 999	3.808	8,5	2.680.466	16,5	704
1000 A 2499	2.970	6,6	4.493.059	27,7	1.513
DE 2500 Y MÁS	1.168	2,6	5.447.657	33,6	4.664

CUADRO 3. *Explotaciones y superficie según tamaño de la explotación (2011). Fuente: DIEA-MGAP (2012).*

En relación a la evolución de las explotaciones entre los años 2000 y 2011, según su rubro de ingreso principal, se observa en primer término que a excepción del número de establecimientos que tienen como principal ingreso el rubro «cereales y oleaginosos», todos los demás establecimientos que tienen otros rubros como principal ingreso tuvieron una fuerte caída. En segundo término, los estratos de 1 a 19 y de 20 a 99 ha fueron los que perdieron más explotaciones para todos los rubros, a excepción del estrato de 20 a 99 hectáreas que creció para el rubro «cereales y oleaginosos». Los establecimientos cuya disminución fue mayor fueron los que tienen la ganadería extensiva como principal rubro. Esto ocurrió en todos los estratos de tamaño pero principalmente en los de menos de cien hectáreas: de los 7493 establecimientos con ganadería como rubro principal que se perdieron, 70 % corresponden a este

estrato. Le sigue el estrato menor a veinte hectáreas, cuya mayoría tiene como rubro principal el denominado «otros», el cual incluye horticultura, fruticultura, aves, cerdos y viticultura. En la lechería, el estrato que presenta mayor pérdida de explotaciones (50 %) es el que comprende explotaciones de 20 a 99 hectáreas (cuadro 4).

Algunos productores más capitalizados pudieron «reconvertirse»⁹ e introducir algunos cambios tecnológicos para intensificar la producción y de esa manera acercar el tiempo de producción y el tiempo de trabajo (por ej. mediante agricultura bajo cobertura plástica o en invernáculos) al tiempo de incorporar trabajo asalariado. En estos casos, es probable que hayan dejado de ser productores familiares propiamente dichos y pasaran a ser productores en transición o empresariales. No obstante, la mayoría de los productores familiares tiene limitantes no solo de capital sino de tierra, lo cual conlleva un alto grado de vulnerabilidad y riesgo de permanencia en la producción, y, por ende, implica que muchos integrantes de este sector no puedan continuar en la producción.

⁹ Se utiliza este término en referencia a la introducción de mejoras en las esferas productiva y tecnológica en los establecimientos (por ejemplo, sustitución de especies de frutales de baja productividad por otras de mayor productividad).

CENSO		TOTAL	1-19	20-99	100-499	500 Y MÁS
TOTAL NACIONAL	2011	44.890	12.274	12.657	12.013	7.946
	2000	57.131	20.464	15.581	13.165	7.921
DIFERENCIA 2011 - 2000		-12.241	-8.190	-2.924	-1.152	25
GANADERÍA EXTENSIVA (CARNE Y OVINA)	2011	24.848	2.954	7.151	8.665	6.078
	2000	32.341	5.898	9.448	10.082	6.913
DIFERENCIA		-7.493	-2.944	-2.297	-1.417	-835
LECHERÍA	2011	4.398	515	1.935	1.590	358
	2000	6.037	891	2.802	1.943	401
DIFERENCIA		-1.639	-376	-867	-353	-43
CEREALES-OLEAGINOSOS (INCLUYE ARROZ)	2011	2.481	153	494	880	954
	2000	1.482	348	331	466	337
DIFERENCIA		999	-195	163	414	617
FORESTACIÓN	2011	785	49	114	242	380
	2000	1.015	284	286	254	191
DIFERENCIA		-230	-235	-172	-12	189
OTROS	2011	7.496	4.782	1.937	602	175
	2000	11.236	8.263	2.476	418	79
DIFERENCIA		-3.740	-3.481	-539	184	96
NO COMERCIALES	2011	4.882	3.821	1.026	34	1
	2000	5.020	4.780	238	2	0
DIFERENCIA		-138	-959	788	32	1

CUADRO 4. Evolución (2000-2011) de explotaciones censadas por tamaño, según rubro de ingreso principal. Fuente: DIEA-MGAP (2012)

El proceso de concentración de la tierra que se ha dado desde mediados del siglo pasado se acentuó desde el año 2002, año en el que comienza a darse paulatinamente la salida a la crisis económica en que se vio sumergido el país y la región durante el año anterior. Este proceso fue acompañado de un intenso dinamismo en el mercado de tierras acompañado por un fuerte incremento de la

extranjerización de la tierra y un aumento en el precio de la misma. En efecto, entre 2000 y 2011, los establecimientos de más de mil hectáreas pasaron de ocupar 55 % del territorio a ocupar 60,6 %, al tiempo que se produjo un importante crecimiento del control de la tierra productiva del país por personas jurídicas (en general sociedades anónimas) que pasaron de controlar 1% a 43,1% del territorio (Oyhantçábal, Narbondo y Areosa, 2014). En relación al precio, el valor de una hectárea se multiplicó por nueve en diez años, pasando de valer 386 dólares americanos en el año 2003 a la cifra record de 3519 dólares en el año 2013 (gráfico 2). En los años subsiguientes, el precio promedio se mantuvo relativamente estable, siendo para 2019 de 3.342 dólares por hectárea (DIEA, 2020)

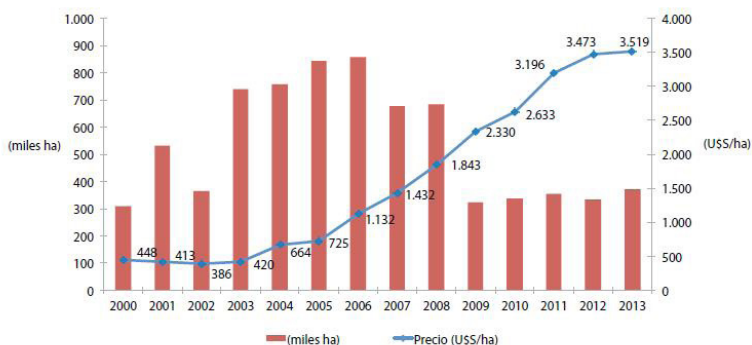


GRÁFICO 2. Evolución de la superficie de tierra vendida y precio promedio (2000-2013). Fuente: DIEA-MGAP (2014).

El número de hectáreas vendidas fue en aumento entre los años 2003 a 2006 oscilando entre 800.000 y 900.000 al año, para luego decrecer a un promedio de 300.000 al año entre los años 2009 a 2013. En total, entre los años 2000 y 2013, se comercializaron 7485 millones de hectáreas, lo que representa aproximadamente 47 % de la superficie agropecuaria del país. Las 32.492 operacio-

nes registradas en el periodo alcanzaron un monto de USD 10.365 millones y los departamentos con más superficie vendida fueron Cerro Largo, Tacuarembó y Paysandú (DIEA, 2014). Dentro de las compras efectuadas en estos períodos, se encuentran las realizadas por empresas transnacionales o multinacionales, tales como las tres mayores empresas forestales Montes del Plata (de origen chileno y sueco-finlandés), Weyerhaeuser (de origen estadounidense) y UPM (de origen finlandés) cuya extensión global sumando las tres alcanzaba en el año 2014 casi 600.000 ha; empresas brasileñas y argentinas dedicadas a la agricultura de secano (soja, trigo, maíz, girasol, etc.) y la ganadería; y otras empresas provenientes de Francia, Japón, China, Dinamarca, España y Canadá, entre otros países, dedicadas a agricultura, ganadería, lechería, y forestación. De acuerdo al relevamiento de grandes empresas agropecuarias realizado por Oyhantçabal, Narbondo y Areosa (2014) 27 conglomerados empresariales concentraban 1.641.000 hectáreas, es decir, 10 % de la superficie productiva, una superficie similar a los 21.645 establecimientos registrados como agricultores familiares que en 2013 acumulaban 1.690.000 hectáreas. Teniendo en cuenta la información presentada y la conceptualización realizada por Borrás y otros (2013) sobre acaparamiento, es posible señalar que el fenómeno está presente en Uruguay, si bien como señalan Oyhantçabal, Narbondo y Areosa (2014) y Piñeiro (2012) éste presenta algunas particularidades que lo diferencian del resto de América Latina y del mundo: la compra de tierras por parte de extranjeros proviene del sector privado y no de gobiernos, y los propietarios anteriores cedieron voluntariamente sus derechos de propiedad sobre la tierra mediante compra-venta o arrendamiento. A estas características se agrega que una parte de los agricultores familiares y empresarios medianos que cedieron sus tierras se ha reincorporado al sector como empresarios prestadores de servicios agrícolas para las tareas

de siembra, control de plagas y malezas, y cosecha, convirtiéndose así en actores funcionales al agronegocio.

CONSIDERACIONES FINALES

Desde la conformación de estados independientes latinoamericanos, el acceso a la tierra ha sido tema de debate político y un espacio de confrontación de intereses entre los grupos sociales agrarios poseedores y no poseedores de la misma. Los diferentes tipos de reformas agrarias y políticas de distribución de tierras que se llevaron a cabo no lograron suprimir la tendencia creciente a la concentración de la tierra, y la expulsión de campesinos y agricultores familiares ha sido la constante a lo largo de la historia de los últimos cien años. En Uruguay, la creación del Instituto Nacional de Colonización fue el instrumento legal que dio lugar en forma restringida a la distribución de tierra para los no poseedores. Si bien la tasa de compra de tierras se duplicó durante el período 2005-2014 en que gobernó la izquierda (Frente Amplio) respecto a los 100 años anteriores, la superficie colonizada representa apenas un 4% de la tierra productiva del país. En Uruguay, como en el resto de América Latina, la tendencia al desplazamiento de los sectores campesinos y de agricultores familiares sólo podrá ser revertida a través de la lucha y movilización de los sectores más sumergidos, y la voluntad política de los gobiernos de turno de promover una distribución más equitativa de la tierra.

BIBLIOGRAFÍA

Achkar, M. (2005). «Soberanía alimentaria y reforma agraria en Uruguay», en Córdoba, L. (comp.), *Colonización y Reforma Agra-*



ria. Montevideo: Cadesyc. Montevideo.

Acosta Reveles, I. (2006). «El asalariado agrícola en América Latina. Estado del conocimiento y propuesta de interpretación». *Revista Electrónica Zacatecana sobre Población y Sociedad*, vol. 6, n.º 28, pp. 0-16. Disponible en: <http://mpr.ub.uni-muenchen.de/6050/> [Consultado el 26 de abril de 2019].

Alegrett, R. (s/f). *Evolución y tendencias de las reformas agrarias en América Latina*. Disponible en <http://www.fao.org/docrep/006/j0415t/j0415t0b.htm> [Consultado el 26 de abril de 2019].

Bernstein, H. (2011). *Dinâmicas de classe da mudança agraria*. San Pablo: UNESP.

Berterreche, A. (2011). *Políticas públicas para facilitar el acceso a la tierra. El caso del Instituto Nacional de Colonización en el Uruguay*. Coyuntura Agropecuaria IICA. Disponible en: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/uruguay/Documentos%20de%20la%20Oficina/CoyunturaAgropecuaria/coy-set2011.pdf>

Borrás, S.; Kay, C.; Gómez, S. y Wilkinson, J. (2013). «Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina». *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, n.º 38, pp. 75-103. Disponible en: <https://repub.eur.nl/pub/50476/> [Consultado el 26 de abril de 2019].

Burch, S. (2013). Entrevista con Cristóbal Kay: Acaparamiento de tierras en América Latina. América Latina en Movimiento (publicación en línea). <https://www.alainet.org/active/68928https://www.alainet.org/active/68928>

Chilcote, R. H. y Edelstein, J. C. (1986). *Latin America: Capitalist and socialist perspectives of development and underdevelopment*. Boulder: Westview Press.

De Janvry, A. (1981). *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore-Londres: The John Hopkins University Press.

De Janvry, A.; Sadoulet, E. y Young, L. W. (1989). «Land and labor in Latin American agriculture from the 195s to the 198s». *Journal of Peasant Studies*, vol. 16, n.º 3, pp. 396-424.

DGDR (2014). Estado de situación de la producción familiar agropecuaria y los agricultores familiares en base al CGA y RPFA Dis-

ponible en <http://www.mgap.gub.uy/sites/default/files/multimedia/pptpafregistros2015.pdf>

Díaz, P. (2007). «Esbozo de una Sociología de las Ocupaciones de Tierra en el Uruguay», en *IV Jornadas de Jóvenes Investigadores*, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 19, 20 y 21 de setiembre. Disponible en: http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/jovenes_investigadores/4jornadasjovenes/ejes/eje%203%20protesta%20conflicto%20cambio/ponencias/diaz,%20pablo.pdf [Consultado el 26 de abril de 2019].

DIEA (2012). *Censo General Agropecuario 2011. Resultados Definitivos*. Montevideo: MGAP, Disponible en: http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/Country_info_2010/Reports/Reports_5/URY_SPA_REP_2011.pdf [Consultado el 26 de abril de 2019].

DIEA (2014). *Anuario Estadístico Agropecuario*. Montevideo: MGAP. Disponible en: http://www.mgap.gub.uy/sites/default/files/anuario_2014_-_diea.pdf [Consultado el 26 de abril de 2019].

DIEA (2020). *Informe DIEA “Serie Precio de la Tierra” Compraventas Año 2019*.

Disponible en: <https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/datos-y-estadisticas/estadisticas/informe-diea-serie-precio-tierra-compraventas-ano-2019>

Dirven, M. (1997). *El empleo agrícola en América Latina y el Caribe: pasado reciente y perspectivas*. Serie Desarrollo Productivo, 43. Santiago de Chile: CEPAL.

Fernandes, B. M. (2008). «La ocupación como una forma de acceso a la tierra en Brasil: una contribución teórica y metodológica», en Moyo, S. y Yeros, P. (coords.) *Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina*. Buenos Aires: Clacso.

García, A. (1982). *Modelos operacionales de reforma agraria y desarrollo rural en América Latina*. San José Costa Rica: IICA.

Giraldo, O. F. (2015). «Agroextractivismo y acaparamiento de tierras en América Latina: una lectura desde la ecología política». *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 77, n.º 4, pp. 637-662.

Gómez, S. (2012). “Reflexiones finales”. En F. Soto Baquero y S. Gómez, eds., *Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe*. Santiago, FAO, pp. 553-589. Disponible en: <http://www.fao.org/3/i2547s/i2547s.pdf>

GRAIN (2010). *El Nuevo acaparamiento de tierras en América Latina*. Disponible en: <https://www.grain.org/es/article/entries/3996-el-nuevo-acaparamiento-de-tierras-en-america-latina> [Consultado el 26 de abril de 2019].

GRAIN (2012). *Acaparamiento de tierras: ¿En América Latina si hay acaparamiento de tierras!* Disponible en: <https://www.grain.org/article/entries/4498-acaparamiento-de-tierras-en-america-latina-si-hay-acaparamiento-de-tierras> [Consultado el 26 de abril de 2019].

INC (2015) Instituto Nacional de Colonización. *Plan político estratégico del Instituto Nacional de Colonización para el periodo 2015-2019*.

INC (2019a). Instituto Nacional de Colonización *DOCUMENTO 1: Datos globales de la política de tierras del Instituto Nacional de Colonización. Unidad Seguimiento y Evaluación de procesos colonizadores*. Disponible en: <https://www.colonizacion.com.uy/documents/20182/44228/Doc+1+actualizado+junio+2019.pdf/6c093f91-7b53-4165-b011-74edb09da6cd>

INC (2019b). Instituto Nacional de Colonización. Documento N.º 3: Acceso a la tierra desde una perspectiva de género Unidad de Seguimiento y Evaluación de Procesos Colonizadores Asistencia Técnica y Desarrollo de las Colonias – Género y Generaciones <https://www.colonizacion.com.uy/acceso-a-la-tierra-desde-una-propuesta-de-genero>

Kay, C. (1997). «Latin America’s Exclusionary Rural Development in A Neo-Liberal World». Paper presentado en la *Meeting of the Latin American Studies Association (LASA)*, Guadalajara, Mexico, abril.

Kay, C. (1982). «El desarrollo del capitalismo agrario y la formación de una burguesía agraria en Bolivia, Perú, y Chile». *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 44, n.º 4. doi: 10.2307/3540131

La República (2013). *INC ha comprado más de 81.000 hectáreas desde 2005 hasta ahora* 24/10/2013. <http://www.republica.com.uy/inc-ha-comprado-mas-de-81-000-hectareas-desde-2005-hasta-ahora/>

Llambí, L. (1990). «Transitions to and within capitalism: Agrarian transitions in Latin America». *Sociologia Ruralis*, vol. 30, n.º 2. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1990.tb00408.x>

Mançano Fernandes, B. (2008) La ocupación como una forma de acceso a la tierra en Brasil: una contribución teórica y metodológica. En «*Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina.*» Sam Moyo y Paris Yeros [coord.]. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. ISBN 978-987-1183-85-2 <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/moyo/15Fernandes.pdf>

Manzanal, M.; Arzeno, M.; Bonzi, L.; Ponce, M. y Villarreal, F. (2010). «Disputas por los recursos territoriales en el norte argentino. Diversas expresiones de lucha, dominación y poder», en Manzanal, M. y Neiman G. (comps.), *Las agriculturas familiares del Mercosur: Trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: Ciccus.

Merenson, S. (2008). «Teorías, prácticas y representaciones de la categoría «campesino» entre los peludos de Bella Unión, República Oriental del Uruguay». *Prácticas de oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales*, n.º 3. Disponible en: <http://ides.org.ar/wp-content/uploads/2012/04/artic221.pdf> [Consultado el 26 de abril de 2019].

Moraes, A. (2012). *¿Campo en disputa? El acceso a la tierra de los trabajadores de UTAA al 'Campo de Placeres' en Bella Unión*. Tesis de Ingeniero Agrónomo. Montevideo: Facultad de Agronomía Universidad de la República.

Oyhantçabal, G. (2013). *¿Yo sé quién soy? Contradicciones en el pasaje de asalariado a colono-productor. El caso de la Colonia Raúl Sendic Antonaccio, Bella Unión*. Tesis de Maestría en Ciencias Agrarias. Montevideo: Facultad de Agronomía, Universidad de la República.

Oyhantçabal, G.; Narbondo, I. y Areosa, P. (2014). «¿Acaparamiento de tierras en Uruguay? Un análisis del proceso reciente de con-

centración y extranjerización de la tierra», presentado al 2.º Congreso de Ciencias Sociales Agrarias, Salto. Disponible en https://www.academia.edu/14746627/_Acaparamiento_de_tierras_en_Uruguay [Consultado el 26 de abril de 2019].

Piñeiro, D. (1985). Agricultura familiar y estrategias de sobrevivencia Montevideo (Uruguay): AGRODATA, 8 p. Trabajo presentado en el Primer Seminario Nacional sobre la Pequeña Producción Agropecuaria en el Uruguay. MGAP-FAO

Piñeiro, D. (2012). «Land grabbing: concentration and “foreignisation” of land in Uruguay». *Canadian Journal of Development Studies*, vol. 33, n.º 4, pp. 471-489.

Sandoval Villeda, L. (2006). «Viabilidad de la Reforma Agraria Integral en Guatemala». *Territorios*pp. 45-65. Instituto de Estudios Agrarios y Rurales. Disponible en http://www.congcoop.org.gt/images/Revista_Territorios_I_-_Reforma_Agraria_Integral.pdf

Vassallo, M. (2001). *Desarrollo Rural. Teorías, enfoques y problemas nacionales*. Cap. 6. La Colonización en el Uruguay y sus aportes al desarrollo rural. Facultad de Agronomía, Universidad de la República. Montevideo.

Vassallo, M. (2012). «Precio y arrendamiento de la tierra en el Uruguay» en Vassallo, M. (ed.), *Dinámica y competencia intrasectorial en el agro. Uruguay 2000-2010*. Montevideo: Facultad de Agronomía, Universidad de la República, 2.ª ed.

Veltmeyer, H. (2008). «La dinámica de las ocupaciones de tierras en América Latina», en Moyo, S. y Yeros, P. (coords.) *Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina*. Buenos Aires: Clacso. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/moyo/14Velt.pdf> [Consultado el 26 de abril de 2019].



IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE MEGAPROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

SILVANA WINCKLER¹

ARLENE RENK²

Em algum sentido, pode-se dizer que o Estado nasceu com a vocação de facilitar o desenvolvimento do capitalismo como modo de organização das relações entre capital e trabalho e, ao mesmo tempo, entre economia e natureza. Há análises teóricas que corroboram esta afirmação, a exemplo desta de García Guerrero (2014, 544, tradução nossa):

No antigo regime europeu não podia funcionar um sistema capitalista. As propriedades, imóveis, móveis, empresas e relações econômicas não podiam ficar ao arbítrio do Monarca absoluto. O sistema capitalista necessitava a segurança jurídica conferida pelo Estado de Direito. Era imprescindível que se determinasse previamente quem elaborava as nor-

¹ Doutora em Direito. Docente dos programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e Direito da Unochapecó.

² Doutora em Antropologia Social. Docente dos programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e Direito da Unochapecó.

mas com incidência no campo econômico e através de que procedimentos, assim como quem controlava a submissão a essas normas. Que se pudesse conhecer antecipadamente as consequências jurídicas de uma determinada ação ou omissão. Finalmente, era conveniente reservar um âmbito imune de intervenções frente ao poder político em torno aos direitos de propriedade e empresa.

No entanto, não somente interesses capitalistas definiram o rol de valores consagrados nas constituições modernas e contemporâneas. As cartas constitucionais incorporaram, em consonância com as configurações políticas de cada época, valores liberais, sociais e inclusive meta ou transindividuais, como os direitos do consumidor e ambientais. O que se costuma designar como gerações ou dimensões de direitos fundamentais corresponde a diferentes configurações³ de relações entre liberdade e regulação econômica. Assim aconteceu com a edificação jurídica das liberdades de contrato e de empresa, corolário do direito de propriedade privada que se estendeu aos meios de produção. O mesmo se pode dizer dos direitos sociais dos trabalhadores, ao imporem obrigações ao Estado e ao patrão.

Essas considerações iniciais se justificam ante a contradição que se apresenta aos Estados contemporâneos por haverem assumido desafios de proteção ambiental em franca oposição às inclinações desenvolvimentistas que nutrem a economia capitalista mundializada.

O objetivo deste trabalho é analisar o papel desempenhado pelo Estado brasileiro nas dinâmicas desenvolvimentistas que

³ Wolkmer (2003) prefere utilizar a expressão “dimensões” dos direitos humanos em vez de “gerações”, por entender que este segundo dá a ideia de superação de etapas, quando, na realidade, os direitos humanos são conquistados processualmente e em diferentes ritmos, a depender das sociedades em questão, renovando-se e atualizando-se permanentemente.

marcam as primeiras décadas do século XXI, em colaboração com empreendedores e agências financeiras, bem como os impactos socioambientais dessa política econômica nas populações atingidas por grandes empreendimentos (megaobras). Metodologicamente, trata-se de estudo bibliográfico e documental.

Nesse aspecto, vemos a necessidade de pôr em evidência o significado do termo “desenvolvimento”, o qual se localiza no centro de discursos econômicos, políticos e sociais acerca dos limites da liberdade de empresa e da regulação estatal quando se trata de assegurar a sustentabilidade socioambiental.

1. O DESENVOLVIMENTO COMO IDEOLOGIA E A DESCONSTRUÇÃO PARADIGMÁTICA DA ECONOMIA ECOLÓGICA

O antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro (1991, p. 19-20) afirma que o desenvolvimento, além de uma multiplicidade de fenômenos econômicos e políticos, é uma ideologia e uma utopia do final do século XX:

“Desenvolvimento sustentável” foi visto como um compromisso político-ideológico entre as posições mais radicais do campo desenvolvimentista que não se preocupavam com a destruição da natureza e as posições mais radicais do campo ambientalista que defendiam a bandeira do “crescimento zero”. Os discursos sobre desenvolvimento passaram a ser vistos como metarrelatos salvíficos, de caráter transcendental e com pretensões universalistas, que apresentavam uma receita de “progresso”.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, é descrita pelo autor como “mega ritual global de integração das elites transnacionais”. O desenvolvimento

sustentável faz parte de um panorama de ideias que emoldura as últimas décadas do século passado, em meio a crises ideológicas e ante a consolidação do “capitalismo triunfante” (RIBEIRO, 2011).

Em formulações anteriores, “desenvolvimento” aparecia como categoria emoldurada pelo contexto de reordenação econômica do pós-guerra, herdeira da ideia de progresso. A adjetivação “sustentável” acrescentada pelo ambientalismo vem situá-la no campo das ideias e dos valores contemporâneos em disputa⁴:

Uma das principais características dos sistemas ideacionais é que se compõem de diferentes apelos de legitimidade sobre distintas questões que são percebidas como centrais para a reprodução da vida social. Mais além das funções integrativo-simbólicas que são uma das facetas de qualquer sistema ideacional, pode-se concordar, como disse, que as ideologias referem-se a um conjunto de referentes passados que são construídos com o propósito de interpretar e, com frequência, manipular o presente. (RIBEIRO, 1991, p. 65-66).

Isso explica, em parte, a permanência da crença no desenvolvimento sustentável como solução para a crise ambiental global. Essa crença dá suporte a políticas internacionais de meio ambiente, como as convenções sobre o clima, a biodiversidade e a desertificação. As cúpulas mundiais – por exemplo, as do Rio (1992), Johannesburgo (2002) e Rio+20 (2012) – cumprem o papel de testemunhas da boa vontade dos Estados e das organizações internacionais (inclusive as corporações) para superá-la.

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento dispõe, nos princípios 4 e 8, respectivamente, que “A proteção

⁴ Outras adjetivações são, exemplificativamente, “industrial”, “capitalista”, “socialista”, “para dentro”, “para fora”, “comunitário”, “desigual”, “dependente”.

ambiental constitui parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada de forma isolada”, e que “Os estados deverão reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de consumo e produção e promover políticas demográficas apropriadas”. Do ponto de vista da Economia Ecológica, estes princípios representam limites objetivos ao crescimento econômico. O mesmo não se pode afirmar a respeito da Economia do Meio ambiente, que assume os pressupostos da Economia neoclássica.

Uma leitura desse movimento de ambientalização das políticas desenvolvimentistas a partir do paradigma bioeconômico proposto por Nicholas Georgescu-Roegen (2012)⁵ proporciona-nos a possibilidade de ruptura com a ideologia do desenvolvimento naquilo que tem de reducionismo à noção de “crescimento”. O economista romeno, discípulo de Joseph Schumpeter, toma como ponto de partida de sua análise a confusão que a Economia neoclássica faz entre “crescimento” e “desenvolvimento”. Georgescu-Roegen recorre às leis da física a fim de demonstrar a insustentabilidade do crescimento ilimitado, o qual desconsidera o segundo princípio da termodinâmica (a Lei da Entropia).

Na perspectiva da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1991), desenvolvimento sustentável é

[...] o desenvolvimento que garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas

⁵ “As proposições de Georgescu-Roegen vêm sendo incorporadas à teoria econômica, no Brasil, por autores como Corazza (2005), Mueller (2005, 2007), Cechin (2010), Veiga (2009), Cechin e Veiga (2010), Almeida (2016), May *et al.* (2010). A principal obra daquele autor que se encontra traduzida ao português se intitula *O decrescimento: entropia, Ecologia, Economia* (2012). Estas são referências importantes para proporcionar o adensamento das análises sobre a sustentabilidade desde a perspectiva interdisciplinar, com ênfase na Economia ecológica.” (PEREIRA; WINCKLER, 2017, p. 383).

necessidades. Engloba dois conceitos chave: o conceito de necessidades, em particular as necessidades básicas dos pobres de todo o mundo, aos quais se deve dar absoluta prioridade; e o conceito de limitações, impostas pelo estado da tecnologia e pela organização social, à capacidade do meio ambiente de assegurar sejam atendidas as necessidades presentes e futuras.

Tal definição logrou tornar idealmente conciliáveis o crescimento econômico e o desenvolvimento “com sustentabilidade” (econômica, social e ambiental). Está subentendida a viabilidade de sustentar os atuais padrões de produção e de consumo, desde que adotadas algumas medidas de proteção ambiental destinadas a minorar os impactos da exploração de recursos naturais e da geração de resíduos.

As formulações bioeconômicas de Nicholas Georgescu-Roegen aproximam Economia e Ecologia e elevam o nível de complexidade do debate acerca da sustentabilidade do desenvolvimento.

A noção de entropia, negligenciada pela Economia neoclássica, é central nas análises da bioecologia. Nas palavras de Mueller (2005, p. 689):

A contribuição de Georgescu-Roegen permitiu ressaltar a essência entrópica do funcionamento da economia, abrindo caminho para análises construídas sobre base mais realista das inter-relações entre o sistema econômico e o meio ambiente, centrais para avaliações bem fundadas da sustentabilidade do desenvolvimento.

A entropia, quando referida a processos econômicos, pode ser compreendida como “uma medida de energia não utilizável num sistema termodinâmico” (WEBSTERS COLLEGIATE DICTIONNARY, 1948 *apud* GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 58).



Georgescu-Roegen inicia o primeiro capítulo de *O decrescimento* (2012), intitulado “A lei da entropia e o problema econômico”, desferindo severa crítica à Economia neoclássica. O ponto fulcral da crítica é a matriz mecanicista que continuou a orientar o pensamento econômico mesmo depois do mecanicismo, como dogma, ter sido praticamente abandonado tanto na física quanto na filosofia. (PEREIRA; WINCKLER, 2017, p. 383).

Georgescu-Roegen introduz a noção de “entropia” na análise econômica; com fundamento no suposto de que os recursos naturais são representativos de valor econômico, afirma que há diferença de valor entre o que é absorvido no processo econômico e o que dele resulta:

Como economista não ortodoxo que sou, eu acrescentaria que aquilo que entra no processo econômico consiste em *recursos naturais de valor* e o que é rejeitado consiste em *resíduos sem valor*. Essa diferença qualitativa está confirmada, embora em outros termos, por uma divisão particular e até mesmo singular da física conhecida pelo nome de termodinâmica. Do ponto de vista da termodinâmica, a matéria-energia absorvida pelo processo econômico o é num estado de *baixa entropia* e sai num estado de *alta entropia*. (GEORGESCU-ROE-GEN, 2012, p. 57, grifos do autor).

A diferença de valor é justificada pelos estados qualitativos diferenciados entre a energia livre ou utilizável e a energia presa ou não utilizável. Esta última é dispersa e desordenada, e por essa razão não tem valor econômico, à medida que não pode ser convertida em calor ou em trabalho.

Para Charles C. Mueller (2005), a finitude da evolução bioeconômica da humanidade é um dado que se sustenta na escassez

dos recursos naturais não renováveis. A reciclagem é um recurso limitado e a substitutibilidade dos materiais encontra limites:

A madeira retirada de uma floresta poderá vir a ser substituída por outros materiais (ferro, plástico etc.) ou por madeira de reflorestamento. O mesmo não se pode dizer acerca dos serviços ecossistêmicos prestados pela floresta nativa. Os ecossistemas florestais cumprem funções ecológicas complexas e insubstituíveis, que não se limitam ao fornecimento de madeiras, frutos, sementes, enzimas, corantes, entre outros. Atuam na conformação do clima, nos regimes hídricos, abrigam biodiversidade conhecida e por conhecer. (PEREIRA; WINCKLER, 2017, p. 387).

Os limites ecológicos mencionados, juntamente com aportes teóricos provenientes da Economia, são determinantes para a compreensão da noção de “sustentabilidade”. Na sociedade globalizada, as dinâmicas econômicas e socioambientais sofrem a influência do intenso fluxo de pessoas (trabalhadores, consumidores), produtos, matérias-primas, tecnologias e informações. O modelo capitalista de produção intensifica os processos de conversão de recursos naturais em produtos e serviços que alimentam padrões insustentáveis de consumo e de entropia.

2. NEOEXTRATIVISMO, “CONSENSO DAS COMMODITIES” E ECONOMIA GLOBAL

A globalização econômica é parte de um fenômeno complexo que apresenta diferentes facetas e dinâmicas. Ribeiro (2011) define “globalização” sob duas fórmulas: a primeira a traduz como o aumento na circulação de coisas, pessoas e informações em escala



global; a segunda diz que a globalização está relacionada ao entremesclar das relações entre lugares: “Globalização é o aumento da influência do que não está aqui, aqui.” (RIBEIRO, 2011, p. 7).

A ênfase, neste trabalho, recai sobre algumas implicações sociais, econômicas e ecológicas dos processos de globalização, examinados desde a perspectiva de um país latino-americano. O Brasil, como outros países latino-americanos, tem inserção internacional subordinada à globalização econômica, figurando como provedor de matéria-prima, especialmente de recursos minerais e agropecuários (GUDYNAS, 2012).

Maristella Svampa (2013, p. 30, tradução nossa) afirma: “Na última década, a América Latina realizou a passagem do *Consenso de Washington*, assentado sobre a valorização financeira, ao ‘Consenso das *commodities*’⁶, baseado na exploração de bens primários em grande escala.” Essa etapa corresponde ao que Gudynas (2008, 2010, 2012) chama “neoextractivismo”: atividade econômica que sustenta as exportações da região aos países industrializados asiáticos e, também, à Europa e Estados Unidos.

Portanto, o que de modo geral aqui denominamos “Consenso das *commodities*” sublinha o ingresso em uma nova ordem, ao mesmo tempo econômica e político-ideológica, sustentada pelo *boom* dos preços internacionais das matérias primas e dos bens de consumo cada vez mais demandados pelos países centrais e pelas potências emergentes, o que gera indubitáveis vantagens compara-

⁶ “En este artículo utilizamos el concepto de *commodities* en un sentido amplio, como ‘productos indiferenciados cuyos precios se fijan internacionalmente’, o como ‘productos de fabricación, disponibilidad y demanda mundial, que tienen un rango de precios internacional y no requieren tecnología avanzada para su fabricación y procesamiento’. Ambas definiciones incluyen desde materias primas a granel hasta productos semielaborados o industriales. Para el caso de América Latina, la demanda de *commodities* está concentrada en productos alimentarios, como el maíz, la soja y el trigo, así como en hidrocarburos (gas y petróleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estaño, bauxita, zinc, entre otros.” (SVAMPA, 2013, p. 31).

tivas visíveis no crescimento econômico e o aumento das reservas monetárias, ao passo que produz novas assimetrias e profundas desigualdades nas sociedades latino-americanas. (SVAMPA, 2013, p. 31, tradução nossa).

A exploração e a exportação de matérias-primas não são atividades novas na América Latina. A conjuntura atual, entretanto, é distinta daquela de séculos anteriores, sob o sistema colonial ou imperial. Primeiro, e aqui nos referimos ao contexto das primeiras décadas do século XX até o final dos anos 1970, houve uma mobilização desses países rumo à industrialização, à substituição de importações e à progressiva integração na economia mundial. As apostas na indústria nacional perderam fôlego mediante a internacionalização dos capitais e a financeirização da economia. De outro lado, a partir dos anos 1980, a valorização dos recursos ambientais se estendeu para além de sua utilidade de gerar bens de consumo. Hoje em dia, tem-se conhecimento e consciência da relevância de ditos recursos para a qualidade e sanidade ambiental, assim como se sabe que os serviços ecossistêmicos não são substituíveis. O que Svampa (2013) designa “giro ecoterritorial” dá conta das novas linguagens de valoração presentes nas lutas socioambientais que se travam por todo o continente.

A destruição de biomas é inerente à intervenção territorial que as atividades extrativas impõem. A extração de minerais, madeiras e a produção agropecuária estão entre as mais relevantes atividades econômicas primárias atualmente em curso. Agrega-se a produção de energia hídrica, necessária à atividade mineradora, essencialmente eletrointensiva, e outras obras (megaprojetos) de infraestrutura necessárias à operação dos grandes complexos exportadores (ferrovias, gasodutos, minerodutos, portos, hidrovias etc.).

Atualizando-se as projeções da Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), tem-se um pa-

norama do modelo de desenvolvimento pretendido pelos governos da região. As ações do neoextrativismo e do “Consenso das *commodities*” relatadas por Gudynas (2008, 2010, 2012) e Svampa (2013) encontram respaldo nas estratégias dos Estados. No que diz respeito aos países sul-americanos, foi constituído o Plano de Ação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), cujas tratativas tiveram início no ano 2000. Entre seus objetivos, constam estes: desenvolver uma infraestrutura para a integração regional, reconhecendo e dando continuidade aos logros e avanços da IIRSA e incorporando-os a seu marco de trabalho; fomentar a cooperação regional em planificação e infraestrutura, mediante alianças estratégicas entre os Estados-membros da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) (IIRSA, 2016).

O plano da IIRSA conta com dez eixos de integração e desenvolvimento, de caráter multinacional:

1. Eixo Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia): tem como objetivo a integração energética, especialmente para a construção de gasodutos;
2. Eixo de Capricórnio (norte do Chile e da Argentina, Paraguai, sul do Brasil): tem como objetivos a integração energética e a incorporação de novas terras à agricultura de exportação e àquela voltada à produção de biocombustíveis;
3. Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador, Brasil): prevê a criação de uma rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, destinada à exportação;
4. Eixo do Sul (sul do Chile e da Argentina): tem como objetivo a exploração do turismo e de recursos energéticos (petróleo e gás);

5. Eixo Interoceânico Central (Brasil, Paraguai, Bolívia, Chile, Peru): contempla uma rede de transportes para exportação de produtos agrícolas brasileiros e de minerais bolivianos pelo Pacífico;
6. Eixo Mercosul-Chile (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile): busca a integração energética com ênfase na instalação de gasodutos e usinas hidrelétricas;
7. Eixo Peru-Bolívia-Brasil: destina-se ao redirecionamento do fluxo das exportações agrícolas brasileiras ao Pacífico;
8. Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai): prevê a integração dos transportes fluviais e o incremento na oferta de energia hidrelétrica⁷;
9. Eixo do Escudo Guiano (Venezuela, Guiana, Suriname, Brasil): destina-se ao aperfeiçoamento da rede de estradas;
10. Eixo Andino do Sul (fronteira do Chile com a Argentina): busca desenvolver o turismo e a rede de transportes.

Em termos financeiros, os recursos da IIRSA vinham inicialmente das agências multilaterais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF), Fondo Interamericano para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA); mais recentemente, provêm do brasileiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – a inserção deste banco encontrou ressonância na política brasileira

⁷ Na década de 1990, a Coalizão Rios Vivos mobilizou organizações não governamentais, associações indígenas e movimentos sociais contra a instalação da Hidrovia Paraná-Paraguai, denunciando a insustentabilidade socioambiental do projeto, que impactaria direta e indiretamente povos indígenas e camponeses, além de ameaçar de extinção o bioma do Pantanal brasileiro. Graças à repercussão internacional do tema, a obra foi suspensa (ver TREVISOL, 2000). Agora, no Plano de Ações da IIRSA, essa intervenção ambiental ressurgiu como eixo; a obra prevê a retificação e o aumento do calado dos rios, a fim de permitir a navegação de grandes embarcações.

de crescimento econômico, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁸.

O BNDES vem atuando no âmbito da IIRSA fomentando grandes obras de infraestrutura nas quais, preferencialmente, grandes empreiteiras brasileiras estão envolvidas. Este é um sinal de que, como se pode ler na página do Banco na internet, o BNDES tem promovido a internacionalização de empresas brasileiras. Mais adiante veremos que as condições desses empréstimos e financiamentos não são necessariamente positivas para as contas públicas brasileiras, e que os eixos de interligação das obras de infraestrutura promovem a facilitação do escoamento da produção majoritariamente de matérias-primas. (HIRT, 2013, p. 3).

No que diz respeito às instituições financeiras regionais, Gudyndas (2008) alerta para o caráter singular do fato de estas se encontrarem nas mãos dos próprios governos sul-americanos, como alternativas às instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, clássicos credores desses governos. Para o autor, as instituições financeiras regionais contariam com vantagens tais como o fato de serem territorialmente regionais, o processo de decisão encontrar-se nas mãos dos governantes e serem financiamentos convencionais, como os projetos de infraestrutura, energia, expansão empresarial e cooperação técnica.

Em nível internacional, o BNDES também apoia o processo chamado de “internacionalização” das

⁸ O PAC foi criado em 2007, durante o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010). O objetivo do programa era promover a aceleração do crescimento econômico do País mediante investimentos em obras de infraestrutura. Em 2011, na gestão de Dilma Rousseff, O PAC inaugurou sua segunda fase.

empresas brasileiras. Para tanto, não só garante empréstimos, mas também instala fundos de investimento e chega a coparticipar em aquisições e fusões de empresas em outros países. Os procedimentos mais comuns têm sido outorgar empréstimos por meio dos quais as empresas brasileiras adquirem empresas em outros países (como no caso da compra do setor agroalimentar da Argentina e do Uruguai por capitais brasileiros), atuar como controlador e financiador de aquisições (por exemplo, no caso da Companhia Vale do Rio Doce CVRD), comprando ações ou bônus de empresas brasileiras para financiar sua expansão (por esse procedimento, a JBS-Friboi do Brasil emitiu ações compradas pelo BNDES, o que lhe permitiu adquirir por US\$ 1400 milhões o frigorífico Swift dos Estados Unidos, para se transformar na maior processadora de carne bovina do mundo). (GUDYNAS, 2008, p. 33).

Evidencia-se o caráter organizador dos Estados ante as necessidades de infraestrutura para o neoextrativismo.

3. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO NEOEXTRATIVISMO

A perda de diversidade biológica foi percebida por cientistas, governos e organizações ambientalistas como tema relevante a ser debatido na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Brasil em 1992, no Rio de Janeiro. Resultou desse importante encontro a aprovação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, CDB (ONU, 1992), documento que expressou o desejo e a disposição dos governos signatários de atuar em defesa da preservação de ecossistemas e formas de vida, incluindo culturas e valores representativos da biodiversidade de todo o Planeta. Povos e comunidades tradicionais foram reconhe-



cidos formalmente como guardiões desses valores sob a fórmula “patrimônio genético e saberes tradicionais a ele associados”. O artigo 8º da CDB fixa obrigações aos Estados, que deverão estabelecer sistemas de áreas protegidas ou áreas onde seja necessário tomar medidas especiais para conservar a diversidade biológica, regulamentar ou administrar a utilização de recursos biológicos importantes para tal conservação, quer seja dentro ou fora das áreas de proteção, reabilitar e restaurar ecossistemas degradados, adequar sua legislação nacional para a finalidade de respeitar, preservar e manter os conhecimentos, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais com estilos de vida tradicionais, entre outros compromissos.

Em outros termos, a CDB preconiza o uso sustentável da biodiversidade, com vistas a atender as necessidades humanas de bens e serviços ambientais, condicionado à preservação desses recursos para o desfrute das gerações futuras, em consonância com a definição de desenvolvimento adotada na Conferência do Rio 92.

De outro lado, reconhece às comunidades locais e povos indígenas (embora não utilize a expressão “povos” e sim “populações”, por razões políticas) o direito à repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização de recursos genéticos e dos saberes a eles associados.

Nesse aspecto, referendamos a preocupação de SpareMBERger e Colaço (2011, p. 695) a respeito da proteção aos territórios e aos direitos de povos e comunidades tradicionais acerca dos conhecimentos que detêm:

Pode-se reconhecer nas comunidades tradicionais uma capacidade de auto-organização, que só foi possível graças à riqueza da biodiversidade presente em seus territórios. Quando essa biodiversidade é vista como um objeto, fonte de matéria-prima para

as multinacionais, além da ameaça à biodiversidade, ocorre a ameaça à auto-organização das comunidades e, conseqüentemente, uma dependência maior da intervenção estatal, tanto no desenvolvimento de políticas em benefício dessas comunidades, quanto na necessidade de proteção jurídica, uma vez que as relações sociais, econômicas e culturais são alteradas e podem modificar o modo de vida tradicionalmente desenvolvido.

Mesmo reconhecendo a importância da conservação da biodiversidade para o futuro do planeta como um todo, a CDB reafirma o direito soberano dos Estados sobre os recursos biológicos existentes em seus territórios, vinculando a esse direito a responsabilidade por sua conservação e utilização sustentável. A essa responsabilidade corresponde o desafio de desenvolver as capacidades científicas, técnicas e institucionais necessárias ao planejamento e execução de medidas protetoras dos ecossistemas, assim como promover a cooperação internacional, regional e mundial entre os Estados, as organizações intergovernamentais e o setor não governamental.

As dinâmicas do capitalismo sob o “Consenso das *commodities*” adotam uma lógica distinta, forçando a desregulação e a desproteção ambiental. São exemplos as investidas de setores econômicos, representados por atores políticos (deputados, partidos, frentes parlamentares), contra leis ambientais. No Brasil, mobilizaram-se setores agroindustriais, mineiros e industriais exportadores de matéria-prima de baixo valor agregado para desfazer o frágil sistema de proteção ambiental que se erigiu nas últimas décadas, notadamente após a promulgação da Constituição de 1988. O pomo da discórdia, nestes dias, é representado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215) que transfere do Poder Executivo ao Legislativo a palavra final acerca da demarcação de terras indígenas, territórios qui-



lombolas⁹ e unidades de conservação. As demarcações já realizadas poderiam ser revisadas, segundo o texto da reforma pretendida, em “benefício da economia do País”, que conta com imensas reservas minerais em territórios atualmente protegidos.

O “Consenso das *commodities*”, diz Svampa (2013, p. 32), “implica o aprofundamento da dinâmica de desapossamento ou despojo de terras, recursos e territórios e produz novas e perigosas formas de dependência e de dominação”. A segurança e a soberania alimentar veem-se ameaçadas.

Na produção de alimentos, os conceitos de “segurança alimentar e nutricional” e “soberania alimentar” são fundamentais. A segurança alimentar e nutricional é considerada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil como a estratégia de ação, de caráter intersetorial e participativo, destinada a garantir a efetividade do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, promovendo a saúde e sem comprometer outras necessidades essenciais, respeitadas a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Embora o Conselho não mencione expressamente a noção de “soberania alimentar”, adota como princípio o direito dos povos a definir com autonomia o que produzir, para quem e sob que condições.

A preocupação se concentra no conceito de “soberania alimentar” por se encontrar intrinsecamente ligado a questões de ordem política e à própria sociobiodiversidade. Diz Esther Vivas (2014) que a Via Campesina definiu “soberania alimentar” como

⁹ Territórios quilombolas são áreas ocupadas por comunidades tradicionais constituídas predominantemente por população negra, rural ou urbana, que se autodefine a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ascendência, as tradições e práticas culturais próprias. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estima-se que no Brasil existam mais de três mil comunidades quilombolas.

o direito de cada nação em manter e desenvolver seus alimentos tendo em conta a diversidade cultural e produtiva. Esta afirmação se lança em contraposição à expansão das monoculturas em diferentes países dependentes dos *diktats* da Organização Mundial do Comércio.

Altieri (2010, p. 30) recorda que os pequenos agricultores e os movimentos sociais lutam pelo controle da terra, da água e da agrobiodiversidade, adotando o conceito de “soberania alimentar” como alternativa ao método neoliberal que gera um comércio internacional injusto e não logra solucionar o problema da fome no mundo. “A soberania alimentar centra-se na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor.” Enfim, a soberania alimentar tem, para camponeses, pescadores, coletores e outros “povos dos campos, das florestas e das águas”, o significado político de poder dizer sim ou não às imposições do mercado.

4. VÍTIMAS DO DESENVOLVIMENTO

A categoria “vítimas do desenvolvimento” é formulada a partir de experiências concretas; por exemplo, a partir dos estudos de Berger (2014, 2015) acerca dos afetados por monoculturas, atividades promotoras de injustiças estruturais na América Latina. Magalhães Santos (2007), por sua vez, analisa a situação de vítimas e refugiados de conflitos socioambientais em projetos de grande escala (megaprojetos), como as represas de Tucuruí e Belo Monte, na região amazônica brasileira.¹⁰

¹⁰ Na década de 1980, mais precisamente em 1985, a noção de refugiados do ambiente foi reconhecida pela ONU em analogia à categoria “refugiados”, de amplo reconheci-

A expressão similar “vítimas de empreendimentos” ganhou visibilidade com a atuação da Comissão Mundial de Barragens, após a nomenclatura “refugiados ambientais” ser reconhecida pela ONU. Os atingidos ou vítimas integram um vasto rol de categorias sociais que, involuntariamente, se veem forçadas a deixar suas terras e seus laços de vizinhança para dar lugar a projetos desenvolvimentistas.

A remoção forçada implica a destruição das bases morfológicas das comunidades e a consequente quebra de vínculos solidários e comunitários. Há aspectos que não são passíveis de indenização ou de compensação, tais como a identidade e a memória da comunidade.

Zhour e Oliveira (2007) analisam os impactos socioambientais da política energética brasileira com fundamento no binômio “paradigma da adequação” e “paradigma da sustentabilidade”. No primeiro deles, a obra assume lugar central, apresentando-se como fato inquestionável e inexorável; já o meio ambiente é visto como externalidade. A produção de hidroeletricidade, dizem as autoras, é reconhecida por economistas do Fórum Econômico Mundial como signo de sustentabilidade. Nessa lógica, o Brasil encontra-se num bom caminho, posto que cerca de 70% da energia elétrica consumida no País provém de usinas hidroelétricas. Mas há o outro lado da moeda: “[...] 494 projetos de construção de usinas hidrelétricas a serem implementados até o ano 2015. Nesse con-

mento pelo Direito Internacional. Desde então, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) designa como “refugiados” os deslocados por grandes transformações ambientais, seja em decorrência de causas naturais ou humanas. Depois, em 1987, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados incluiu os afetados por catástrofes resultantes de programas desenvolvimentistas no debate sobre deslocados forçados. Estes passaram a interessar não somente ao PNUMA, mas também ao ACNUR, o que sublinha a relevância da matéria. A Comissão Mundial de Barragens, por sua vez, criou a categoria “vítimas de empreendimentos”. Sobre o tema, sugere-se a leitura da tese de Sonia Magalhães Santos (2007).

texto, as barragens já inundaram 3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no País.” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 121). Esses dados, se atualizados, tendem a avolumar-se. Integram esse contingente, em sua maioria, agricultores familiares e minorias étnicas.

Outro aspecto que gera conflitos socioambientais é a possibilidade de que a comunidade seja invadida por forasteiros, milhares de trabalhadores e técnicos das megaobras. O conflito se faz mais evidente no caso de povos indígenas e comunidades tradicionais pouco integrados. A história da América Latina registra inumeráveis conflitos territoriais entre nativos e estrangeiros, os quais ainda seguem vivos na memória.

Impactos socioambientais: o “caso Samarco” e outros conflitos no setor de mineração

Em 5 de novembro de 2015, ocorreu a ruptura da represa Fundão, da mineradora Samarco, no município de Mariana, Minas Gerais. Alguns habitantes foram enterrados pelo lodo que cobriu a cidade e desalojou seiscentas famílias. Outras cidades foram afetadas pela contaminação do rio Doce, que abastecia os sistemas de distribuição de água potável. A atividade pesqueira foi irremediavelmente comprometida, e as terras adjacentes já não podem ser cultivadas. O lodo viajou mais de 600 quilômetros até chegar ao Atlântico. Este, que foi considerado o maior acidente ambiental ocorrido no País, teve a responsabilidade atribuída à Samarco, apesar de esta empresa ser controlada pela gigante mineradora Vale e pela britânica BHB Billiton.

O Observatório de Conflitos Mineiros na América Latina em 2018 apresenta os dados seguintes: 269 projetos implicados em conflitos; 331 comunidades afetadas; 5 conflitos transfronteiriços.

O Peru registra 39 conflitos em áreas de mineração. O mais antigo registrado pelo Observatório, desde 1992, afeta comunida-

des de Candarave, que se opõem a compartilhar a água com a mineradora.

A Argentina apresenta 29 conflitos registrados pelo Observatório. O que opõe os camponeses de Pascua Lama à mineradora Nevada, subsidiária da canadense Barrick Gold, teve início em 2000.

O Chile registra 41 conflitos, sendo que em 1997 teve início um com a mineradora Carmen de Andacollo, de propriedade da companhia canadense Aur Resource e outras, que lançou resíduos tóxicos e ampliou o território da mina sem atender às demandas da comunidade de Andacollo.

No México, o Observatório contabiliza 43 conflitos. O registro mais antigo opõe a mineradora São Xavier, subsidiária da canadense Mettlica Resources, e a população local de San Luis de Potosí, que se organiza na coalizão *Frente Amplio Opositor* para denunciar a ilegalidade das atividades degradadoras do meio ambiente.

No Brasil, sobressaiu o conflito de indígenas Cinta Larga com trabalhadores do garimpo: a Terra Indígena Roosevelt tem reservas de diamantes e outras riquezas minerais que atraem exploradores; houve massacre de indígenas e de garimpeiros. Delegações estatais foram designadas para acompanhar o caso.

Esses são alguns exemplos de disputas territoriais que opõem populações locais e companhias mineradoras. A extensão dos conflitos não pode ser facilmente dimensionada, ante a multiplicidade de consequências econômicas, sociais, culturais e ambientais que ditas intervenções territoriais produzem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país complexo e multicultural, mas há traços que lhe são estruturais: de um lado, um conjunto de atividades

econômicas que resultam em neoextrativismo; de outro, as dinâmicas governamentais, quer sejam governos liberais ou progressistas, ocupados em promover e em financiar a exploração das riquezas naturais. O que muda, de um sistema ao outro, é a distribuição social dos ganhos.

A IIRSA visa a implementar infraestrutura necessária para exportar produtos primários aos centros consumidores. O que se ganha e o que se perde em termos de sociobiodiversidade não entra na contabilidade. Essa realidade, que não é nova, tende a intensificar-se nesse início de milênio.

Controvérsias poderão ser evidenciadas ao se cotejar o projeto neoextrativista e os inúmeros documentos firmados pelo Brasil e por outros países sul-americanos no âmbito do direito ambiental internacional. Neste sentido, pode-se formular a hipótese de que o projeto (neo)desenvolvimentista latino-americano representa um retrocesso na caminhada rumo à sustentabilidade ecológica. A perspectiva bioeconômica de Nicolas Georgescu-Roegen amplia a percepção de que vivemos uma contradição essencial e existencial no que diz respeito aos rumos econômicos do subcontinente.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura familiar e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22-32, 2010.

BERGER, Mauricio. Afectados ambientales. Hacia una conceptualización en el contexto de luchas por el reconocimiento. **Revista Debates en Sociología**, Lima, n° 42, p. 31-53, 2016.

BERGER, Mauricio. Redes de luchas como nuevas instituciones de lo común. Una conversación con Michel Hardt. In: ROSAS LANDA, Octavio. **Poder Constituyente y luchas ambientales**: hacia

una red de redes en América Latina. Córdoba: El Autor, 2014.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/qui-lombola>. Acesso em fev/2018.

COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1987). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GARCÍA GUERRERO, José Luis. Las integraciones económicas supraestatales y los acuerdos entre bloques económicos, en definitiva, la globalización como último embate al concepto racional normativo de Constitución. In: JORGE PRATS, Eduardo; VALERIO JIMENIÁN, Manuel (Coords.). **Constitución, Justicia constitucional y Derecho procesal constitucional** (Liber Amicorum en Homenaje al profesor Dr. Juan Manuel Pellerano Gómez). República Dominicana: Instituto Dominicano de Derecho Constitucional y Librería Jurídica Internacional, Santo Domingo, 2014. p. 544-591.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento**: entropia, ecologia, economia. Apresentação e organização de Jacques Grinevald e Ivo Rens. Tradução de Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Senac, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. Agropecuaria y nuevo extrativismo bajo los gobiernos progresistas en América del Sur. **Territorios**, Guatemala, n. 5, p. 37-54, nov. 2010.

GUDYNAS, Eduardo. As instituições financeiras e a integração na América do Sul. In: VERDUN, Ricardo (Org.). **Financiamento e Megaprojetos** – uma interpretação da dinâmica regional sul-americana. Brasília: INESC, 2008.

VERDUN, Ricardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalências del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 237, enero-feb. 2012.

HIRT, Carla. O papel do BNDES nas Políticas de Desenvolvimento e Integração Regional. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, São Gonçalo, n. 3, p. 1-12, 2013.

INICIATIVA PARA LA INTEGRACIÓN DE LA INFRAESTRUC-

TURA REGIONAL SURAMERICANA. Disponível em: <<http://www.iirsa.org>>. Acesso em fev/2018.

MAGALHÃES SANTOS, S. M. S. **Lamento e dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA, 2007.

MUELLER, Charles C. O debate dos economistas sobre a sustentabilidade – uma avaliação sob a ótica da análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 687-713, out./dez. 2005.

OBSERVATORIO DE CONFLICTOS MINEROS EN AMÉRICA LATINA – OCMAL. Mapas de conflictos mineros. Mexico, abr. 2018. Disponível em: <https://www.ocmal.org/>. Acesso em fev/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/>. Acesso em fer/2018.

PEREIRA, R.; WINCKLER, S. T. Contribuições da economia e da ecologia ao debate sobre sustentabilidade. In: LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flavia França (Orgs.). **Estado de Direito Ecológico: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza**. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2017. v. 1, p. 378-412.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova utopia/ideologia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 34, p. 59-101, 1991.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia da globalização: circulação de pessoas, mercadorias e informações**. Brasília, 2011. p. 1-33. (Série Antropologia). Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/17694>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; COLAÇO, Thais Luzia. Direito e identidade das comunidades tradicionais – do direito do autor ao direito à cultura. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 681-700, set. 2011. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SVAMPA, Maristella. “Consenso de los *Commodities*” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires,

n. 34, p. 30-46, março-abril 2013.

TREVISOL, Joviles Vitório. **Tecendo a sociedade civil global e ampliando a esfera pública**: a articulação dos atores civis ante o projeto Hidrovia Paraguai-Paraná. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 24, n. 28, p. 39-52, 2010.

VIVAS, Esther, O que é soberania Alimentar? **Esquerda Net**, 20 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/opiniaao/o-que-%C3%A9-soberania-alimentar/31011>>. Acesso em fev/2018.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Os “novos” direitos no Brasil, natureza e perspectiva**: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1-30.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, 2007.



EL PROCESO DE GESTACIÓN DE UNA NUEVA POLÍTICA VITIVINÍCOLA EN CONTEXTO DE CRISIS:

el caso de Mendoza (Argentina), 1932–1934

PATRICIA BARRIO¹

Desde fines del siglo XIX, Mendoza tenía como principal actividad económica la vitivinicultura, y con San Juan eran los mayores productores de vino de Argentina. Ambas provincias formaban la región de Cuyo, recostada sobre la cordillera de los Andes, en el centro-oeste de la república, limitando con Chile. El vino era consumido en el mercado nacional por los sectores populares de origen inmigratorio mediterráneo (o sus descendientes), razón por la cual su demanda era muy sensible a la vaivenes de la economía nacional. Por esto, y por otros factores de vulnerabilidad propios de las agroindustrias (Barrio, 2010), la vitivinicultura mendocina sufrió crisis recurrentes como la que se inició en 1928 y continuó buena parte de los años treinta. De esta larga crisis se conoce la acción desplegada por una agencia nacional a partir de 1935, llamada Junta Reguladora de Vinos (Ferro, 2008; Olguín, 2012; Mateu, 2013; Ospital y Cerdá, 2016). Sin embargo la crisis

¹ Instituto de Historia Americana y Argentina, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza, República Argentina.

había comenzado siete años antes, periodo poco investigado para el caso mendocino. De nuestra parte, estudiamos la primera respuesta a la crisis que fue la constitución de una sociedad anónima (Sociedad Vitivinícola de Mendoza) que, junto con una empresa similar de San Juan, intentó oligopolizar y regular privadamente el sector entre 1929 y 1932 (Barrio, 2020). Faltaba la reconstrucción de la política del Estado provincial entre 1932 y la creación de la referida Junta.

En este trabajo no nos interesa indagar sobre la crisis en sí misma. Nuestra perspectiva es el análisis de la política pública como el resultado de un complejo proceso de negociación del Estado con actores de diferente origen, poder y ubicación en el sistema; algunos sociales y/o económicos, ligados a la cuestión puesta en la agenda pública; otros, políticos, cuya voz más potente se expresa en la prensa y en el Poder Legislativo. Es decir, investigamos el proceso de construcción de consensos (o no), la relación entre el Estado y las asociaciones representativas del sector, y entre los poderes del Estado; las propuestas anticíclicas que circularon, las leyes que se sancionaron en un periodo en que todavía el gobierno provincial era responsable de gestionar la crisis del sector (Oszlak, 2006; Ruffini y Salomón, 2013; Guardamagna y Cueto, 2013). En el caso estudiado, la lenta desactivación de la Sociedad Vitivinícola de Mendoza, a partir de 1932, obligó al Estado a reasumir un rol proactivo frente a ese difícil contexto debiendo decidir no sólo las medidas para enfrentarlo sino a qué actores económico-sociales atender de manera especial y de dónde conseguir los recursos fiscales para financiar un plan anticíclico. Además, se salía de un gobierno de facto y, si bien las elecciones que llevaron a Ricardo Videla al ejecutivo provincial tuvieron vicios de origen (Abraham, 2019), las instituciones republicanas imponían reglas propias en la definición de las políticas públicas.

En este juego de relaciones y tensiones, hicimos foco en tres actores. El primero es el gobernador Ricardo Videla, un técnico que en los años veinte había trabajado en el Ferrocarril inglés “Buenos Aires al Pacífico” (BAP) y propiciado la fruticultura en Mendoza. Fue ministro de Industria y Obras Públicas durante la intervención de José María Rosa (h), entre 1930 y 1932, y llegó al gobierno como candidato del Partido Demócrata Nacional. El segundo es la Legislatura provincial en la cual había representantes oficialistas y de la oposición llamada Alianza Demócrata Socialista (o Alianza Civil) compuesta por el Partido Demócrata Progresista y el Partido Socialista. Hacia el final de este gobierno se incorporaron expresiones partidarias del radicalismo (Abraham, 2019). Finalmente, los productores estaban socioeconómicamente fragmentados entre los viñateros netos, bodegueros trasladistas, que vendían su vino a los bodegueros llamados “exportadores”, y estos últimos –los más poderosos-, que comercializaban la bebida en el mercado consumidor, con mayor o menor grado de integración vertical. Los gremios del sector eran inestables. En 1932, cuando comenzó la desactivación de la Sociedad Vitivinícola SA, resurgió el Centro de Viñateros y aparecieron dos asociaciones bodegueras: la Federación de Vitivinicultores y el Centro de Bodegueros. Este último fue el primer gremio subsectorial que continuó hasta que se fusionó con la Asociación Vitivinícola Argentina en 2001.

1. EL PRIMER MOMENTO DEL GOBIERNO DE RICARDO VIDELA (O LA LLEGADA DE LOS TÉCNICOS AL PODER)

Ricardo Videla asumió la gobernación de Mendoza en febrero de 1932. Él tenía una visión de la economía anclada en el liberalismo. El Estado no podía “suplantar la iniciativa, la visión, el es-

fuerzo y el celo privados”. ¿Cuál era su función? “Hacer y distribuir informaciones, investigar los problemas económicos y científicos, indicar el camino hacia el progreso e inspirar y ayudar a los industriales en la reducción del mal uso y despilfarro de la materia prima” (Diario Los Andes, 19-8-1932, en adelante LA). Por lo tanto, él era partidario de que los actores económicos implicados en la producción de uva y vino decidieran cómo enfrentar la crisis. De hecho, en un primer momento, él apostó por la continuación de la Sociedad Vitivinícola de Mendoza con una reforma de su estatuto, pero esto no fue posible.

Básicamente, él quería propiciar las buenas prácticas agrícolas e industriales y la producción de diversos bienes a partir de la uva y del vino, idea esta última que se discutía desde principios del siglo. Para eso nombró una comisión de especialistas y elaboradores que redactó un proyecto de ley de vino que organizaba la dispersa legislación provincial y la actualizaba de acuerdo con el avance del conocimiento técnico. Además, el proyecto impulsaba la diversificación de los productos y prevención de la filoxera (LA, 18-6-1932). A mediados de año, se presentó a la Legislatura pero no fue tratado (LA, 2-9-1932).

Pero Videla también estaba preocupado por las consecuencias sociales que la crisis económica había provocado sobre todo en el ámbito rural. Por eso, apenas asumido, en febrero de 1932, impulsó la ley 935 (Provincia de Mendoza, 1938, t. II), que gravó de emergencia a la uva cosechada ese año y al vino entre 1932 y 1934 para enfrentar la desocupación mediante la obra pública. Esta decisión se justificaba porque los industriales, al rescindir el contrato con la Sociedad Vitivinícola SA., dejaron de pagar a la empresa una cuota de dinero por cada litro de vino que salía de la provincia y porque el precio del vino subió ese año debido a la caída de una helada, a fines de 1931, que afectó el 70% del viñedo.

Pese a la resistencia de los industriales el gravamen fue aplicado. Esta atención de Videla por el sector social más vulnerable (los obreros, contratistas y viñateros netos) fue continua durante su gobierno y, junto con el tema impositivo, la causa principal de su tensión con los bodegueros exportadores.

2. EL PRIMER PLAN DE “DEFENSA VITIVINÍCOLA”, DICIEMBRE DE 1932

Por último, a fines de 1932, el ejecutivo presentó otro proyecto de ley que era un plan para enfrentar la reaparición de la crisis en 1933. No hemos encontrado sus autores pero estaba en consonancia con la reforma de la ley de vinos. El mensaje de Videla incorporaba variada información estadística que sustentaba el plan “orgánico que incluso se adelantaría a acontecimientos futuros y que incluía medidas de orden permanente con otras de emergencia; estas últimas para asegurar el levantamiento y utilización de la próxima cosecha” (Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Provincia de Mendoza, sesiones extraordinarias, 27 de diciembre de 1932).

La propuesta giraba en torno a cinco objetivos: la diversificación productiva del sector, la regulación de la oferta vínica, y la mejora de la calidad del vino, de su comercialización y de la situación del viñatero neto.

Para diversificar la producción se proponía constituir zonas “libres” alcoholeras con destilerías estatales y privadas constituyéndose en un polo industrial; también se promovía la producción de vinagre, jugo de uva y mosto concentrado y finalmente el establecimiento de “estaciones de uva” asociadas al turismo.

Para adecuar la oferta y la demanda del vino, se formaría una Comisión de propaganda, se instalarían bodegas de fracciona-

miento de la bebida en distintos puntos del país, con la intervención del Estado provincial.

La mejora de la calidad del vino se lograría con cambios en las rutinas agrícolas e industriales. A modo de ejemplo, la uva se cosecharía cuando tuviera 12° de azúcar lo que disminuiría el agregado de sustancias enológicas y agua en la fermentación, tal como se hacía con la uva “pasada” con un alto grado de azúcar y alcohol. El ejecutivo demostraba con información de negocios de Buenos Aires que los vinos mendocinos tenían entre 12° y 13° mientras que de Mendoza salían con una graduación muy superior. También se promovía la formación de reservas vínicas para elaborar vinos de alta calidad y la organización de un laboratorio enotécnico especializado en las levaduras que eran sustancias imprescindibles en la elaboración de ese tipo de vino.

Por último, estaba el problema de la vulnerabilidad económica de los viñateros netos que dependían de la venta rápida de su uva antes que se estropeará. El proyecto establecía la instalación de bodegas regionales que podían ser del Estado, particulares o mixtas, donde pudieran producir su vino sin depender de los bodegueros.

¿Cómo se financiarían estas medidas? A través de la emisión de títulos de deuda pública y un nuevo impuesto a la uva y al vino.

El plan no sólo impulsaba o creaba condiciones favorables a los actores privados sino, además, convertía al Estado en “socio” de ellos. Se observa así un cambio en los postulados sostenidos originalmente por Videla. Ahora declaraba que se ubicaba en un punto intermedio entre el Estado “gendarme” y el “industrialista”, postura que se instaló entre los economistas y políticos a partir de que se evidenciara que la crisis económica iniciada en 1929 no era pasajera.

Por otra parte, si bien el texto recogía propuestas anteriores,



sí era original en su perspectiva integral y sistémica en el sentido de que las medidas se interrelacionaban y procuraban transformaciones desde la fase agrícola hasta la comercial. Su formulación era técnica y justificada en datos “duros” (estadísticas). Finalmente, algunas estrategias eran novedosas como las referidas a la propaganda del vino y las bodegas fraccionadoras. Sin duda, Videla estaba en consonancia con un estilo de gestión, propio de esa década, en el sentido de jerarquizar la experticia técnica por sobre los compromisos políticos (Caravaca, 2012).

Pero la propuesta tenía una debilidad de base: no había sido consensuada ni negociada con los productores en especial con los bodegueros. Esta torpeza de Videla es explicable por la forma de gestionar las políticas públicas durante el gobierno de facto. Lo cierto es que los industriales se resistieron al plan tanto por los cambios en las rutinas agrícolas como por su financiación con nuevos impuestos. Sin embargo, ellos no estaban totalmente unidos. Todavía estaba la Sociedad Vitivinícola SA con los bodegueros (pocos) y los viñateros (muchos) que no habían rescindido su contrato con ella, mientras que los elaboradores que se separaron de la empresa se dividieron en dos gremios, la Federación de Vitivinicultores y el Centro de Bodegueros. No hallamos la causa de esta separación pero sí indicios a partir de la presente reconstrucción. Ambos formaron coyunturalmente un “Frente Único de Vitivinicultores” que realizó una asamblea el 26 de enero de 1933 en la que se criticó el proyecto de ley, y el gobernador lo sacó de la Legislatura.

En ese momento, un semanario industrial resumió el interés de los bodegueros, claramente liberal: “No, por favor; déjese el gobierno de planes salvadores que sólo hundén [...] Alviennos de impuestos y quédese quieto ocupando sus actividades en cosas más útiles que en perturbar el trabajo industrial” (Semnario Victoria, 7-1-1933). El diario *Los Andes*, por su parte, publicó otras

opiniones que marcaban la necesidad de bajar el precio del vino con la disminución de impuestos y de fletes (LA, 4-1-1933). Del problema de los viñateros no se hacía ninguna mención.

Los diputados socialistas presentaron un proyecto de ley para construir bodegas fiscales destinadas a los viñateros netos, pero el proyecto se frenó por la oposición de la Sociedad Vitivinícola, el Frente Único y el Centro de Enólogos (LA, 10-2-1933).

3. ESE LARGO 1933:

ENTRE LA BÚSQUEDA DE CONSENSOS Y EL SEGUNDO PLAN ANTICÍCLICO

El rechazo al programa oficial de fines de 1932 provocó que el gobierno no interviniera en 1933 cuando emergió nuevamente la crisis por la combinación de una abultada producción de uva y vino con una disminución de la salida de la bebida. Solo intervino la Sociedad Vitivinícola que compró uva a los viñateros asociados (Barrio, 2020).

A mitad de año, ya pasadas la cosecha y la elaboración, el gobernador levantó el silencio y, en su mensaje anual a la asamblea legislativa, afirmó que no se podía ignorar la crisis y recordó el intento de revertirla con un plan rechazado por los empresarios. Por eso organizaría una conferencia provincial con representantes de la industria y de las “fuerzas vivas” para debatir y encontrar una salida para el sector. De este modo institucionalizaba el diálogo que obligaba a los actores económicos a presentar y confrontar sus propuestas. La Sociedad Vitivinícola, por ejemplo conformó un grupo para estudiar la crisis y posibles “salidas” (LA, 30-7-1933).

Atenta a la situación, la Cámara de Diputados provincial aprobó un proyecto del oficialista Joaquín Méndez Calzada para formar una sociedad cooperativa de venta de vino directa al con-



sumidor y otro de la bancada socialista acordando una rebaja del impuesto ordinario al vino a toda cooperativa inscripta legalmente. Ambos pasaron al Senado (LA, 26-8-1933). Los legisladores socialistas también propusieron la creación de una cooperativa vitivinícola mixta (LA, 4-8-1933 y 7-8-1933).

Mientras se esperaba la realización de la conferencia, el ejecutivo trabajó en las acciones solicitadas por los industriales. Pidió una rebaja de los fletes al ferrocarril BAP (LA, 16-8-1933) y solicitó al Congreso el pronto despacho a un proyecto de ley de vinos presentado por varios representantes de la provincia. El texto unificaba las disposiciones que regulaban la elaboración y circulación del vino en el país. Con esto se buscaba igualar las disposiciones a todas las zonas productoras puesto que los bodegueros mendocinos hablaban de una competencia desleal respecto del vino producido en Río Negro. Videla también proponía que se agregara la prohibición de nuevas plantaciones de vid por cinco años, como se había hecho en Francia, y determinar qué zonas eran aptas para la viticultura (LA, 20-8-1933).

Otras iniciativas pedidas fueron la sanción de la ley del carburante nacional y otra de alcoholes que promovieran la especialización de Mendoza en la elaboración de alcoholes a partir de la destilación de vino. La cuestión de los impuestos interprovinciales, aparecidos en la segunda década del siglo XX, era un punto central de la agenda política por la influencia que tenían en el precio de la bebida. Respecto del mercado externo, había obstáculos como los impuestos y la legislación de los posibles mercados, pero su solución recaía en la órbita nacional. Por fin, los legisladores nacionales oficialistas y una comisión de industriales obtuvieron el compromiso del presidente Agustín P. Justo de construir un ramal del ferrocarril del Estado que uniera Mendoza con San Juan y así contar con dos salidas para el vino en el norte mendocino: el ferrocarril

BAP y el del Estado. Respecto de los impuestos interprovinciales, el presidente señaló que el problema se solucionaría cuando se votara el proyecto de unificación impositiva que se había presentado al Congreso (LA, 6-9-1933).

A grosso modo, quedaron planteados dos grupos de medidas: el que modificaba el diseño de la producción de uva y vino impulsado por el gobierno y los legisladores, y el “superestructural” que impactaba en el sector pero no lo reformaba (impuestos y ferrocarril), sostenido por los bodegueros.

4. LA CONFERENCIA DE OCTUBRE Y LA DEFINICIÓN DEL NUEVO PLAN

En agosto de 1933 el gobierno expuso un nuevo proyecto para la crisis vitivinícola que se presentaría en la conferencia de octubre. Combinaba la destilación de caldos de calidad inferior con la utilización del zumo de la uva verde para corregir la vinificación y reemplazar el ácido tartárico que tenía un alto precio, y de paso se aliviaba la congestión de la próxima cosecha. Apostaba a la propaganda y al abaratamiento del costo de producción a través de una rebaja en igual medida del flete ferroviario y del impuesto de emergencia provincial (LA, 21-8-1933).

La Federación de Vitivinicultores de Mendoza, de postura liberal, declaró que la ayuda del Estado debía limitarse a las gestiones por el ferrocarril y los impuestos interprovinciales, y a rebajar los gravámenes provinciales al sector. Se oponía a cualquier restricción a la salida del vino –el prorrato-, y al proyecto de ley socialista sobre la constitución de cooperativas de ventas en asocio con el Estado. Calificaba de excesiva la intervención de la Administración de Impuestos Internos encargada de cobrar el gravamen nacional al vino; oposición debida, en realidad, al incremento de

multas por evasión fiscal (LA, 22-8-1933).

Este gremio organizó un gran mitin en defensa de Mendoza para el 2 de setiembre. Intervinieron entidades de la producción, servicios, étnicas, partidos políticos y gobierno. Se reunieron 17.000 personas y fue transmitido por la radio, un hecho novedoso. En general, los discursos versaron sobre los temas ya repasados. La nota discordante la dio el representante del Centro de Viñateros quien defendió el prorrateo de vino (LA, 3-9-1933), al que se oponía la Federación.

Días después, el gobierno anunció una rebaja del flete ferroviario de medio centavo por litro de vino, aunque fue considerado insuficiente (LA, 12-9-1933). Finalmente, el 2 de octubre comenzó la Conferencia Vitivinícola con una amplia representación: el Senado de la Nación, la Sociedad Vitivinícola; asociaciones del sector (Centro de Bodegueros, Centro de Viñateros y Federación de Vitivinicultores), frutícolas, de producción de alcohol y vinagre; regionales como las Cámaras de San Rafael y de General Alvear; la Asociación Química de Mendoza, la de Propietarios; gerentes de Bancos; el BAP y técnicos (LA, 2-10-1933). Luego del discurso del Ministro de Industrias Emilio López Frugoni se constituyeron comisiones de estudio: producción de alcoholes, vinagres y derivados, fomento del consumo, mercados extranjeros y legislación.

Se presentaron ponencias de asociaciones, técnicos, empresarios pero el ejecutivo tomó la iniciativa y sometió a discusión tres proyectos de ley cuyo lineamiento había sido presentado en el mes de agosto y contaba con el aval del Centro de Viñateros (LA, 2-10-1933).

El 8 de octubre se deliberó durante todo el día y se aprobaron los despachos presentados por las seis comisiones con modificaciones a los proyectos del ejecutivo. No se puede repasar todas las ideas discutidas durante la reunión, pero sí destacar que esta “con-

ferencia” fue un fenómeno novedoso en la gestación de las políticas mendocinas².

Al final de la jornada, Videla dio un discurso que refirió las transformaciones que ocurrían en Estados Unidos, “... cuyos tubos de ensayo cristalizan bajo la influencia catalizadora de la tecnología, ideas nuevas, fórmulas osadas y otras viejas, incluso impuestos para redistribuir la riqueza y regular la agricultura misma”; aunque señaló su oposición al “estatismo comercial o industrial”. Asimismo afirmó que las reformas a las propuestas oficiales suponían más gasto pero con menos impuestos, lo que era una contradicción, y remarcó el olvido del viñatero, del contratista y del cosechador, y que los gravámenes al sector subvencionaban la obra pública que paliaba la crisis social: “Os declaro enfáticamente que por ningún concepto tocaré uno solo de los 2000 obreros de Vialidad” (LA, 9-10-1933).

5. EL SEGUNDO PLAN PARA LA VITIVINICULTURA

En ese momento, la menor salida del vino hacía caer su cotización. Para 1934 se preveía un récord de excedente vínico y, consecuentemente, los bodegueros no comprarían uva afectando a los viñateros netos, dueños del 37% de los viñedos provinciales.

En ese contexto, el gobernador envió a la Legislatura el nuevo proyecto. En total se sancionaron ocho leyes, cinco del ejecutivo y tres de legisladores. De estas últimas, dos promovían cooperativas agrícolas en general (ley 1073) y para la venta directa del vino en el mercado de consumo (ley 1078) –que fueron presentados por

² Se presentaron ocho trabajos: tres sobre la exportación de vino sobre todo a Brasil; tres de diversificación productiva; uno sobre el mejoramiento del control a la producción y otro sobre la promoción de vinos “superiores” (LA, 6, 7 y 8 de octubre de 1933).

los socialistas con apoyo del oficialismo-, y la tercera daba al ejecutivo competencia para negociar la derogación de los impuestos interprovinciales (ley 1076). Las cinco leyes restantes disponían la creación de zonas alcohólicas para promover la diversificación productiva (ley 1069), la edificación de bodegas para los viñateros netos con el fin de romper su dependencia de los bodegueros (ley 1071); la regulación y fraccionamiento del vino consumido en Mendoza (ley 1072), la organización de una agencia llamada Comisión Autónoma de Defensa Vitivinícola (CADV) responsable de aplicar el plan anticrisis (ley 1068), y finalmente otra ley (1067) establecía las medidas de coyuntura para aprovechar integralmente la cosecha de 1934 (Provincia de Mendoza, 1938, t. II).

Las leyes 1067 y 1068 eran el centro de la estrategia anticíclica. Se reducía el impuesto de emergencia y se daban facilidades para pagarlo, se incentivaba la elaboración de vino con primas para que los bodegueros adquirieran uva y así ayudar a los viñateros netos; se establecía el contrato de maquila por el que los industriales elaborarían la uva de los viñateros; el Estado adquiriría en licitación pública 300.000 hl de caldos; se fomentaría el consumo del vino, se montarían plantas fraccionadoras en los centros de consumo, y se establecían otras medidas para el procesamiento total de la uva cosechada para no dejarla en la cepa en 1934.

6. ESE LARGO 1934:

FUERTES DEBATES, PROYECTOS, EL ÚLTIMO PLAN PROVINCIAL Y LA CONTUNDENTE ENTRADA DE LA NACIÓN

A partir de la sanción de las leyes reseñadas, la CADV, la Dirección de Industrias (DI) y el ejecutivo comenzaron una verti-

ginosa actividad para aplicarlas³. Se confiaba en las herramientas votadas pero, si bien algunos indicadores tempranos confirmaban esa expectativa, cuando comenzó la cosecha se evidenció que los estímulos generados eran insuficientes para sostener el precio de la uva y su industrialización (como se preveía, la producción fue un 40% mayor que en 1933 y los bodegueros tenían un abultado stock de vino). El diputado oficialista Joaquín Méndez Calzada hizo un diagnóstico certero: entre 2 y 2,5 millones de quintales de uva sin comprador, el precio del vino sin cubrir el costo de producción, el Banco de la Nación indiferente al otorgamiento de préstamos para elaborar vino y los viñateros sin interés en producir la bebida por su bajo precio (Los Andes, 9-3-1934).

El gobierno, “que no acostumbra contemplar indiferente la ruina y el hambre de los trabajadores de la tierra”, envió a la Legislatura un proyecto de urgencia para subsidiar a los viñateros que no vendieran su producción. Las uvas quedarían a disposición exclusiva de la provincia (Los Andes, 6-2-1934). Sin embargo no fue tratado inmediatamente como solicitaba Videla porque los legisladores presentaron otras propuestas. Los del Partido Demócrata Progresista querían constituir una comisión con representantes del

³ La CADV logró que 132 bodegas elaboraran zumo verde y 395.968 hl (aproximadamente el fruto de 1000 ha sobre 90.000 plantadas). El problema era que se le aplicaba al zumo verde el mismo impuesto nacional que al ácido tartárico siendo este mucho más potente que el primero lo que le quitaba estímulo a la producción. Por eso se dirigió a la Administración de Impuestos Internos señalando que se afectaba una industria naciente que podría dar aplicación al fruto de 8 mil hectáreas. También gestionaba la exportación de uva de mesa incluso la criolla y de vino, analizaba la instalación de la zona franca alcoholera, promocionaba los acuerdos entre bodegueros y viñateros, la mayor salida de vino con primas a los elaboradores, entregaba uva en escuelas pobres.... Comenzaron los viajes por las principales ciudades para estudiar la instalación de las estaciones de fraccionamiento. Los vinos se expenderían en envases menores precintadas por la Comisión y con faja de garantía que acreditara genuinidad. Se negociaba en el BAP la distribución en todas las estaciones. La DI organizó un certamen de vino tipo superior y de envases para vinos con maderas del país mientras gestionaba la construcción de bodegas regionales.

sector y el Estado que regularizara el expendio del vino en los centros de consumo (LA, 15-2-1934), y los oficialistas elevaron otros proyectos de ley para constituir un consorcio mixto para la venta de vino fuera de la provincia con prorrato, para elaborar subproductos de la uva; para adquirir un millón de hectolitros de vinos a elaborarse ese año y otro millón existente en bodegas, y finalmente para indemnizar a los viñateros que no levantaran su cosecha (LA, 28-2-1934).

Méndez Calzada defendió estos proyectos pero también argumentó que la solución era de mediano plazo y estaba en el Congreso que debía votar la ley nacional de vinos que limitara la plantación de viñas en todo el país, la ley de carburante alcohólico, la unificación del impuesto al vino de toda la nación y la organización de la venta directa al consumidor. Sin embargo, por rápidos que fueran sus efectos, no podrían traducirse en un equilibrio automático de la producción y el consumo sino expresarse de un modo progresivo a lo largo de unos cuantos años. Por eso, a corto plazo planteaba que la CADV adquiriera hasta 2.500.000 de qm de uva por año entre 1934 y 1938, una parte de la cual se derivaría a otros destinos industriales o para una gran reserva de vino fuera del mercado; además del prorrato del vino (Los Andes, 9-3-1934). Lo novedoso era el reconocimiento de que la superproducción no se solucionaría en una cosecha y que el Estado debía adquirir el sobrante durante por lo menos cuatro años, independientemente de las medidas provinciales y nacionales.

La Federación de Vitivinicultores se opuso a estos proyectos con diferentes argumentos anti-intervencionistas como, por ejemplo, que para indemnizar a los viñateros se necesitaba plata en efectivo y era difícil conseguir un préstamo de por lo menos 5 millones de pesos.

Pero mientras se discutían los proyectos, los viñateros esta-

ban en cosecha sin precio para su materia prima. Finalmente, la Comisión de la Cámara de Diputados para el estudio de la cuestión vitivinícola, presidida por Méndez Calzada, reformó algunos aspectos de la propuesta del ejecutivo (cf. LA, 26-3-1933) y a principios de abril se sancionó la ley 1091 (Provincia de Mendoza, 1938, t. II). Esta autorizaba al Estado adquirir hasta 2.000.000 qm. de uva de viñateros netos y con bodega pero sin capacidad de vasija. Parte del pago sería en forma de participación o acciones para una sociedad mixta entre la provincia y los productores cuyo diseño lo establecería una ley respectiva⁴. La CADV, por su parte, aplicando la ley 1071, trataría que las uvas se destinaran a distintos fines (venta, elaboración en forma directa o por intermediarios, donación...).

Entre mayo y junio, la CADV terminó la inspección de los viñedos de los 2363 expedientes de ofertas de uva de acuerdo con la nueva ley (1091) (LA, 27-5 y 16-6-1934).

Pero también había voces disonantes. Antonio Scaramella, una figura controvertida por su gestión al frente de la Sociedad Vitivinícola, opinó que las medidas provinciales eran “inocuas” porque Mendoza había perdido “la hegemonía” de la industria por la producción de vino en otras provincias. Además, no podía haber “industria grande si no era a partir del consumo popular de la producción. Los altos precios alejan el producto del consumo”. Había que coordinar con los integrantes de la cadena de producción, transporte y comercialización, subordinándola al interés general para llevar a un mínimo posible los costos de producción, las cargas fiscales nacionales y provinciales e interprovinciales, los fletes hasta llegar a un precio mínimo el vino. Era imprescindible adaptarse a las nuevas necesidades y modalidades del mercado con

⁴ Suponemos que este artículo surgió de una transacción con el proyecto de Méndez Calzada.

métodos comerciales eficientes. Por último, adelantó su apoyo a la formación de un organismo asesor del gobierno nacional tal como se lo había comunicado al ministro de Agricultura, Antonio de Tomaso (LA, 24-3-1934). Las palabras de Scaramella eran un giro respecto de su gestión al frente de la Sociedad Vitivinícola cuya finalidad principal había sido sostener y aumentar el precio del vino por medio de la concentración de la oferta.

Por su parte, la Comisión especial de la Cámara de Diputados provincial para estudiar la crisis vitivinícola no alcanzaba un consenso. Los radicales lencinistas y antipersonalistas consideraban que el problema era de tal gravedad (“superproducción alarmante”) que solo el Estado nacional contaba con herramientas para solucionarlo (LA, 6-8-1934)⁵, mientras que el dictamen de la mayoría (demócratas nacionales y socialistas) impulsaba el prorateo del vino y la constitución de un organismo mixto entre los viñateros y el Estado que compraría la uva excedente para darle otros fines y buscaría la venta directa del vino.

Este último plan no contaba con apoyo de los industriales porque reimplantaba el impuesto de emergencia, que caducaba en 1935, con un monto más alto. Además, el Centro de Bodegueros no aprobaba la entidad mixta con privilegios y exenciones impositivas otorgándoles facultades comerciales mientras la industria privada era la que mantenía el presupuesto provincial en un “80%” (LA, 10-8-1934). Por este rechazo, el ejecutivo desaconsejó el proyecto; incluso el ministro López Frugoni fue a la Cámara de Diputados para explicar que no funcionaban los planes sin el consentimiento de los implicados, lo que dejó a la luz una división en el oficialismo. No obstante, el texto fue aprobado en esa Cámara y pasó a Senadores (LA, 7, 9, 10-8-1934).

⁵ Para los radicales la alternativa era conseguir nuevos mercados para el vino o darle otro destino a la uva o, directamente, arrancar la viña que sobraba.

La propuesta alternativa del Centro de Bodegueros era formar un “Comité de Ventas” con tres miembros designados por los bancos (sin elaboradores) – lo que demostraba el nivel de endeudamiento de la industria-, cuyo objetivo sería evitar la competencia desleal, bajar los costos, el prorrato, y la equiparación de los impuestos y de los fletes ferroviarios al vino con la provincia de San Juan (LA, 7 y 16-9-1934). La Federación de Vitivinicultores respondió arguyendo que el éxito del Comité dependía de la financiación para retener los vinos y equilibrar la oferta con la demanda para lo cual se necesitaba del gobierno nacional o provincial, aunque esperaba la decisión de los bancos (LA, 17 y 21-9-1934).

El Centro de Viñateros, por su parte, solicitó al Banco Hipotecario tolerancia con las deudas de los viñateros argumentando que ese año no habían tenido cosecha por el exceso de existencias de vinos y la ayuda del gobierno solo había impedido el abandono de los viñedos (LA, 19-9-1934).

Videla volvió a insistir con un proyecto de ley de vinos preparado por una comisión especial, para “sanear” la elaboración de la bebida. Era una compilación y coordinación de la legislación sancionada a lo largo del siglo; no obstante, advertía *Los Andes*, el problema era el exceso de plantaciones de viñedo (LA, 22-9-1934). Al mismo tiempo, la Comisión de Industrias y Comercio de la Cámara de Diputados de la Nación aprobó el despacho de la ley nacional de vino, a iniciativa de los diputados mendocinos oficialistas, que creaba una Comisión nacional de vinos dependiente del Ministerio de Agricultura. Sería un órgano de consulta obligada en cuestiones científicas y administrativas y en la interpretación de la ley de vinos, y propondría medidas de carácter permanente o transitorio para el sector. Se compondría de siete miembros representantes del Departamento Nacional de Higiene, del comercio de vinos, de Mendoza, San Juan y de otras provincias productoras

(LA, 26-9-1934). Esta fue la propuesta que evolucionó hasta la formación de la Junta Reguladora de Vinos.

7. UN NUEVO PROYECTO DEL GOBIERNO

El 10 de octubre, el gobernador llamó a una reunión urgente a técnicos, gerentes de bancos, viñateros, bodegueros, la CADV y algunos legisladores. El motivo era alcanzar un consenso frente a las distintas propuestas para atenuar una crisis sin precedentes, puesto que los datos arrojaban que los precios de los vinos iban a pérdida y “sobraba una cosecha entera de uva”. La perspectiva para el cosechador era prácticamente nula lo que profundizaría la crisis social. En consecuencia el problema no era principalmente de precios (preocupación de la Federación) aunque se pusiera el prorrateo (Centro de Bodegueros y proyecto oficialista en la Legislatura). Por otra parte, la compra de una gran partida de vino por parte del Estado costaría 10 y hasta 15 millones de pesos y no habría donde guardarlo ni posibilidades de destilarlo por falta de mercado. Por primera vez Videla reconoció que para superar la situación se necesitaba la intervención el apoyo financiero del gobierno nacional pero hasta que llegara o fuera suficiente él proponía una “solución... integral por medios radicales”. Consistía en comprar toda la uva del viñatero neto y darle otros fines: una parte, para producir en zumo de uva verde en sustitución del ácido tartárico y otra, para transformarla en bitartrato de potasa que tenía mercado. De este modo no se suprimiría el trabajo rural. También la Provincia correría con la indemnización por helada y granizo al productor. Los bodegueros exportadores podrían elaborar sus uvas y sus vinos se valorizarían por lo cual sería justo que contribuyera para financiar la operación (1 cent. por litro) que compartiría con el gobierno. Este contribuiría con 2 millones de pesos en certificados que él

mismo recibiría en pago de impuestos. El plan se completaba con la creación de una comisión de viñateros, bodegueros trasladistas y exportadores para gestionar medidas que no eran de la órbita provincial (ley nacional de vino, acuerdo con bodegueros de San Juan...) y la formación de una junta reguladora del comercio vinícola integrada por bodegueros, banqueros y el gobierno.

Con ese plan, Videla pensaba llegar a 1936 con una oferta reducida de vino. Además se suprimía el impuesto de emergencia y especulaba con la rebaja de fletes del ferrocarril. Se garantizaba la libertad de cada industrial y el único perjudicado era el fisco que perdería el impuesto de emergencia al vino, y debía contribuir con 2 millones de pesos en certificados para la operación.

Después de leer el proyecto, López Frugoni abrió la discusión. No hubo un rechazo absoluto pero sí reparos a excepción del Centro de Viñateros y de la Sociedad Vitivinícola que lo aprobaron. La Federación de Vitivinicultores, por ejemplo, dijo que el proyecto no contemplaba la situación del bodeguero exportador y que la fijación de precios por intermedio de la junta a crearse no estaba perfectamente delineada. El ministro contestó que la junta tendría una organización y competencias análogas a las otras juntas existentes en el país. Balbino Arizu era partidario de “nacionalizar” la vitivinicultura y sancionar una ley nacional. La bodega Giol pidió tiempo para estudiar el proyecto (11-10-1934).

El Centro de Bodegueros, por su parte, insistió en su proyecto de ordenar las ventas de vino en forma privada para Mendoza y San Juan con fiscalización bancaria, prorrato y una baja de los costos (flete e impuestos interprovinciales). Asimismo, envió sendos telegramas al presidente Justo y al Congreso para conseguir la votación de las leyes nacionales (de vinos y de unificación de impuestos internos al consumo), y adhirió al despacho de la Comisión de Industrias y Comercio de la Cámara de Diputados de la Nación

que promovía la creación de la Dirección General Vitivinícola. Al mismo tiempo, una delegación trabajaba en Buenos Aires gestionando con los bancos con sucursal en Mendoza las bases del comité de ventas y negociando con la empresa BAP la rebaja de fletes al vino y a los envases (LA, 12-10-1934). Cuando los integrantes de esta comisión volvieron a Mendoza se encontraron con el proyecto del ejecutivo uno de cuyos puntos creaba una junta reguladora del comercio de vinos con representantes de la banca, la industria y el gobierno. Se opusieron porque “la experiencia recogida en el curso de nuestros trabajos [...] nos permiten afirmar que las únicas verdaderamente eficaces son aquellas [instituciones reguladoras] constituidas en forma estrictamente privadas; es decir entre productores y bancos”. Consideraban que “nuestra industria presenta características propias”, que no eran equiparables a las Juntas de carnes, granos y lechería y que la vitivinicultura local estaba prácticamente en manos de seis bancos. Finalmente se preguntaban si la no elaboración de 6 millones de qm. de uva mejoraría el comercio de vinos, si los trasladistas encontrarían bodegas con crédito para adquirirles su actual stock y si los exportadores contarían con el crédito para pagar impuestos, cascos y mantener su personal. Pedían, por lo tanto, la modificación del proyecto oficial para la organización privada del comercio de vinos, lo que requeriría varios años de práctica y reajustes (LA, 20-10-1934). Poco después arribó una delegación de bodegueros sanjuaninos para apoyar el plan del Centro y acordar medidas en común (LA, 31-10-1934).

Distinta era la opinión de la Federación de Vitivinicultores. Una delegación visitó al gobernador y señaló que el plan resolvía el levantamiento de la futura cosecha y en parte la situación económica del viñatero, pero no el problema de los precios del vino que era el tema central de la crisis; y se oponía a que fuera financiado sobre la exclusiva contribución del bodeguero exportador.

Además, en oposición al Centro, entendía que la junta reguladora de los precios del vino debía estar constituida por industriales designados por ellos mismos, no por banqueros (LA, 21-10-1934).

El 30 de octubre el gobernador mandó una reforma al proyecto elevado a la Legislatura el 17 de ese mes ampliando el apoyo a los viñateros en caso de siniestros climáticos. Esto se debió a que el 25 de octubre cayó una helada muy fuerte. También aumentaba el fondo que administraría la junta reguladora. Un mes después, el 29 de noviembre, se sancionó la ley 1128 (Provincia de Mendoza, 1938, t. II). La CADV adquiriría toda la uva vinificable de la temporada de 1935 que se le ofreciera la que debía ser cosechada y utilizada en lo posible (zumo de uva verde, bitartrato de cal o potasa u otros usos, menos vinificación). Para comprar todos estos productos, se le facultaba “para adoptar por sí todas las disposiciones y dictar las normas y hacer todos los arreglos y operaciones de cualquier naturaleza que sean, que juzgue convenientes a tal fin”. Es decir se le daba una amplísima competencia. Una parte de la compra el Estado la financiaría con certificados tesorería que serían recibidos a la par para pagar cualquier tipo de gravamen al Estado. Durante ese año, además, el Estado indemnizaría al productor en caso de sufrir helada o granizo. Se crearía una Junta Reguladora de la Industria Vitivinícola de la Provincia formada por seis miembros designados por el ejecutivo con acuerdo del Senado, cuyas funciones y atribuciones serían definidas posteriormente. Contaría con un fondo de 6 millones de pesos para el mantenimiento de los precios. El ejecutivo podría adquirir hasta 2.600.000 hl de vino de gota de la actual existencia que podría venderse en el momento que se juzgara oportuno y todos vinos de prensa⁶ para destilarlos. Para estas

⁶ El “vino de gota”, de calidad superior, se obtiene a partir del jugo fermentado del orujo sin aplicar presión, mientras el “vino de prensa” se elabora con los orujos que quedan una vez elaborado el vino. Esos orujos son prensados y de allí se obtiene un

operaciones contaba con un \$1.500.000 pero si la compra excediera ese monto se esperaba contar con fondos nacionales.

Según la misma ley, a futuro, el ejecutivo regularía anualmente la elaboración de vino de modo de equilibrar en lo posible la producción con el consumo. La uva que no se vinificara sería adquirida por el ejecutivo en las condiciones que permitiera la situación. Si se recibía ayuda federal, el Estado provincial no emitiría certificados de tesorería. Se autorizaba al ejecutivo para acordar con la Nación, a base de ayuda pecuniaria, planes de regulación de la industria vitivinícola dentro de las soluciones previstas en esta ley y de transformación de viñedos en uva de mesa o en otros cultivos. A tal efecto, el ejecutivo podría dejar en suspenso las disposiciones de la presente ley siempre que fuera necesario para la ejecución del plan de ayuda federal. Así, la posibilidad de esta financiación se convirtió en una esperanza no solo para los productores sino también para el gobierno.

Pese a la helada, la Federación de Vitivinicultores no logró que el aumento del precio del vino acordado entre sus asociados fuera respetado por las grandes firmas (Giol y Tomba) (LA, 1-12-1934). Se repetía lo sucedido durante los años de regulación de la Sociedad Vitivinícola de Mendoza: la competencia entre las principales empresas. Por otra parte, se formó el Centro de Bodegueros Trasladistas de Mendoza, el último gremio fundado durante esos años, que representaba, decía, el 38% de la riqueza vitivinícola provincial. La propuesta era formar cooperativas federadas estableciendo una bolsa de vinos (LA, 10-12-1934).

Por su parte, el CAVD estaba en pleno operativo de compra de uva. A mediados de diciembre las hectáreas ofrecidas, según el plan de la ley 1128, eran de 36.000 de las cuales 25.000 se en-

vino de calidad inferior.

cuadraban en la indemnización por la helada, quedando cerca de 28.000 para completar la adquisición de la totalidad de la próxima cosecha (LA, 17-12-1934).

Pero ese último mes del año, al final de la gestión del gobernador, las miradas y expectativas estaban en Buenos Aires. Allí se dirigió Videla y, aunque las noticias no daban cuenta de los motivos, es fácil deducir que se debía a los proyectos de ley que se aprobarían en el Congreso nacional. Uno era el de unificación de impuestos internos que terminaba con los gravámenes provinciales a los alimentos y, por lo tanto, al vino (decisión celebrada por los bodegueros exportadores), pero también abría un complejo proceso de reforma del régimen fiscal provincial⁷.

Junto con esta ley se discutía un proyecto que organizaba una Junta Reguladora de Vinos, que entre sus objetivos estaba promover la sustitución de la vid vinífera por otros cultivos indemnizando a los viñateros; adquirir los sobrantes del vino y promover medidas tendientes a regular la producción y el consumo vinícola. En esas operaciones invertiría hasta 30 millones de pesos e impondría una tasa de 1 cent. por litro que regiría por espacio de 6 años. En adelante, las provincias productoras de vino renunciaban a regular la agroindustria del vino, la que quedaría a cargo de la nueva agencia. El proyecto se convirtió en ley el 20 de diciembre. Fue celebrada por el Centro de Bodegueros aunque no respondía a la aspiración de la institución. Era lógico que así fuera porque se ponía en pie de igualdad a todas las zonas productoras de vino, las que se habían convertido en objeto continuo de críticas porque –decían– no tenían las fiscalizaciones de Mendoza.

⁷ La adhesión a esta ley nacional obligó a derogar parcial o totalmente 24 leyes provinciales. Además la Provincia se obligaba a no establecer ni cobrar impuesto, tasa, tributo u otro gravamen de los comprendidos en el régimen de la misma, ni a gravar productos alimenticios en estado natural o manufacturados y debía colaborar en la recaudación y su fiscalización (LA, 27-12-1934).

El 30 de diciembre el Centro de Bodegueros con el apoyo de la Federación de Vitivinicultores hizo un homenaje a los legisladores nacionales que apoyaron las leyes de unificación de impuestos y de creación de la Junta Reguladora de Vinos.

RECAPITULANDO

La presente reconstrucción permite reflexionar sobre varias cuestiones. Primeramente sobre las relaciones que se establecen entre el Estado y la sociedad (en este caso los bodegueros), entre los dos poderes del Estado provincial (ejecutivo y legislativo), y entre los integrantes del campo de los productores (viñateros y bodegueros). En segundo lugar, sobre los planes para enfrentar la crisis económica del sector y finalmente, sobre la experiencia que dejó este corto pero denso periodo.

Como señala Oszlak (2006), este episodio muestra claramente la tensión entre, por un lado, un Estado que intentó intervenir en el sector aplicando diversas alternativas anticíclicas y los bodegueros que se oponían a ello y defendían medidas por fuera del sistema que no los perjudicaran. La clave de esta tensión era centralmente el problema de la financiación de los programas con la suba del gravamen a la bebida, y no obstante el gobierno intentar alcanzar consensos –el ejemplo más original fue la Conferencia Vitivinícola-, no tuvo éxito. Al final del periodo, cuando la crisis fue más grave, el gobierno insistió, como objetivo principal, en la búsqueda de alternativas para sacar del mercado una cosecha de uva entera con el menor perjuicio a los viñateros, mientras que los industriales querían reeditar, pero de manera diferente que la Sociedad Vitivinícola, la experiencia de una regulación privada del comercio de vinos.

Mayor conflictividad se observó en la relación entre el Poder Legislativo y las asociaciones empresarias con motivo de proyectos de ley (impulsados por socialistas y oficialistas) que aumentaban el impuesto al vino para sostener formas asociativas mixtas y así proteger a los bodegueros pequeños y a los viñateros.

En síntesis, el oficialismo neoconservador, que aparecía como ligado a los sectores de mayor poder económico y en ruptura con el radicalismo lencinista –de corte populista-, respondió, contra lo esperado, con medidas para atenuar la crisis en los grupos sociales más vulnerables de la cadena productiva, lo que le granjeó el distanciamiento de los bodegueros más poderosos quienes debían financiar los planes anticíclicos.

La salida a esta tensión no resuelta entre el Estado provincial y los bodegueros fue aceptar un actor por fuera de ellos dos: el Estado nacional, el cual había impulsado la ley de impuestos internos que terminaba con el gravamen al vino de todas las provincias -incluida Mendoza- y que, además, ofrecía financiar un nuevo y poderoso ente regulador a nivel nacional. Como consecuencia, las asociaciones bodegueras prefirieron esta opción a la creación de una junta provincial, aunque fuera renunciando a la regulación privada del comercio de vinos. Para la Provincia era positivo porque ya no debía administrar la crisis ni financiar ningún plan y podía dedicarse a otras áreas de interés (más productivas) y a rediseñar sus recursos fiscales.

Respecto del Poder legislativo se observa no sólo el interés de los legisladores por el tema a través de la formación de una Comisión de estudio para el problema vitivinícola sino, además, el acuerdo entre los legisladores socialistas y oficialistas en los proyectos ligados al cooperativismo y a la defensa del viñatero y pequeño bodeguero. En su relación con el Poder Ejecutivo, los legisladores mostraron independencia, incluso los diputados oficialistas vivie-

ron un momento de tensión con Videla a raíz de un proyecto de ley. Esta tensión llegó al seno del Partido Demócrata entre el sector que representaba el diputado Joaquín Méndez Calzada (“línea blanca”) y el gobernador.

Un interrogante surge del proceso de definición de la Junta Reguladora de Vinos, en el Congreso, del que fueron actores principales miembros del partido oficialista de Mendoza, en el momento en que Videla hacía público su intención de organizar una institución similar. Más allá de que para la Provincia fuera conveniente la regulación nacional al sector, nos preguntamos si hubo consultas y acuerdos entre los legisladores nacionales y el ejecutivo pertenecientes al mismo partido político.

Frente a la prolongación de la crisis con un fuerte endeudamiento bancario, la relación hacia adentro del campo de los productores mostró un comportamiento esperable: la agudización de los conflictos entre los actores locales que componían la cadena productiva con intereses diferenciados y contrapuestos. Había diferencia de “poder” entre el viñatero y el bodeguero pero también entre estos últimos, ya que coexistían desde el pequeño elaborador –cuya situación económica se asimilaba la del viñatero dado que dependía del bodeguero que le adquiriría su vino- hasta las principales firmas del sector que comercializaban el producto con mayor o menor grado de integración. Así, la voz del Centro de Viñateros en los diarios era esporádica y de baja intensidad pero contaba con el auxilio del gobierno. Los bodegueros, por último, no constituían un bloque unido; por el contrario estaban cruzados por diferencias y conflictos internos, tal como surge de la existencia del Centro de Bodegueros, la Federación de Vitivinicultores y el Centro de Bodegueros trasladistas. Determinar las causas de esta fractura ameritaría una investigación particular aunque se sabe que se relacionaba con el conjunto de industriales que representaba cada una (clara-

mente definido en el caso del último gremio). De todos modos, surge de esta indagación que, si bien las dos primeras asociaciones rechazaban las propuestas intervencionistas del gobierno, la Federación –que incluía a grandes empresas como Giol y Arizu-, tenía como objetivo primordial el logro de precios competitivos para el vino que salía de Mendoza, porque así se mejoraría la rentabilidad de toda la cadena productiva hacia atrás, mientras el Centro de Bodegueros –que al principio incluyó a los trasladistas- evolucionó hacia el diseño de una regulación privada, incluyendo el prorrateo.

Una cuestión interesante a señalar es la cantidad de propuestas y leyes que se tomaron en tan corto tiempo. Ellas pueden dividirse en dos grupos. El primero, corresponde a las medidas impulsadas por los bodegueros que buscaban incidir en el sector desde afuera: fletes, impuestos interprovinciales, ley de vinos que pusiera a todas las provincias en un pie de igualdad... El segundo, reúne estrategias que querían incidir en el sistema agroproductivo, como fueron los tres planes presentados: el de Videla de fines de 1932 (el ejemplo más articulado), las leyes votadas a la terminación de 1933 (con un amplio espectro de medidas) y el último, en diciembre de 1934 (más cortoplacista y con menos objetivos). En ellos se incluían disposiciones de urgencia –como sacar del mercado parte o toda la uva y el vino sobrante - con otras de mediano y largo plazo que buscaban, con el apoyo o asociado al Estado, la diversificación de bienes a partir de la uva y el vino, estrategias para expandir el consumo, y un avance de los actores más vulnerables en la cadena productiva: que el viñatero lograra elaborar vino y que el bodeguero no integrado que alcanzara fraccionar y vender su vino en el mercado minorista.

En general, los planes se gestaron a partir de ideas y objetivos discutidos en anteriores crisis vitivinícolas; pero sí eran nuevas sus formulaciones concretas a partir de informaciones técnicas,

tal como se manifestó en el primer programa de gobierno y en la Conferencia Vitivinícola, y finalmente se advierte la influencia de la política económica norteamericana. No obstante, corresponde advertir que algunas de las estrategias no estaban respaldadas por un estudio de factibilidad, tales fueron los casos del carburante nacional o la producción de alcohol vínico o de zumo de uva verde; y que otras, salvo alguna excepción, no se exploraron ni se verbalizaron públicamente, por lo menos desde el oficialismo, como la destrucción de los viñedos o el descarte del vino genuino sobrante.

No se puede evaluar si la apuesta a este rico *corpus* de propuestas y leyes, que formó parte de la política pública durante esos años de gestión provincial, hubiera sido exitosa en el mediano plazo sobre todo por los problemas de financiación, pero sin duda su conocimiento es fundamental para analizar desde qué horizonte conceptual y de experiencia tomó sus decisiones la Junta Reguladora de Vinos.

De la crisis surgieron algunas ideas innovadoras como la centralidad de la propaganda para aumentar el consumo y la necesidad de avanzar hacia el fraccionamiento del vino en las zonas consumidoras para “ganarle” espacio a los intermediarios y comerciantes de las grandes ciudades, lograr la integración vertical de la mayoría de los bodegueros y así mejorar la su rentabilidad.

FUENTES Y BIBLIOGRAFÍA

Abraham, Andrés. 2019. El lencinismo entre la espada y la pared: cortapisas institucionales y paraestatales a su participación política en los inicios de la etapa neoconservadora (Mendoza, 1930-1934). *Ponencia presentada en las XVII Jornadas Interescuelas*,

Córdoba, 2-4 de octubre de 2019

Barrio, Patricia. 2010. *Hacer vino. Empresarios vitivinícolas mendo-*

cinos y Estado en Mendoza, entre 1900 y 1912, Prohistoria, Rosario.

Barrio, Patricia. 2020. La cartelización de una economía regional: el caso de la Sociedad Vitivinícola de Mendoza. ¿Una novedad en la regulación de la vitivinicultura? (1929-1934). En Barrio, Patricia y Rodríguez Vázquez, Florencia (Coords.). *Políticas, industrias y servicios en Mendoza (1918-1943)*. Buenos Aires, TeseoPress.

Caravaca, Jimena. 2012. Raúl Pebisch, la economía y los economistas. Entre una crisis y la crisis, 1930-1935. *Estudios Críticos del Desarrollo*, II (3).

Diario Los Andes, Mendoza.

Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Provincia de Mendoza, 1932.

Ferro, Verónica. 2008. *Los efectos económicos de la crisis mundial de 1929 en la provincia de Mendoza. Graves consecuencias en la Industria Vitivinícola*. Buenos Aires, Editorial Dunken.

Guardamagna, Melina y Cueto, Walter. 2013. Políticas de estado en democracia: la relación estado sociedad como ámbito de construcción de la política. *Revista de Estudios Transfronterizos*, (2).

Mateu, Ana María. 2013. Las posturas oscilantes de una centenaria corporación vitivinícola frente a la regulación de la industria, Mendoza, 1930-1955. *América Latina en la Historia Económica*, 21 (1).

Olguín, Patricia. 2012. “Estado, empresas y regulación. La experiencia de las entidades reguladoras del mercado vitivinícola de Mendoza (Argentina, 1914-1943)”. *Revista de Historia Industrial*, 49.

Ospital, María S. y Cerdá, Juan M. 2016. “Intervención estatal y agroindustria vitivinícola: el caso de la Junta Reguladora de Vinos”. *H-industria@*, 18.

Oszlak, Oscar. 2006. Estado y sociedad: una triple relación. En Oszlak, O. *Los miedos de los argentinos: ensayos sociopolíticos y culturales*. Buenos Aires, CEDES Espacio.

Provincia de Mendoza. 1938. *Recopilación de Leyes, Decretos y Disposiciones sobre la industria vitivinícola, 1888-1938*, tomo II. Bue-

nos Aires, Kraft.

Ruffini, Martha y Salomón, Alejandra. 2013. *Estado, políticas públicas y ciudadanía en el mundo rural*. Buenos Aires, Imago Mundi Semanario Victoria, Buenos Aires.



ESTADO, AGRO Y CONFLICTO EN LA AGROINDUSTRIA YERBATERA ARGENTINA (1953-1976)

LISANDRO RODRÍGUEZ¹

En la actual provincia fronteriza de Misiones la yerba mate (*Ilex Paraguariensis*)² constituye en factor indispensable, tanto en la configuración del paisaje rural, como en la definición del sujeto agrario. En esta dinámica, el rol del Estado resulta fundamental para comprender el proceso histórico de construcción social del territorio. Desde principios del siglo XIX, el Ejecutivo Nacional promueve la colonización en el entonces Territorio Nacional de Misiones,³ principalmente con inmigrantes europeos. Al mismo tiempo, determina los mecanismos para el asentamiento poblacional y el acceso a la tierra, generando las condiciones para el establecimiento y el desarrollo agroindustrial (Bartolomé, 1975; Sturm, 2006; Stlusky, 2011).

¹ CONICET/ FHyCS UNaM (Argentina); lisandrodriguez@gmail.com

² Es una planta originaria de América del Sur y está presente en Argentina, Brasil y Paraguay. Luego de su implantación requiere de 4 a 5 años para su primera cosecha.

³ Entre 1881 y 1953 la actual provincia fronteriza de Misiones permanece bajo la tutela del Poder Ejecutivo Nacional como Territorio Nacional, en virtud de lo instituido por las Leyes 1.149 del 22/12/81 y la 1.532 del 16/10/84 Orgánica de Territorios Nacionales. La Ley 1.149, sancionada por el Congreso Nacional el 20 de diciembre de 1881.

En la Argentina el cultivo de esta planta perenne se localiza en el Nordeste del país, más específicamente en las provincias de Misiones y Corrientes, constituyéndose en una producción netamente regional y orientada principalmente al mercado interno, destino que absorbe el 87% del producto (INYM, 2013). La agroindustria forma parte de la estructura social y económica de la región. Por su alto índice de consumo, moviliza tanto a productores, como al sector industrial y comercial (Gortari, 2016; Rau, 2012).

El marco temporal propuesto para este trabajo parte de la provincialización de Misiones en 1953 y finaliza en 1976, cuando se produce el último golpe cívico militar que provoca la interrupción del orden democrático en toda la república. En este lapso, la capacidad estatal presenta variaciones considerables al pasar de un modelo desarrollista a otro burocrático autoritario (O'Donnell, 1982). Las medidas dirigidas al agro difieren sustancialmente, hechos que constituyen hitos en los conflictos suscitados y en la metodología desplegadas por los actores involucrados.

A modo de periodización interna se consideran dos etapas. La primera se extiende de 1953 a 1966 y se caracteriza por la presión colectiva (a través de instituciones asociativas), sobre factores claves del principal cultivo de renta de la provincia, como ser el precio sostén, los cupos y límites de cosecha, la importación y la industrialización. En un segundo momento (1966- 1976), la óptica está puesta en los mecanismos de lucha y resistencia que surgen en el escenario rural yerbatero, sin desconocer las demandas de carácter económico. La novedad está dada por el método y por la composición del colectivo de lucha. Los productores se nuclean por estrato social antes que por tipo de producción que desarrollan. Este accionar ubica al sector en otra posición de resistencia, al tiempo que ilustra el cambio en las correlaciones de fuerzas (Gramsci, 2016).

En términos generales, durante el periodo en estudio se producen cambios coyunturales en el régimen social de acumulación que afectan de manera directa la estructura agraria misionera en general y a la yerbatera en particular. Las consecuencias para el sector ponderado en este estudio están determinadas por el proceso de diferenciación social en el agro provincial y por el fin de la expansión de la frontera agraria, con el consecuente agotamiento de la disponibilidad de tierras públicas (Schiavoni, 1995). Los acontecimientos enunciados agudizan los conflictos y generan las condiciones para la lucha y resistencia. La resultante de este proceso histórico se traduce en los desequilibrios, las asimetrías y la polarización cada vez más marcada entre los grandes plantadores y los pequeños y medianos productores.

En tanto referentes empíricos, las acciones colectivas y las prácticas asociativas de los productores representan una herramienta de análisis clave. Constituyen espacios donde se dirimen estrategias y posicionamientos frente al accionar estatal (IICA, 2011). Entonces, el estudio del asociacionismo resulta fundamental para dar cuenta del nexo entre los productores yerbateros y el Ejecutivo (nacional y provincial). Se consideran para la primera de las etapas enunciadas, el accionar de los sujetos sociales destinadas a su principal interlocutor: el Estado. Para lograr este propósito, recurrimos a memorias y documentos cooperativos, en tanto entidades que nuclean a los productores yerbateros. Para la segunda instancia, el eje está puesto en la lucha agraria y el accionar de los sujetos en tanto colectivo con iniciativa propia. A modo de ejemplo consideramos el accionar del Movimiento Agrario de Misiones (MAM).

Para la elaboración de este trabajo se utilizó la metodología cualitativa. A partir de la obtención de fuentes documentales de archivos públicos y privados (Boletines oficiales de la Comisión

Reguladora de la Yerba Mate (CRYM), memorias y balances cooperativos, publicaciones periódicas del Movimiento Agrario de Misiones), complementados con informaciones conseguidos en la instancia del trabajo de campo y las entrevistas *in situ*, se examinaron vínculos entre el Estado y los productores yerbateros.

1. EL ESTADO EN ACCIÓN: ALCANCES EN EL ESCENARIO YERBATERO

Los modos de actuar por parte del Estado pueden ser analizados a través de la noción de capacidad estatal, entendida como las posibilidades de acción que tiene esta institución a través de diferentes políticas públicas, programas, marcos institucionales y demás instrumentos (Lattuada, Márquez y Neme, 2012). A su vez, debe ser una estructura institucional perdurable y eficaz y no un aparato de medición respecto de la pericia y de la perspicacia de los tecnócratas que lo integran (Evans, 1996). En este sentido, no sólo hay que dar cuenta de los marcos administrativos y las reglas del juego, sino también de las organizaciones y sus posicionamientos, como así también de sus acciones en determinados contextos (Repetto, 2004).

En tanto actividad que incluye a más de una provincia, las políticas estatales dirigidas a la agroindustria yerbatera tienen un doble marco de aplicación para el periodo y el área en estudio. Aquellas que responden directamente a las decisiones del Estado Nacional y las que se ejecutan desde los Ejecutivos de Misiones y de Corrientes. En Misiones la acción del Estado en el agro está representada por dos instituciones principales: el INTA, dedicado a la investigación y a la extensión y el actual Ministerio del Agro. En no pocos casos, las medidas ejecutadas desde las distintas esferas

determinan pujas de poderes, que se traducen en conflictos y lucha de intereses.

Con respecto a la producción, cosecha, elaboración y comercialización de la yerba mate, la entidad oficial por excelencia está representada por la Comisión Reguladora de la Yerba Mate (CRYM). Su creación por parte del Estado Nacional data de 1935 y su accionar se extiende hasta 1991, cuando los decretos de desregulación de juntas y comisiones reguladoras ponen fin a más de medio siglo de injerencia estatal. La entidad cuenta hasta 1987 con un Mercado Concentrador que se encarga de recibir las consignaciones de yerba mate para su comercialización. Luego de una década de libre mercado (1991- 2001), el sector yerbatero experimenta la presencia de una nueva entidad: el Instituto Nacional de la Yerba Mate (INYM) que se crea como ente público en 2002. A diferencia de su predecesora, la nueva institución no se gesta como una entidad estatal, no cuenta con un mercado concentrador y en la práctica dista mucho del accionar de la CRYM (Magán, 2008).

2. ESTRUCTURA AGRARIA Y CONFLICTO EN LA JOVEN PROVINCIA (1953–1966)

En 1953 Misiones deja de ser Territorio Nacional para adquirir el status de provincia argentina. A pesar de obtener la “ciudadanía plena” en términos políticos, la posición adquirida no resulta suficiente para solucionar las contradicciones entre intereses económicos locales y extra regionales que identifican a su principal agroindustria. Entonces, el marco temporal propuesto permite identificar los alcances y los límites del accionar del Estado provincial en áreas que hasta entonces eran de competencia nacional, al tiempo que admite analizar las relaciones y tensiones económicas, políticas y sociales que se establecen entre ambas esferas (Nación-provincia) y demás miembros de la sociedad civil.

Al momento de la provincialización, la actividad yerbatera está marcada por la liberación de nuevos cultivos (1952- 1966). Es decir, que el Estado a través de la CRYM, habilita nuevas plantaciones de yerba mate, sin establecer cupos hasta entonces fijados a los productores. Cuando estas plantas entran en producción desencadenan un desajuste en la balanza comercial. El accionar de la entidad estatal provoca la denominada y discutida superproducción, agudizada -además- por la importación del producto desde el Paraguay. El contexto deviene delicado en la cuenca productiva y la crisis agraria se prolonga con periodos de sobreproducción y bajos precios (Bartolomé, 1975; Schiavoni, 1995; Slutsky, 2011).

Cuando en 1957 la CRYM reasume sus funciones se modifica la política yerbatera por medio de la caducidad de las autorizaciones cuyos titulares no hubieran iniciado o dado término a sus plantaciones; simultáneamente se otorga libre plantación de yerba hasta 15 ha. por finca como nueva plantación o hasta completar esa superficie. Además, se establecen como plazos para la aplicación de la medida los años 1958- 1959. Si bien estas disposiciones intentan ser una solución al descenso de la productividad de las plantaciones, **la falta de planificación produce un crecimiento desmesurado de la producción en relación a la demanda.** Este proceso desemboca en 1964- 1965 a una nueva crisis de superproducción (Dirección General de Estadísticas y Censos, 1972: 13. El resaltado es nuestro).

Para el estudio de la estructura agraria argentina en general y por ende la yerbatera, resulta fundamental tener en cuenta la constante interrupción democrática ejercida por gobiernos militares-dictatoriales. En este sentido, las políticas económicas de la denominada “Revolución Libertadora” (1955- 1958), dan inicio a la desregulación estatal en la economía, conjuntamente con procesos



de concentración de capital. En la provincia de Misiones el contexto posibilita la consolidación de una burguesía agroindustrial que concentra cada vez más verticalmente algunos de los circuitos productivos tradicionales de la economía agraria (Schvorer, 2011). Esta situación constituye un punto de inflexión para la estructura agraria provincial. A diferencia de otras provincias o territorios, Misiones no cuenta con una burguesía local al momento de la colonización. Entonces, el afianzamiento de este sector en el agro y en la actividad yerbatera, ilustran los cambios en el agro, al tiempo que determinan modificaciones en el territorio, con su consecuente disputa por el poder y por la hegemonía (Rodríguez, 2018).

La situación de crisis que atraviesa el sector durante este periodo es permanente. La sede de la Comisión Reguladora radicada en Buenos Aires, no sólo representa una distancia física entre la agencia estatal y la zona productora, sino que, además, parece estar ajena a los problemas nodales del sector. Al mismo tiempo, y como aspecto más importante, no encuentra las variantes para mejorar la situación. La instrumentación y el traslado de la CRYM a la zona productora (Posadas), constituyen un paliativo, pero no representan una respuesta a las condiciones estructurales (Rodríguez, 2018; Magán, 2008).

El escenario deviene conflictivo y las demandas son canalizadas principalmente por entidades asociativas. Tal es el caso de la Federación de Cooperativas Agrícolas de Misiones (FEDECOOP) que, en tanto institución de segundo grado, nuclea a cooperativas yerbateras de primer grado. En el plano discursivo, sus memorias representan herramientas de denuncias, al tiempo que se constituye en vehículo de demandas hacia el Estado

La economía yerbatera se verá abogada a un problema que ya fue conocido en otros tiempos: la superproducción. Indudablemente, los elevados precios

con los que la yerba mate llega al consumidor y su deficiente calidad, no propenden precisamente a un aumento en el consumo y si bien estos aspectos han de ser superados cuando la producción sea mayor que la demanda, es muy probable que entonces se vuelva contra el productor yerbatero, que tal vez no pueda pensar en la venta total de su producción (FEDECOOP, Memoria, 1959).

El contexto condiciona el accionar de los productores y de las asociaciones cooperativas. El impacto es mucho más notorio en los pequeños y medianos yerbateros. Son ellos quienes se enfrentan con un mercado cada vez más restringido y afrontan condiciones desventajosas, principalmente porque no cuentan con molinos propios. La realidad desnuda una problemática que se irá acentuado: el proceso de diferenciación social agraria entre grandes plantadores y pequeños colonos. La FEDECOOP alienta el asociacionismo y entiende que es en la comercialización donde se debe hacer mayor hincapié

Pensamos que uno de los medios con que contamos para enfrentarnos a los problemas futuros, es atender a la integración vertical en la producción yerbatera, es decir que debemos llegar a la molienda y posterior comercialización de la yerba de procedencia cooperativa (FEDECOOP, Memoria, 1959).

Un punto fundamental en el análisis es ponderar el nivel interno de las cooperativas. Se puede observar en la composición de estas entidades la convivencia de grandes plantadores y pequeños productores, con la consecuente diferencia de intereses y poder económico entre estos estratos. Esta realidad condiciona el accionar colectivo durante la primera etapa ponderada en este estudio y generan las condiciones para su fricción y fragmentación en el segundo momento aquí abordado.



El Estado provincial no desconoce la realidad e interpela al sector agrícola misionero, alentando el asociacionismo y el fomento cooperativo. Lo realiza desde la cartera de Economía y Obras Públicas, siempre dirigiéndose al movimiento en tanto bloque, es decir que no se detiene en examinar las proyecciones tan disímiles de los productores que dan vida a estas entidades

Adelanto el apoyo que habrá de prestarse a las entidades cooperativas, así como a toda manifestación solidaria de anhelos colectivos traducida en organizaciones de defensa gremial. La Dirección o Departamento de Cooperativas a crearse (...), será el órgano mediante el cual se llevará el contralor necesario, y se proyectarán y realizarán las medidas conducentes a ello, cuidando no solamente la faz material de su desarrollo, sino, y tal vez más, el aspecto moral y social que el cooperativismo representa (Freaza, 1958: 18- 19).

A partir de 1958, el escenario nacional toma un nuevo rumbo. La asunción de Arturo Frondizi como presidente de la Nación (1958-1962) determina modificaciones estructurales, tanto en términos políticos como económicos. El accionar del Estado deben ser interpretadas entonces desde el modelo desarrollista. El accionar dirigista del Estado es una de las premisas sobre las cuales se asienta este modelo estatal. También se impulsa el desarrollo nacional a través del fomento de las inversiones extranjeras y el ahorro interno que permite contar con un mercado de capitales propios (Nosiglia, 1983).

La óptica del gobierno misionero sigue concentrada en el movimiento cooperativo. En 1961 se crea la Dirección de Cooperativas de Misiones (Decreto 1266/61), dependiente del Ministerio de Economía y Obras Públicas, con arreglo a la Ley Nacional N° 11.388 (Amable, 2008). El rol central de las cooperativas yerbateras

en este periodo, consiste en canalizar la consignación de la yerba mate al Mercado Consignatario y el anticipo prendario que otorga el Banco de la Nación a los productores. En su mayoría nuclean a productores pequeños que no cuentan con mecanismos propios para el secado del cultivo y a los que les resulta más efectivo realizar sus ventas a través de las entidades cooperativas, ya sea al Mercado Consignatario o al denominado mercado libre (CONINAGRO- FEDECOOP, 2014).

Resulta pertinente tener en cuenta los canales y mecanismos de comercialización, máxime cuando no toda la producción se vende a través del Mercado Consignatario, sino que también se reconocen ventas a través del mercado libre (molinos particulares). También se registran ventas en el denominado mercado negro. Es decir que son operaciones clandestinas que no ingresan en la contabilidad de las hectáreas cosechadas, violando las disposiciones de cupo y límites de cosecha, desafiando con ello los controles impuestos por el Estado (CRYM, 1976; Slutsky, 2011).

Las políticas estatales dirigidas al agro se concentran en lograr la mayor valoración de la producción a través de la industrialización. Para dicho objetivo resulta necesario mejorar la mecanización, como así también el buen uso del suelo y la lucha contra las plagas (Ayrault, 1961). La creación del INTA y el proceso de modernización asumidas por el Estado, actúan como aliados en este proceso. Empero, la posición de clase de los productores implica que no todos los estratos puedan implementar las innovaciones necesarias, acentuando con ello el proceso de diferenciación agraria.

Además de pugnar por la hegemonía ya consolidada de los grandes plantadores y molinos sobre la producción nacional y comercialización de la yerba mate, el segmento menos favorecido (pequeños y medianos productores) enfrenta otras desventajas.

Aluden a la importación como un escollo que deben enfrentar y llaman al gobierno hacerse eco de sus necesidades. Nuevamente las memorias de la FEDECOOP actúan como instrumento de reclamo

Si a esta producción nacional se adiciona la yerba importada (casi 39.000 toneladas para 1960), no es difícil advertir el extraordinario desequilibrio en relación con las cifras anotadas para el consumo, que para los años 1960- 1961 permanecen estacionarias en alrededor de las 131.000 toneladas. Este panorama de por sí poco halagüeño, se ha agravado considerablemente con la Firma del Tratado de Montevideo, del que es signatario de nuestro país, como consecuencia de la Asociación Latino- Americana de Libre Comercio, por la incorporación de la yerba en las listas negociadas cuyo resultado es la libre importación de la yerba canchada de origen brasileño (FEDECOOP, Memoria, 1962).

Los reclamos en torno a la importación no se limitan a las entidades cooperativas, sino que constituyen una demanda común en toda la agroindustria yerbatera, incluso de aquellos productores con mayor poder adquisitivo. La Asociación Rural Yerbatera de Misiones (ARYA) se manifiesta en este sentido, al tiempo que esgrime que las solicitudes de los productores argentinos no son escuchadas por el Estado

La inquietud que causó esta información movilizó de inmediato a las entidades vinculadas a la producción yerbatera (...) quienes solicitaron al Secretario de Relaciones Exteriores y Comerciales Internacionales, Embajador Leopoldo Tetamantti, que no se comprometieron a ingresos de yerba mate (...) en tanto subsistan las condiciones de limitación de cosecha para los productores argentinos. Las informaciones oficiales indican que se mantuvo el cupo de 5.000 toneladas otorgado al Paraguay (...). La

importación se hará con directa intervención del Mercado Consignatario de la Yerba Mate (ARYA, 1973: 15).

Las memorias de las asociaciones como las de la FEDECOOP y de las demás entidades, actúan como un vehículo desde donde se trasladan los desacuerdos (ante las medidas estatales implementadas) de los productores en la región yerbatera argentina. Las palabras de un corpus textual como éste cargan con sentidos que se encuentran atravesados por tensiones, como parte de una constante disputa entre actores sociales por establecer una nominación de la realidad y, por lo tanto, apropiarse de los significantes que la nombran, o sea por el sentido común (Bourdieu, 1996). El componente ideológico en sus discursos, afirman el aspecto reivindicativo de la entidad. Es decir que actúa como un canal de demandas gremiales, sin abandonar las premisas económicas que le dieron origen (Lattuada, 2006).

Con el conflicto agrario instalado en el escenario provincial, los productores apuntan a las medidas estatales y a las entidades oficiales encargadas de atender las necesidades del sector. Los reclamos no sólo se orientan a una política ineficaz, sino que exponen sesgos y favoritismos dentro de dichas instituciones, agravando con ello la ya compleja realidad rural y enfrentándose abiertamente contra el gobierno de turno

Llama poderosamente la atención el desconocimiento de que hicieron gala los negociadores argentinos del unánime pronunciamiento de la CRYM en el que el sentido de la inclusión de la yerba mate en las listas nacionales y/o comunes a tratar por la Comisión Latinoamericana de Libre Comercio, provocaría la desarticulación de la producción yerbatera de las provincias del N.E. argentino y por ende de sus economías (...). De nada valió la sólida argu-



mentación vertida ante la propia comisión negociadora en Montevideo, por el miembro designado por la CRYM en representación de los productores, que señalaba las graves consecuencias, que las liberalidades que se otorgaren, podrían acarrear a la familia agrícola de la zona, así como a millares de trabajadores y, en suma, a la economía misma de la provincia. Tampoco tuvieron traducción práctica las promesas formuladas en las altas esferas del Gobierno Nacional de que la actitud oficial sería coincidente con la propiciada por los productores. Se evidenció otra vez que prevalecen los intereses de grupo a los legítimos intereses agrarios (FEDECOOP, Memoria, 1963)

La decisión estatal de liberar las plantaciones, eliminando los cupos provocaron a mediados de la década de 1960 la agudización de la crisis. Luego de ser alentados a aumentar sus unidades domésticas con yerba mate, los productores yerbateros volvieron a sentirse contrariados ante las medidas oficiales dirigidas ahora, a limitar los cupos de cosecha. La decisión denota la falta de proyección ejercida por la CRYM. El descontento es total y los reclamos no tardan en aparecer

Todo el fondo de la cuestión reside en un problema innecesariamente creado: **la superproducción vinculado a su vez a la solución propuesta: la limitación**. Allí nació todo y de allí surgen las derivaciones de estos momentos, por gravitación de los hechos o por la intencionada explotación de las circunstancias (Comisión integral de defensa de la economía yerbatera, 1965. El resaltado es nuestro).

Empero, el Estado a través de su entidad oficial, alude a que las medidas adoptadas han favorecido sustancialmente a la agroindustria

La limitación de los montos anuales de cosecha, adecuándolas a volúmenes estimativamente compatibles con la probable demanda de la industria molinera (...) ha permitido reencauzar el desenvolvimiento comercial del organismo al aligerarse notablemente la pesada carga financiera que implicaba en concepto de intereses, almacenajes y seguros, el mantenimiento de una existencia desmesuradamente grande de materia prima (CRYM, Memoria, 1976: 5).

Los argumentos encontrados describen un complejo contexto para la economía yerbatera. Las voces de los protagonistas (Estado y productores) representan una imagen de los acontecimientos, donde el reclamo gremial permite inferir las críticas hacia las políticas estatales, que no siempre se ajustan a las necesidades de los productores, al tiempo que revela la puja de poderes y el conflicto de intereses entre las partes que conforman esta agroindustria.

Un punto de inflexión en términos económicos y políticos, lo constituye la decisión gubernamental de prohibir totalmente la cosecha en 1966. La medida indica una vez más la falta de proyección oficial a mediano y largo plazo en políticas públicas dirigidas al agro en las regiones marginales y específicamente a la zona yerbatera. Si ante la limitación el panorama es caótico, la prohibición agudiza esta situación, al extremo de que los productores realizan entre 1966 y 1967 cosechas clandestinas o disponen del producto consignado en chacra con la idea de reponerlo luego.

La crisis yerbatera persiste y el conflicto se agudiza tanto por el vuelco al mercado libre que ofrece precios más bajos, como por los problemas de orden financiero y económico que dificultan el progreso de los yerbateros (Bolsi, 1986). El comercio exterior aparece como una opción, aunque, como lo evidencian los registros, los niveles exportados son mínimos y no alcanzan a cubrir las con-

diciones decadentes y -paradójicamente- no superan a las importaciones.⁴

La prohibición de cosecha constituye un golpe durísimo a la agroindustria yerbatera, sobre todo para los pequeños y medianos productores. Empero, la decisión estatal parece no afectar a todos por igual, acción que demuestra una vez más sesgos y favoritismos

(...) hemos apoyado también las gestiones realizadas ante el Superior Gobierno de la Nación para lograr el decreto de “no cosecha”, acatándola luego plenamente. Nos place destacar que el 99% de nuestros asociados ha compartido nuestro criterio en este sentido. **Lamentablemente algunas empresas y grupos de productores han obtenido fallo favorable en un recurso de amparo interpuesto ante el Poder Judicial contra este decreto de no cosecha**, lo que constituye un antecedente altamente inquietante para quienes, como nosotros, confían en la eficacia de una regulación oficial de la economía yerbatera por intermedio de los organismos existentes (Cooperativa Yerbatera Aguará Guazú, Memoria, 1966. El resaltado es nuestro).

Estos avatares conducen a una polarización entre los pequeños y medianos productores y el segmento de los grandes plantadores, al tiempo que provoca un descontento de los primeros respecto de las medidas del Estado (tanto nacional como provincial), que en no pocas oportunidades favorecen a los de mayor poder de producción. El hecho enunciado genera un malestar en gran parte de los colonos yerbateros y sienta un precedente de “parcialidad” en las decisiones gubernamentales para la agroindustria yerbate-

⁴ El cupo de importación fijado por la CRYM en 1966 es de 5000 kg de yerba mate proveniente del Paraguay. En el periodo comprendido entre 1960 y 1970 los saldos exportables apenas superan los 4500 kg en 1968, para luego volver a caer (CRYM, Memorias y Balances, 1971).

ra. Las percepciones que tienen los sujetos sociales respecto de las políticas públicas difieren y suscitan conflictos, convirtiendo a las oficinas de la CRYM en un escenario donde se dirimen las correlaciones de fuerza y se establecen las relaciones de poder. Las memorias de las cooperativas dan cuenta de esta realidad

Entendemos estar atravesando un periodo de transición entre la preeminencia del Mercado Consignatario y del mercado libre en las operaciones con yerba mate nacional canchada y queda por verse si seguiremos siendo capaces de defender mejor nuestros intereses solos, en lugar de integrarlos a la masa de productores y confiarlos a comisiones o funcionarios (Cooperativa Aguará Guazú, 1969).

Las críticas al funcionamiento de la CRYM no se limitan a las entidades cooperativas o la Federación. Así, la Comisión Intergremial de Defensa de la Economía Yerbatera (CIDEY) se expresa al respecto

(...) existe en concreto un ataque directo en contra del sistema de ordenamiento de la economía yerbatera, responsabilizando a la CRYM de todas las dificultades, debilitando el funcionamiento del Mercado Consignatario y atacando a las organizaciones gremiales de productores y a sus representantes [...]. El planteo constituye un episodio más de una lucha de sectores industriales, en las que se quiere envolver y manejar a la producción (CIDEY, 1965: 2)

Las demandas emanadas de las entidades asociativas parecen no ser suficientes para lograr mejores condiciones para los yerberos. Para el sector agrario misionero, en la arena política provincial existe un vacío de representación, hecho que explica -en parte- determinadas situaciones de desventajas que deben enfrentar.



Ante esta realidad, en 1965 se presenta en el escenario político el Partido Agrario Misionero (PAM). El descontento del sector y la falta de identificación con los cuadros políticos tradicionales conducen a la conformación de una agrupación con perfiles agraristas. Los principales referentes provienen del sector yerbatero y denotan en su composición características socio- económicas disímiles. En sus inicios se destacan las figuras de Vicente Rinaldi (dirigente agrario) y de Alfredo Szychowsky (industrial yerbatero) (Urquiza y Martín, 2013). A pesar de presentar una plataforma electoral orientada al productor del agro misionero y de cosechar un importante número de votos en toda la provincia, este partido no se conforma en el principal agente reivindicativo en el escenario rural para el periodo en estudio.

A medida que la crisis se agudiza y el descontento del pequeño y mediano productor se generalizan, se percibe que las reivindicaciones y demandas ejercidas hasta entonces, no resultan suficientes para solucionar la situación, al tiempo que no logran interpelar al Estado para lograr respuestas favorables. Entienden los productores que la metodología debe mutar a prácticas colectivas que representen herramientas viables para ejercer presión y disputar poder en un escenario económico y político cada vez más complejo.

3. PODER, RESISTENCIA Y LUCHA (1966- 1976)

En 1966 otro golpe de Estado -autodenominado Revolución Argentina- irrumpe en el escenario nacional y da origen al Estado Burocrático Autoritario, cuyas figuras más destacadas son el presidente Juan Carlos Onganía y el ministro de economía Adalberto Krieger Vasena. El objetivo de Onganía es establecer el “orden”, camino necesario para alcanzar el “progreso económico y social”. Para cristalizar su propuesta adopta medidas orientadas a “disci-

plinar el espectro político y social”. En consonancia con la descripción de la realidad argentina por parte del presidente de la Nación; Krieger Vasena, considera que los problemas económicos argentinos se deben a los elevados índices de ineficiencia en el sector público y privado y que, para superarlos es necesario realizar una redistribución de recursos, no entre los distintos sectores, sino entre las actividades de cada sector (Rapaport, 2006).

En la región yerbatera, sin dudas, las medidas implementadas por el Estado en 1966 representan un punto de inflexión en el análisis historiográfico y constituyen un hito en la historia económica de la provincia de Misiones. Encarnan, además, un prolegómeno en las luchas agrarias que se acentuarán con el surgimiento del Movimiento Agrario Misionero, en los inicios de la década de 1970 (Ferrara, 1973; Rozé, 1992; Galafassi, 2008)

Cuando se produce la prohibición no sólo se muestra una decisión del gobierno, sino que también se puede observar las estrategias de los grandes productores para evadir la prohibición. Presentaron amparos que tomaron curso. En cambio, el pequeño y mediano colono de nuevo sufrió las consecuencias. Eran hechos que nos hacían pensar que la mejor opción era juntarnos los productores que teníamos los mismos intereses para de esa manera entablar una lucha sólida (Juan Berent, *Comunicación personal*, fundador del MAM, Alberdi, Misiones, 2019).

En el orden nacional, las políticas implementadas durante el gobierno dictatorial liderado por Onganía, generan descontento social. Los mismos se traducen en protestas y movimientos que se extienden por todo el país, siendo el Cordobazo (mayo de 1969) el de mayor magnitud. Si bien, las reivindicaciones enunciadas son de carácter urbano, no tardarán en hacerse eco las luchas agrarias de las distintas regiones de la nación, destacándose las ligas y movimientos agrarios, como en el caso de Misiones.

En los inicios del nuevo decenio la situación y las perspectivas de los principales productos del agro misionero son desalentadoras. La crisis no obedece únicamente a problemas coyunturales, sino que expresa el carácter inadecuado de una estructura productiva basada fundamentalmente en cultivos tradicionales, cuya producción se enfrenta con mercados que tienen una capacidad de absorción muy limitada (Bartolomé, 1975). La CRYM continúa regulando la producción de yerba mate mediante mecanismos ya implementados: cupos de cultivos, precios y control de la comercialización. Sin la prohibición de cosecha, pero ante un panorama aún desalentador, la entidad oficial paga a los productores el 60 % del precio del producto, el 40 % restante (la prenda yerbatera) se abona con posterioridad a la venta del producto (ajustado al precio real) (Rodríguez, 2018). Los boletines de la CRYM, en tanto fuentes oficiales, dan cuenta de esta situación

La diferencia entre el precio total y el anticipo en concepto de crédito prendario que reciba el productor que consigne al mercado oficial, será reajustada con el interés que fije el Banco de la Nación Argentina para las operaciones de descuento común, desde el 1 de junio del año siguiente al de la cosecha y hasta la liquidación definitiva, en compensación por la demora en percibir el precio total fijado para dicha zafra, como consecuencia de la modalidad de comercialización de la yerba mate canchada (CRYM, Memoria, 1976: 71).

En 1971 la CRYM adeuda a los productores el pago de la prenda yerbatera correspondientes a seis periodos anuales, hecho que acentúa la crisis. El cooperativismo yerbatero expone esta situación y reafirma su carácter reivindicativo al denunciar la falta de solución por parte de su principal interlocutor: el Estado.

Los problemas que afectan a la economía de este producto no encontraron solución. Las presentaciones, delegaciones, entrevistas, publicaciones y el permanente clamor de los productores continuaban siendo “campanas de palos”, para los oídos de quienes dependen las soluciones (...). Creemos que solamente un productor yerbatero puede admitir que, en 1971 se adeuden todavía saldos que corresponden a la consignación de la cosecha de 1965. Solamente a él le toca observar impotente, como sus acreencias se esfuman devoradas por una feroz inflación por la insolvencia de un organismo que se supone creado para la defensa de sus legítimos intereses y al que la inercia oficial mantiene maniatado (...). Solamente un yerbatero admitirá como posible que mientras él se ve constreñido a dejar un 70% de su propia producción en la planta se posibilite generosamente, por las autoridades nacionales, la introducción del producto similar extranjero (FE-DECOOP, Memoria, 1972).

La situación conlleva a un descontento generalizado de los productores, ya no únicamente de los yerbateros, porque el impacto de la crisis se siente también en el té y en el tabaco, es decir prácticamente en todo el agro misionero. En este escenario hace su aparición el Movimiento Agrario Misionero (MAM) que se constituye en la localidad de Oberá en mayo de 1971. Las principales reivindicaciones se orientan en mejorar los precios de los productos agrícolas y sus instrumentos de comercialización. Desde el momento de su fundación se consolida como la organización gremial de mayor relevancia y legitimidad debido a su capacidad de movilización en toda la provincia (Bartolomé, 1982, Fernández Long, Berent y Fernández Long, 2019).

La situación era mala. Cuando se reunió el Comité de Lucha nuestra idea era ya de movilizar al colono y



llevar a cabo acciones concretas. Entonces definimos movilizar en junio, pero cuando llegó la hora de la verdad las organizaciones tradicionales se borraron y nos dejaron solos. Sabíamos que eso iba a pasar y en parte lo esperábamos. Era la única manera de que el colono se iba a dar cuenta que había que formar un gremio propio, vinculados a nuestros problemas. Eso fue el puntapié inicial del MAM (J. C. Berent, *Comunicación personal*, septiembre de 2019).

La estrategia implementada por los nuevos dirigentes consistía en demostrar al productor misionero que las entidades tradicionales no los representaban. El fallido intento de movilización ilustra dicha maniobra y ubica al naciente movimiento agrario en una situación favorable en términos reivindicativos, que difiere del periodo previo, puesto que el aspecto discursivo va a estar acompañado por paros y movilizaciones como metodología de lucha y resistencia (Fernández Long; Berent y Fernández Long, 2019).

Otra de las características es el carácter que asume el MAM. Se posiciona como un movimiento gremial y reivindicativo, antes que económico. A través de Amanecer Agrario, su órgano de difusión oficial, es posible observar este accionar. Como ocurría con las demás asociaciones agrarias en la primera etapa aquí abordada, el Estado (provincial y nacional) y sus instituciones oficiales, se constituyen en el principal destinatario de las reivindicaciones y demandas. A diferencia de las demás entidades (cooperativas y federaciones), a las críticas, se suman ahora las movilizaciones y protestas, otorgando al movimiento un grado de lucha organizada inexistente hasta entonces.

Así, ante el contexto descrito de falta de pago de la prenda yerbatera por parte de la CRYM y ante la ausencia de soluciones por parte del Estado, las calles fueron los espacios de reclamo de los productores organizados por el MAM

El paro del MAM lo logró: Por fin se paga la yerba del 65. Fueron dos días largos, 48 horas vividas minuto a minuto. Todos los colonos de Misiones, y muchos que no son colonos sabían que se jugaban una “carta brava”. Si el gobierno no escuchaba nuestros reclamos, si no atendía a nuestros petitorios, no podría ignorar el eco que llega de una provincia paralizada, una provincia que por dos días gritó con el silencio de las fábricas, con los comercios clausurados, con las chacras inmóviles, que Misiones está harta de injusticias (Amanecer Agrario, 1972).

La CRYM en tanto institución estatal encargada de regular la actividad yerbatera se constituye en el blanco predilecto de las críticas y demandas del MAM. A los duros cuestionamientos de las cooperativas yerbateras representadas por la FEDECOOP, se suman el posicionamiento del movimiento que considera que la entidad oficial es un mero instrumento de los grandes plantadores e industriales para generar políticas acordes a sus propios intereses.

La CRYM en lugar de ser un organismo que regula la producción de yerba, **es un organismo al servicio de los grandes industriales, de los grandes productores**, que la utilizan para ocultar sus maniobras, ya sea la compra de la yerba negra, el manejo del dinero de los productores, el contrabando de yerba, el manejo del precio de la yerba seca etc (Amanecer Agrario, 1972. El resaltado es nuestro).

Además, los intereses de clase y las demandas por políticas yerbateras al interior del organismo oficial de regulación generan mayores fricciones y provocan nuevos conflictos entre las organizaciones. El punto de quiebre está determinado por la integración a la CRYM. El MAM propone integrar dicha comisión en mayoría, como única posibilidad real de disputar poder a los grandes moli-



neros y obtener beneficios para el estrato de pequeños y medianos productores. En un primer momento la FEDECOOP apoya esta postura, pero luego da marcha atrás. El MAM se expresa al respecto y lo hace con una fuerte crítica a la CRYM, como así también a la Federación, sin desconocer el rol del Estado.

El MAM y la Federación de Cooperativas habían llegado a un acuerdo: no se integraría la CRYM en minoría. Si se entra en minoría a la CRYM, esos señores que la manejaron a su antojo, durante tantos años, ¿se encargaran muy bien de ocultar sus negocios (...) Entonces nos preguntamos por qué la Federación acepta la presión del gobierno, que también está en la trampa, y presenta una terna para integrar la CRYM en minoría? (Amanecer Agrario, 1972).

El movimiento que surge en representación del conjunto de agricultores cuyos intereses no se diversifican en otras ramas de la producción, tiene entre sus filas a dirigentes de cooperativas, entre las que se encuentran algunas de gran poder económico y que, con el transcurso del tiempo provocan las fracciones y divisiones en el seno del movimiento, resaltando así las diferencias de clase entre los sujetos que conforman la economía yerbatera (Rozé, 1992). La posibilidad de alianza entre las clases y la reivindicación corporativa de todo el sector yerbatero alcanza (hacia mediados de la década de 1970) su límite de expresión provocando fracturas y divisiones.⁵

Las entidades tradicionales se aferran a una metodología ya obsoleta y el poder de convencimiento al productor es nulo. El MAM canaliza esta situación y emplea mecanismos acordes al contexto, atrayendo a sus filas a un número importante de produc-

⁵ Para un estudio del MAM y sus divisiones ver: Ferrara (1973); Bartolomé (1982); Rozé (1992); Galafassi (2008); Fernández Long, Berent y Fernández Long (2019)

tores. Además, es en este periodo cuando se acentúa la crisis de las asociaciones, incluso del cooperativismo yerbatero. Los registros constatan estos altibajos y los productores de la región –particularmente los pequeños colonos– consideran que las cooperativas tradicionales y de mayor tamaño ya no representan sus intereses. Entre los principales argumentos de esta crisis se exponen los fraudes en las asambleas, la reducida participación democrática dentro de entidades, cuando los principios doctrinarios que le dieron origen conllevan la participación plena (Rozé, 1992).

La década de 1960-1970 se caracteriza por un permanente estado de crisis agrícola en la región yerbatera argentina. Se produce, además, el fin de la expansión de la frontera agraria y de la colonización; hecho que acentúa el agotamiento y la concentración de la tierra (Schiavoni, 1995). La última variable no es un dato menor en la configuración social actual del sujeto yerbatero. El cambio del modelo económico y el régimen de acumulación neoliberal (que se consolida en los 90) modifica la estructura agraria (tanto en la tenencia de tierra, como así también en las formas de producir y comercializar) y las estructuras internas de las organizaciones (gremiales y económicas) de los productores, al tiempo que posibilitan reconocer rasgos de un modelo más empresarial, que ilustra el paso de una agricultura tradicional a otra más corporativa.

El contexto posibilita la incorporación del tabaco y la foresto-industria, factores que modifican el paisaje agrario, como así también las decisiones estatales orientadas al sector rural. Para fines del decenio, el productor percibe valores sustanciales menores a los recibidos al inicio del periodo. El descenso de los precios es muy notorio para el caso del té y del tung, y menor para la yerba y el tabaco, cultivos donde es importante la intervención del Estado en la primera etapa de la comercialización, a través de la CRYM y el Fondo Especial del Tabaco (FET). En este contexto, el costo

de vida aumenta en forma constante y la reproducción social del pequeño y mediano productor se mantiene a costa de un desmejoramiento de sus condiciones de vida (Schiavoni, 1995).

CONSIDERACIONES FINALES

El Estado es concebido como un aparato burocrático mediador, y es atravesado por tensiones causadas por proyectos sociales diferentes. Se comprende así que la sociedad civil actúa también en él, y que cuando ciertos sectores repliegan su accionar, los espacios de poder no se vacían, sino que son ocupados por otros bajo nuevas lógicas. En la agroindustria yerbatera, a partir del retroceso y la sustitución de las políticas del Estado interventor, planificador y benefactor, se reconoce la necesidad de generar nuevos vínculos con el Estado desarrollista. Con el inicio del Estado burocrático autoritario, donde el avance del mercado en aspectos centrales como la producción, limitación y comercialización yerbatera condiciona su desarrollo, el accionar de los productores demanda un cambio de postura.

La etapa estudiada se caracteriza por una crisis constante del sector agrícola en general y del yerbatero en particular. Las medidas implementadas por el Estado, a través de sus entidades oficiales, no siempre están acordes con las necesidades del sector. La inestabilidad se hace sentir con mayor fuerza en el pequeño productor, estrato ve condicionado su capacidad de reproducción social. Las causas se deben a los desequilibrios en los precios, las políticas estatales sin proyecciones como la liberación y limitación de plantaciones, la prohibición o los cupos de cosechas, la importación de yerba mate de países limítrofes. Los mecanismos de comercialización constituyen otro punto de inflexión, puesto que,

aunque regulada por la CRYM, manifiesta fallas de mercado, como ser el comercio paralelo y el clandestino.

Para el primer periodo delimitado en esta comunicación (1953- 1966) y en el plano reivindicativo, las memorias de la Federación de Cooperativas Agrícolas de Misiones, en tanto documentos para el estudio del asociacionismo, proveen elementos que nos permiten interpretar su accionar, sus acuerdos y discrepancias con las medidas tomadas por el Estado. El componente discursivo constituye en principal agente de demandas y reclamos. Las variaciones del contexto impulsan a los sujetos agrarios a redefinir sus estrategias y metodologías de lucha. Para cumplir este propósito emplean (en la segunda etapa abordada en este estudio) nuevas lógicas que implican cambios en las organizaciones que en algunos casos generan fricciones y fracturas dentro de las organizaciones tradicionales (cooperativas y federaciones).

El lapso temporal puesto en análisis permite reconocer las variaciones en la estructura agraria de una región marginal y de frontera. A los cambios de estrategias y metodología de lucha asumidos por un sector de los yerbateros misioneros, se pueden agregar la observación en profundidad de la redefinición ejercida por el Estado en las políticas destinadas al agro. La disputa de poder o la lucha por la hegemonía no se limitan únicamente a cuestiones administrativas, sino que implican el avance de un nuevo modelo de acumulación, asociado al agronegocio que -con sus particularidades- se consolidará en los decenios posteriores.

FUENTES

Amanecer Agrario (1971- 1974). Órgano de difusión del Movimiento Agrario de Misiones, Oberá. Selección de Números.



Asociación Rural Yerbatera Argentina (ARYA) (1973). *Memoria y Balance General*. Posadas, Misiones.

AYRAULT, César Napoleón (1961). *Realidad de Misiones*: Mensaje del señor gobernador Dr. César Napoleón Ayrault al inaugurar la Segunda Legislatura Misionera; mensaje a los Intervencionistas, Archivo General de Gobernación, Gobierno de la Provincia de Misiones, 1961

Comisión Intergremial en Defensa de la Economía Yerbatera (CI-DEY) (1965). *Boletín*. Posadas, Misiones

Comisión Reguladora de la Yerba Mate (CRYM) (1976): *Memoria y balance general*. Años 1972- 1975. República Argentina. Secretaría de Estado de Agricultura y Ganadería.

Comisión Reguladora de la Yerba Mate (CRYM) (1971): *Memoria y balance general*. República Argentina, Secretaría de Estado de Agricultura y Ganadería.

Cooperativa Yerbatera Aguará Guazú (1966- 1969). *Memorias y balances*. Misiones. Selección

Dirección General de Estadísticas y Censos (1972). *Estudio de la pequeña explotación agraria y yerbatera de la Provincia de Misiones*, Secretaría del Consejo Provincial de Desarrollo, Provincia de Misiones.

Federación de cooperativas Agrícolas de Misiones (FEDECOOP) (1959- 1972). *Memorias y Balances generales*. Posadas, Misiones. Selección

FREAZA, Julián (1958). *Problemas de Misiones*, Con introducción de Arturo Frondizi, Archivo General de Gobernación, Centro de Documentación, Gobierno de la Provincia de Misiones.

BIBLIOGRAFÍA

BARTOLOME, Leopoldo (1982). “Base social e ideología en las movilizaciones agraristas en Misiones entre 1971 y 1975”. En: *Desarrollo Económico, Revista de Ciencias Sociales*. N° 85 Vol. 22. Abril- Junio. Buenos Aires: IDES.

BARTOLOME, Leopoldo (1975). “Colonos, plantadores y agroindustrias. La explotación agrícola familiar en el sudeste de Misiones”. En: *Desarrollo Económico, Revista de Ciencias Sociales*. N° 58 Volumen 15, julio-septiembre. Buenos Aires: IDES, 1975.

BOLSI, Alfredo (1986): Misiones. Una aproximación geográfica al problema de la yerba mate y sus efectos en la ocupación del espacio y el poblamiento. En: *Folia Histórica del Nordeste* N° 7. Resistencia, Chaco.

BOURDIEU, Pierre (1996). *Cosas Dichas*. Barcelona, Editorial Gedisa S.A, 1996

CONINAGRO- FEDECOOP (2014). *Yerba Mate en Misiones. Basado en modelos productivos de productores agropecuarios cooperativista*. Buenos Aires, CONINAGRO.

EVANS, Peter (1996). “El Estado como problema y como solución”. En *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*. N° 140 V. 35. Buenos Aires, IDES.

FERNÁNDEZ LONG, Pablo, BERENT, Juan Carlos, y FERNÁNDEZ LONG, Miguel (2019). *Desde Misiones Memorias Montoneras. Movimiento Agrario de Misiones, Ligas Agrarias Misioneras y Partido Auténtico*. Posadas, Editorial Universitaria UNaM.

FERRARA, Francisco (1973). *Qué son las ligas agrarias. Historia y documentos de las organizaciones del Nordeste Argentino*. Buenos Aires, Siglo XXI

GALAFASSI, Guido. (2008). El Movimiento Agrario Misionero en los años setenta. Protesta, movilización y alternativas de desarrollo rural. *Revista Herramienta*, N°38.

GORTARI, Javier (2016). “Economía regional yerbatera: acumulación de capital con exclusión social”. En: GORTARI, Javier; ROSENFIELD, Víctor y OVIEDO, Alejandro: *Dinámica agraria y políticas públicas. Desigualdades sociales y regionales*. Posadas, Editorial Universitaria UNaM

GRAMSCI, Antonio (2016). *Antología*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.

Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) (2011). *Las Cooperativas Agropecuarias en la República*



Argentina: Diagnóstico y propuestas. Buenos Aires, Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca.

Instituto Nacional de la Yerba Mate (INYM) (2013). *Plan Estratégico para el Sector Yerbatero (2013- 2020)*. Posadas, Misiones.

LATTUADA, Mario (2006). *Acción colectiva y corporaciones agrarias en la Argentina. Transformaciones institucionales a fines del siglo XX*. Bernal, Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes.

LATTUADA Mario; MARQUEZ, Susana; y NEME, Jorge (2012). *Desarrollo rural y política. Reflexiones sobre la experiencia argentina desde una perspectiva de gestión*. Buenos Aires, Fundación CICCUS.

MAGAN, María Victoria (2008). “¿Regulación o Crisis? La Influencia de la Comisión Reguladora de la Yerba Mate en los ciclos yerbateros 1924- 2002”. En BALSAL, Javier; MATEO, Graciela y OSPITAL, Silvia: *Pasado y Presente en el agro argentino*. Buenos Aires, Ediciones Lumiere S.A

NOSIGLIA, Julio (1983). *El desarrollismo*. Buenos Aires, CEAL

O'DONNELL, Guillermo (1982). *El Estado Burocrático Autoritario*. Buenos Aires: Editorial Belgrano.

RAPAPORT, Mario (2006). *Historia económica, política y social de la Argentina (1880- 2003)*. Buenos Aires, Ariel.

RAU, Víctor (2012). *Cosechando yerba mate. Estructuras sociales de un mercado laboral agrario en el nordeste argentino*. Buenos Aires, Ediciones CICCUS.

REPETTO, Fabían (2004). “Capacidad estatal: requisito para el mejoramiento de la política social en América Latina”. En: *Documentos de Trabajo*. INDES, BID.

RODRIGUEZ, Lisandro (2018). *Yerba Mate y cooperativismo en la Argentina. Sujetos sociales y acción colectiva em el NEA (1936-2002)*. Bernal, Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes

ROZÉ, Próspero (1992). *Conflictos agrarios en la Argentina: El proceso linguista (1970-1976)*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina Ediciones.

SCHIAVONI, Gabriela (1995). *Colonos y Ocupantes. Parentesco,*



reciprocidad y diferenciación Wsocial en la frontera agraria de Misiones. Posadas, Editorial Universitaria.

SCHVORER, Esther Lucía (2011): Misiones. Estructura social agraria, estado y conflictos sociales. Las circunstancias de una historiografía regional. En *XIII Jornadas Interescuelas* Departamentos de Historia, Mesa 63, Las “nuevas provincias”: políticas públicas, procesos económicos y conflictos sociales (1955 -2010), Catamarca, Argentina.

SLUTZKY, Daniel (2011). *Estructura social agraria y agroindustrial del nordeste de la Argentina: desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente*. Buenos Aires, Instituto Argentino de Desarrollo Económico (IADE).

STURM, Graciela (2006). *Yerba buena y yerba mala. Medio siglo de la historia de la producción y el trabajo en los yerbales misioneros (1890- 1942)*. Buenos Aires, Ediciones Cooperativas.

URQUIZA, Yolanda, MARTÍN, María (2013). *Del Partido Agrario de Misiones al Partido Agrario y Social. Experiencias de representación del sector agrario en el Poder Legislativo de Misiones 1965-2011*. Posadas, Editorial Universitaria UNaM.



CARATERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA – BRASIL

CLOVIS DORIGON¹

CRISTIANO NUNES NESI²

A região oeste catarinense é conhecida nacionalmente como produtora de alimentos. Esse reconhecimento resulta da presença de grandes empresas agroalimentares processadoras de derivados de carnes de aves e de suínos, *players* globais na produção de proteína animal, atualmente presentes nos grandes mercados globais. Mais recentemente a região oeste assistiu a rápida expansão da bacia leiteira, tornando-se a principal atividade socioeconômica do meio rural da região, e consolidou-se como uma das principais bacias leiteiras do Brasil.

Tais empresas agroalimentares têm sua base produtiva assentada em uma agricultura familiar dinâmica, e que ocupa 90% dos estabelecimentos rurais da região, cuja área média é de 16 hectares

¹ Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. E-mail: cdorigon@epagri.sc.gov.br

² Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. E-mail: cristiano@epagri.sc.gov.br

(IBGE, 20017). A diversificação produtiva dos estabelecimentos rurais é outra característica dessa agricultura. A policultura fez parte, historicamente, dos sistemas agrícolas da região, associando lavouras e criação animal (suínos e aves), atualmente produzidos para as grandes indústrias.

A consolidação desse grande parque agroalimentar implicou também na introdução massiva de tecnologias e de mudanças organizacionais, em especial, dos contratos de integração entre indústrias agroalimentares e agricultores, com importantes implicações na restrição da autonomia destes.

Ao mesmo tempo, essa mesma agricultura familiar é também rica em conhecimentos tradicionais na produção e processamento artesanal de alimentos. Apesar da produção primária ser predominantemente voltada aos mercados, até recentemente essa produção mercantil coexistia com a produção de alimentos para autoconsumo. Porém, pesquisas realizadas na região (DORIGON, 2008; DORIGON, RENK; 2011; DORIGON *et al.*, 2015) constataam que as transformações recentes no meio rural têm reduzido a produção para o autoconsumo. Dentre as causas dessas mudanças destacam-se a redução do tamanho das famílias; o envelhecimento da população rural, consequência do êxodo rural dos jovens; o aumento de escalas na produção de *commodities*, que resulta em falta de tempo para outras atividades produtivas e; a renda da aposentadoria rural, que permite a aquisição de alimentos anteriormente produzidos nos próprios estabelecimentos. E, naqueles estabelecimentos rurais com avicultura industrial, há a restrição na produção de aves caipiras, devido a alegação de problemas sanitários por parte da grande indústria agroalimentar.

Entretanto, a crescente relevância de preocupações com a segurança alimentar e nutricional, o combate à pobreza rural, o fortalecimento dos circuitos curtos de mercado, a questão ambiental e

preocupações com a agrobiodiversidade recolocam a importância do tema da produção de alimentos para o autoconsumo. Além disso, há também a questão de gênero, pois na região analisada a produção para autoconsumo é tida como atividade típica das mulheres, pouco valorizada pelos homens, pois é vista como produção de “miudezas”, de pouca relevância econômica quando comparada a atividades de importância comercial, como a avicultura industrial, a suinocultura, a produção de leite e de grãos.

Como resultado, quase não há estudos na região oeste catarinense a respeito da produção de alimentos para autoconsumo. Assim, este texto apresenta uma pesquisa na região oeste de Santa Catarina, cujo objetivo consiste em caracterizar a produção de alimentos para o autoconsumo nas unidades familiares da região. O texto é dividido em duas partes, sendo que inicialmente fazemos uma análise da bibliografia e dos dados disponíveis sobre o tema, discutindo-se as diferentes definições e funções da produção para o autoconsumo. Na segunda parte apresentamos e analisamos os dados primários da pesquisa realizada no oeste de Santa Catarina.

1. A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO

1.1. DEFINIÇÃO E FUNÇÕES

Em relação a definição de autoconsumo, correntemente são utilizadas diversas denominações no Brasil, muitas vezes usadas como se fossem sinônimos: produção para a subsistência, para o autoabastecimento, produção para o consumo familiar, produção de miudezas, produção “pro gasto”, entre outras. No meio acadêmico o termo mais adotado é o de autoconsumo. Autores como Grisa, Gazolla e Sheneider (2010) definem o autoconsumo como sendo:

Toda a produção realizada pela família cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo. Diz respeito ao cultivo de alimentos para o consumo familiar (horta, pomar, criação de animais, etc.) e dos animais presentes no estabelecimento, à fabricação de ferramentas e à produção de insumos para o processo produtivo (GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010, p. 66).

Para Garcia Filho (1999), o autoconsumo compreende a produção a ser consumida pela família, tal como alimentos, instrumentos domésticos, artesanato, lenha, materiais para construção ou para a fabricação de objetos de uso da família, plantas medicinais, dentre outros. Já autores como Leite (2004) definem autoconsumo como a fração de produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela resultante de produtos primários beneficiados) produzida em um estabelecimento familiar e destinada ao consumo da família, dos responsáveis, à alimentação animal e outros usos da atividade produtiva. Maluf (2003), por sua vez define produção para o autoconsumo como aquela destinada à alimentação da família, dos animais e a produção de lenha. Sacco Dos Anjos e Schneider (2003) delimitam o autoconsumo à produção alimentar e o definem como parte da produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela família e consumida por esta. Lovisolo (1989), por sua vez, salienta que não são características ou quantidades que definem o autoconsumo, mas sim a lógica que orientou a produção. Portanto, a definição do que se entende por produção para o autoconsumo depende do recorte definido pelo pesquisador. Assim, neste texto analisamos apenas o autoconsumo alimentar e a produção de plantas medicinais.

1.2. A PRODUÇÃO DO AUTOCONSUMO NO BRASIL

Ao analisar os dados do censo do IBGE de 2006 relativos ao autoconsumo, Grisa, Scheneider e Conterato (2013) observam as condições econômicas, sociais e produtivas dos estabelecimentos familiares, suas diferentes estratégias de reprodução social e as diferenças regionais a respeito do tema. Os autores argumentam que até recentemente a produção para o autoconsumo era entendida, no campo institucional e político, como o resíduo do passado, associado ao atraso, ou de práticas avessas à modernização. Entretanto, segundo Grisa, Scheneider e Conterato (2013), a partir do início dos anos 2000 alguns pesquisadores brasileiros retomaram trabalhos a respeito do autoconsumo a partir da perspectiva de uma tradição recontextualizada, a qual poderia cumprir vários papéis e funções no meio rural contemporâneo:

Tornou-se particularmente importante a vinculação das análises sobre o potencial desta produção no acesso à alimentação, oferta de alimentos saudáveis, estabilidade monetária, sociabilidade e identidade das famílias rurais, vindo a constituir uma referência importante nas estratégias e ações de segurança alimentar e nutricional que se desenham nesta época no Brasil. (GRISA, SCHENEIDER E CONTERATO, 2013, p. 10).

Grisa, Scheneider e Conterato (2013) destacam também as seis funções da produção para o autoconsumo: i) manter a alimentação sobre o controle da unidade familiar, o que contribui para a segurança alimentar; ii) diversificar os meios de vida; iii) economizar recursos e potencializar o uso de força de trabalho e da terra; iv) restabelecer a coprodução entre homem, trabalho e natureza; v) promover a sociabilidade; vi) contribuir com a identidade social.

E ao analisar os dados do IBGE por Grisa, Schneider e Conterato (2013) apontam para valores superiores para o autoconsumo nos estabelecimentos rurais mais capitalizadas, confirmando assim, segundo os autores, que a produção para o autoconsumo não se restringe às propriedades empobrecidas ou decadentes, sendo prática usual naquelas propriedades com valor maior de produção.

O valor da produção para o autoconsumo seria geralmente mais elevado nos estabelecimentos mais capitalizados em razão destes apresentarem melhores condições de produção agrícola e pecuária – máquinas, equipamentos, força de trabalho, recursos financeiros, dentre outros, pois a produção para o autoconsumo não interfere ou concorre nos cultivos comerciais. Ou seja, produção para o autoconsumo e produção para o mercado não competem por recursos produtivos, mas se complementam.

1.3. SEGURANÇA ALIMENTAR, GÊNERO E BIODIVERSIDADE DOMÉSTICA

Estudos recentes (Maluf, 2001; Maluf, Rezende, 2004 e 2006; Gazolla, 2004; Gazolla, Schneider, 2005; Grisa, 2007; Menasche, 2007; Zanetti, e Menasche, 2007, Grisa, Schneider & Conterato, 2013), dentre outros apontam a relevância do autoconsumo para a segurança alimentar, assim definida pelo CONSEA:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

Segundo Maluf e Menezes (2004), três princípios fundamentais norteiam a segurança alimentar, quais sejam, a qualidade nutricional dos alimentos e a ausência de componentes químicos que possam lesar a saúde orgânica; os hábitos e cultura alimentar específicos de cada comunidade, de cada grupo social e; a sustentabilidade do sistema agroalimentar.

Grisa (2007) descreve uma série de atributos relativos ao autoconsumo, dentre eles, a diminuição da dependência da família às relações de mercado e a segurança alimentar. Relacionados aos dois primeiros, estão a diminuição da vulnerabilidade e a melhor utilização e potencialização dos recursos da propriedade. A autora também destaca a importância sociocultural da produção “pro gasto” pela sociabilidade promovida, que beneficia a coesão da estrutura social e a identidade dos agricultores, a legitimação e o reconhecimento. Haverroth (2012) observou, a partir da produção para o autoconsumo, diversas manifestações de reciprocidade, como a troca de produtos, sementes e serviço entre os vizinhos.

A produção para o autoconsumo tem também uma importante interface entre a questão ambiental e a de gênero. Ao analisar o papel desempenhado pelas mulheres agricultoras na segurança alimentar de 18 famílias rurais numa comunidade rural do município de Encantado (RS), Zanetti e Menasche (2007) constataram que nenhuma das agricultoras entrevistadas faziam uso de agrotóxico na produção de alimentos para o autoconsumo. Observaram também a grande variedade e quantidade de alimentos produzidos ao longo das diferentes estações do ano. E verificaram que na maior parte das famílias estudadas as refeições são preparadas predominantemente a partir dos alimentos produzidos na propriedade ou obtidos na troca com vizinhos. Constataram também que a produção de alimentos para o autoconsumo está enraizada na história das famílias e da comunidade, garantindo a diversidade, a

qualidade e a disponibilidade durante o ano todo. Assim, segundo Zanetti e Menasche (2007), a produção de alimentos para o autoconsumo das famílias estudadas tende a assegurar a segurança alimentar das mesmas, segundo a definição e princípios propostos por Maluf e Menezes (2004).

Zanetti e Menasche (2007) observam também que, embora nem sempre as atividades realizadas pelas mulheres sejam consideradas trabalho, são elas que produzem a maior parte dos alimentos consumidos por suas respectivas famílias. Assim, em grande medida a segurança alimentar das famílias rurais é garantida pelo trabalho das mulheres, tanto na produção de alimentos voltada ao autoconsumo, como no preparo das refeições. Observaram também que, nas famílias estudadas, quando há a presença de mulheres de mais idade a diversidade de alimentos produzidos para o autoconsumo é maior do que nas famílias nas quais há apenas mulheres mais jovens, o que poderia indicar, segundo as autoras, que provavelmente as mulheres mais jovens vêm se dedicando menos ao autoconsumo que as gerações anteriores.

Embora trate-se de estabelecimentos rurais com área média inferior a 10 hectares, Zanetti e Menasche (2007) destacam a diversidade de alimentos produzidos para o autoconsumo, envolvendo pequenas criações, hortas, pomares e pequenas lavouras, produzindo-se grande variedade de frutas, legumes e verduras, de feijão, mandioca, batata, vinho e cachaça. Dentre as espécies de animais, abrange a criação de galinhas, suínos, peixes, bovinos (carne e leite), caprinos e a produção de mel. Entretanto, Zanetti e Menasche (2007) destacam que, quando indagados como era antigamente, os agricultores e agricultoras fizeram referência a uma maior fartura de alimentos no passado, sendo raros os alimentos comprados, se resumindo basicamente ao café e ao sal. Muitos dos alimentos então produzidos por ocasião da realização da pesquisa

eram comprados, como arroz, batata e cebola. O açúcar mascavo, anteriormente produzido no estabelecimento, passou a ser substituído pelo açúcar branco, comprado no mercado. O mesmo aconteceu com a banha, em grande parte substituída pelo óleo de soja e margarina industrial, que substituiu a nata.

Dentre as razões para a diminuição da produção para autoconsumo, Zanetti e Menasche (2007) destacam a redução do tamanho dos estabelecimentos rurais, a concentração das atividades agrícolas em poucos cultivos e/ou criações destinados ao mercado e à facilidade ao acesso aos mercados locais para a aquisição de alimentos. Zanetti e Menasche (2007) citam ainda o desaparecimento dos moinhos coloniais, o que impede a transformação do milho e trigo em farinha e o descasque do arroz, limitando o uso desses cereais para o autoconsumo. E, naqueles casos em que os agricultores produzem aves e suínos para as agroindústrias via contratos de integração, alegando razões sanitárias, os agricultores são proibidos pelas indústrias agroalimentares de produzir galinhas caipiras para o autoconsumo.

Zanetti e Menasche (2007) chamam a atenção também para as mudanças qualitativas para o autoconsumo. As variedades e espécies de vegetais e de animais crioulas são substituídas por sementes melhoradas e mudas são adquiridas no mercado convencional. Esse processo leva à perda de raças de animais e variedades vegetais crioulas, reduzindo-se assim a diversidade genética, o que remete a outra contribuição do autoconsumo: a manutenção da biodiversidade doméstica.

O tema de biodiversidade doméstica é tratado por autores como Digard (2012). Embora esse autor analise apenas da biodiversidade doméstica animal, esse mesmo raciocínio vale para as espécies e cultivares vegetais. Digard (2012) define a biodiversidade doméstica como o processo de domesticação de animais pelo

homem, transformando-os e diversificando, dando origem a novas espécies e – no interior das espécies – a novas raças. A produção da biodiversidade doméstica ocorre, segundo Digard (2012) sobretudo via especiação, racialização, mestiçagem e hibridação. Segundo esse autor, a biodiversidade doméstica é fundamental à humanidade e, ao não preservá-la, há o perigo do empobrecimento do patrimônio genético, risco de penúrias alimentares e fragilidades face às epizootias:

A diversidade doméstica é também uma necessidade vital para o Homem. Antes de mais nada, ela contribui para a satisfação de suas necessidades energéticas (trabalho animal), alimentares (carne, leite, ovo, mel...), indumentárias (lã, pele, couro, seda...) e outras. Além disso, uma biodiversidade doméstica rica e equilibrada constitui um insubstituível instrumento de gestão ambiental – ela permite conter ou reduzir a proliferação de espécies indesejadas – e significa a preservação sanitária, isto é, a manutenção de uma diversidade racial significativa representa uma garantia contra a catástrofe sanitária, e alimentar que poderia provocar uma epizootia sobre espécies doméstica com um número muito pequeno de raças dominantes. (Digard, 2012, p. 9/10).

No contexto brasileiro, Menasche et al. (2007) analisam que a produção para a autoconsumo, além da produção ser livre de agrotóxicos e adubos químicos sintéticos, há também a preocupação dos agricultores com o material genético adaptado ao ambiente, o que resulta na existência de um banco vivo de germoplasma nos quintais, hortas e lavouras normalmente desconsiderado pela pesquisa agropecuária. Associado a esta produção, as famílias cultivam valores como a solidariedade e o saber local, via troca de sementes e conhecimentos entre agricultores.

Dorigon, Renk e Silva (2012), ao analisar a produção e pro-

cessamento artesanal de alimentos pelos agricultores familiares da região oeste catarinense, denominados de produtos coloniais, destacam que ao longo da experiência percorrida pelos imigrantes e seus descendentes, as práticas e disposições coletivas dessas famílias de agricultores, acumuladas na interface entre as gerações, consagraram o patrimônio alimentar no *habitus* do grupo, de acordo com a definição de Bourdieu (1972).

Embora produtos coloniais e produção para autoconsumo não sejam exatamente sinônimos, há entre esses dois conceitos importantes interfaces. Isso porque, originalmente, embora os produtos coloniais fossem produzidos para o autoconsumo, a eventual venda de excedente sempre esteve presente, assim como ocorre na produção para autoconsumo. Assim, o que diferencia, basicamente, a produção para o autoconsumo dos produtos coloniais é o componente étnico desses últimos – produzidos por colonos, agricultores descendentes de italianos e alemães, enquanto que o autoconsumo é mais genérica e ampla. Outra diferença relevante é importância que os produtos coloniais vêm ganhando em termos de relação com o mercado. Para o entendimento dessa “importância viva” do patrimônio alimentar, Dorigon, Renk e Silva (2012), remetem à reflexão de Narotzky (2004, p. 246-248), para quem as relações sociais contêm, ao mesmo tempo, os elementos imateriais que dizem respeito à reprodução dos coletivos sociais (ideologia, cultura, identidade) e a instância material da função econômica: a produção.

Assim, Dorigon, Renk e Silva (2012) argumentam que o alimento colonial é um patrimônio especial, ao qual se atribui a finalidade de atender a uma necessidade básica, isto é, permitir a manutenção e reprodução biológica dos indivíduos sociais. Portanto, segundo Dorigon, Renk e Silva (2012), o consumo material do alimento seria o ato final, invariável e indispensável à continuidade da família:

Neste sentido, a preservação do patrimônio não pode prescindir das relações sociais de produção que lhes renovam as condições para a sua existência, obrigando a que as estratégias de reprodução sejam inseparáveis do domínio de técnicas e práticas que levem o patrimônio a superar a passagem geracional. (DORIGON, RENK & SILVA, 2012).

Este domínio, segundo Dorigon, Renk e Silva (2012), deve acompanhar todo o sistema produtivo, desde o manejo dos cultivos ou dos animais até o trabalho empenhado no processamento final. Consideram também que a função da “economia colonial” vai além de prover os meios de subsistência, e que a continuidade do patrimônio alimentar só pode ser assegurada quando as relações sociais de produção viabilizam a consecução do excedente. Ou seja, a reprodução do patrimônio funde-se, em sua substância, com o processo de produção do excedente:

Essa condição mista “patrimônio-excedente” confere aos objetos produzidos (os alimentos) uma capacidade de mover-se no território mais além da propriedade e – quando o excedente adquire um volume significativo – da própria vida na colônia. Desta maneira, a passagem geracional incorpora, também, atividades relativas à instância da circulação, como o armazenamento/conservação e a distribuição social do alimento. (DORIGON, RENK e SILVA, 2012)

Por outro lado, conforme analisam ainda Dorigon, Renk e Silva (2012), o excedente só é mobilizado quando lhe é conferido um valor que assim o justifique. No caso, os alimentos coloniais estão cercados de mediações simbólicas devido à sua condição de patrimônio-excedente. Com efeito, os alimentos coloniais têm sua circulação orientada por uma economia – ou ambiente econômico

– onde os intercâmbios estão incrustados de instituições não formais, como relações de parentesco e reciprocidade. Assim, a perda atual de vigor demográfico nas áreas rurais (envelhecimento, masculinização), com o êxodo para as cidades cria dificuldades para a transmissão às novas gerações do patrimônio, expresso nesses conhecimentos tácitos, colocando em questão as estratégias de reprodução social. Assim, as famílias mais afetadas estariam buscando apoiar-se na aposentadoria rural e na redução das atividades produtivas, o que, do ponto de vista espacial, poderia significar uma diminuição nos volumes e na diversidade de produtos elaborados, limitando os circuitos do patrimônio-excedente àquelas relações mais afins à unidade doméstica (Dorigon, Renk e Silva, 2012).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir apresentamos e analisamos os dados resultantes da pesquisa “Caracterização da produção de alimentos para autoconsumo na região oeste catarinense”³. A referida pesquisa abrangeu 112 municípios, e a fonte de dados é a aplicação de questionário junto a 381 famílias de agricultores⁴. A pesquisa restringe-se apenas a produção para autoconsumo alimentar, definida como parte da produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela família e consumida por esta, incluindo-se também a produção de plantas medicinais e condimentares.

³ O projeto denomina-se “Caracterização da produção de alimentos para autoconsumo na região oeste catarinense”, cuja equipe é composta por pesquisadores da Epagri e da Unochapecó.

⁴ Os questionários foram aplicados pelos extensionistas dos escritórios municipais da Epagri, sob a coordenação da equipe de pesquisa.

O número de famílias entrevistadas foi calculado por:

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot z^2}{(N - 1) \cdot e^2 + p \cdot q \cdot z^2}$$

em que N é o número total de famílias atendidas pela Epagri na região Oeste de Santa Catarina, p é a proporção de resultados favoráveis da variável na população (neste caso, o número suposto de famílias que produzem para autoconsumo); q proporção de resultados desfavoráveis na população (número de famílias que não produzem para autoconsumo), em que p e q foram considerados como 50% neste estudo ($q = 1 - p$); z é o valor crítico da distribuição normal para a confiança de 95% (neste caso 1,96); e é o erro padrão da média, definido como 5% neste estudo. Trata-se de uma amostra aleatória estratificada proporcional, em que os estratos são os municípios e a subamostra (n) é proporcional ao número de famílias atendidas no município (tamanho do estrato). As famílias entrevistadas foram sorteadas a partir do banco de dados do Sistema Epagri de Assistência Técnica, Extensão Rural e Difusão Tecnológica SEATER (Ayres et al., 2015).

Estes 381 questionários foram aplicados pelos extensionistas dos escritórios municipais da Epagri da região abrangida pela pesquisa nos meses de maio e junho de 2018, sempre com prévio agendamento com as famílias e entrevistado o componente familiar que se dispusesse a responder as perguntas. O questionário é composto por questões objetivas e de múltiplas escolhas, sempre perguntadas e anotadas pelo entrevistador.

3. RESULTADOS

3.1. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Antes de entrarmos na análise dos dados da produção para o autoconsumo, julgamos relevante apresentar algumas das propriedades sociais das famílias rurais entrevistadas. A primeira delas é a composição demográfica destas famílias. Conforme podemos observar na Tabela 1, cerca de um terço das famílias entrevistadas tem até três pessoas e 80% delas até quatro pessoas, sendo metade das famílias tem entre 3 a 4 pessoas. São, portanto, famílias relativamente pequenas.

CLASSES DO NÚMERO DE MEMBROS	N	%	%ACUM.
1 --- 3	113	29,66	29,66
3 --- 4	193	50,66	80,31
4 --- 6	41	10,76	91,08
6 --- 7	27	7,09	98,16
7 --- 9	7	1,84	100
TOTAL	381		

TABELA 1. *Composição demográfica das famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.*

Ao analisarmos por classe etária e por sexo (Tabela 2), observamos que metade dos membros das famílias entrevistadas têm entre 25 a 59 anos de idade, sendo 24,3% de mulheres e 25,2% de homens e 24,4% possui 60 anos ou mais. Na faixa etária entre 15 a 24 anos, há apenas 5,32% de mulheres e 7,94% de homens.

IDADE (ANOS)	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	%	N	%	N	%	N
0 --- 14	6,01	78	6,78	88	12,80	166
15 --- 24	5,32	69	7,94	103	13,26	172
25 --- 59	24,29	315	25,21	327	49,50	642
60 ---	11,33	147	13,11	170	24,44	317
TOTAL	46,95	609	53,05	688	100	1297

TABELA 2. Classes de idade dos membros nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Quando analisamos o nível de instrução dos componentes das famílias entrevistadas, observamos que metade dos componentes das famílias entrevistadas possuem ensino fundamental incompleto e apenas 13,34% ensino fundamental completo (Tabela 2). Em relação ao ensino médio, 2,54% possuem ensino médio incompleto e 18,73% completaram o ensino médio. 4,5% possuem ensino superior e 6% são analfabetos.

ESCOLARIZAÇÃO	FEMININO		MASCULINO		OUTROS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
ANALFABETO	33	2,54	30	2,31	16	1,23	79	6,09
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	293	22,59	325	25,06	39	3,01	657	50,66
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	77	5,94	81	6,25	15	1,16	173	13,34
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	12	0,93	19	1,46	2	0,15	33	2,54
ENSINO MÉDIO COMPLETO	95	7,32	119	9,18	29	2,24	243	18,74
GRADUAÇÃO	31	2,39	21	1,62	7	0,54	59	4,55
NÃO INFORMOU	-		-		53	4,09	53	4,09
TOTAL		41,71		45,88		8,33	1297	100

TABELA 3. Escolarização dos componentes das famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Quanto a estrutura fundiária (Tabela 4), observamos que 90,2% possuem estabelecimentos rurais com até 50 hectares, sendo que 62,2% possuem área até 20 hectares. Observamos também um expressivo número de estabelecimentos rurais com pouca área - 9,7% das famílias entrevistadas tem menos que 5 hectares e 28% possuem até 10 hectares.

ESTRATO DE ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS		
	N	%	% ACUMULADA
MENOS DE 5	37	9,71	9,71
5 A MENOS DE 10	70	18,37	28,08
10 A MENOS DE 20	130	34,12	62,20
20 A MENOS DE 50	107	28,08	90,28
50 E MAIS	33	8,66	98,94
NÃO INFORMOU	4		
TOTAL	381		

TABELA 4. Estrutura fundiária dos estabelecimentos rurais por estrato de área nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

A bovinocultura de leite (Tabela 5) está presente em 55,1% das propriedades e representa, segundo a percepção dos agricultores, 30% da renda líquida obtida no estabelecimento rural. Chama a atenção a importância da aposentadoria para a formação da renda dos estabelecimentos rurais: 54% das famílias entrevistadas responderam ter renda de aposentadoria, o que representa, segundo a percepção dos agricultores, 24,1% da renda líquida destes estabelecimentos. Ou seja, a produção de leite e a aposentadoria estão presentes em mais da metade das famílias rurais e quando somadas, compõem 54% da renda das famílias.



ATIVIDADE	ESTABELECIMENTOS		RENDA
	N	%	(%)
BOVINOCULTURA DE LEITE	210	55,12	30,0
APOSENTADORIA	206	54,07	24,1
BOVINOCULTURA DE CORTE	103	27,03	24,1
PRODUÇÃO DE MILHO	100	26,25	4,6
SALÁRIO	69	18,11	6,7
PRODUÇÃO DE SOJA	60	15,75	4,5
SUÍNOS	46	12,07	4,6
AVES	36	9,45	3,9
FUMO	33	8,66	2,8
OLERICULTURA	11	2,89	0,7
FRUTICULTURA	8	2,10	0,2
AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	2	0,52	0,3
OUTRAS ATIVIDADES	92	24,15	4,5

TABELA 5. Atividades que geram renda, número de estabelecimentos (*n*) com as atividades, percentual em relação ao total de estabelecimentos e percentagem da renda nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Outro dado que chama a atenção é a importância da bovinocultura de corte, atividade presente em 27% das famílias entrevistadas e gerando uma renda de 24%, mesmo valor da aposentadoria. Embora não haja uma questão específica sobre a pecuária de corte, pode-se levantar como hipótese tratar-se de estabelecimentos rurais sem sucessores e com agricultores de mais idade que, por falta de mão de obra para desenvolver outras atividades como a produção de leite, converteram seus estabelecimentos rurais para a criação de gado de corte. Embora a bovinocultura de corte seja atividade de baixa densidade econômica, demanda menos mão de obra que atividades como o gado de leite e a renda obtida desta atividade complementa aquela oriunda da aposentadoria rural.

Bem abaixo em relação aos valores geradores de renda das

atividades já mencionadas aparece a produção de milho 4,6% e presente em 26,2% das famílias. A atividade assalariada está presente em 18,1% das famílias entrevistadas, e representa 6,7% da renda destas famílias. A seguir vem a produção de soja, presente em 15,7% dos estabelecimentos e com renda de 4,5%; suínos, em 12% dos estabelecimentos e renda de 4,6%; avicultura industrial presente em 9,4 e responsável por 3,9% da renda gerada.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO

Em relação à responsabilidade pela produção de alimentos para o autoconsumo, geralmente esta é atribuída às mulheres (Menasche et al. 2007). Entretanto, quando analisamos os dados da pesquisa (Tabela 6) constatamos que embora 39,11% mulheres sejam as principais responsáveis pela produção para autoconsumo, observamos que em 18,11% dos casos são os homens que assumem esta responsabilidade, número expressivo da população masculina envolvida com esta atividade. Sobretudo porque em 26,5% dos casos a responsabilidade de produzir alimentos para o autoconsumo é compartilhada pelo casal e em 11,29% dos casos pela família. Esta significativa participação dos homens em atividades que até pouco tempo era vista de forma depreciativa pode indicar maior valorização desta atividade.

Outra hipótese é que, com a diminuição do tamanho das famílias e consequente restrição da mão de obra, há uma participação compartilhada nas tarefas como produção de suínos, aves, leite e grãos, compartilhamento este que se estende para as atividades para a produção de alimentos para o autoconsumo. Entretanto, salientamos que não levantamos as quantidades de tempo de homens e mulheres destinadas a produção de alimentos para o auto-

consumo nem como é feita a divisão de responsabilidades entre as diferentes tarefas.

GÊNERO	TIPO	ESTABELECIMENTOS	
		N	%
FEMININO	ESPOSA	125	32,81
	FILHA	4	1,05
	MÃE	18	4,72
	AVÓ	2	0,52
	TOTAL FEMININO	149	39,11
MASCULINO	ESPOSO	49	12,86
	FILHO	9	2,36
	PAI	11	2,89
	TOTAL MASCULINO	69	18,11
	CASAL	101	26,51
	FAMÍLIA	43	11,29
	OUTROS	10	2,62
	NÃO INFORMARAM	9	2,36
	TOTAL	381	100

TABELA 6. Principal responsável pela produção para autoconsumo nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Em relação a produção para autoconsumo propriamente dita, foram levantados os dados sobre a produção de hortaliças, frutas, grãos, plantas medicinais, carnes e alimentos processados, que apresentamos de forma sintética a seguir.

Ao analisamos a produção de hortaliças para o autoconsumo, chama a atenção a diversidade de espécies cultivadas. A alface está presente em praticamente todos os estabelecimentos rurais, seguida pela mandioca, cebolinha, chuchu, moranga, pepino, batata doce, salsa, repolho, beterraba, cenoura, cebola, pimentão, radite, vagem,

tomate e couve folha, presente em 60% ou mais dos estabelecimentos rurais. Outro dado relevante é a distribuição espacial da produção destas hortaliças: a proporção de agricultores que cultivam hortaliças para o autoconsumo aumenta em direção aos municípios localizados ao oeste do estado (Figura 1). Embora não tenhamos informações a respeito das causas destas diferenças na distribuição territorial, podemos levantar algumas hipóteses, como diferenças em termos de clima, solo e de estrutura fundiária. E talvez o mais relevante seja os diferentes sistemas de produção intrarregionais que podem ser influenciados pela distribuição desigual das indústrias agroalimentares de grande porte, mais presentes no meio oeste (Campos Novos, Capinzal), Alto Uruguai (Concórdia e Seara), oeste (Chapecó, Maravilha), que os municípios do extremo oeste do estado, com menor presença destas. Outra diferença levantada por extensionistas sociais da Epagri⁵ estaria relacionada às diferenças de prioridades da atuação da extensão rural. Enquanto que no meio oeste e oeste do estado a extensão rural priorizou atividades de interesse comercial, em especial a atividade leiteira, na região do extremo oeste houve um planejamento da extensão rural para atuar de maneira que a os agricultores tenham uma produção mais diversificada, incluída aí a produção de alimentos para o autoconsumo⁶.

Dos que declararam não mais produzir hortaliças, 71,9% informaram que pararam por devido a problemas de pragas e doenças, 21% devido à falta de mão de obra, 14,2% porque deixaram de consumir e 10% porque perderam a sementes ou mudas.

⁵ Em oficina realizada com aproximadamente 20 extensionistas sociais de diversos municípios da região abrangida pela pesquisa foram apresentados e discutidos os dados da pesquisa.

⁶ Um dos trabalhos conduzido no extremo oeste do estado foi a montagem de kits de sementes para troca entre os agricultores. Este trabalho foi sintetizado no livro “Kit diversidade: estratégias para a segurança alimentar e valorização das sementes locais”, organizado por Canci, Alves e Guadagnin (2010)

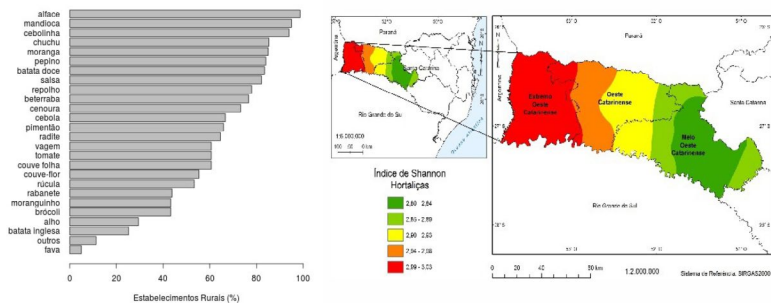


FIGURA 1. Produção para o autoconsumo (A) e dispersão espacial do índice de diversidade (B) para as hortaliças produzidas para autoconsumo nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Quanto a produção de frutas (Figura 2), também observamos uma expressiva diversidade, com destaque para os citros – laranjas, tangerinas (bergamotas) e limões, presentes em praticamente todas as propriedades rurais. 60% das propriedades rurais tem 10 diferentes espécies de frutas. Ao analisarmos a distribuição espacial observamos que, assim como na produção de hortaliças, a diversidade de espécies de frutas aumenta do meio oeste em direção ao extremo oeste.

Em relação aos que pararam de produzir, 44,6% informaram como causa pragas e doenças, 15,5 porque perderam sementes e mudas, 8,4% devido à falta de mão de obra e 4,2% porque deixaram de consumir.

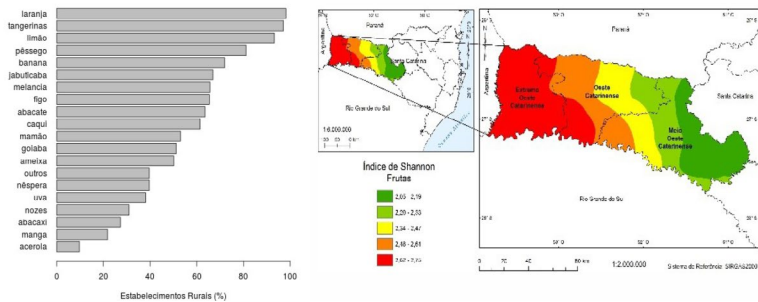


FIGURA 2. Produção para o autoconsumo (A) e dispersão espacial do índice de diversidade (B) para as frutas produzidas para autoconsumo nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Em relação aos grãos, observamos um menor número de agricultores que os cultivam, bem como uma menor diversidade de espécies (Figura 3). Aproximadamente 15% dos estabelecimentos rurais não cultivam grãos para o autoconsumo. O feijão é o mais cultivado, seguido pelo milho, milho pipoca, amendoim e ervilha. E, diferente da produção de hortaliças e frutas, não há diferenças regionais na produção de grãos, como podemos observar na Figura 3. Os que pararam de plantar, 73,5% informaram como motivo principal a falta de mão de obra, 27,6% devido a pragas e doenças, 16,5% porque perderam sementes e 10% porque deixaram de consumir e 34,7% devido a outros motivos.

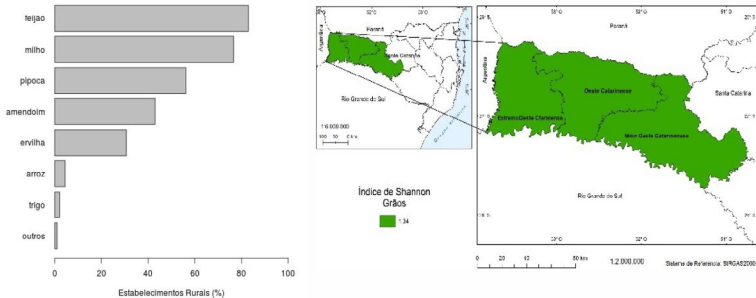


Figura 3. Produção para o autoconsumo (A) e dispersão espacial do índice de diversidade (B) para os grãos produzidos para autoconsumo nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Quanto ao cultivo de plantas medicinais e aromáticas (Figura 4), observamos uma expressiva diversidade, com 18 espécies em mais de 40% dos estabelecimentos rurais. 67,5% das famílias que declararam não mais produzir plantas medicinais porque perderam a sementes/mudas, 10,5% a problemas fitossanitários e 7,6% porque deixaram de consumir.

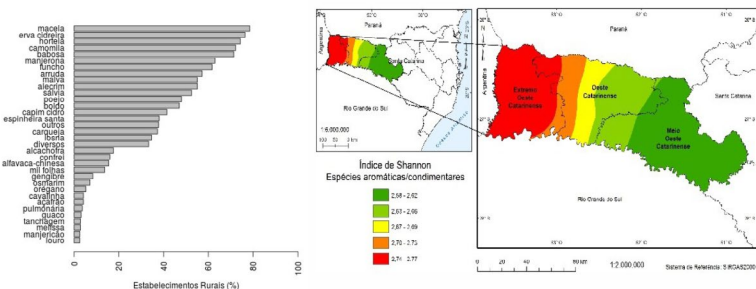


FIGURA 4. Produção para o autoconsumo (A) e dispersão espacial do índice de diversidade (B) para as plantas medicinais e aromáticas produzidas para autoconsumo nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Quanto aos produtos de origem animal não processados, observa-se também uma importante diversidade. A carne bovina é

produzida em 89,7% dos estabelecimentos rurais e uma quantidade média mensal produzida de 39,7 kg; seguida da carne de aves, produzida em 88,9% dos estabelecimentos rurais com 15,2 kg/por família; carne suína, produzida em 82,1% dos estabelecimentos, com produção média mensal de 27,2 kg; produção de ovos, presente em 78,5% dos estabelecimentos rurais, com produção média de 13,1 dúzias mensais; leite, em 73,2% dos estabelecimentos rurais, média de produção de 50 litros por mês. Embora com menos expressão, aparecem também a produção peixes, mel, carne de ovelhas/cabras, dentre outras. A falta de mão de obra é a principal razão apontada pelos que declararam deixar de produzir derivados de origem animal (23,9%), seguido por falta de área (13,1%), e deixou de consumir (5,8%).

PRODUTO	MÉDIA	MEDIANA	N	%
CARNE BOVINA				
QUANTIDADE PRODUZIDA (KG/MÊS)	39,76	30,00	342	89,76
CONSUMO FAMILIAR (KG/MÊS)	26,44	21,00		
CARNE SUÍNA				
QUANTIDADE PRODUZIDA (KG/MÊS)	27,19	17,00	313	82,15
CONSUMO FAMILIAR (KG/MÊS)	20,38	15,00		
CARNE FRANGO / PERU				
QUANTIDADE PRODUZIDA (KG/MÊS)	15,27	12,00	339	88,98
CONSUMO FAMILIAR (KG/MÊS)	13,82	10,00		
CARNE DE OVELHAS/CABRAS				
QUANTIDADE PRODUZIDA (KG/MÊS)	10,97	5,00	27	7,09
CONSUMO FAMILIAR (KG/MÊS)	10,49	5,00		
LEITE				
QUANTIDADE PRODUZIDA (LITROS/MÊS)	50,53	30,00	279	73,23
CONSUMO FAMILIAR (LITROS/MÊS)	44,67	30,00		
MEL				
QUANTIDADE PRODUZIDA (KG/MÊS)	17,33	2,00	102	26,77
CONSUMO FAMILIAR (KG/MÊS)	9,83	1,00		



PRODUTO	MÉDIA	MEDIANA	N	%
PEIXES				
QUANTIDADE PRODUZIDA (KG/MÊS)	9,61	3,00	159	41,73
CONSUMO FAMILIAR (KG/MÊS)	7,33	3,00		
OVOS				
QUANTIDADE PRODUZIDA (DÚZIAS/MÊS)	13,12	10,00	299	78,48
CONSUMO FAMILIAR (DÚZIAS/MÊS)	9,39	7,00		
OUTROS	7,00	7,00	2	0,52

TABELA 7. Estimativas de quantidades de carne produzidas para autoconsumo nas famílias rurais entrevistadas em 112 municípios da região Oeste de Santa Catarina/Brasil.

Já em relação às atividades de processamento de alimentos, 92% das famílias mantêm a tradição de produção de pães e cucas, com uma média de produção mensal de 14,4 kg, seguidos de bolachas - 71,6% das propriedades e 5 kg mensal em média, e massas - 71,9% das propriedades rurais e 5,6 kg mensais. Em seguida destacam-se os derivados de carne suína - 75,3% das propriedades rurais declararam produzir banha, e uma produção média mensal de 8,5 kg e salame - 59,6% das famílias continuam a produzir salames, produzindo 8,7 kg mensais em média. Em relação ao queijo, 51,2% das famílias declararam produzi-lo, com uma média mensal de 12,7 kg por família.

Há ainda um número expressivo de famílias que produzem chimias (65,3%), conservas e compotas (50,4%), melado de cana (29,1%), açúcar mascavo (21,5%), vinho (14,4%), cachaça (1,8%). 17,3% das famílias entrevistadas declararam ainda processar outros produtos. 48,6 dos agricultores que declararam que deixaram de beneficiar alimentos nas propriedades por falta de mão de obra, 36,2% por falta de matéria prima e 13,4% porque deixaram de consumir.

Uma primeira constatação relevante em relação à produção

para o autoconsumo é de que 100% das famílias entrevistadas tem alguma produção de alimentos para o autoconsumo. Quando perguntados se fossem comprar os alimentos produzidos para o autoconsumo quanto gastariam mensalmente, os valores médios informados foram: R\$ 178,17 com hortaliças, R\$ 157,93 com frutas, R\$ 30,98 com plantas medicinais, R\$ 563,09 com produtos de origem animal e R\$ 316,26 com produtos beneficiados. Quando somados os valores médios que os agricultores estimam economizar com a produção para o autoconsumo, segundo a percepção dos agricultores, obtém-se a cifra de R\$ 1.351,99 mensais, valor superior, portanto, a de um salário mínimo (R\$ 954,00 em valores de 2018). Salientamos também que, em geral, os agricultores entrevistados tendem a subestimar os valores que economizam com a produção de alimentos para o autoconsumo porque não costumam contabilizar os valores economizados com a produção de alimentos consumidos pelas famílias. Ao final da aplicação do questionário, quando já haviam estimado os valores representados pela produção para autoconsumo, a maioria demonstrava surpresa com a importância dos valores desta produção de alimentos para o consumo familiar, já que estes cálculos raramente são feitos pelos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, destaca-se expressiva variedade e quantidades de hortaliças, frutas, plantas medicinais, produtos de origem animal e processamento de alimentos em nível de estabelecimento rural, presentes na maioria dos estabelecimentos rurais. A exceção é a produção de grãos, presente num número menor de estabelecimentos e com menor diversidade de espécies e cultivares. O mais

cultivado é o feijão, presente em aproximadamente 80% dos estabelecimentos rurais, seguido pelo milho e milho pipoca e alguns outros grãos. O arroz, por exemplo, cereal até bem pouco tempo cultivado na absoluta maioria dos estabelecimentos rurais, está deixando de ser produzido. O quase desaparecimento do meio rural dos moinhos coloniais para a produção da farinha de milho para a polenta, a canjica e a descasque do arroz pode ser a principal explicação do quase abandono do cultivo deste cereal, aliada pouca mão de obra disponível para o cultivo destas lavouras.

Também é expressivo o número de famílias que produzem produtos de origem animal, com destaque para carne bovina, suína, de aves, ovos e leite. O número de famílias que ainda processam as matérias primas produzidas em seus estabelecimentos rurais também é significativo.

A diversidade de espécies e cultivares de vegetais produzidos para autoconsumo representa um importante reservatório para a biodiversidade doméstica que, aliado aos conhecimentos tradicionais dos agricultores para o cultivo e processamento de alimentos, constitui-se num importante potencial para a produção de alimentos de qualidades diversificada, como produtos agroecológicos/orgânicos para venda em circuitos curtos de mercado. Tais produções e conhecimentos tradicionais podem servir de base produtiva para desenvolver projetos para a produção de alimentos para comercialização em circuitos curtos de mercado, como aliás, já ocorre, movimento sintonizado com as mudanças dos consumidores rumo a ambientalização do consumo.

A produção destes alimentos desempenha também importante papel na sociabilidade dos agricultores e no fortalecimento da vida comunitária, de grande relevância para a região. Isso porque estes alimentos são preparados e servidos em encontros familiares entre vizinhos e em festas comunitárias.

E, finalmente, salientamos que os dados de pesquisa aqui apresentado se restringiu ao objetivo de produzir uma primeira caracterização da produção de alimentos para o autoconsumo nas unidades familiares da região oeste de Santa Catarina, via aplicação de um questionário fechado, com recorte eminentemente quantitativo. Para verificar algumas das hipóteses levantadas e complementar as análises aqui apresentadas será necessário desenvolver uma nova pesquisa, com enfoque qualitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, PIERRE. *Esquisse d'une théorie de la pratique*; précédé de trois études d'ethnologie kabyle. Paris: Seuil, 972)

DIGARD, J-P. **A biodiversidade doméstica**. Porto Alegre: Anuário Antropológico, II,2012. P. 205-223

DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina**: em construção. 2008, 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. In: **Revista de Economia Agrícola**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola. v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011. P. 101-113.

DORIGON, C.; RENK, A. ; SILVA, C. A. Produtos coloniais como narrativas de comida e migração no oeste catarinense.. In: **28ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2012, São Paulo. Desafios Antropológicos Contemporâneos. São Paulo: ABA, 2012. p. 1-21

DORIGON, C.; RENK, A.; SILVESTRO, M. L.; SILVA, C. A.; SAVIO, J. **Produtos coloniais**: tradição e mudança. Chapecó: Argos, 2015. 432 p.

DORIGON, C.; RENK, A. Juventude e as transformações no mundo rural: um estudo de caso do oeste catarinense. In: **XVII Congresso Brasi-**

leiro de Sociologia, 2015, Porto Alegre. **Anais...** XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre: SBS, 2015. p. 1-20.

GARCIA JR. A. R. **O sul**: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/ Editora UnB/MCT-CNPq, 1989, 285 p.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, Ano XIV, Jan/Dez de 2007, p. 5-35.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, julho-diciembre 2010. P. 65-69

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. **A produção para Autoconsumo no Brasil**. Relatório de Pesquisa. Brasília: 2013. 42 p.

HAVERROTH, Célio. **Extensão Rural Pública**: métodos, possibilidades e limites para a transição agroecológica no Oeste de Santa Catarina. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1970/1975/1980/1885/1995/1996/2006**. Rio de Janeiro, 2007.

MALUF, R. S. et. al. **Cadernos de segurança alimentar**. 2001. Disponível em: http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf. Acesso em 8 de dez. 2016

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MENASCHE, R. (Org.) **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segu-

rança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Revista de Nutrição, Campinas*: 21 (suplemento) 145s-158s, jul/ago. 2008. P. 145-158.

PORTILHO, F. **Consumidores de produtos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade ambiental**. Porto Seguro: ANPAS, 2008.

WILKINSON, J. **The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors**. Rio de Janeiro, 2006. Mimeo.

_____. The embedding of markets and networks in global social movements. **Gastronomic Sciences**. *Journal of the Slow Food Movement*. Bra (Itália): Slow food, 2007.

WILKINSON, J. **Mercado, Redes e Valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 213 p.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R.; **Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo**. Em: MENASCHE, R. (Org.) *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.



REGIMES JURÍDICOS DA PROPRIEDADE DA TERRA, CAPITALIZAÇÃO E AGRICULTURA NO BRASIL DOS SÉCULOS XIX E XX¹

IRONITA A. POLICARPO MACHADO²

Atualmente, há contradição entre produção agropecuária e densidade demográfica, produção agrícola e pobreza, gerando contradições sociais. Em relação ao Brasil, nessa realidade há complexos conflitos relacionados às terras indígenas, quilombolas, camponeses (pequenos agricultores), sertanejos, empresários da agricultura etc., ou seja, as terras reclamadas como direito assegurado pela Constituição federal de 1988 confrontado pelo agronegócio. Nesse sentido, objetiva-se neste texto identificar regimes jurídicos, acontecimentos e conceitos relacionados à propriedade da terra e às políticas agrícolas. Assim, o que nos propomos aqui

¹ O tema é fruto de pesquisa vinculada ao projeto “Bases históricas dos conflitos agrários contemporâneos no norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina: indígenas, quilombolas e pequenos agricultores” (Memórias brasileiras: conflitos sociais, Edital nº 12, 2015, Capes).

² Programa de Pós-Graduação em História/Universidade de Passo Fundo (Brasil); Integra, na qualidade de pesquisador associado, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Proprietas: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (www.proprietas.com.br); iropm@upf.br

é analisar sincrônica e diacronicamente as estruturas por de trás das constituições, legislações agrárias e políticas agrícolas brasileiras como arquétipo nacional à formação da propriedade agrária no Brasil, passando por regimes políticos e sistemas jurídicos diversos.

A historiografia tem se valido dos sistemas políticos e, principalmente, jurídicos (por exemplo, constituições, legislações, decretos) como fontes secundárias e complementares. Neste estudo as tomamos como fontes primárias.³ Não se trata de uma história do direito ou das ideias, ou, menos ainda, de um inventário, mas, sim, discutir os referidos sistemas como instrumentos burocráticos e econômicos à racionalização capitalista sobre a terra e a produção agrícola, tracejando o território e a sociedade nacional, pensados, elaborados e implementados em temporalidades específicas, de acordo com interesses socioeconômicos próprios de cada governo. Na palavras de Linhares:

Análise histórica deve, pois, contemplar os elementos que se associam a fim de que seja possível uma explicação inteligível do processo agrícola, colocando-se no tocante àqueles fatores questões prévias: o sistema socioeconômico em questão, as

³ As fontes encontram-se compiladas na *Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata* produzida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com o objetivo de reunir legislações agrárias e documentos importantes para esse tema, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) publicou, no ano de 2007, uma coletânea onde reúne a legislação agrária brasileira. Essa coletânea está dividida em três tomos, disponibilizados integralmente no *site* do Ministério para download gratuito. Como forma de democratizar o acesso às informações e contribuir para os estudos das questões agrárias, a obra incluiu diversos documentos, atualizando obras publicadas anteriormente que possuíam a mesma temática. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 10 set. 2019. Fontes: BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil* de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 maio 2019. BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.

condições de acesso à terra, as normas jurídicas que regem a propriedade, o meio geográfico e as condições de uso da terra [...] as hierarquias sociais. Essa é a história agrária de que falamos: a história econômica e social do mundo rural (LINHARES (1997, p. 165-184).

Assim, o debate referente à propriedade, à política agrícola e aos regimes jurídicos brasileiros é perpassado pelo estudo da constituição da sociedade moderna, portanto, do Estado moderno e suas estruturas e sistemas políticos. À medida que essa realidade se desenvolvia, com essa ou para justificá-la, os conceitos e fundamentos jurídicos se edificavam. A propriedade mudou a forma de como era vista pelo Estado. Antes, direito individual; hoje, elevado à categoria de direito fundamental, tutelado pela Constituição (1988). O Estado, teórica e constitucionalmente, tem o poder/dever de zelar pela correta observância e aplicação da função social da posse com a utilização do poder da força, bem como por meio do emprego de uma legislação que tutele os interesses coletivos em detrimento dos individuais, quando esses não estiverem dando uma finalidade social à sua posse ou propriedade.

Na história da propriedade no Brasil, pode-se observar, embora frequentemente, descumpridas todas as normas que vigiram no país – das capitânicas hereditárias, regime sesmarial, regime de posses, Lei de Terras de 1850, Código Civil de 1916, Estatuto da Terra 1964, a atual Constituição Cidadã 1988 e os códigos civil 2002 e florestal 2012 –, sempre houve referência à necessidade pragmática de utilização da terra pelo seu possuidor como forma de efetivação de seu domínio, ou seja, de sua função social, que por sua vez é um instrumento capitalista. A formação da propriedade agrária no Brasil, passando por regimes e sistemas jurídicos diversos, deu-se por um processo de implantação de legislação agrária e políticas agrícolas sujeitas às oscilações e condicionamentos de cada região.

1. ESTADO DE ARTE E A ARTE DO ESTADO NA ELABORAÇÃO DOS REGIMES JURÍDICOS DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

A historiografia referente ao agrário e à propriedade da terra tem apresentado excelentes trabalhos a respeito do tema proposto. As reflexões que aqui se constituem, referentes aos pressupostos históricos e jurídicos da categoria propriedade da terra, disciplinados nas constituições, decretos e legislações agrárias brasileiras, foram trabalhadas, em certa medida, entre outros pesquisadores, por Silva e Secreto (1999), Mattos Neto (2006) e, mais recentemente, Talaska (2015).

Silva e Secreto (1999) abordam as condições históricas dentro das quais se desenrolou o processo de apropriação territorial na Argentina e no Brasil. Para tal, analisam as principais leis agrárias que nortearam a apropriação de terras nos dois países no período de 1820 a 1920. As autoras, utilizando a metodologia da história comparada, tratam das especificidades da implantação dos regimes jurídicos da propriedade da terra na conjuntura econômica latino-americana do referido período, assim, demonstrando que as condições internas de cada país levaram as instituições a mediar a formação e o mercado de terras e, por sua vez, afetas ao desenvolvimento econômico e às estruturas fundiárias.

No artigo “A questão agrária no Brasil: aspectos sócio-jurídicos”, Mattos Neto discute a questão agrária pelo enfoque jurídico, afirmando que “a questão agrária, sob o aspecto jurídico, está centrada no direito da propriedade imobiliária rural, vinda desde a sua formação colonial”, tracejando, de forma geral, a formação histórica da propriedade agrária no Brasil através dos regimes e sistemas jurídicos específicos de cada período político (Império e República). O autor problematiza a finalidade da lei diante dos conflitos e direitos contemporâneos, e afirma que uma via de en-

caminhamento deve ser ministrada para acomodar a situação em respeito aos novos valores jurídicos, sobre os quais ele diz: “Este bem da humanidade – o meio ambiente – passou a ser um novo elemento legal do direito à propriedade, de modo que a propriedade agrária deve ser utilizada visando seu potencial econômico, o bem fazer social e a sustentabilidade ecológica” (MATTOS NETO, 2006, p. 26).

A tese de Talaska, *O espaço agrário brasileiro na perspectiva conceitual: dos aspectos legais às implicações territoriais* (2015), tendo por problema de pesquisa as modificações realizadas no arcabouço conceitual de interpretação da realidade agrária brasileira nas últimas décadas (do Estatuto da Terra de 1964 à Constituição de 1988), analisa como os conceitos e as tipologias normatizados pela legislação agrária brasileira escamoteiam o processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo e contribuem para manter inalteradas determinadas características agrárias do país. Talaska, respondendo aos seus questionamentos, diz que “a normatização de conceitos interpretativos da realidade agrária tende a ser realizada seguindo interesses de uma classe minoritária, mas politicamente dominante” (2015, p. 240) e, em detrimento disso, escamoteia todo o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo. A discussão que faremos aqui se aproxima desses estudos pela categoria propriedade da terra disciplinada juridicamente, mas se distancia pelo recorte temporal, problema de estudo e pelas variáveis de interpretação. Assim, os estudos apresentados são utilizados, em alguns momentos, como pretexto.

Na realidade institucional e social, o conflito pela terra foi realidade violenta desde que o Brasil foi conquistado. Desde então, a questão da propriedade parece ter se tornado irresolúvel. Na guisa deste debate, é necessário pensar a Constituição como derivada

de uma conjuntura histórica específica, seja outorgada, seja promulgada, pois sua elaboração visa institucionalizar a sociedade de acordo com padrões existentes, não significando a criação de uma nova realidade política e social. A Constituição é a consolidação dos princípios de determinado ordenamento estatal, mas também tem a função de dispor das garantias e direitos das pessoas que fazem parte desse Estado. A sua formulação está vinculada à ideia de estabilização e racionalização do sistema de poder como forma de ter reconhecimento externo e legitimidade política. Pensando a história das constituições brasileiras – sete constituições em 195 anos de independência –, Vergottini diz:

A Constituição é um ponto firme, uma base coerente e racional para os titulares do poder político, que visam, mediante ela, dar estabilidade e continuidade à sua concepção da vida associada. Com a Constituição são então fixadas múltiplas garantias para defesa da ideologia dominante e dos institutos constitucionais fundamentais [...]. A par da função constitutiva legitimadora de um novo Estado, a Constituição pode ter a função mais limitada da legitimação de um novo titular do poder político (VERGOTTINI apud BOBBIO, p. 258-259).

2. REGIMES JURÍDICOS DA PROPRIEDADE DA TERRA E POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL

Entre 1822 e 1850, a primeira Constituição brasileira é outorgada (1824). A carta foi a de maior tempo de vigência na história do país. No que diz respeito às categorias de análise deste estudo, o artigo 179 da Constituição de 1824 trata da inviolabilidade dos “Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”, tendo por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Sobre

a questão da propriedade, foi do período de vigência da Constituição imperial, lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a “Lei de Terras”, a primeira legislação reguladora do que seria a propriedade, e diferenciando as que pertenciam ao Estado.

Aprovada apenas em 1850, dias após a lei de proibição do tráfico de escravos, a Lei de Terras possui 23 artigos, e tinha como objetivos:

[dispor] sobre as terras devolutas do Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (COLETÂNEA, 2007, p. 75).

O objetivo era regularizar as formas de aquisição de propriedade e promover a colonização – que seria feita com as rendas obtidas pelos direitos de chancelaria⁴ e venda de terras, o que não teve sucesso. Assim, a terra passou a ter a concepção de mercado-ria, essa não garantia mais a subsistência ou era fonte de prestígio social, mas passou a representar o poder econômico. Essa é a grande transformação sobre a questão da propriedade no Brasil – que mesmo não sendo implementada com sucesso, pela falta de funcionários e resistências por parte de alguns grupos –, marcando o processo de transição para o capitalismo, a terra como um capital, sendo o mecanismo até hoje de sua aquisição.

Com o advento da República, uma nova Constituição (1891)

⁴ Direito de chancelaria era a taxa sobre a revalidação e legitimação de terras. Entre outras arrecadações, a chancelaria contribuía no financiamento da imigração.

foi feita para acompanhar a mudança política do país. Para além do regime político, várias transformações sociais estavam acontecendo no Brasil nas décadas entre 1890 e 1930, a chamada “Primeira República”. As cidades cresciam e a industrialização ganhava impulsos. Novos contingentes de imigrantes chegavam ao Brasil, vindos principalmente da Europa; os antes escravizados estavam libertos, mas não estavam inseridos na sociedade; a maior parte da população brasileira residia no meio rural, e as camadas pobres e de operários que moravam nas cidades enfrentavam problemas com o desemprego, marginalização, condições precárias de trabalho. A população que no início do período republicano, em 1890, era de 14 milhões, na década de 1920 já era de 30 milhões.⁵ Não há alterações significativas no quadro econômico do país, além do início da extração da borracha, tendo o café o seu principal produto e os cafeicultores o principal grupo de poder político – esse setor da economia deu sinais de crise pela sua superprodução a partir da década de 1910, e se acentuou em 1920 com a crise econômica mundial.

A Constituição de 1891 tem esse modelo de não interferência, sequer menção, em questões sociais. Possui inspiração liberal e modelo estadunidense, garantindo o direito à liberdade de expressão e de reunião, à liberdade de culto, mas excluindo a maioria dos brasileiros do processo eleitoral (apenas homens alfabetizados tinham direito ao voto, em um país que 35% da população acima de 15 anos era alfabetizada, segundo o censo de 1900⁶).

⁵ Todos os dados de população e sua divisão nos meios rural e urbano foram encontrados nos censos do IBGE. *Censos demográficos*. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 12 set. 2019. *Sinopse do censo demográfico de 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁶ SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. *O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico*. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

A primeira Constituição promulgada possui dois artigos que tratam sobre a questão da propriedade, e um que menciona a agricultura e imigração. No art. 35, incumbe ao Congresso, não privativamente, dentre outras coisas, promover o desenvolvimento das letras, artes, ciências, imigração, agricultura, indústria e comércio. Já o art. 64 discrimina quais terras pertencem à União e quais, aos estados; pela primeira vez garantindo o domínio público e incluindo os estados da federação (a Constituição de 1891 descentraliza o poder, elevando o protagonismo dos estados, com características federalistas). Título II, Dos estados:

Art. 64. Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único. Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados (BRASIL, 1891, p. 14).

Da mesma forma que na Constituição anterior, e todas as seguintes, o direito à propriedade está no mesmo patamar dos direitos individuais de liberdade, no título II, Dos cidadãos brasileiros, na seção II, Declaração de direitos, art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, ou seja, a propriedade continua inviolada, apenas com a possibilidade de limitação da propriedade ao subsolo. Passou a assegurar o direito à propriedade também a estrangeiros – é um período de intensa imigração. A desapropriação foi garantida, com indenização, para a necessidade ou utilidade pública, que pode ter diversas interpretações, já que não se define legalmente esses casos até 1916 com o Código Civil.

De formulação prevista em 1824, com projetos diversos após 1850, que não avançaram do debate e esboço, em 1899 o presidente Campos Salles incumbiu ao jurista Clóvis Beviláqua a produção de um projeto de Código Civil aproveitando os trabalhos já feitos, apresentando-o um ano depois ao Congresso para discussão. Os debates duraram 15 anos, e o Código Civil foi aprovado em 1916 pela lei nº 3.071, entrando em vigor em 1917. Até esse momento, ainda vigoravam as Ordenações Filipinas (1603, mas com alterações durante o período de vigência) para as matérias do direito civil. Sua vigência se estende até 2002, sendo esse o Código que regulamentará os direitos de propriedade e posse no recorte desta análise.

O Código Civil de 1916, no livro 2, Do direito das coisas, que conta com um título específico sobre a posse (1), e outro sobre a propriedade (2). As matérias abordadas nesses buscam regularizar e estabelecer diretrizes sobre as mais diversas especificidades, desde as árvores nos limites entre propriedades até da perda do imóvel. As ideias centrais dos artigos são o individualismo, a inviolabilidade dos direitos e deveres e a boa convivência. Podem-se destacar os seguintes artigos: art. 485 - considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não de algum dos poderes inerentes ao domínio ou propriedade, e, ainda, art. 489, a justa posse que não for violenta, clandestina ou precária; art. 524 - estabelece o direito de usar, gozar e dispor dos seus bens; art. 525 - a plena propriedade; art. 550 - aquele que, por trinta anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título de boa-fé, que, em tal caso, se presumem, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a inscrição no Registro de Imóveis [com a lei nº 2.437, de 1955, passa a ser vinte anos] e, também, o domínio do imóvel aquele que, por dez anos entre presentes ou vinte entre ausentes, o possuir como seu,

contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé [com a lei nº 2.437, de 1955, passa a ser 15 anos entre ausentes].

Nos artigos seguintes (589 e 590) são estabelecidas as motivações à perda da propriedade, sendo as seguintes: alienação, renúncia, abandono e perecimento do imóvel, os efeitos da perda do domínio seriam subordinados à transcrição do título, ou do ato renunciativo, no registro do lugar do imóvel, e o imóvel abandonado por dez anos passaria ao domínio do Estado (vide decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 1919); a desapropriação por utilidade pública (defesa do território nacional, segurança e salubridade pública, fundação de povoações e de estabelecimentos de assistência, educação ou instrução pública, abertura, alargamento ou prolongamento de ruas, praças, canais, estradas de ferro e, em geral, de quaisquer vias públicas, a construção de obras, ou estabelecimento, destinados ao bem geral de uma localidade, sua decoração e higiene, exploração de minas) (BRASIL, 1916).

Na República Velha, o direito à terra era perpassado de relações de poder tanto na função socioeconômica, política e jurídica quanto na visão e na prática constituídas historicamente dos sujeitos que a reivindicavam. Isso se evidencia por meio das contradições e das manifestações emergentes dos procedimentos do Poder Judiciário, os quais trazem ao campo de análise os sujeitos e as forças atuantes nos conflitos sintomáticos do processo de racionalização capitalista através dos litígios acerca da posse, domínio e propriedade da terra (MACHADO, 2012). Portanto, o processo de racionalização capitalista apresenta uma conjuntura, nas décadas de 1910 e 1920, em que ocorre a culminância da aplicação das normas e das políticas públicas fundiárias decretadas e sancionadas em sua maioria na década de 1900, marcada pelo término da imigração subsidiada. Assim, refletido nos conflitos e nas contradições das mudanças provocadas pela busca de modernização

através de iniciativas políticas oficiais e particulares, das relações socioeconômicas e das normas para libertar o impulso econômico dos entraves da política econômica tradicional (economia primária exportadora), conseqüentemente, não de mentalidade e de práticas da maioria dos sujeitos que constituíam a comunidade rural.

Após quase quatro anos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1934, uma nova Constituição foi promulgada em meio a mudanças internacionais e nacionais – de substituição de oligarquia no poder – mencionando pela primeira vez direitos sociais e a participação da mulher na política. O texto constitucional possui influências da Constituição de Weimar (1919, Alemanha) e prevê a intervenção estatal nos domínios social e econômico – que caracterizará o papel do Estado nos períodos subsequentes.

A Constituição de 1934 possui dez artigos que legislam sobre a propriedade, agricultura e colonização. Sobre a colonização, no art. 10, ao elencar as competências da União e dos Estados, está a promoção da colonização. Já o art. 121 prevê um regulamento especial para o trabalho agrícola, com o objetivo de manter os trabalhadores no campo e com condições dignas, além de organizar colônias agrícolas com prioridade às camadas mais pobres; estabelecia amparo à produção, à educação rural, assegurando ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas; ainda, editava a parceria entre a União e os Estados a organização de colônias agrícolas, destinando a essas os sujeitos empobrecidos e sem trabalho (BRASIL, 1934, p. 30).

Em relação à propriedade, definem-se os domínios da União (art. 20) e dos Estados (art. 21) que, junto com os já legislados, crescem os rios e os lagos. No título III, Dos direitos, o art. 113 assegura a brasileiros e estrangeiros a inviolabilidade à propriedade, garantindo o direito à propriedade desde que não contrarie o interesse social ou coletivo na forma que a lei determinar; previa a

indenização quando da desapropriação por utilidade pública, e em caso de perigo iminente à nação (BRASIL, 1934, p. 27).

O art. 129 pela primeira vez aborda o respeito à posse de terra por indígenas, chamados “silvícolas” no texto, não permitindo, contudo, sua alienação. O art. 126 destina-se a determinar a redução em 50% dos impostos sobre imóveis rurais que tenham até 50 hectares. Sobre concessões de terra, o art. 130 limita que áreas superiores a 10 mil hectares deverão obter a autorização do Senado Federal. E o último artigo, que trata sobre propriedade, o art. 166, demonstra a preocupação do Estado com as áreas de fronteira, cabendo a esse as concessões e decisões de quem se instalam nessas faixas, com a predominância de brasileiros. Destaca-se: “§ 3º - O Poder Executivo, tendo em vista as necessidades de ordem sanitária, aduaneira e da defesa nacional, regulamentará a utilização das terras públicas, em região de fronteira pela União e pelos Estados ficando subordinada à aprovação do Poder Legislativo a sua alienação” (BRASIL, 1934, p. 35).

A Constituição de 1937, outorgada no mesmo dia do golpe, possui como pilares o centralismo e o autoritarismo – influência da autoritária Constituição da Polônia (1935) e do Estado Novo Português (1933). Na prática, suas disposições transitórias e finais permitiram os atos centralizadores do Executivo – previa poderes ao Executivo enquanto não fossem convocadas eleições, e o plebiscito para a população legitimar a Constituição, que não ocorreu – pois não foi de fato implementada, prevalecendo os decretos-lei que criaram desde leis trabalhistas quanto o arcabouço institucional do Estado Novo – visando desenvolver o país, impulsionando o processo industrial, e atrelando cada vez mais o Estado ao setor econômico. Contudo, nos seus artigos sobre propriedade e agricultura, podemos perceber algumas das preocupações do plano político-econômico desenvolvimentista do governo Vargas.

Há pouca alteração dos artigos (sete sobre o tema) em relação à Constituição de 1934. Os art. 36 e 37, respectivamente, tratam da mesma forma os domínios federais e dos estados. O art. 148 regula a usucapião da mesma forma prevista anteriormente. As concessões de terras de área superior a 10 mil hectares requerem autorização, ao invés do Senado (fechado) do Conselho Federal (art. 155). Sobre as faixas de fronteira, o art. 165 mantém a sua importância para a segurança nacional – lembrando que o discurso de justificação do Estado Novo baseia-se na polarização nacional e no perigo da segurança do país. O artigo determina que as concessões sejam feitas após audiência com o Conselho Superior de Segurança Nacional, devendo predominar capitais e trabalhadores de origem nacional nessas áreas.

No que se refere ao direito da propriedade aos cidadãos, o art. 122 tem seu texto reduzido, mas mantém as mesmas características e direitos. A maior mudança nessa Constituição diz respeito ao art. 61, que estabelece a importância da organização e racionalização da agricultura:

Art. 61 - São atribuições do Conselho da Economia Nacional: [...]

e) organizar, por iniciativa própria ou proposta do Governo, inquérito sobre as condições do trabalho, da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional;

f) preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas que, atendendo à diversidade das condições econômicas, geográficas e sociais do País, tenham por objeto: I racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria;

II estudar os problemas do crédito, da distribuição e da venda, e os relativos à organização do trabalho; [...] (BRASIL, 1937, p. 12).

Durante o Estado Novo, o governo foi administrado através de decretos-lei. Para este texto, cinco desses decretos têm como elemento central a propriedade, sendo complementos à legislação ou dispendo de temas ainda não regulados. Dos cinco decretos-lei, quatro buscam regularizar e ordenar sobre terras públicas ou que podem servir ao bem público, buscando proteger a propriedade do Estado. Ao se discutir sobre a categoria propriedade, não se pode esquecer que o Estado também legisla para garantir a sua inviolabilidade e liberdade em dispor de suas terras da forma mais correta, privilegiando a organização e estrutura estatal. Os cinco decretos-lei,⁷ cada um de forma específica, normatizam e ordenam os processos que envolvem propriedade ou posse, não alterando sua estrutura.

Portanto, a década de 1930 refere-se ao período considerado o portador de numerosas ações, capazes de alterar o quadro econômico vigente. A análise atenta evidencia o processo de racionalidade capitalista sob a força da conjuntura histórica, conjugando os interesses das lideranças governamentais e de frações de classes sobre as políticas de terras e políticas de racionalização econômica de Estado. O que permite verificar como a tentativa de equacionar a legitimação estatal da apropriação e o controle da propriedade privada da terra dá-se por relações sociais de força.⁸

⁷ Decreto-lei nº 0058, de 10 de dezembro de 1937, dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações; decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõe sobre desapropriações por utilidade pública; decreto-lei nº 7.724, de 10 de julho de 1945, submete ao regime de aforamento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras providências; decreto-lei nº 7.916, de 30 de agosto de 1945, dispõe sobre a distribuição das terras devolutas nos territórios federais e dá outras providências; decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, dispõe sobre os bens imóveis da união e dá outras providências.

⁸ Essa proposição está sob orientação do pensamento gramsciano, a racionalidade capitalista como conceito, foi aqui usado por entendermos que, ao nos debruçarmos sobre a realidade enquanto totalidade, desvendamos as contradições e reconhecemos que essa se constitui por mediações, processos e estruturas, isso, a partir de uma mul-

Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas afirmava a necessidade de “reconstrução” de vários setores do país, sobretudo o financeiro e o econômico, em que as providências essenciais a serem tomadas diziam respeito ao reajustamento social e econômico por meio da restauração do crédito público e o fortalecimento das fontes produtoras. Entre as propostas eram previstas a reorganização do Ministério da Agricultura, adaptando-se às necessidades do problema agrícola, a intensificação da produção através da policultura e a adoção de uma política internacional de aproximação econômica que facilitasse o escoamento do excedente exportável. A revisão do sistema tributário, por sua vez, serviria para amparar a produção nacional; a reforma do Banco do Brasil seria no sentido de reorientar suas ações cujo objetivo, segundo a proposta da Aliança Liberal, era promover o desenvolvimento da agricultura e amparar o comércio. Em pormenores, os discursos frisavam a “extinção progressiva” do latifúndio, ao mesmo tempo em que se pretendia proteger a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferencialmente ao nacional (FONSECA, 1989).

Além disso, o governo Vargas manteve a proibição de importar mercadorias estrangeiras que tivessem similar na indústria nacional; criou nos estados várias coletorias para arrecadação de rendas federais; regulou a Lei de Reajustamento Econômico; autorizou a Carteira de Redesconto para descontar letras de câmbio ou notas promissórias em que o aceitante ou emitente exercesse atividade na agricultura ou indústria; regulou a organização dos bancos de crédito industrial; realizou acordos comerciais com diversos países, entre os quais, os pertencentes à Bacia do Prata.

tiplicidade de significados, evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições, apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade do social (GUIMARÃES, 1982; GRAMSCI, 1999).

O Ministério da Agricultura passou a denominar-se Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e a competência sobre serviços agrícolas de natureza regional foi transferida para vários estados. Sobre a questão ligada diretamente à terra, Vargas autorizou a desapropriação, por utilidade e necessidade pública, das terras foreiras à União. Também foi criado o Banco Nacional de Crédito Rural, campanha e ações de “Marcha para Oeste”, entre outras medidas.

A estrutura fundiária, porém, foi intocável, deixando a terra à mercê de quem desejasse ampliar suas posses, utilizando-se da estrutura judiciária e legal, exceto por alguns decretos que não fizeram diferença às questões agrárias, fundiárias e sociais oriundas do Império e da Primeira República. Exemplo disso, no Rio Grande do Sul, são as ações de execução e penhoras, com 30% dos processos judiciais (ações cíveis) que tramitaram no período. Estratégia econômica que entesourava ainda mais latifundiários e agentes capitalistas que faziam transações financeiras colocando a terra como caução, e, é claro, com as garantias de que a receberiam pela sentença dos processos judiciais a seu favor. Além dos casos de endividamento cujos sujeitos em débito com os bancos das províncias pleitearam o abatimento de suas dívidas junto à Câmara do Reajustamento Econômico (MACHADO, 2018).

O fim do Estado Novo, com as eleições presidenciais em 1945 e a revogação da carta pela Constituição de 1946, marcou um novo período no Brasil, influenciado internacionalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, com crises econômicas e inflacionárias e a intensificação dos movimentos sociais. A Constituição de 1946 foi substituída em 1967, mas o período de regência dessa perpassa duas conjunturas políticas: a democratização de 1945-1964 e a ditadura militar (com alterações e emendas feitas pelo regime de exceção).

Cada vez mais diferentes setores da sociedade começam a se organizar e reivindicar direitos, o movimento sindical operário, o funcionalismo público, os estudantes e também os trabalhadores rurais, que ainda não eram contemplados pelas legislações trabalhistas (o Estatuto do trabalhador rural será sancionado em 1963). Aparecem na década de 1950 as ligas camponesas que tinham como objetivo defender e mobilizar os camponeses, um dos primeiros movimentos rurais organizados. Segundo Fausto, “os setores do campo – verdadeiros órfãos da política populista – começaram a se mobilizar [...]”, tendo por motivações, dessa mobilização, “nas grandes mudanças estruturais ocorridas no Brasil entre 1950 e 1964, caracterizadas pelo crescimento urbano e uma rápida industrialização”. Assim, como as

[...] mudanças ampliaram o mercado para os produtos agrícolas e a pecuária, levando a uma alteração nas formas de posse da terra e de sua utilização. A terra passou a ser mais rentável do que no passado, e os proprietários trataram de expulsar antigos posseiros ou agravar suas condições de trabalho, o que provocou forte descontentamento entre a população rural (FAUSTO, 2002; FAUSTO, In: PANDOLFI, 1999, p. 443-444).

A Constituição de 1946 também tem como fundamento da ordem econômica a justiça social e a valorização do trabalho humano, mantendo traços parecidos com a Constituição de 1934. Os governos (Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart) terão projetos nacionais desenvolvimentistas, promovendo a industrialização e construindo as estruturas para o desenvolvimento. Essas concepções também eram partilhadas – e influenciavam nas discussões – com o pensamento da Comissão Econômica para América Latina, a Cepal, concebendo o Estado como promotor do

desenvolvimento, sendo o desenvolvimento econômico e social interdependentes.⁹

As questões agrárias não tiveram o mesmo enfoque dado à industrialização, mantiveram poucas alterações os dispositivos constitucionais que tratam sobre a propriedade. Os artigos 34 e 35 delimitam os bens da União e dos estados. O art. 180 define que as concessões de terras nas fronteiras e em zonas indispensáveis à defesa do país precisavam ser assentidas pelo Conselho de Segurança Nacional.

No título sobre os direitos, o art. 141 assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, podendo a propriedade ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, com indenização, ou em caso de perigo iminente. A ideia central permanece a mesma, mas vale ressaltar que esta é a primeira vez que uma Constituição brasileira inclui o direito à vida.

Os artigos 147 e 156 (incluída neste mesmo artigo a usucapião) possuem ideias complementares de uma distribuição justa e igual da propriedade – abrindo caminho para a reforma agrária – e a importância do trabalhador do campo e o aproveitamento das terras públicas. Respectivamente,

o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos [...]. A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados (BRASIL, 1946, p. 34-35).

⁹ ESALQ/USP. *Enciclopédia agrícola brasileira*. São Paulo: Edusp, 1995. v. 1.

Duas leis entram em vigor nesse período: a lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, autoriza a união a criar a fundação Serviço Social Rural (SRR), entidade autárquica subordinada ao Ministério da Agricultura. A criação do SRR objetiva implementar o art. 156, pois os objetivos dessa fundação são amparar a população rural e promover o desenvolvimento desse meio com prestação de serviços sociais no meio rural (alimentação, educação e saúde, incentivo à produção e fixação à terra), aprendizagem de técnicas adequadas ao mundo rural, fomento de pequenas propriedades, incentivar o conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo, fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo (COLETÂNEA, 2007, p. 113).

A segunda lei, nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, define os casos de desapropriação por interesse social e o procedimento a ser seguido, tendo como base o art. 147 da Constituição. Considerando de interesse social a propriedade improdutiva, ou explorada sem correspondência com as necessidade de habitação, trabalho e consumo dos centros de população; o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola; a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de dez famílias; a construção de casas populares; as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas; a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais (BRASIL, 1962, p. 1).

Com a ditadura militar, a Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964, inclui competência à União (art. 5º) legislar sobre o direito agrário, e no art. 15, decretar impostos sobre a propriedade territorial rural. A emenda ainda inclui ao art. 147 seis parágrafos sobre a forma de indenização cabível caso ocorra a desapropriação, podendo ser realizada com títulos da dívida pública. Os planos e zonas prioritárias para desapropriações com fins de reforma agrária serão decretadas pelo Poder Executivo.

As leis e a emenda mencionadas estabelecem as diretrizes para um possível plano de reforma agrária que atenderia as reivindicações dos crescentes movimentos socioagrários e poderia promover o desenvolvimento agrícola. Nessa perspectiva, em 30 de novembro de 1964 foi sancionada a lei nº 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, projeto encaminhado em 26 de outubro de 1964, sendo aprovado um mês depois.

O Estatuto da Terra possui 128 artigos, divididos em quatro títulos: 1 - Das disposições gerais, 2 - Da reforma agrária, 3 - Da política de desenvolvimento rural, 4 - Das disposições gerais e transitórias. O estatuto prevê um plano amplo e abrangente, desde os planos de reforma agrária até a concessão de créditos e criação de infraestrutura para as colônias (educação, saúde etc.). Contudo, o projeto de reforma agrária como previsto na lei não foi levado adiante.

Toda a estrutura e organização do Estatuto da Terra baseia-se na justiça social, na propriedade familiar, no uso racional da terra, na preservação e boa utilização dos recursos naturais e do meio ambiente, na organização através de cooperativas, no amparo ao meio rural, na colonização e no desenvolvimento do setor rural vinculado ao desenvolvimento econômico do país, integrando o meio rural e o urbano, tendo em vista o meio ambiente e a sociedade.

Os artigos do Estatuto da Terra definem o que é imóvel rural,

propriedade familiar, módulo rural, minifúndio, latifúndio, empresa rural, colonização e parceleiro. Considera-se que o objetivo da reforma agrária se baseia na propriedade familiar, para a erradicação dos minifúndios e latifúndios. Define conceitualmente, no art. 4º, o que é propriedade familiar (explorada pelo agricultor e sua família, absorvendo-lhes toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico); minifúndio (o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar); latifúndio (tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural), e quando mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, é vedada a inclusão no conceito de empresa rural (COLETÂNEA, 2007, p. 127).

O Estatuto da Terra foi instituído em um momento de organização do campo para a reivindicação de direitos e de reforma agrária que ousavam discutir e questionar o poder dos grandes proprietários, como as ligas camponesas e movimentos ligados à Igreja Católica. O que se percebe, ao invés de atender os problemas da questão agrária, o estatuto vem como uma resposta aos movimentos para desarticulá-los, porém não realizando as reformas – conservadoras – previstas.

No ano de 1966, também entrou em vigor a lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, que fixou normas de direito agrário, dispôs sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Nesta, definiram-se algumas competências do Ibra¹⁰ e detalhou sobre os contratos agrários. Já o decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, alterou os dispositivos sobre

¹⁰ Criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (Inda) em 1964 com o Estatuto da Terra. Em 1970, o decreto-lei nº 1.110, de 09/07/70, cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), absorvendo as atribuições do Ibra e do Inda (INSTITUTO Brasileiro de Reforma Agrária).

lançamento e cobrança do imposto sobre a propriedade territorial rural e institui normas sobre arrecadação da dívida ativa correspondente.

A década de 1960 e início da de 1970 foi marcada pelo início da modernização agrícola, que mantém a concentração fundiária – o que vai de encontro à letra do Estatuto da Terra. Há uma tendência de instalação de agroindústrias, que ocorreram em um processo de criação de oligopólios e pressão sobre os produtores independentes. Avançaram no campo as relações de trabalho assalariado e o confronto dos sindicatos rurais contra os grandes proprietários, que resultaram muitas vezes em assassinatos de dirigentes sindicais. Eram enquadradas como subversões as manifestações em favor da reforma agrária e a organização dos trabalhadores rurais (LINHARES; TEIXEIRA, 1999).

Nesse contexto de intensas transformações sociais estava em vigência a Constituição de 1967. Oficialmente promulgada por um Congresso com vários mandatos cassados e apenas reaberto para aprovar a Constituição, porém muito mais outorgada pelo seu processo de formulação e aprovação. Depois da Constituição de 1964 passar por reformas para legalizar ações do regime, que governava por atos institucionais, a sexta Constituição do Brasil incorporou as legislações que ampliavam o poder do Executivo e a ideia da segurança nacional – era o período da Doutrina de Segurança Nacional, com a criação do SNI.

No que se refere à propriedade da terra, a Constituição de 1964 traz sete artigos, sendo que a diferença em relação à anterior foi o caráter mais autoritário e centralizador da União. Os artigos 4º e 5º definem os bens da União e dos estados, incluindo à União as terras ocupadas por silvícolas e essenciais ao desenvolvimento econômico do país. No art. 22 prevê a União decretar impostos sobre a propriedade territorial rural. Esse imposto não incide sobre glebas

rurais de área não excedente a 25 hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Da mesma forma que os artigos anteriores, o art. 91 garante a competência do Conselho de Segurança Nacional regular as concessões de terras em áreas de segurança nacional; o art. 150 assegura o direito à propriedade e a inviolabilidade para brasileiros e estrangeiros, podendo essa ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, com indenização, além de poder ser usada em caso de perigo pelas autoridades. O art. 157 dispõe que a ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, sendo um de seus princípios, a função social da propriedade. Ainda especifica sobre a indenização, as competências das desapropriações (da União) e outras regulamentações. Já o art. 164 define que a lei disporá sobre a legitimação de posse e aquisição de até 100 hectares de terras públicas por aqueles que a tornarem produtiva com o seu trabalho e o de sua família; há a necessidade de aprovação do Senado Federal para alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

Em 1969, a Constituição foi alterada de forma significativa pela Emenda Constitucional nº 1, e o art. 157 foi alterado pelo AI-9 de forma significativa. Foi substituído o par. 5º do art. 157 da Constituição Federal pelo par. 5º: “O Presidente da República poderá delegar as atribuições para desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias” (COLETÂNEA, 2007, p. 39). Na primeira versão, a redação previa os planos de desapropriação para fins de reforma agrária, era decretado pelo Poder Executivo, e sua execução seria de competência de órgão colegiado constituído por brasileiros, de notável saber e idoneidade, nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal (COLETÂNEA, 2007, p. 37).

A Emenda Constitucional foi quase uma nova Constituição, mudou a redação de inúmeros artigos e incluindo outros. A mudança mais significativa foi o art. 153 (antes era o art. 150) com a inclusão do parágrafo 34, na intenção de proteger a defesa e segurança do território e do estado, regulando a aquisição da propriedade:

§ 34. A lei disporá sobre a aquisição da propriedade rural por brasileiro e estrangeiro residente no país, assim como por pessoa natural ou jurídica, estabelecendo condições, restrições, limitações e demais exigências, para a defesa da integridade do território, a segurança do Estado e justa distribuição da propriedade (COLETÂNEA, 2007, p. 41).

Há a adição de dois artigos que se referem, respectivamente, à regulação de terras, que podem sofrer de intempéries e de terras habitadas pelos indígenas:

Art. 172. A lei regulará, mediante prévio levantamento ecológico, o aproveitamento agrícola de terras sujeitas a intempéries e calamidades. O mau uso da terra impedirá o proprietário de receber incentivos e auxílios do Governo.

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes. § 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas. § 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio (COLETÂNEA, 2007, p. 42).

As leis e decretos-lei possuem a preocupação e disposições que acompanham o contexto geral do período militar: a centralização e maior poder ao Executivo e a importância dada à segurança nacional. As diferentes legislações aqui tratadas giram em torno de algumas intenções que extrapolam o texto legal. Uma dessas é a preocupação com a criação de uma estrutura administrativo-burocrática que tenha a finalidade de regular e gerir as questões sobre a propriedade, sobre a reforma agrária e colonização, o que não se demonstrou com tanta intensidade em períodos anteriores. Uma das estruturas ainda existente e muito importante para o ordenamento fundiário é o Incra.

Da mesma forma que as leis analisadas na vigência das constituições anteriores, está presente a questão do cadastro e discriminação das terras (privadas ou públicas), assegurando o direito do Estado sobre suas terras e regulamentando as suas ações com esses domínios. Um aspecto novo desse conjunto de leis encontra-se na atenção a regiões específicas do país, com ações que visam regular e/ou promover a implantação de dispositivos previstos na Constituição ou outras legislações atendendo as particularidades da região. Além desse sentido oficial, as regiões visadas eram de grandes conflitos agrários e de reorganização do movimento camponês.

O decreto-lei nº 582 merece uma atenção especial por estar ligado a questões dispostas no Estatuto da Terra e incluir pontos antes não previstos, ou que não tinham essa redação. Define o que se considera áreas prioritárias para execução da reforma agrária. Pensando o contexto econômico do período, o Governo busca atrair investimentos da iniciativa privada para desenvolver a economia, visto que, além de um projeto social, a reforma agrária também possui objetivos econômicos. A dúvida é se os beneficiados dessa participação seriam as populações ou a própria iniciativa privada, em um processo parecido com o milagre econômico que apenas

fez o bolo crescer, ou seja, preservou-se a intocabilidade dos latifúndios no Brasil, ao passo que o foco legislativo e político visavam à sua irradicação.

No final da década de 1980 e início da de 1990, os dados do censo de 1991 contabilizam 146 milhões de brasileiros, a maior parte da população vivendo no meio urbano, 110 milhões, e no meio rural 36 milhões. Pensando a população do início do período republicano brasileiro, há a inversão do majoritariamente rural ao urbano. A Constituição de 1988 foi promulgada marcada pelo contexto da redemocratização. Foi a única a aceitar propostas encaminhadas pela população, as emendas populares. Seu texto une direitos individuais e sociais, tendo como figura central o ser humano e sua dignidade.

Sobre a propriedade, agricultura e colonização, a Constituição foi mais abrangente, com 21 artigos. O artigo, sempre presente, que assegura os direitos dos cidadãos tem uma nova redação, permanecendo os direitos à liberdade, à propriedade, à vida e incluindo a igualdade (art. 5º, COLETÂNEA, 2007, p. 44).

O art. 20 denomina os bens da União e o art. 26, sobre os bens dos estados. Aos bens da União são acrescentados, além dos já estabelecidos, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, os de potencial de energia hidráulica, e os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva. O art. 22 compete privativamente à União legislar sobre, entre outros pontos, a desapropriação.

No título VII, da ordem econômica e financeira; no capítulo I, dos princípios gerais da atividade econômica; o art. 170 dispõe que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existência digna, seguindo os princípios, entre outros, da propriedade privada. Esse título possui ainda um capítulo (III) destinado à política agrí-

cola e fundiária e à reforma agrária (art. 184-191). O art. 184 prevê a desapropriação, por interesse social, dos imóveis que não estejam cumprindo sua função social, com indenização. As propriedades que não estão sujeitas à desapropriação são definidas no art. 185 - a pequena e média propriedade rural, e a função social é descrita no art. 186, estabelece tratamento especial à propriedade produtiva e o cumprimento da função social quando a propriedade atende ao aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente, observando as relações de trabalho, bem como a exploração favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (COLETÂNEA, 2007, p. 46).

O art. 187 prevê o planejamento e execução de uma política agrícola que envolva os setores da produção, os trabalhadores rurais, a comercialização, o armazenamento, os transportes levando em conta as pessoas e as ações que estão relacionadas ao setor agrícola. Os artigos 188, 189 e 190 versam sobre a destinação de terras públicas e devolutas compatibilizadas com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária; (par. 1º) a alienação ou a concessão a qualquer título de terras públicas com área superior a 2.500 hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional; (par. 2º) as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

Ainda, o art. 189 estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, sendo o título de domínio e a concessão de uso conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei. E o art. 190, “a lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que de-

penderão de autorização do Congresso Nacional” (COLETÂNEA, 2007, p. 47-48).

Pela primeira vez aparece o meio ambiente como um direito a todos e também um dever, estabelecendo sua proteção tanto as áreas de preservação quanto as áreas utilizadas para outros fins (art. 225). Os artigos 231 e 232 abordam os direitos dos indígenas a respeito da sua organização social e cultura, e seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União a sua demarcação. O art. 68 menciona pela primeira vez os quilombolas, garantindo que os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (COLETÂNEA, 2007, p. 50). Já o art. 243 prevê a expropriação das propriedades onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, sendo destinadas ao assentamento de colonos.

Os outros quatro artigos mencionam que a propriedade está no ato das disposições constitucionais transitórias. O art. 49 dispõe sobre o instituto da enfiteuse em imóveis urbanos, sendo facultada aos foreiros, no caso de sua extinção, a remição dos aforamentos mediante aquisição do domínio direto, na conformidade do que dispuserem os respectivos contratos (COLETÂNEA, 2007, p. 49).

O art. 50 estabelece o dever de ser promulgada a Lei Agrícola, e o art. 51 prevê a revisão das doações, vendas e concessões de terras públicas de áreas superiores a três mil hectares, do período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1988. Se comprovada a ilegalidade ou havendo interesse público, essas terras se reverterão ao patrimônio da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. Pode-se interpretar que se desconfia de processos de concessão que não atenderam a legislação da época.

A Lei Agrícola¹¹ (lei nº 8.171) de 1991, em seu capítulo I, Dos princípios fundamentais, no art. 1º, destaca “os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal”. Segue, no parágrafo único, “entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais”.¹²

É importante registrar que a Lei Agrícola de 1991 foi a primeira lei com esse *status* no Brasil, no entanto, a matéria sempre (1830 a 1991) foi contemplada por diversos dispositivos jurídicos institucionalizados, incluindo tanto os eixos clássicos de estruturação da política agrícola como crédito rural, preços mínimos, pesquisa agropecuária, ensino agrícola, entre outros, como uma série de outros temas cujas repercussões transcendem o setorial agrícola ao incluir, por exemplo, a legislação sobre terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem embargo, muito mais que fazer uma narrativa das constituições e legislações brasileiras, neste estudo procurou-se fazer uma análise sincrônica e diacrônica das estruturas por de trás dessas, mesmo que genérica no espaço deste texto, e como arquétipo nacional, principalmente no que diz respeito à propriedade da terra e à agricultura (a aplicabilidade desses regulamentos constitu-

¹¹ Um catálogo da legislação agrária foi elaborado por ARAÚJO, José Cordeiro de. *Panorama de legislação rural brasileira: uma guia das leis e decretos que balizaram e balizam o setor agropecuário: 1830-2014*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.

¹² BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

cionais e legais toma feição própria em cada região que recorta o território brasileiro, por isso, a relevância da história agrária e da propriedade considerar os recortes regionais), ou seja, ao capital fundiário. É importante salientar que a questão agrária e fundiária brasileira estiveram presentes em todas as conjunturas políticas e socioeconômicas como elementos significativos do processo de formação do capitalismo, bem como a identificação dos agentes políticos (Executivo, Legislativo e Judiciário – períodos de exceção) e econômicos, em tempos diversos tiveram a terra e as formas de enquadramento disciplinador a serviço de seus interesses.

Nesse sentido, apreender a intrincada trama de registros jurídicos legais que condicionam o exercício das políticas públicas voltadas ao meio rural viabiliza a interpretação da implementação de políticas agrárias de governo, as quais procuramos ler neste estudo. Como demonstramos, o próprio fato de elaborar e reelaborar a legislação e, conseqüentemente, tracejar políticas econômicas de governo foi, por si mesma, uma interpretação; esse movimento histórico reflete as relações políticas e econômicas que caracterizam a dimensão processual das políticas públicas na reapropriação da terra, conseqüentemente, na territorialização como projetos socioeconômicos de governo.

Ler as legislações aplicadas ao campo agrário por políticas públicas foi, também, pontuar a centralidade das mediações jurídicas e dos marcos regulatórios na dinâmica das relações sociais, na conformação da ação pública e na institucionalização de determinadas correlações de forças que influenciaram, de maneira decisiva, a estruturação do setor agrícola e as concepções de ruralidade norteadoras das políticas públicas no Brasil.

Em relação ao tema “Política agrícola”, no Brasil foram identificadas 1.317 leis ou normas equivalentes e 456 decretos regulamentadores. Tais normas foram editadas em 113 anos no contexto de um período pesquisado de 185 anos, entre 1830 e 2014. A exemplo

de temas relacionados à assistência técnica, educação rural e capacitação de mão de obra, ensino agrícola e tecnologia presentes desde a década de 1940; a comercialização, abastecimento e armazenagem já eram preocupações do governo imperial em 1830, e na República retomado em 1903 e 1920, e daí por diante sucessivamente reescritas e reafirmadas as diretrizes; o crédito rural tem sua matriz em 1885, quando foram alteradas as disposições sobre hipoteca e execuções civis, em 1890 o crédito móvel em benefício da lavoura, e em 1907 ocorreu a regulamentação do primeiro Banco Central Agrícola Brasileiro; a defesa agropecuária, fiscalização e inspeção foram matéria desde 1907, e, assim, sucessivamente. Temas que também merecem estudos específicos e aprofundados.

Os pressupostos históricos e jurídicos da categoria propriedade da terra, disciplinados nas constituições, decretos e legislações agrárias brasileiras do século XIX e XX, levam-nos a concluir que “no direito e na jurisprudência um reflexo directo das relações de força existentes, em que se exprimem as determinações econômicas e, em particular, os interesses dos dominantes, ou então, um instrumento de dominação [...]” (BORDIEU, 1989). Portanto, o estudo das configurações e significados históricos e jurídicos da propriedade da terra e dos conceitos de agricultura, como constituidores do território brasileiro, possibilitam identificar como se deu a formação histórica da estrutura fundiária agrária brasileira na lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo no mundo rural, tendo por agentes protagonistas o Estado e uma minoria detentora do poder Legislativo e econômico. Enfim, o direito à terra, no seu aspecto social, ainda continua sem aplicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm. Acesso em: 7 jun. 2019.

CORDEIRO, José Cordeiro Araújo de. *Panorama de legislação rural brasileira: uma guia das leis e decretos que balizaram e balizam o setor agropecuário: 1830-2014*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.

ESALQ/USP. *Enciclopédia agrícola brasileira*. São Paulo: Edusp, 1995. v. 1.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: USP, 2002.

_____. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 443-444.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUIMARÃES, Alberto P. *A crise agrária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.

_____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Ironita A. Policarpo. Vargas, política econômica e o mundo rural no Rio Grande do Sul: o capitalismo em construção. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH, IV. Democracia, liberdades, utopias: *Anais...* Passo Fundo, 2018.

_____. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul - 1980-1930*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

MATTOS NETO, Antonio José de. A questão agrária no Brasil: aspectos sócio-jurídicos. *Projeto História*, São Paulo, n. 33, p. 97-118, dez. 2006.

SILVA, Ligia Maria Osorio; SECRETO, Maria Verônica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da

propriedade territorial na Argentina e no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 12, p. 109-114 jun. 1999.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. *O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico*. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2644/1/td_0639.pdf >. Acesso em: 22 set. 2019.

TALASKA, Alcione. *O espaço agrário brasileiro na perspectiva conceitual: dos aspectos legais às implicações territoriais*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

VERGOTTINI, Giuseppe de. Constituição. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino (Org.). *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v. 1.





COLONO PRODUTIVO, AGRICULTOR DE PROFISSÃO E OS DEBATES SOBRE A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA¹

FRANCIVALDO ALVES NUNES²

A lei provincial nº 13, de 12 de maio de 1838³, que autorizou o governo do Grão-Pará a conceder privilégio exclusivo de navegação na bacia amazônica, reinaugura as discussões quanto ao estabelecimento de colonos estrangeiros na região, destaca Palma Muniz (1916, p. 21), estudioso dos programas de colonização na Amazônia no período entre 1616-1916. Os debates que pautaremos neste texto, considerando os registros de autoridades provinciais e do Império, não se constituíam apenas sob a égide da defesa do povoamento, domínio territorial e aumento pro-

¹ Texto resultante de pesquisas vinculadas ao projeto “Cartografia da colonização: Ocupação da terra, paisagem e produção rural no interior de aldeamentos e colônias agrícolas do Pará, décadas de 1840-1880”, financiado pelo CNPq.

² Universidade Federal do Pará, (UFPA); Integra, na qualidade de pesquisador associado, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Proprietas: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (www.proprietas.com.br); francivaldonunes@yahoo.com.br

³ PARÁ. *Lei nº. 13 de 12 de maio de 1838*. Coleção das Leis do Governo da Província do Pará. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1854, p. 37-38.

duativo, como se observou até então. A perspectiva para as terras amazônicas, como procuraremos demonstrar, é que a intordução de colonos europeus, identificados como “agricultor de profissão”, permitiriam elevar as técnicas de cultivo e a introdução de novos implementos e maquinários agrícolas na região.

Analisando os estudos de Rafael Chambouleyron (2010, p. 27-28) se observa que essas discussões quanto ao povoamento da Amazônia e as populações utilizadas para promover essa ocupação remetem aos anos iniciais de colonização, século XVII. Com uma intensa ingerência da coroa portuguesa, a migração tinha como objetivo “garantir não só o domínio territorial da área de fronteira que representava a Amazônia, mas igualmente permitir a própria reprodução do domínio político e financeiro da coroa na região”.

Ao comentar a citada lei provincial, que previa o estabelecimento de colonos como requisito para concessão do privilégio de navegar o Amazonas e seus afluentes, o presidente do Grão-Pará a época, Antonio de Miranda, destacava que a introdução de braços estrangeiros não somente aumentaria a população, mas principalmente disseminaria entre os povos que ocupavam a região os conhecimentos industriais que os imigrantes possuíam. Identificadas como “famílias limpas e trabalhadoras”, cultivariam “os férteis terrenos da província, [contribuindo] também para apurá-los”.⁴

Ao substituir Antonio de Miranda na presidência do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco não deixava de destacar as observações de seu antecessor, uma vez que também entendia que, no caso desta região, era importante a presença de colonos estrangeiros, principalmente quanto ao desenvolvimento de novas formas de cultivo. Não negava que a necessidade de imigrante para

⁴ PARÁ. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia de 15 de agosto de 1840*. Pará, Typographia de Santos e Menos, 1840, p. 65 e 68

o país estava associada à escassez de mão de obra escrava e as dificuldades de admissão de novos cativos, e que a indústria agrícola sofria um “golpe de morte” se não fosse suprida de braços “que [viesses] como assalariados encher o vácuo que vão deixando os escravos”. No entanto, Souza Franco entendia que não se tratava de uma simples substituição ou uma reposição de mão de obra. A presença de imigrantes europeus permitiria uma mudança radical na produção, na medida em que outras técnicas de plantio, novas formas de lidar com a terra e introdução de implementos e máquinas agrícolas acompanhariam esses colonos e conseqüentemente passariam a ser desenvolvidas em solo nacional.⁵ Seria o que o ministro dos Negócios do Império, Antonio Paulino Limpo de Abreu, identificava, alguns anos antes, como aquisição de braços livre que trouxessem “indústria, sobriedade e constante amor ao trabalho”, e que “[converteriam] sertões ermos e agrestes em paisagens risonhas e animadas”.⁶

A escassez de trabalhadores também era observada na formação de um corpo de operários para os serviços públicos, como a construção e conservação de estradas, reparo de pontes e outros serviços. Em alguns casos os fazendeiros alugavam seus escravos, mas o custeio era bastante elevado. De acordo com Emília Viotti da Costa (1998, p. 111) embora existissem africanos livres, estes não eram o suficiente para satisfazer as necessidades de administração, assim, pensou-se nos estrangeiros como alternativa de mão de obra.

⁵ PARÁ. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, vice-presidente da provincia do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia de 14 de abril de 1841*. Pará, Typographia de Santos e Menos, 1841, p. 18.

⁶ BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1837, pelo Ministro e Secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1837, p. 21.

1. ATUAÇÃO PÚBLICA E A NECESSIDADE DE “ARREGIMENTAÇÃO DE AGRICULTORES E NÃO DÍSCOLOS”

Na administração provincial não havia discordância quanto à necessidade da imigração, no entanto, as divergências surgiam quanto se tratava da participação pública no processo de introdução desses colonos. Primeiro, por que o aumento da participação do governo estava diretamente proporcional as despesas públicas, e outro, que há o entendimento de que, quanto maior o envolvimento nas ações de introdução de colonos, mais autonomia teria o governo de fiscalizar os imigrantes que seriam conduzidos para a província, vetando inclusive os não desejados.

Não há dúvida que a questão envolvia um debate mais amplo sobre a ingerência do Estado brasileiro na política de colonização estrangeira. Dentro do repertório liberal destacava os programas que viessem a facilitar e aumentar a entrada de imigrantes de uma forma espontânea. Tavares Bastos (1976, p. 61), escrevendo na década de 1860, acreditava que a imigração espontânea era aquela que melhor cabia ao desenvolvimento e interesse do país, pois apresentando o Brasil características agrárias, atrairiam consequentemente agricultores. A missão do governo limitar-se-ia, no exterior, a engajar alguns excelentes imigrantes agricultores ou operários agrícolas, e no interior do Brasil, a desenvolver os seus núcleos coloniais. Quanto aos particulares “importem eles os que quiserem, observando as leis de polícia, à sua custa e iniciativa”.

O ministro dos Negócios do Império Cândido José de Araújo Vianna compreendia que o povoamento do Brasil a custa dos cofres públicos seria uma “verdadeira quimera”, embora defendia a necessidade de “arregimentação de agricultores e não de díscolos”. Esperar que os agentes do governo “levem a ponto de exatidão o exame sobre o procedimento dos indivíduos que se propõem a

emigrar”, é percebido como um exercício quase impossível de ser executado. O governo não teria como exercer uma fiscalização mais atenta quanto à qualidade dos imigrantes que seriam encaminhados ao Brasil (o que era explicado, também, pela dificuldade de funcionários, não havia agentes públicos suficientes para exercer esse controle), de forma a evitar a entrada de “pessoas turbulentas, de moral corrompida ou inúteis, em lugar de trabalhadores aptos, bem comportados e pacíficos”.⁷ Assim, a colonização em que os particulares, que empregam seus capitais na aquisição de braços para os seus próprios trabalhos, por estes serem os mais interessados na boa escolha dos imigrantes, dispensaria a atuação do governo.

Observa-se, no entanto, que após a independência efetivou-se o controle sobre a política de imigração pelo Estado brasileiro, embora, se estabeleça algumas críticas sobre esta atuação. Em 1823, a Lei de 20 de outubro, que dava nova forma aos governos provinciais também os autorizava no artigo 9º a promover a colonização de estrangeiros nas terras de sua responsabilidade.⁸ Entretanto, a medida centralizadora fez-se presente com o Decreto de 2 de dezembro de 1825, cujo objetivo era o de criar uma comissão para organizar um plano geral de colonização uniforme para todas as províncias. No caso, a comissão era formada pelo monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiro, o conselheiro João Antonio Rodrigues de Carvalho, o oficial maior da Secretaria do Conselho da Fazenda Manoel Alves de Souza França e o cônego Januário da Cunha Barbosa. Estava encarregada de organizar e propor um plano geral de colonização que aumentasse a povoação do Império,

⁷ BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1841, pelo Ministro e Secretário de Estado Cândido José de Araújo Vianna*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1841, p. 29.

⁸ BRASIL. *Decreto de 20 de outubro de 1823*. Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Parte I, s/d, p. 10.

como se fazia necessário a grande extensão do território.⁹ Assim, além de servir para ocupação das regiões de fronteira, a imigração era apontada como parte da solução para os problemas enfrentados pela agricultura, como falta de braços e grandes extensões de terras incultas.

Esses objetivos eram reafirmados nas palavras do Imperador em 1829, para quem a imigração era uma ação necessária para auxiliar o desenvolvimento da agricultura. No entanto, facilitar a entrada e promover a aquisição de colonos tomava um significado importante, na medida em que, se buscassem não apenas aumentar o número de braços de que carecia a indústria agrícola, mas que estes imigrantes fossem classificados como “colonos prestadios”, numa referência a necessidade de trabalhadores laboriosos e adeptos a novas técnicas e modernas formas de cultivo.¹⁰

Estas inquietações se mostravam presentes nas legislações que regulamentavam o trabalho livre, especialmente dos imigrantes. Em 1837, por exemplo, foi aprovada a Lei nº 108 de 11 de outubro que forneceu as bases para os contratos de locação de serviços, considerado o primeiro passo para a organização das relações de trabalho livre. Nesta legislação a preocupação se voltava para o estabelecimento de condições que facilitassem a imigração, tanto para combater o tráfico de escravos, quanto para promover o povoamento, de forma que se evitasse a contratação de condenados, ébrios, injuriosos e inaptos.¹¹

O deputado pela província da Bahia, Manuel Maria do Ama-

⁹ BRASIL. *Decreto de 2 de dezembro de 1825*. Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885, p. 92.

¹⁰ BRASIL. *Fala com que Sua Majestade o Imperador abriu a Assembléia Geral no dia 3 de maio de 1829*. Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Parte II (1829), 1885, p. 04

¹¹ BRASIL. *Lei nº 108 de 11 de outubro de 1837*. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, Parte I (1837), 1861, p. 76.

ral, autor do projeto que regulava a participação do governo na política de introdução de imigrantes no Brasil, destaca que a condução de colonos industriais e morigerados só poderia ser desenvolvida com a intervenção do poder público, através da prestação de auxílios pecuniários. Para o deputado, o governo devia estar atento com a capacidade de produção dos colonos importados e com a índole dessa população, principalmente quando se tratar de regiões de fronteira, como a província do Grão-Pará, para quem estes passarão a constituir o único núcleo de povoação regular. Para esses locais, adverte, será fundamental a boa índole, pois além do trabalho, esses estrangeiros servirão de moldes para alguns povos que vagavam pelas florestas da região.¹² Este nível de ingerência da administração provincial demonstrava que as políticas de imigração passavam necessariamente por uma escolha dos colonos que ocupariam as terras do Grão-Pará, sendo o Estado um agente decisivo neste processo de seleção.

Para o conselheiro Sebastião do Rego Barros, a administração provincial deveria buscar o equilíbrio entre as despesas públicas e a ingerência na política de imigração. Utiliza como exemplo as propostas dos cidadãos Silvestre José Rodrigues de Sousa, da vila de Óbidos, e do cônsul português na capital. No caso do primeiro, informava que não havia aceitado as condições oferecidas, pois embora assegurasse, ao governo, o controle do ponto de vista dos colonos que seriam encaminhados a província, praticamente todas as despesas ficariam por conta dos cofres públicos. Com o segundo, que oferecia as mesmas condições de ingerência, as despesas eram consideradas bem menos avultadas. Assim, em 20 de maio

¹² BRASIL. *Sessão de 16 de junho de 1838*. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados, Primeiro Ano da Quarta Legislatura, Sessão de 1838 colligidos por Antonio Henoch dos Reis. Rio de Janeiro, Typographia da Viúva Pinto & Filhos, 1886, p. 351.

de 1854 havia firmado um contrato pelo qual se obrigou a introduzir na província dentro de oito meses e a estabelecer em terras do Arapiranga, nas proximidades de Belém, “100 agricultores portugueses devidamente escolhidos”. Para este fim foi adiantada sob fiança do tesouro provincial a quantia de 3:000\$000.¹³

As formas de controle sobre a imigração se refletiam na Lei provincial nº 226 de 15 de dezembro de 1853¹⁴ que regeu o contrato estabelecido entre o governo do Pará e o cônsul português. Tratava-se da autorização de empréstimos a particulares ou companhias para a introdução de colonos. Conforme artigo 1º, era de responsabilidade dos particulares ou companhias a declaração do número de colonos que se obrigavam a mandar vir, se com famílias ou sem elas, de que nacionalidade, religião e estado, e em que prazos se obrigariam a apresentá-los na província. No parágrafo 3º solicitava que fosse identificado, no contrato, quais as terras e em que parte da província os colonos seriam estabelecidos e como estas seriam distribuídas. No parágrafo seguinte ressalta que deveriam informar em que espécie de lavouras pretendia empregar esses colonos e qual o sistema que teriam em vista adotar, qual a retribuição dos mesmos, se por salários fixos, parceria, ou outro qualquer, e qual o tempo de trabalho e mais obrigações a que ficavam sujeitos os colonos. Embora os itens anteriores da legislação assegurassem certo exercício de controle sobre a população que seria encaminhada ao Grão-Pará, no artigo 4º o governo deixava evidente que não se tratava apenas da introdução de novos braços para a lavoura. No caso, a legislação advertia a não transportar

¹³ PARÁ. *Falla que o Exmo Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta Província dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da mesma Assembléia no dia 15 de agosto de 1854.* Pará, Typ. da Aurora Paraense, Imp. Por J. F. de Mendonça, 1854, p. 34.

¹⁴ PARÁ. *Lei nº. 226 de 15 de dezembro de 1853.* Coleção das Leis do Governo da Província do Pará. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1854, p. 102.

colonos que não viessem munidos “de certificado de vida e bons costumes, e que não sejam sadios, robustos e adaptados ao gênero da indústria agrícola”.¹⁵

Ainda em 1845, o ministro dos Negócios do Império Joaquim Marcellino de Brito destacava a necessidade de que as informações quanto aos lugares, de onde poderiam vir os colonos mais morigerados e laboriosos, fossem de confiança. Fazia referência, então, ao indispensável procedimento de se exigir dos agentes diplomáticos do Brasil na Europa que informassem circunstancialmente sobre os distritos e portos dos países de onde podiam vir os colonos, “com aquelas qualidades de boa morigeração e de amor ao trabalho, aptos principalmente para agricultura”.¹⁶

Quase três décadas depois o governo demonstrava a mesma preocupação com a “qualidade dos imigrantes” que eram introduzidos no Brasil. Em relatório à Assembléia Geral Legislativa de 1874 o ministro Fernandes da Costa Pereira Júnior afirmava que somente a imigração tinha condições de “fornecer ao país suprimento de braços, saídos de seios das populações européias que mais se distinguem por sua atividade, espírito ordeiro, morigeração e amor ao trabalho”. No entanto, advertia que, embora se conhecesse o local de onde se poderiam recolher os colonos mais aptos, eram necessários que se estabelecesse um permanente controle, identificando se de fato tratava-se de agricultores.¹⁷

Essas medidas citadas em relatório do ministério da Agricul-

¹⁵ PARÁ. *Falla que o Exmo Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros*, Anexo: Lei provincial nº 226 de 15 de dezembro de 1853, p. 1-3.

¹⁶ BRASIL. *Relatório do anno de 1845 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 6ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Joaquim Marcellino de Brito*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1846, p. 28.

¹⁷ BRASIL. *Relatório do anno de 1874 apresentado a Assembléia Geral na 4ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernandes da Costa Pereira Júnior*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, p. 248.

tura faziam referência às disposições que regulamentavam o transporte do imigrante e o seu conseqüente estabelecimento no país. Tratava-se do Decreto nº 2.168 de 1º de maio de 1858 que estabelecia, além dos regulamentos sobre o transporte, alguns princípios relacionados à garantia dos direitos individuais e na prestação, por parte do Estado brasileiro, de uma “benéfica assistência e auxílio aos imigrantes”, e ainda os critérios quanto ao tipo de colonos que seriam introduzidos no país.¹⁸ Para o ministro, com a instituição dessas medidas, o país estaria habilitado, não apenas a receber grande quantidade de colonos estrangeiros, mas também agricultores capazes de desenvolver a agricultura e a conseqüente prosperidade da nação.

2. NEM COLONO PRODUTIVO, NEM AGRICULTOR DE PROFISSÃO

As exigências do governo, no entanto, eram comumente burladas. Em cumprimento da renovação do contrato feito com os negociantes João Pinto de Araújo, em 1858, se observou que este havia introduzido em março do ano anterior 62 colonos estrangeiros; tendo encaminhado ainda 97 em outubro e 103 em dezembro. No entanto, faltavam 253 colonos para o preenchimento do número convencionado, sendo que o prazo para introdução de colonos para a região já havia expirado. A respeito dos 103 que haviam chegado no Pará na administração do presidente João da Silva Carrão, se verificou que parte destes não tinham as profissões declaradas no contrato, sendo que a maioria não possuía qualquer experiência como agricultores e alguns poucos eram pedreiros e carpinteiros. Considerando que o empresário havia feito o con-

¹⁸ BRASIL. *Decreto nº 2168 de 01 de maio de 1858*. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, Tomo XIX, Parte II, 1858, p. 276.

trato sem a experiência de fiscalizar a profissão dos colonos que seriam transportados para a região, e que os agentes da imigração na Europa, responsável por arremeter mão de obra, só estavam preocupados com o número de imigrantes e não a sua verdadeira ocupação, o governo resolve receber os 103 emigrados, no entanto o contrato foi reincidido.¹⁹

Em Benevides, principal núcleo agrícola da Amazônia durante o Império e instituída em 1875, se observou a dissonância entre o perfil dos estrangeiros encaminhados para a colônia e as expectativas construídas em torno desses imigrantes. Os estrangeiros que tinham como destino os núcleos coloniais do Pará eram encaminhados por companhias particulares ou pela Agência de Colonização, sendo esta última com sede no Rio de Janeiro, primeiro porto de desembarque, quando da chegada ao Brasil. Ainda no Rio de Janeiro, a agência se encarregava de fazer uma listagem dos que deviam seguir com destino ao Pará, identificando os nomes, data de embarque e o vapor. Em algumas listas, preenchidas por registradores mais atentos, havia a preocupação de identificar a idade, estado conjugal e a profissão desses imigrantes. Analisando essas listagens e comparando com o registro desses imigrantes nas documentações do governo do Pará, principalmente nas atas e ofícios da Comissão de Colonização, também responsável pelo recebimento e acomodação dos imigrantes, foi possível fazer o levantamento de informações sobre 182 estrangeiros que seguiram para Benevides durante os anos de 1875 e 1876, identificando o nome, idade, estado conjugal, ocupações e países de origem, assim como a data de embarque no porto do Rio de Janeiro e o vapor que os conduziram até o Pará.

¹⁹ PARÁ. *Discurso da abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará em 7 de abril de 1858 pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. João da Silva Carrão*. Pará, Typografia do Diário do Comércio, 1858, p. 41.

Essas listagens, em número de 20 no total, fazem parte do acervo do Arquivo Público do Pará e estão organizadas na documentação avulsa do governo do Pará, Caixa 340, período de 1874-1879. As informações dos imigrantes que foram encaminhados a Benevides, como o nome do colono, idade, estado conjugal, profissão, vapor de embarque e data da chegada ao porto de Belém foram organizadas em uma tabela e disponibilizada na parte em anexo da obra *Benevides: Uma experiência de Colonização na Amazônia do século XIX* (2009).

Partindo dos Estados Unidos e de diversos países europeus como Alemanha, França, Itália, Portugal, Espanha, Suíça, Inglaterra e Bélgica, os franceses eram a maioria. Dos 182 imigrantes, um número considerável desse total, ou seja, 90 imigrantes eram da França, seguido dos italianos com 39 e os espanhóis que correspondiam a 27 imigrantes. Os dados destacam ainda uma predominância de imigrantes masculinos, expondo que o modelo de imigração não se caracterizou como familiar. Esta informação se justifica pela crescente proporção dos que foi possível identificar a situação conjugal, cerca de 80% apresentaram-se como solteiro. Há ainda de se incluir os que, embora se declarando casado, possam ter viajado sem a família, o que pode evidenciar uma imigração temporária com predomínio de homens adultos e sozinhos. Estas condições tornavam mais elevadas as expectativas de retorno a sua terra de origem, ou ainda, facilitava o deslocamento para outras áreas de colonização a procura de melhores condições.

Embora fossem colocados na condição de colonos pelas autoridades provinciais, apenas 46 dos 182 imigrantes teve nos seus registros a identificação de agricultores pela Agência de Colonização. Assim, sobre as atividades profissionais dos primeiros imigrantes estrangeiros que chegaram à colônia Benevides o quadro resultante revela considerável contraste com relação às imagens

difundidas no Brasil que associavam o imigrante, principalmente europeu, como capaz de “preparar e cultivar as terras, elevando as profissões agrícolas no Pará”.²⁰ Essa característica, de fato, não correspondeu à realidade dos estrangeiros que se instalaram inicialmente em Benevides. A reconstrução dos quadros ocupacionais, conforme observamos a seguir, revelavam um cenário profissional mais diversificado do que esperavam as autoridades do Pará.

Conforme registro das ocupações desenvolvidas pelos imigrantes, observa-se a categoria de agricultores como a mais numerosa, o que não necessariamente significava que fossem realmente agricultores. Não se podem descartar duas questões que ajudam explicar esta situação: a primeira que corresponde à idéia de que parte desses imigrantes, em razão das exigências do governo brasileiro de se conduzir para o país indivíduos habilitados ao trabalho agrícola, acabava se declarando agricultor, mesmo não sendo, ou ainda, por que sua expectativa de ocupação futura era o trabalho agrícola, o que acabava facilitando para que se apresentassem como habilitado ao desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura. Por outro lado, um conjunto de denominações profissionais diferentes como fundidor, alfaiate, barbeiro, caixeiro, carpinteiro, carvoeiro, comerciante, cozinheiro, diarista, ferreiro, industrial, jardineiro, marceneiro, mecânico e mineiro, nos dá a idéia de que a imigração acabava frustrando as perspectivas do governo do Pará, que pretendia encaminhar para os núcleos de colonização apenas imigrantes habilitados ao trabalho agrícola, os chamados “agricultores de profissão”.

²⁰ PARÁ. *Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior passou a administração da província do Pará ao 3.º vice-presidente, o excelentíssimo senhor doutor Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 25.

Ofícios	FRA	ITA	BEL	ESP	ENG	USA	SUI	GER	POR	TOTAL
AGRICULTOR	22	15	1	6	-	-	1	1	-	46
ALFAIATE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
BARBEIRO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
CAIXEIRO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
CARPINTEIRO	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
CARVOEIRO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
COMERCIANTE	4	1	-	-	-	-	-	-	-	5
COZINHEIRO	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
CRiado	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
DIARISTA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
ESCULTOR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
FERREIRO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
FUNDIDOR	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
INDUSTRIAL	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
JARDINEIRO	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
MARceneiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Mecânico	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
MINEIRO	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
MOLEIRO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
PADEIRO	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
PEDREIRO	1	1	-	1	-	-	-	-	-	3
PINTOR	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
SAPATEIRO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SERRALHEIRO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SERVENTE	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
TRABALHADOR	1	5	-	7	-	-	-	-	1	14
SEM DADOS	46	14	4	7	2	1		8		82
TOTAL	89	40	5	29	2	1	2	9	1	182

QUADRO I. Ocupações de imigrantes conduzidos a Colônia Benevides, 1875²¹. *Legenda: FRA – França; ITA – Itália; BEL – Bélgica; ESP – Espanha; ENG – Inglaterra; USA – Estados Unidos; SUI – Suíça; GER – Alemanha; POR – Portugal. Fonte: Secretaria da Presidência do Pará, ofícios da comissão de colonização, 1875.*

Conforme registro das ocupações desenvolvidas pelos imigrantes, observa-se a categoria de agricultores como a mais numerosa, o

²¹ APEP. Caixa 340 (1874-1879), *Ofícios da Comissão de Colonização, 1875.*

que não necessariamente significava que fossem realmente agricultores. Não se podem descartar duas questões que ajudam explicar esta situação: a primeira que corresponde à idéia de que parte desses imigrantes, em razão das exigências do governo brasileiro de se conduzir para o país indivíduos habilitados ao trabalho agrícola, acabava se declarando agricultor, mesmo não sendo, ou ainda, por que sua expectativa de ocupação futura era o trabalho agrícola, o que acabava facilitando para que se apresentassem como habilitado ao desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura. Por outro lado, um conjunto de denominações profissionais diferentes como fundidor, alfaiate, barbeiro, caixeiro, carpinteiro, carvoeiro, comerciante, cozinheiro, diarista, ferreiro, industrial, jardineiro, marceneiro, mecânico e mineiro, nos dá a idéia de que a imigração acabava frustrando as perspectivas do governo do Pará, que pretendia encaminhar para os núcleos de colonização apenas imigrantes habilitados ao trabalho agrícola, os chamados “agricultores de profissão”.

Outro dado a ser considerado é a grande quantidade de imigrantes que não aparecem com informações sobre a sua ocupação. Isto pode evidenciar a falta de uma atividade definida ou uma estratégia de omitir o seu ofício, de forma a não contrariar os interesses das autoridades brasileiras. Há ainda os que foram registrados com o ofício de trabalhador, palavra que poderia exprimir diversas atividades. A justificativa para o uso desta expressão, na identificação do tipo de ocupação dos imigrantes, poderia estar relacionada à ausência de uma ocupação definida ou constituía uma estratégia de não identificar a antiga ocupação, possibilitando exercer qualquer outra atividade. Nesse caso, a omissão do tipo de ofício em que estava habilitado a executar poderia assegurar maiores oportunidades de trabalho.

Considerando que para administração provincial era interessante que se promovesse uma ocupação produtiva, e nesse caso dava-se preferência aos colonos habilitados ao trabalho agrícola, a Agência de Colonização continuou enviando imigrantes para os núcleos coloniais do Pará, sem estabelecer os critérios mais rigorosos de seleção desses trabalhadores. Esta situação também ocorria quando se tratava de colonos estabelecidos pelas companhias ou por particulares.

Em 1875, por exemplo, o major americano Lansford Warson Hastings, responsável pela introdução de colonos americanos em Santarém, era identificado por ter trazido consigo uma grande quantidade de imigrantes, muitos deles impróprios para vida agrícola. Estes passaram a ser considerados como meros aventureiros, “mui preguiçosos para trabalhar, mui imprevidentes para conservar dinheiro quando ganhavam, de sorte que se aborreceram disso, um ou dois anos depois e gradualmente se vinha embora para a capital, ou se podiam, para os Estados Unidos”.²²

A preocupação das autoridades do Pará remetia ainda para o que consideravam como “aventureiros que [procuravam] a riqueza sem o emprego dos meios convenientes”. No caso, tratava-se de colonos contratados para ocupar os núcleos coloniais ou para o serviço em obras públicas na província. Os primeiros que, por não conhecerem os serviços da lavoura, deixavam as colônias agrícolas sem garantir o pagamento das suas despesas. No caso dos demais, os contratados para os serviços públicos, estes eram acusados de fingirem-se continuamente doentes, pois assim continuariam recebendo seus salários, entretanto empregavam-se a trabalhar para

²² PARÁ. *Relatório apresentado ao exmo Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exmo Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875*. Pará, [Typ. de F.C. Rhossard], 1875, p. 68.

particulares, ou quando assim não o faziam, desertavam então e eram acoitados por muitos fazendeiros e proprietários que os aliavam. De acordo com o conselheiro Sebastião do Rego Barros isto era facilitado pela pouca fiscalização exercida pelo governo. Recomendava então ao tenente coronel de engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan que, ao assumir a presidência do Pará, advertisse aos contratadores que exercessem “muita vigilância para que não [fosse] importada gente imorígera, réus de polícia e pretensiosos que tragam embarços com requisições exageradas e a desmoralização para qualquer colônia”²³

Os problemas encontrados quanto às índoles de alguns colonos estrangeiros e a sua pouca inabilidade para o trabalho agrícola gerava divergência quanto a política de imigração para a província do Pará. No caso do presidente Couto de Magalhães este se posicionava sobre a colonização européia no Pará e Amazonas como utópica. Afirmava que para esta região que possuía inúmeros braços possíveis de serem utilizados, fazendo referência aos indígenas, seria mais proveitoso, primeiramente frutificar esses nativos e depois importar estrangeiros. Compreendia que era mais razoável educar os braços nacionais, de forma que fosse elevada a indústria agrícola a um grau de aperfeiçoamento grande, do que fazer despesas com importação de homens que, “não estando acostumados com o clima do Pará, usos e costumes, seriam em pouco tempo e por via de regra, consumidores que nada produzem”. Para Couto de Magalhães, as províncias da Amazônia não se constituíam como focos de atração de uma corrente migratória européia, pois estes procurariam climas mais próximos dos que

²³ PARÁ. *Exposição apresentada pelo Exmo Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente da província do Gram-Pará, ao Exmo Sr. tenente coronel d'engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, no dia 29 de maio de 1856, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província.* [n.p.], Typ. de Santos e filhos, 1856, p. 16-17.

estavam habituados e condições mais favoráveis para sua instalação. As províncias do Norte, no entanto, não apresentavam essas condições, embora reconhecesse que os governos desta região já haviam depreendidos esforços na construção de núcleos coloniais. Entendia que a atuação dos administradores deveria voltar-se para o uso dos nativos, pois estes apresentariam totais condições de serem aproveitados no trabalho agrícola. Caso houvesse interesse de se desenvolver uma introdução de europeus, esta poderia ser feita por companhias particulares sem o uso de rendas públicas, pois, conforme observa, estas seriam mais bem aplicadas no serviço do arregimento de estrangeiros.²⁴

Esta não era a compreensão do presidente Pedro Leão Vellozo, para quem a colonização estrangeira devia preceder qualquer ação de governo relacionada ao aproveitamento do colono nacional. O entendimento era que, estava sob a responsabilidade do imigrante estrangeiro europeu o ensinamento “da melhor arte de cultivo, das sementes mais aproveitadas e das modernas técnicas de plantação”. O encaminhamento de uma corrente de imigração era percebido, portanto, como necessário para que se instalasse na província “trabalhadores ativos, inteligentes e moralizados”, sendo que estes “não só por si [trariam] riquezas como também [seriam] por seu benéfico exemplo, causa para melhor aproveitamento dos braços que já temos”.²⁵

²⁴ PARÁ. *Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis*. Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864, p. 14.

²⁵ PARÁ. *Relatório com que o excelentíssimo senhor presidente da província, Dr. Pedro Leão Vellozo passou a administração da mesma ao excelentíssimo senhor 1.º vice-presidente, barão do Arary, no dia 9 de abril de 1867*. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 19.

Nos discursos das autoridades provinciais embora se observe uma preocupação com a necessária substituição do trabalho escravo, possível com a introdução de imigrantes, para Amazônia, outra questão passa a ser destacada. Tratava-se de ampliar as áreas de plantio e a implantação de novas técnicas de cultivo com a chegada desses novos colonos. O que estamos afirmando é que as expectativas construídas sobre o estrangeiro que iria atuar na Amazônia, mais do que substituir os trabalhadores escravos, seriam capazes de introduzir modernas técnicas e implementos agrícolas. Ficava evidente, então, a urgência de uma política de imigração, pois, esta seria responsável pela constituição de um grupo de trabalhadores morigerados capazes de desenvolver as forças produtivas da província e mais que isso, permitiria inculcar valores aos colonos da região e permitir o uso de novas ferramentas na produção agrícola.

Para ilustrar o que estamos afirmando, em 1873, o presidente Domingos José da Cunha Junior destacava que a agricultura que vinha sendo desenvolvida no Pará, assim como em todas as outras do país, era servida por braços escravos. Considerando que a escravatura estava próxima de ser extinta, para este presidente era necessário que fosse criado mecanismo de substituição dessa mão-de-obra escrava, “não por outra mais indolente”, mas por trabalhadores capazes “de promover o aumento e prosperidade da lavoura”. No entanto, advertia que, embora se fizesse urgente a substituição do escravo pelo trabalhador livre, no caso do Pará, outras questões deviam ser consideradas e situadas em primeiro plano. Havia a necessidade de se ampliar as áreas de cultivo, sendo assim, os colonos estrangeiros deviam ser encaminhados para as fazendas e engenhos da região, mas que fosse privilegiada, no caso dos investimentos públicos, a implantação de núcleos coloniais agrícolas que recebessem esses colonos. Por outro, esses imigrantes

deviam se constituir como exímios agricultores, pois estaria sob sua responsabilidade a construção de conhecimentos agrícolas que compartilhassem as modernas formas de plantio da Europa com a qualidade do solo da região amazônica.²⁶

Um ano depois, Domingos José da Cunha Júnior reafirma suas concepções sob a imigração no Pará. Observa que a presença de estrangeiros deve ser justificada muito mais sob o ponto de vista da ampliação das áreas de cultivo e da necessidade de transformar a agricultura como a fonte principal de renda da província. Aponta que o Pará necessita de braços que não apenas “[ocupem] as terras particulares”, mas lavrem “suas imensas e opulentas regiões, as quais apenas esperam o cultivo para se converterem em magníficos empórios de abundâncias, em fontes de inexauríveis rendas, tanto pública, como particulares”.²⁷

Apesar dos vários problemas identificados com a imigração, a expectativa que se criava em torno dos colonos estrangeiros aumentava, na medida em que estes chegavam ao Pará. Esperava-se que em pouco tempo de trabalho eles pudessem produzir, não apenas para o consumo de suas famílias, mas também para atender o comércio provincial. A expectativa era tanta que Guilherme Francisco Cruz, vice-presidente da província em janeiro de 1874, se arriscava a dizer que somente a presença de estrangeiros, a que ele chama de “colonos produtivos”, seria capaz de promover o crescimento da atividade agrícola na região.²⁸ Nesse mesmo ano, o presidente Pedro Vicente de Azevedo, quase que repetindo os discursos de seu antecessor, identificava nos imigrantes europeus

²⁶ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior*, p. 44.

²⁷ PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior*, p. 24.

²⁸ PARÁ. *Relatório apresentado com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Guilherme Francisco Cruz 3º vice-presidente passou a administração da província do Pará ao Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Vicente de Azevedo em 17 de janeiro de 1874*. Pará, Typografia Diário do Gram-Pará, 1874, p. 24.

as qualidades necessárias para lidar com a terra, o que os tornavam capazes de cultivar os solos do Pará.²⁹

Outro exemplo é o entusiasmo que tomava conta da Comissão de Colonização com a chegada dos estrangeiros. Em comunicado à presidência do Pará, esta não fazia reserva ao dizer que os imigrantes “em pouco tempo de estada nos núcleos”, seriam “capazes de tomar posse de seus lotes e iniciar os plantios, suficiente para sua alimentação e para atender o comércio de Belém”.³⁰

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As palavras desses presidentes, autoridades provinciais e do Império se somavam aos muitos outros discursos de evocação aos recursos naturais, a fertilidade do solo no Pará e os imigrantes europeus. Não raro, esses discursos eram utilizados com o propósito de defender a ocupação das terras da província com colonos estrangeiros.

Como já apontamos, ao mesmo tempo em que se exaltavam às terras do Pará, quase sempre desqualificavam os agricultores locais, o que pode ser entendido como uma estratégia para defender a presença de estrangeiros, no trabalho agrícola, bem como em outras atividades em virtude das idéias de civilização através do uso do trabalhador europeu. Para exemplificar temos o artigo publicado no jornal *O Liberal do Pará* de 16 de março de 1874, que descrevia os trabalhadores que a província dispunha para atuar na agricultura, como “sem a educação necessária ao trabalho agrícola-

²⁹ PARÁ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19ª legislatura pelo Presidente da Província do Pará, Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874, p. 61.

³⁰ APEP (Arquivo Público do Estado do Pará). Caixa 340 (1874-1879), *Ofício da Comissão de Colonização de 07 de julho de 1875*.

la”. E igualmente, como trabalhadores que adotando costumes e tendências de grupos não civilizados, no caso o indígena, se empregava apenas na indústria extrativa, “no aproveitamento dos produtos que a natureza lhe oferece sem exigir o seu esforço”.³¹

Defender o uso do trabalhador europeu, desqualificando o colono nacional, parece ser uma prática comum nos discurso de alguns presidentes do Pará. Seria o que Márcia Naxara (1991, p. 76), em estudo sobre as representações do trabalhador nacional identifica como “imaginários distintos e complementares, partes integrantes de uma mesma construção”, ou seja, de um lado a completa desqualificação da população nacional e de outro o elogio do imigrante de origem européia. Em 1874, por exemplo, o presidente Pedro Vicente de Azevedo fazia um breve relatório sobre a agricultura, não deixando de apresentar ao parlamento provincial uma série de reclamações, principalmente, quanto a “carência de braços úteis” para atuar na atividade agrícola, visto que a agricultura que se desenvolvia na província era rotineira e praticada conforme as formas mais rudimentares de plantio.³²

A presença do termo “braços úteis”, designava um tipo de trabalhador que estivesse dissociado dos trabalhadores nacionais identificados ainda em 1864, preconceituosamente por Ferreira Penna, como “ocupantes de palhoças”. Para Ferreira Penna, grande parte dos que se diziam agricultores nas províncias da Amazônia não podiam receber esse título, pois o máximo que possuíam era “um pequeno roçado de onde mal conseguia tirar para o seu sustento” e cujos instrumentos de trabalhos se resumiam a “uma canoa, um cão, uma faca, anzóis, primitivos instrumentos de caça e pesca, alguma roupa e paneiro”.³³

³¹ O LIBERAL DO PARÁ. *Emigração cearense*. Belém, 16 /03/1879, p. 01.

³² PARÁ. *Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior*, p. 14.

³³ PARÁ. *Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864*, p.07.

Considerando as palavras de Pedro Vicente de Azevedo, que retomava discursos anteriores de outras autoridades provinciais, pode-se afirmar que a corrente migratória direcionada ao Pará deveria ter um caráter que associasse o aumento do número de trabalhadores para a lavoura e também garantisse uma perspectiva que Fernando Lourenço (2001, p. 123) chamou de “agricultura permanente”, ou seja, fundada na adubação e nos instrumentos aratórios, evitando a constante ocupação de novas parcelas de floresta com a atividade de derrubada e queimada, como praticavam os indígenas. Neste aspecto, o modelo de colonização agrícola pretendido pelas autoridades provinciais não devia se caracterizar pela constante ocupação de novas terras de florestas, mas no uso de técnica de plantio que aumentasse a produção, sem que necessariamente se ocupasse outras áreas. Esta ampliação dos espaços de cultivo se justificaria, desde que esse processo de expansão estivesse submetido ao aumento das terras cultivadas, sem que outros terrenos já cultivados fossem abandonados em detrimento dessas novas terras.

A presença do estrangeiro deveria servir, portanto, como elemento inibidor e de combate às práticas nativas de produção, o que explica uma constante retomada, na fala das autoridades provinciais, da construção de um perfil de estrangeiro que fosse capaz de povoar as terras através do conhecimento de outras técnicas de cultivo, consideradas mais desenvolvidas, diferenciando das que eram praticadas pelos colonos paraenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

COSTA, E. Viotti. *Da Monarquia a República: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada e escravidão nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

MUNIZ, Palma. *Imigração e Colonização: História e Estatística (1616-1916)*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NAXARA, Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: Representações do trabalhador nacional 1870/1920*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – História, Unicamp, Campinas, 1991.

NUNES, Francivaldo Alves. *Benevides – uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora Corifeu, 2009.



ATRASO E MELHORAMENTO:

temas, debates e produção intelectual sobre a agricultura brasileira no contexto do século XIX

MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA¹

O tema da agricultura na produção historiográfica brasileira, frente ao protagonismo desta atividade na história do Brasil, tanto em termos econômicos, como sociais e culturais, ainda não recebeu atenção proporcional a sua importância. Vários são os fatores que podem nos ajudar a entender as razões desse fato. Um deles está relacionado a circunstância de que este é um assunto extremamente delicado, de grande repercussão social e política. Seu tratamento adequado exige o correto estabelecimento de suas relações com os problemas caracterizam as diversas facetas do universo rural brasileiro. De modo especial, com a questão dos conflitos e da violência no campo e suas vinculações com a questão da concentração fundiária. Marca indelével da história agrária brasileira e que, para alguns estudiosos, demarca um dos principais elementos que conforma o alicerce sobre o qual se sustenta a “questão agrária”

¹ Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Investigador do INCT-Proprietas. E-mail: marcioboth@gmail.com.

no país.² Na verdade, tanto um assunto como o outro (agricultura e história agrária), até muito recentemente, meados do século XX, com raras exceções, não eram objeto da preocupação da historiografia nacional.

Todavia, esta afirmação também parece não dar conta de ser totalmente sincera em relação ao campo de estudos a que se refere, pois em diferentes contextos históricos é possível encontrar livros, debates e artigos que tiveram como mote tratar da história da agricultura no Brasil. Reflexões que em grande parte foram produzidas por investigadores que não necessariamente tinham vinculação com o mundo acadêmico, mas que escreveram textos voltados a tratar do universo agrário. Análises que, em muitos casos, se caracterizam por estabelecer certo silenciamento sobre determinados assuntos e problemas, principalmente aqueles que dizem respeito aos conflitos que historicamente assolam o mundo rural.

Outra característica dessa literatura é a constituição de interpretações progressistas dos processos relacionados a agricultura. Ao procederem dessa forma, algumas leituras acabam por tratá-la como uma atividade eminentemente econômica que acontece no vazio das questões sociais e políticas.³ Em outros termos e para lembrar Marc Bloch (2001), trata-se de um tipo de abordagem que pouco se preocupa com “a terra e seus homens”, que desumaniza a

² O tema da “questão agrária” é muito amplo para ser desenvolvido com profundidade aqui. Entre outras coisas, envolve uma vasta produção bibliográfica que se diferencia por questões temporais, contextuais e políticas. Do mesmo modo, as definições sobre o que seja a “questão agrária brasileira” variam muito. De qualquer forma, na generalidade elas concordam que o problema da concentração fundiária – a presença histórica do latifúndio no Brasil – é um dos aspectos centrais do problema. Para conhecer uma das facetas desse debate, mais precisamente no âmbito do campo político da esquerda, ver: Márcia Maria Menendes Motta (2014).

³ Para aprofundar os debates sobre essa questão, bem como conhecer alguns outros problemas e peculiaridades característicos de algumas abordagens que se tornaram corriqueiras nas histórias produzidas sobre a agricultura no Brasil, ver: Maria Yedda Leite Linhares & Francisco Carlos Teixeira (1981) e Maria Yedda Leite Linhares (1997).

agricultura. Que muito discute os gêneros produzidos, sua evolução histórica e importância econômica, mas que pouco ou quase nada volta sua atenção para as pessoas envolvidas nessa produção e mais detidamente para os conflitos nos quais elas estão envolvidas. Ou que, ao tentar fazer isso, acaba esbarrando em preconceitos. Como exemplos dessa produção, podem ser citados o “História Geral da Agricultura Brasileira” de Luís Amaral (1958), publicado no início década de 1940, e o “História Social da Economia Capitalista no Brasil” de Oliveira Vianna (1987), publicado no final dessa mesma década.

No que se refere ao tema da história da agricultura, estes dois livros são muito parecidos. O objetivo de Vianna é mais amplo do que o de Amaral, seu foco não é somente tratar da agricultura. De todo modo, ela está presente na segunda parte do primeiro volume, o qual tem como objetivo abordar a “História social da agricultura e da aristocracia rural” no Brasil. Em linhas gerais, Amaral e Vianna concordam com a premissa de que a agricultura é e foi o grande alicerce sobre o qual a sociedade brasileira foi edificada. Que ela historicamente tem problemas, pois, por um longo período histórico, comparativamente a agricultura praticada em outras nações do mundo, foi “atrasada”. Que os motivos do atraso e dos problemas estão associados ou ao perfil dos agricultores brasileiros ou a histórica inexistência de políticas públicas voltadas a dar a agricultura e aos agricultores condições para se desenvolverem.

Em consequência, quando conseguem visualizar a presença de alguma ação estatal voltada à agricultura, descrevem-na como de baixa eficiência e efetividade. Circunstância que, segundo a leitura destes autores, está muito diretamente atrelada a qualidade dos agricultores, ou melhor, a sua como que natural “falta” de qualidade. Em síntese, trata-se de um tipo de análise que se encaixa na descrição feita anteriormente, a qual, em muitos aspectos, natura-



liza os processos sociais, é articulada por uma série de preconceitos e se pauta no silenciamento ou na negação dos conflitos.

Todavia, como será demonstrado em breve, também temos exemplos da produção de interpretações mais críticas, as quais primam por demonstrar que conhecer a história da agricultura no Brasil passa por estudar os embates que atemporalmente marcaram o universo agrário brasileiro. Textos que contam uma história repleta de contradições em que um dos maiores problemas é o alto grau de concentração fundiária. Assim, tais análises evidenciam que a luta pela terra, as violências que lhes são características e a manutenção de um quadro de desigualdade fundiária ao longo dos séculos, desde a conquista europeia até os dias de hoje, são questões indissociáveis.

Neste universo de pesquisas podem ser encaixados livros como o “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Junior (2008), um texto que se destaca por sua perspicácia em chamar atenção para as contradições que caracterizam o mundo rural e que, assim como os textos de Vianna e Amaral, é datado da década de 1940. Não obstante, algumas décadas depois, o Brasil passou a conhecer a produção de um conjunto de pesquisas, realizadas no âmbito das universidades brasileiras que, na área das ciências humanas, passaram a debater e produzir investigações que, entre outras coisas, buscavam questionar e mostrar os limites de alguns aspectos presentes nas interpretações então correntes.

Mais detidamente, segundo Maria Yedda Linhares (1999, p. 105), a partir da década de 1970, o Brasil “começou a ostentar uma produção crescente na área da agricultura, na qual estão presentes economistas, sociólogos, antropólogos e historiadores”. Uma das características desse movimento foi o de estabelecer rupturas com as leituras tradicionais, bem como a promoção de novos problemas, temas e fontes para serem discutidos. Contudo, os impactos e

a efetividade dessa produção em termos de romper com a interpretação mais tradicional, incorporada como história oficial pelo Estado e incentivada pelas classes dominantes agrárias, suas associações e apoiadores, ainda é pequena, porém de importância ímpar.

Em síntese, o campo de análises dedicado tratar da história da agricultura no Brasil carrega algumas particularidades próprias e conheceu mudanças importantes ao longo do tempo. Destaca-se, neste sentido, o recente desenvolvimento de pesquisas na área da história agrária, constituído pela elaboração de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos acadêmicos, grupos de discussão, institutos de pesquisa, livros e capítulos de livro. Produção que tem como foco tratar de diferentes aspectos relacionados a história do universo rural brasileiro e que tem procurado problematizar os silenciamentos e contradições que a caracterizam (Ver: SILVA, 2020). Dessa maneira, as análises que serão desenvolvidas a seguir buscam contribuir com estas discussões.

1. ASPECTOS SOBRE A AGRICULTURA NO BRASIL DO SÉCULO XIX:

LEITURAS E AUTORES

Em meio ao desenvolvimento de novas pesquisas e discussões voltadas a tratar do mundo rural no Brasil, característico dos finais da década de 1970, o século XIX também passou a ser objeto de maior atenção. Nesse contexto, alguns estudos têm demonstrado que esta centúria foi muito importante na produção de acontecimentos e processos que foram medulares na definição da paisagem rural brasileira e dos problemas que lhes são próprios, bem como dos rumos e características que a agricultura adotou no país. Além de ser o século em que o Brasil deixou de ser colônia oficial de uma metrópole situada na Europa, é o momento em que ele produziu aquela que é considerada sua primeira legislação agrária – a Lei

de Terras de 1850 – e, igualmente, fez uma série de investimentos voltados a dar novos rumos a agricultura nacional.

Isso não significa que o universo rural brasileiro e especialmente a Lei de Terras tenham ficado imunes a realidade anterior ou as leis que vigoraram antes da independência. Há muita recorrência na passagem da colônia ao império, especialmente quando se trata da questão fundiária (Ver: VARELA, 2005 e MOTTA, 2009), dos princípios e normas que regulavam a propriedade escrava no Brasil (Ver: DIAS PAES, 2019) e dos temas que constituíam a pauta de debates sobre a agricultura, sua prática e seu lugar na história do país (Ver: DIAS, 1968; NOVAIS, 1984; PÁDUA, 2002, e MARQUESE, 2009). Por seu turno, todo esse processo estava associado a série de mudanças pelas quais o mundo na época passava, mais diretamente aquelas relacionadas ao desenvolvimento capitalismo e sua remodelação em diferentes contextos (Ver: CHECCHIA, 2007 e SMITH, 1990).

Todavia, a presença de continuidades não deve significar que mudanças não ocorreram. Elas foram importantes e necessárias, algumas delas – a Lei de Terras, por exemplo – demonstram que, para se constituir como nação e participar do processo mais amplo que estava em curso, o Brasil precisou lidar de forma mais enfática com o problema da apropriação territorial. Na mesma perspectiva, a agricultura e os processos que lhe diziam respeito também foram objeto atenção renovada durante o século XIX. Diferentes iniciativas voltadas a tratar dessa matéria foram tomadas, seja por parte do Estado, seja por meio de ações individuais ou de entidades da sociedade civil, as quais tinham como mote discutir o Brasil.

Estas três esferas de atuação – a estatal, preocupada em dinamizar a produção agrícola; a individual, envolvida na elaboração de análises e proposições para o desenvolvimento da agricultura e, a coletiva, representada pela constituição de entidades voltadas a

discutir o Brasil – estão muito bem representadas, tanto qualitativa quanto quantitativamente, ao longo do século XIX. No seu conjunto, elas funcionavam ou buscavam atuar como uma espécie de centros irradiadores de saberes sobre os mais diferentes assuntos. Nisso, não deixavam de dar certa atenção a agricultura, seus temas e problemas.

No oitocentos a elaboração de textos e debates sobre a agricultura é vasta e profícua. No mesmo sentido, também pulula a constituição de entidades e associações privadas que tinham como objeto ou como parte de seus objetivos tratar de assuntos à ela relacionados. De igual modo, o Império, com mais ou menos ênfase, a depender do contexto, se lançou na tarefa de desenvolver e incentivar medidas, projetos e ações direcionadas a dar a agricultura novos direcionamentos e desenvolvimentos. Característica que adotou traços particulares na década de 1860 com a criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP).⁴

Quanto a constituição de associações e entidades privadas voltadas a debater assuntos relativos ao Brasil, seu passado, presente e futuro, podem ser citados a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827), a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), a Sociedade Velosiana de Ciências Naturais (1850), a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (1872), o Clube de Engenharia (1880), dentre outros. No que diz respeito a ação do Estado, além do apoio dedicado pelo Império a muitas das entidades privadas, também temos a constituição de agências, escolas e institutos, tais como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808), o Museu Nacional (1818), o Imperial Instituto Baiano de Agricultu-

⁴ Para conhecer a história e a importância desse Ministério no contexto do século XIX, ver: Louise Gabler (2012).

ra (1859), o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1860), o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861), a Escola Agrícola da Bahia (1875), a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática de Pelotas (1883) e a Imperial Estação Agronômica de Campinas (1887), a Colônia Orfanológica Cristina (1880), a Colônia Orfanológica Isabel (1873), a Colônia Orfanológica Blasiana (1881), o Estabelecimento Rural de São Pedro Alcântara (1873).

Nesse mesmo universo, vale citar também a constituição de comissões nacionais e provinciais de exploração e conhecimento do interior do país, tais como a Comissão Geográfica e Geológica do Império do Brasil (1875-1877) e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1866). Em 1878, também temos a realização de dois eventos que foram importantes no contexto das discussões sobre a agricultura e seus rumos: o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e o de Pernambuco, o primeiro foi organizado pelo MA-COP e o segundo pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco.

Sobre a produção de análises e diagnósticos a respeito da agricultura, sua história e a situação em que se encontrava, ela e seu conteúdo serão objeto de investigação mais detida ao longo deste capítulo. Essa produção é vasta e se constitui de textos que foram publicados em formato de livros, panfletos ou de artigos que eram veiculados na imprensa periódica da época, especialmente por aqueles jornais que tinham como foco a ciência, a agricultura e a indústria. Ocupa lugar de destaque neste âmbito, periódicos como o jornal “O Patriota”, que circulou entre 1813 e 1814 (Ver: KURY, 2007) e o “Auxiliador da Indústria Nacional ou Coleção de Memórias e Notícias Interessantes aos Fazendeiros, Fabricantes, Artistas e Classes Industriais no Brasil, tanto originais, como traduzidas das melhores obras que nesse gênero se publicam”. Periódico que

estava vinculado a antes mencionada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e circulou no Brasil entre os anos de 1833 e 1896 (Ver: BARRETO, 2009).

Neste mesmo universo, se encaixam também a “Revista Agrícola”, produzida pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, entre 1860 e 1891 (Ver: BEDIAGA, 2013). Há outros dois periódicos relevantes na difusão de discussões sobre a agricultura brasileira no período: o “Jornal do Agricultor”, fundado no Rio de Janeiro em 1878 por iniciativa particular de Dias da Silva Jr., que foi editado até 1894⁵ e a “Revista Agrícola”, que teve circulação entre 1895 e 1907 e estava vinculada a “Sociedade Pastoral e Agrícola”, sediada em São Paulo (Ver: FERRARO, 2015).

A produção de artigos que tinham como objeto a agricultura brasileira não se circunscrevia unicamente a estes jornais especializados, mas também encontrava espaço em outros veículos da imprensa, tais como o “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, periódico que tinha uma ampla repercussão nacional. Também é possível encontrar textos voltados a tratar da agricultura em publicações de alcance mais regional, especialmente no interior das províncias. Muitas vezes estes jornais locais republicavam textos que já haviam circulado nos periódicos maiores, especialmente aqueles sediados na Corte ou nas capitais das províncias.

Outro veículo importante na difusão de conhecimentos e visões de mundo sobre o Brasil e sua história e que também era um *locus* para divulgação de escritos voltados a tratar da agricultura em

⁵ Localizei poucas informações sobre este periódico e seu editor. Referências mais detidas a eles podem ser encontradas no livro “Agricultura Ilustrada” de Fernando Antonio Lourenço (2001, p. 19 e 165). Contudo, elas não vão muito além de identificar o periódico e seu lugar nos debates que se travavam a época. Em pesquisa no site da Biblioteca Nacional, é possível verificar que Dias da Silva Jr. era proprietário da Tipografia Carioca, localizada na rua Teófilo Otoni, onde também funcionava o escritório do Jornal do Agricultor (Ver: BIBLIOTECA NACIONAL, <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=706353>).

seus mais diferentes aspectos foi a “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (IHGB). Em análise sobre a Revista, Manuel Salgado Guimarães (1988, p. 7) demonstra o seu protagonismo na constituição e na definição da identidade nacional brasileira. Tarefa que os intelectuais vinculados ao Instituto buscaram cumprir centrados na ideia de que o Brasil, no contexto da América Latina, deveria ser o grande “representante da ideia de civilização no Novo Mundo”. Por sua vez, levando em consideração a importância econômica, social e política da agricultura na história do Brasil, para dar conta executar a tarefa adequadamente, seus intelectuais não poderiam se isentar de discuti-la.

Mais uma característica da produção realizada na imprensa periódica é a de que, em determinadas situações, alguns artigos serviram de referência e ponto de partida para publicações de obras mais amplas que saíram em formato de livro. Este, por exemplo, é o caso da obra “Agricultura Nacional. Estudos Econômicos. Propaganda abolicionista e Democrática” de André Pinto Rebouças (1988), publicado como livro em 1883, mas composto de artigos que inicialmente saíram no “Jornal do Comércio” e no “Jornal Novo Mundo” na década de 1870. Da mesma maneira, o livro “Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Brasil”, de Sebastião Ferreira Soares (1860, p. 15), que foi publicado em 1860, é apresentado pelo autor como síntese de uma “memória Histórico-Estatística” que estava “lendo no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”. Porém, antes de ser lançado como livro, os capítulos saíram em formato de artigo no “Jornal do Comércio”, entre os meses de janeiro e maio de 1860 (SOARES, 2015, p. 2).

Em síntese, a imprensa como um todo teve grande influência nos debates sobre a agricultura, bem como no sentido de definir a agenda de mudanças, reformas e transformações que de-

veriam acontecer para o desenvolvimento da agricultura nacional (LOURENÇO, 2001). No contexto deste capítulo não será possível acompanhar toda essa produção, pois, além de ser ampla, exige uma pesquisa mais detida para cada caso, bem como o uso de recursos teóricos e metodológicos específicos para investigar a imprensa periódica (Ver: NUNES, 2001). Assim, as análises aqui propostas serão desenvolvidas a partir do estudo de um conjunto de escritos que veio a público ao longo do século XIX, que direta ou indiretamente tratavam da agricultura, mas que foram publicados em formato de livro.

O levantamento desse material foi feito a partir de pesquisas realizadas na bibliografia competente que tem como escopo de suas discussões a história agrária no Brasil e que tem utilizado algumas publicações do século XIX como fonte de análise.⁶ Também foi realizada pesquisa nos sítios eletrônicos da Biblioteca Nacional Digital (<https://bndigital.bn.gov.br>) e da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (<https://www.bbm.usp.br/pt-br>), onde foram consultadas as cópias digitais dessa bibliografia.⁷

O critério de seleção que orientou a pesquisa foi temporal e temático. Nos sítios eletrônicos mencionados e na produção bibliográfica consultada que analisa o rural no Brasil do século XIX, foi realizado levantamento de obras publicadas entre 1799 e 1899. Do resultado da consulta foram “pescadas” aquelas publicações mais recorrentemente citadas, tais como o “Manual do Agricultor Brasileiro” de Carlos Taunay, o “Nota Estatísticas sobre a produção agrícola

⁶ Por exemplo: MOTTA, 2008 e 2009; ZARTH, 1997 e 2002; SILVA, 1996; MARTINS, 2010; PRIORE & VENÂNCIO, 2006; VARELA, 2005; SILVA, 2011; GUIMARÃES, 2009; MOTTA & GUIMARÃES, 2011 e LOURENÇO, 2001, entre outros.

⁷ Aqui é relevante destacar e reconhecer a importância do trabalho realizado por estas duas instituições no sentido de disponibilizar mais democraticamente o acesso a obras que, caso não fossem viabilizadas por meio digital, exigiriam deslocamentos que poderiam inviabilizar a execução desta pesquisa.

la” de Sebastião Soares ou o “Memórias Econômico políticas sobre a administração pública no Brasil” de Antônio Gonçalves Chaves.

No caso específico dos sítios eletrônicos, a pesquisa foi realizada por meio de uso de palavras chaves tais como “agricultura”, “melhoramento”, “tecnologia”, “lavoura”, “agricultores” e outras mais. Do conjunto de resultados provenientes deste levantamento foram selecionados e analisados aqueles livros que mais diretamente abordavam o tema da agricultura ou de autores e obras que tradicionalmente são mencionados na historiografia. Por meio da aplicação desses critérios, foram objeto de leitura e análise mais detida os seguintes livros:

ANO	AUTOR	TÍTULO
1799	JOSÉ GREGÓRIO DE MORAES NAVARRO	<i>Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas.</i>
1801	JOSÉ FERREIRA DA SILVA	<i>Manual Prático do Lavrador, com um tratado sobre abelhas, por Chabouillé, traduzido do francês por ordem de S. Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor por José Ferreira da Silva natural de Santa Luzia do Sabara.</i>
1810	JOSÉ DA SILVA LISBOA	<i>Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil.</i>
1823	ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES CHAVES	<i>Memórias Econômico políticas sobre a administração Pública no Brasil.</i>
1832	JOÃO FRANCISCO VIEIRA BRAGA	<i>Instruções para o capataz da Estância da Música.</i>
1834	ANTÔNIO MUNIZ DE SOUZA	<i>Viagens e observações de hum brasileiro, que, desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus Patrícios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas á nação brasileira.</i>

ANO	AUTOR	TÍTULO
1839	CARLOS AUGUSTO TAUNAY	<i>Manual do Agricultor Brasileiro.</i>
1839	JEAN-BAPTISTE ALBAN IMBERT	<i>Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros generalizado às necessidades médicas de todas as classes.</i>
1847	FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK	<i>Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc.</i>
1847	HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN	<i>Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro pelo Paraguai, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.</i>
1859	THOMAZ POMPEU DE SOUZA BRASIL	<i>Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará.</i>
1860	SEBASTIÃO FERREIRA SOARES	<i>Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios.</i>
1863	PADRE ANTÔNIO CAETANO DA FONSECA	<i>Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mista destes gêneros nas terras cansadas</i>
1871	THEODORO PECKOLT	<i>História das plantas alimentares e de gozo do Brasil, contendo generalidades sobre a agricultura brasileira, a cultura, uso e composição de cada uma delas.</i>
1882	SÍLVIO DINARTE (ALFREDO MARIA ADRIANO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY)	<i>Céus e terras do Brasil. Cenas e tipos, quadros da natureza, fantasias</i>
1883	ANDRÉ PINTO REBOUÇAS	<i>Agricultura nacional. Estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática.</i>
1896	MAURICIO LAMBERG	<i>O Brasil ilustrado com gravuras.</i>
1899	ANTÔNIO CARVALHO	<i>Uma fazenda mineira. Monografia estudo de uma fazenda modelo.</i>

QUADRO 1. Amostra geral da bibliografia sobre a agricultura produzida no Brasil do século XIX

Como pode ser verificado, para leitura e análise foi realizada a seleção de no mínimo uma obra por década, porém alguns períodos foram mais profícuos do que outros no número de publicações. Neste caso, a importância das obras e a centralidade delas em termos da discussão sobre a agricultura foi o critério de escolha. O emprego desta metodologia permitiu acompanhar o desenvolvimento dos debates que eram travados, bem como as possíveis continuidades e rupturas que ocorreram ao longo do período.

Também faz parte do universo das fontes que servem como referência para este capítulo, os relatórios do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas (MACOP), os quais eram produzidos anualmente e tinham como foco descrever o conjunto de atividades desenvolvidas pelo Ministério. A comparação entre essas fontes é muito produtiva em termos de compreender alguns aspectos que caracterizaram a agricultura brasileira no século XIX, bem como os principais temas que conformavam as pautas de discussão sobre ela. Outra característica interessante é a de que os temas abordados nestes dois universos diversos de fontes são recorrentes, sendo muito comum os ministros realizarem referências as obras publicadas e aos autores que tratavam de abordar temas relativos a agricultura. De todo modo, embora os relatórios do MACOP sejam referência para alguns dos temas que serão debatidos neste capítulo, o foco principal dele é a produção bibliográfica e a abordagem desenvolvida no contexto dos livros listados na tabela anterior.

Ainda em termos da seleção de fontes, algum leitor que conhece mais detidamente a temática pode sentir falta de referências mais diretas a duas publicações que foram realizadas no início do século XIX e que tem relação estreita com a análise desenvolvida neste artigo: o “Compêndio de Agricultura” de Ignácio Paulino de Moraes, publicado em 5 volumes entre os anos de 1801 e 1803 e

“O Fazendeiro do Brasil” de autoria de José Mariano da Conceição Velloso, que foi editado entre os anos de 1798 e 1806 e conta com 11 volumes. Registro a importância destas duas publicações, seu amplo uso e repercussão ao longo do oitocentos e depois deste século, todavia, a análise dos 16 volumes que compõem as duas obras requer uma pesquisa em específico.⁸

É importante destacar que as fontes arroladas na tabela acima, portam algumas características que convêm ser problematizadas no sentido de entender sua produção e mais detidamente o conteúdo das discussões que veiculam. Em sua quase totalidade elas são obras de pessoas pertencentes ao *status quo* imperial, homens que faziam parte da elite econômica e intelectual brasileira e que compõem o chamado campo do “pensamento ilustrado” brasileiro (LOURENÇO, 2001 e DIAS, 1968). Quando não eram provenientes da elite econômica, seus autores ocupavam algum cargo em alguma agência de Estado. Do mesmo modo, também mantinham vínculos com alguma das associações privadas antes citadas, com destaque para o IHGB.⁹

Outra característica comum entre eles é a de que propunham mudanças ao país, mais detidamente aquelas voltadas a melhorar a agricultura e a produção agrícola. Em sua generalidade, moviam-se imbuídos por uma “vocação civilizadora”, sendo que atribuíam

⁸ É possível localizar uma bibliografia recente que tem se dedicado a analisar estas obras e seu contexto, especialmente o “Fazendeiro do Brasil” e seu autor (ver: AZEVEDO, 2018; POMBO, 2013 e 2018; KURY, 2015, WEGNER, 2004 e RAMINELLI, 2000).

⁹ Ao tratar desse assunto no contexto do século XIX, Antonio Candido (1975, p. 235), escreve: “a raridade e dificuldades da instrução, a escassez de livros, o destaque dado bruscamente aos intelectuais (pela necessidade de recrutar entre eles funcionários, administradores, pregadores, oradores, professores, publicistas) deram-lhes um relevo inesperado. Daí a sua tendência, pelo século afora, a continuar ligados às funções de caráter público, não apenas como forma de remuneração, mas como critério de prestígio. Acrescentemos a esses fatores a tendência associativa que vinculava os intelectuais uns aos outros, fechando-os no sistema de solidariedade e reconhecimento mútuo das sociedades político-culturais, conferindo-lhes um timbre de exceção”.

a si mesmos e ao Estado a imagem de serem os “legítimos promotores do progresso”. Além disso, as discussões que produziram e nas quais estavam envolvidos “não deixaram de ter resposta do aparelho governamental em diversas regiões do país” (LOURENÇO, 2001, p. 20). Parte significativa das agências e instituições criadas pelo Estado, que foram citadas anteriormente e que tinham como mote a agricultura, eram originárias ou estavam vinculadas de alguma forma a estes debates que, como já foi referenciado, tinham repercussão dentro do próprio MACOP.

Politicamente, parte importante destes escritores se identificava com o campo do liberalismo, mas, em alguns casos, adotavam posições bastantes conservadoras a respeito de determinados assuntos, em especial sobre a escravidão. Assim e de modo geral, pode-se afirmar que eram homens que “acolheram prontamente e com vivo entusiasmo, as ideias liberais e a crença nas vantagens da modernização, da racionalização e do progresso técnico”. Entretanto, isso fizeram “sem deixar de, ao mesmo tempo, execrar o que consideravam veleidades revolucionárias, depreciativamente identificadas pelo nome de democracia, anarquia, soberania popular ou doutrina da igualdade” (LOURENÇO, 2001, p. 72). Característica esta que, por sua vez, não é uma particularidade da “ilustração brasileira”, pois ela também está presente em outros contextos, inclusive na Europa, considerada o berço do iluminismo.

Todavia, entre os escritores que elegeram a agricultura como motivo de suas reflexões, também é possível encontrar algumas vozes que, em relação a determinados temas, eram dissonantes ao quadro geral acima desenhado. Não eram vozes revolucionárias no sentido que hoje aplicamos o termo e não buscavam contestar ou transformar profundamente a realidade do país. Não obstante, é possível encontrar registros de leituras mais críticas, que em alguns quesitos eram diversas daquelas que detinham certa hege-

monia nas discussões sobre o Brasil e mais particularmente sobre a agricultura.

No que diz respeito ao iluminismo que influenciou muito diretamente a intelectualidade do período, a chamada “Ilustração Brasileira” (ver: DIAS, 1968; GUIMARÃES, 1988; LOURENÇO, 2001; GALLOWAY, 1979), é preciso levar em consideração que, embora na Europa ele tenha sido um fenômeno coeso em alguns de seus princípios, que tenha marcado a história repercutindo e sendo aplicado em diferentes contextos, inclusive no Brasil, ele tinha lá suas divergências internas em relação a algumas questões. As análises de Jonathan Israel (2009 e 2013) são profícuas em demonstrar que dentro do iluminismo existiam duas correntes de pensamento bastantes diversas: a “moderada” e a “radical”. O principal quesito que as diferenciava é o de que, enquanto a primeira adotava posições conservadoras e reformistas e propunha a aplicação de medidas conciliadoras para a resolução dos problemas sociais e políticos; a segunda, primava pela radicalidade de suas posições, pela defesa intransigente da democracia, da equidade, da igualdade, da fraternidade e não desconsiderava a revolução como meio possível de ser empregado para romper com as estruturas sociais, para combater a tirania e a desigualdade.

Para o caso brasileiro, a historiografia que tratou de debater a presença e o lugar do pensamento iluminista no país, especialmente no contexto da virada do século XVIII para o XIX, tem demonstrado que uma das suas principais marcas é a maneira pragmática com que foi empregado e a sua cor fortemente moderada. (Ver: DIAS, 1968, NOVAIS, 1984; PÁDUA, 2002 e GALLOWAY, 1979). De acordo com J. H. Galloway (1979, p. 779), “o iluminismo brasileiro era apenas um reflexo modesto do iluminismo do norte da Europa”. Contudo, mesmo diante desta característica, continua Galloway, “as ideias adotadas inspiraram forças conservadoras e

radicais da sociedade a advogar reformas”. Ideias que, além de intervirem nos “debates e lutas que se seguiram e marcaram a história do final do Brasil colonial”, continuaram a ter presença nas décadas que vieram após a independência, sendo repercutidas de diferentes modos até o término do século XIX.

Assim, não é raro encontrar na bibliografia aqui em análise referências a autores e temas que foram debatidos nas décadas finais do século XVIII e início do XIX. Inclusive algumas das instituições e institutos antes citados, quando não foram fundadas neste período – Museu Nacional, por exemplo – mantinham algum tipo de relação com ele. Nesse sentido, Rafael Bivar Marquese (2009, p. 872), registra que “a dívida da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com a geração de ilustrados luso-brasileiros é inegável”. Já foi destacado anteriormente o protagonismo que esta instituição e sua revista exerceram no Brasil do século XIX naquilo que diz respeito aos debates sobre a agricultura.

Na mesma linha, José Augusto Pádua (1998, p. 158) ao analisar a relação entre a agricultura e os debates sobre a “destruição ambiental nas últimas décadas do Império”, verifica a existência de uma “tradição de pensamento ecológico-político no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. Há uma identidade de temas e problemas nestes dois séculos. Um “processo de reflexão acumulada”, o qual se caracteriza pela presença ao longo do tempo de “uma postura antropocêntrica, cientificista e progressista” sobre o mundo e as possibilidades de nele intervir. Esses fatores, segundo Pádua, redundavam em análises que primavam pela defesa da “racionalidade científica e do progresso”, que, por sua vez, normalmente eram associadas “com o elogio da infraestrutura e das tecnologias vigentes na civilização europeia”.

Já, no que se refere a agricultura, essas posturas repercutiam na proposição e na defesa de medidas práticas, tais como “à di-

fusão de estradas, ferrovias, escolas, máquinas e produtos químicos”. Também na incorporação de “técnicas mais simples que não eram aplicadas na lavoura brasileira, apesar de estarem disponíveis, como o arado, a charrua, a grade, a estrumação, a poda e a variação de cultivos” (PÁDUA, 1998, p. 158). Os estudos de Maria Odila Silva Dias (1968), Fernando Novais (1984), J. H. Galloway (1979) também têm destacado o quanto as discussões e posturas sobre o melhoramento da agricultura que marcaram o final do século XVIII e o início do XIX ganharam novas roupagens e foram recorrentes ao longo deste último século.

Além dessas, outra característica que pode ser localizada nos dois períodos é a de que muito raramente a questão social foi devidamente abordada nos debates e mesmo nas providências colocadas em prática pelo Estado, seja na Colônia ou no Império. Neste caso, Galloway (1979, p. 779) propõe que a intervenção estatal alcançou certo êxito em relação a algumas medidas. Porém, ela foi orientada pela perspectiva de “apoiar aquelas reformas que lhe trariam benefícios econômicos, opondo-se àquelas que poderiam enfraquecer sua autoridade”. Circunstância cuja recorrência no oitocentos pode ser visualizada na atuação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a partir da década de 1860.

Neste caso, as análises de Maria Eulália Lahmeyer Lobo (1982) demonstram a diferença de prioridades que determinados assuntos recebiam no interior do Ministério. A partir da investigação das rubricas que compunham o seu orçamento geral, Lobo demonstra que os serviços que tinham como fito lidar com as questões relacionadas a agricultura de exportação, com destaque para cafeeicultura, eram os mais bem atendidos. Enquanto isso, as verbas destinadas a tratar dos trabalhos relativos a política indigenista; ao controle do processo de execução dos preceitos presentes na Lei de Terras de 1850 e



nas legislações abolicionistas (Ventre Livre e Sexagenários); ao financiamento da política de imigração, colonização e administração das colônias; ao estímulo, manutenção e criação de escolas, institutos e instituições de ensino e pesquisa rural ou mesmo de apoio a agricultura de alimentação, geralmente eram apresentadas como insuficientes para dar conta de realizar os objetivos pretendidos.

Em suma, para repetir a constatação de Galloway, mas para um período diverso do que ele analisa, durante o oitocentos o Estado brasileiro continuou priorizando medidas e reformas que lhe trariam “benefícios econômicos e opondo-se aquelas que poderiam enfraquecer sua autoridade”. Na verdade, a questão social nunca foi uma preocupação central do Império e da elite política e econômica nacional, embora pudesse ser motivo de discussão em algumas situações e ambientes.

Apenas para citar um exemplo disso, vale mencionar o “Congresso Agrícola”, que foi chamado e organizado pelo Ministério da Agricultura e realizado no Rio de Janeiro no ano de 1878. Este evento reuniu “cerca de trezentos proprietários rurais e profissionais da agricultura” (PADUA, 1998, p. 135-136), provenientes das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e São Paulo. Contudo, segundo Pádua, em sua maior parte, as discussões que ocorreram ficaram circunscritas ao tema da mão de obra e do crédito agrícola, mas muito pouco ou quase nada abordaram sobre os problemas sociais e políticos que caracterizavam o universo agrário brasileiro. Muito menos sobre produtos ou técnicas que poderiam ser incorporados com vistas a incrementar a produtividade da agricultura. Nos termos de Pádua (1998, p. 136), a maioria dos grandes proprietários participantes, “acreditavam no potencial de continuidade do seu sistema extensivo de produção, desde que continuassem dispondo de crédito barato e mão de obra abundante (também barata).”

Assim, apoiado nos estudos de Israel, na historiografia que tratou mais detidamente sobre a presença e o emprego do pensamento iluminista no Brasil e na análise das fontes aqui investigadas, é possível afirmar que a intelectualidade brasileira do século XIX, com algumas raras exceções, era social e politicamente moderada. Era muito influenciada por leituras de mundo e sociedade como as produzidas por John Locke, Isaac Newton, René Descartes, Adam Smith e Montesquieu. Isto tanto é verificável que é muito comum encontrar referências a autores deste universo na bibliografia aqui analisada (Adam Smith e Montesquieu, principalmente). Entretanto, isto não se repete em relação aos pensadores que, nos termos de Jonathan Israel, conformavam o campo mais radical do iluminismo, tais como Benedito Espinosa, Denis Diderot, Honoré Mirabeau, por exemplo.

Outro fator importante que reforça esta proposição é o de que, segundo Israel (2009, p. 577-590), em Portugal e na Espanha, o “iluminismo moderado”, a partir de meados do século XVIII, foi alçado a condição de “ideologia oficial do Estado”. Fato que teve repercussão direta no Brasil, principalmente por meio das reformas pombalinas (1750-1777) e por suas implicações na agricultura. Medidas que, vale destacar, não perderam fôlego após o afastamento de Pombal do governo. Na verdade, a partir desse período o tema do melhoramento da agricultura, que será tratado adiante, passa a ser objeto de atenção especial por parte da coroa portuguesa, tanto no que se refere a Metrôpole, como às colônias (CARDOSO, 1988). Característica que perdurou por muito tempo e que, no Brasil independente e escravista, como vem sendo demonstrado, adotou particularidades próprias (Ver: FAORO, 1992).

Contudo, a constatação de que a leitura e a aplicação do iluminismo no Brasil foram pragmáticas, antropocêntricas, científicas e progressistas, não deve levar a conclusão de que aqui



ocorreu a mera repetição de preceitos e quesitos. Em realidade os princípios do iluminismo eram lidos e interpretados a partir da realidade local, fato que produziu e repercutiu também em inovações, tanto em termos práticos como teóricos (ver: MARQUESE, 2009, p. 875-876). Pensar assim nos ajuda a romper com a leitura eurocêntrica que tradicionalmente postula que o norte do mundo é o espaço onde as ideias são forjadas e o sul global como o lugar da natureza, onde só o pragmatismo impera, onde as coisas, nos termos de J. H. Galloway (1979), acontecem como reflexo.¹⁰

Quanto ao universo das exceções à leitura de mundo dominante a época sobre a agricultura, elas não eram muitas, mas importantes em relação ao contexto e aos debates que se travavam. Igualmente, elas não se caracterizam por uma radicalidade absoluta, mas relativamente a determinados problemas, estabeleceram rupturas significativas. Ocupa lugar de destaque nesse sentido os debates relacionados a escravidão e sobre as implicações dela e da questão racial no estágio de desenvolvimento em que o Brasil e sua agricultura se encontravam.

Relativamente a estes assuntos, em sua maioria, as interpretações correntes afirmavam que qualquer possibilidade de extinção da escravatura levaria a agricultura brasileira a bancarrota. Além desse, outro ponto de vista muito partilhado dizia que a inferioridade racial da população era a grande responsável pelo baixo desenvolvimento a que o país, sua agricultura em particular, havia chegado. O “Manual do Agricultor Brasileiro” de Carlos Augusto

¹⁰ Para aprofundar esse assunto, indico a leitura do recente debate proposto por Jorge Esguera (2019) a respeito da celebração de 250 anos de Alexander Von Humboldt. Neste caso, Esguera demonstra o quanto algumas biografias recentemente publicadas sobre Humboldt, que tiveram ampla repercussão e foram objeto de prêmios diversos, especialmente o texto de Andrea Wulf (2019), continuam reproduzindo uma leitura eurocêntrica sobre a produção do conhecimento. Insistindo em não reconhecer o “sul global” e seus habitantes como capazes de produzir pensamento criativo e teórico.

Taunay (1839) ganha um destaque todo especial, pois avança muito na empreitada de desenvolver essas duas visões e demonstrar seus vínculos e fundamentos. Todavia, não está sozinho e é acompanhado nessa interpretação por outros homens que se puseram a escrever, direta ou indiretamente, sobre a agricultura brasileira: José da Silva Lisboa (1810), Antônio Muniz de Souza (1834), Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (1847), Antônio Caetano Fonseca (1863), Sylvio Dinarte (1882) e outros.

No campo das interpretações divergentes, destacam-se duas obras em particular: os já citados “Agricultura Nacional” de André Pinto Rebouças (1883) e o “Notas estatísticas sobre a produção agrícola”, de Sebastião Ferreira Soares (1860). Nestes dois casos é possível encontrar críticas agudas ao escravismo, a leitura de que sem o trabalho escravo a agricultura no Brasil definharia e a de que os problemas do país, seu “atraso” especialmente, eram, em sua generalidade, consequência da propagação da impureza racial da população, mais detidamente consequência da presença de populações negras no país.¹¹ Outro diferencial destas duas obras é o rigor com o qual são produzidas, pois há todo um cuidado metodológico, muito presente no caso de Sebastião Ferreira Soares, em demonstrar analítica e empiricamente, a partir da contraposição de diferentes fontes e recursos teóricos-metodológicos, as proposições que são desenvolvidas ao longo das reflexões que estes autores elaboram.

Sebastião Ferreira Soares, nessa perspectiva, faz amplo uso de dados estatísticos para comprovar que, diferentemente do que propalavam os defensores da escravidão, a extinção do tráfico de es-

¹¹ Neste caso, Guimarães (1988, p. 17) destaca que a leitura dominante no período sobre a escravidão e a presença de populações negras no Brasil, a qual também ocupava lugar preponderante na Revista do IHGB, entendia “o elemento negro como fator de impedimento ao processo da civilização”.

cravos ocorrida em 1850 não era responsável pela crise enfrentada pela agricultura na década de 1860, ou pela carestia de alimentos que se fez presente em diferentes regiões do país na época. Assim, a partir do desenvolvimento de um conjunto complexo de análises e contraposições, feitas com base nos números sobre a produção dos principais gêneros realizados pela agricultura brasileira (café, açúcar, algodão, fumo, goma elástica, erva mate e aguardente), ao longo de suas análises, Soares busca demonstrar os limites e a fragilidade empírica do ponto de vista escravista. Os dados que analisa eram disponibilizados pelo Tesouro do Estado e a partir do desenvolvimento de uma série de cálculos estatísticos e comparativos entre períodos anteriores e posteriores ao ano de 1850, Soares demonstra que, para os 8 principais gêneros da agricultura brasileira, mesmo após o fim do tráfico escravo, a produção continuava pujante e inclusive havia aumentado.

Assim e segundo as análises de Soares, a carestia de alimentos era consequência de uma série de problemas, dentre os quais os climáticos que, por seu turno, eram consequência do desmatamento, o qual era resultado dos métodos “arcaicos” usados na agricultura. Além disso, outra circunstância implicada no fenômeno foi o desvio da mão de obra da pequena para a grande lavoura, pois, devido a um conjunto de motivos, inclusive o fim do tráfico e o aumento na produção, a grande lavoura passou a recrutar trabalhadores entre grupos sociais que tradicionalmente se dedicavam ao cultivo de produtos destinados a alimentação. Pessoas que foram atraídas para o universo da grande produção em busca da maior rentabilidade proporcionada pelos salários pagos. Consequentemente a produção de alimentos diminuiu.

Nessa mesma toada, o aumento do preço do café no mercado internacional em algumas épocas, segundo Soares, fazia com que os fazendeiros abandonassem a produção de gêneros alimentícios

no interior de suas propriedades. Isso redundava na expansão da procura dos itens destinados a alimentação, ocasionando, em consequência, o incremento nos preços destes produtos. Fenômeno que redundava em fome, uma vez que as populações pobres, mais diretamente aquelas que viviam nas cidades, tinham dificuldades em adquirir os produtos alimentares. Outro fator importante que estava na base da carestia era, segundo Soares, “a ganância dos comerciantes e intermediários”, os quais visando aumentar seus lucros, não colocavam alguns gêneros rapidamente no mercado. Preferiam deixá-los armazenados até que os preços subissem, fato que redundava na escassez de alguns gêneros por períodos determinados e na consequente dificuldade de acesso a eles por alguns setores sociais.¹²

Soares também desenvolve reflexões sobre quais medidas deveriam ser adotadas para reverter o quadro: estabelecimento de melhorias nos transportes, o exercício de maior controle sobre a atividade dos comerciantes, extinção do trabalho escravo, mudanças na legislação, entre outras. Porém, o destaque estava na necessidade em cuidar “do melhoramento que reclama a cultura do nosso ubérrimo solo, não só com referência a grande, mas também a pequena lavoura, e principalmente desta que tem sido abandonada em algumas províncias do Império” (SOARES, 1860, p. 12). Este olhar direcionado a pequena lavoura, é importante destacar, não era comum na época.

Outro traço singular das análises de Ferreira Soares encontra-se nas críticas que faz as teorias raciais e a sua aplicação no Brasil. Segundo sua interpretação, elas não passavam de “uma verdadeira quimera”; não encontravam respaldo nos fatos e na voz da razão, visto que, segundo seu entendimento, “o homem é sempre

¹² Para conhecer aspectos da história, das análises elaboradas e sobre a trajetória de Sebastião Ferreira Soares, ver: Luiz Carlos Soares (2015).

homem em toda parte do mundo, não há raça privilegiada” (SOARES, 1860, p. 08). No embalo desse raciocínio, alertava para o fato de que a ideia de raça, assim como algumas outras teorias europeias que tradicionalmente vinham sendo aplicadas para pensar o Brasil, eram um dos recursos mais eficientes usados por aqueles grupos que estavam articulados em torno da defesa da escravidão e da sua essencialidade para o sucesso da agricultura brasileira. Portanto, não passavam de mera falácia voltada a dar vazão a determinados interesses escusos e sem fundamento empírico.

No mesmo sentido, André Pinto Rebouças, também se destaca por sua leitura crítica sobre a realidade brasileira e, ao longo do seu “Agricultura Nacional”, assim como Sebastião Soares, estabelece uma série de questionamentos a escravidão, as leituras raciais e ao modo como a sociedade brasileira estava organizada. O foco das análises deste autor, da mesma maneira que Soares, está apontado para as questões históricas e sociais. Em consequência, estes dois pensadores avançam significativamente no sentido de desnaturalizar algumas explicações que eram corriqueiras na época. Entretanto, é importante destacar, do ponto de vista político, pouco avançaram no questionamento às estruturas sociais e políticas então vigentes.

De todo modo, tratar a produção destes dois autores nos mesmos termos que a de pensadores mais tradicionais, tais como Silva Lisboa (1810), Taunay (1839), Lacerda Werneck (1847) Dinarte (1882), Lamberg (1896) e outros, é tomar a parte pelo todo. Diferentemente destes, suas análises abordavam criticamente algumas questões estruturantes da forma como se organizava a sociedade brasileira de então. Há pontos em comum entre todos eles, é possível, entre outras proximidades, verificar que partilhavam de uma visão reformista sobre a sociedade (LOURENÇO, 2001). Contudo, em relação a alguns assuntos, as análises de Rebouças e Soares são

bastante diversas e, para não cair em generalizações parciais, isso não pode ser desconsiderado.

De modo geral, este é o panorama que pode ser pintado a respeito da agricultura e das discussões sobre ela que marcaram os debates travados no século XIX. Em meio a continuidades e rupturas, mais as primeiras do que as segundas, o universo agrário viveu suas vicissitudes ao longo desse tempo. Como foi destacado, esse momento é de grande relevância para conhecer e entender a história da agricultura brasileira, pois ainda hoje o mundo rural, sua paisagem e as questões que lhe dizem respeito são embaladas por problemas e temas que, se tomarmos como ponto de partida as reformas pombalinas, já eram objeto de discussão há mais de dois séculos e meio. Desenhado esse quadro, na sequência vamos avançar em mais uma particularidade importante de todo esse processo: os debates sobre o atraso e o melhoramento da agricultura no contexto do século XIX.

2. ATRASO, MELHORAMENTO E MODERNIZAÇÃO

Agora que conhecemos um pouco da historiografia sobre o rural no Brasil e dos aspectos que caracterizaram os debates sobre a agricultura no século XIX, a proposta daqui em diante é trabalhar com o nome que tradicionalmente era utilizado para se referir as reformas e mudanças que se propunham a agricultura brasileira. Esta discussão é importante na medida em que permite compreender os formatos gerais dos debates então travados, bem como seus significados e interconexões com processos mais amplos.

Em realidade, as análises produzidas no século XIX sobre a agricultura no Brasil caracterizavam-se por romper com as fronteiras nacionais e estavam envolvidas em um diálogo constante

e profícuo dos pensadores brasileiros com as produções sobre o tema que eram realizadas fora do país, especialmente na Europa, mas também nos Estados Unidos. Traço que pode ser percebido nas constantes menções a textos e autores estrangeiros, nas traduções de trechos de livros publicados fora do país e em algumas das “palavras-chave” que dominavam os debates. Uma delas é o termo “melhoramento”, o qual era de grande recorrência nos séculos XVIII e XIX, mas que, no século XX, passa a perder espaço para outra palavra: “modernização”.¹³

No Brasil, as pesquisas que têm tratado de discutir a matéria invariavelmente têm identificado os momentos em que ocorrem transformações mais gerais na realidade agrária, que implicaram em mudanças no sistema de produção, especialmente via introdução de novos mecanismos técnicos, como processos de “modernização da agricultura”. Geralmente eles estão atrelados e são resultado direto do desenvolvimento e aplicação de políticas agrícolas formuladas e implementadas pelo Estado, suas agências e pelas interconexões possíveis entre o Estado, empresas privadas, cooperativas ou entidades da sociedade civil. Essa nomenclatura, por exemplo, é muito utilizada para definir as mudanças que marcaram o universo rural do país entre as décadas de 1960 e 1980.

Contudo, as análises sobre períodos históricos mais recuados que têm como mote o tema da “modernização da agricultura” são mais escassas. Luís Amaral (1958, p. 241), ao tratar sobre esta questão afirma que as tentativas de modernizar a agricultura brasileira desenvolvidas no passado, especialmente devido a “inexistência” de políticas agrárias orientadas para este fim, foram es-

¹³ Segundo Sheila de Castro Faria (2002, p. 537), foi a partir de meados do século XX, que o termo “modernização” passou a ser corriqueiramente utilizado pelas “ciências sociais para definir as transformações das sociedades consideradas tradicionais – em outra terminologia, subdesenvolvidas – em direção ao modelo urbano industrial”.

parsas e falharam quase que totalmente em atingir seus objetivos. Em linhas gerais, pode-se dizer que esta análise não está completamente errada, pois efetivamente tal característica é verificável. Se tomarmos como exemplo as instituições criadas pelo Império e que buscavam instruir os agricultores brasileiros, perceberemos que o número de pessoas formadas é muito pequeno e que muitas delas funcionavam precariamente, principalmente aquelas destinadas ao ensino superior agrícola (ver: CAPDEVILLE, 1991). Na mesma linha, estudos clássicos sobre o problema, por exemplo, o “Modernização sem Mudança” de Peter Eisenberg (1977), também têm demonstrado que, em termos estruturais, muitas das medidas “modernizadoras” aplicadas na agricultura no contexto do século XIX pouco ou nada alteraram a realidade social.

Além do exemplo acima destacado da pouca eficácia alcançada pelas escolas e institutos rurais criados no período, outras circunstâncias são demonstrativas da baixa efetividade das proposições e medidas adotadas para alterar a realidade geral da agricultura brasileira. No conjunto das fontes aqui em foco a presença delas é constante. A análise da documentação indica, por exemplo, que as principais críticas direcionadas as práticas e métodos empregados na agricultura e aos resultados que elas produziam, realizadas no início do século XIX, continuaram a ocupar lugar de destaque nas produções que foram publicadas no final do oitocentos. Neste sentido, em seu “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil”, publicado em 1799, José Gregório de Moraes Navarro, pontua que o método da queimada amplamente utilizado era atrasado e deveria ser superado em prol de técnicas mais produtivas, racionais e menos destrutivas da natureza.

Essa crítica, com mais ou menos ênfase, está presente em quase todas as publicações e é objeto de explicações e justificativas diversas ao longo do tempo. Por conseguinte, no que diz respeito



a agricultura, suas técnicas e práticas, mais diretamente aquelas relacionadas ao cultivo, foram poucas as coisas que mudaram no século XIX. Porém, as tentativas postas em curso não devem ser ignoradas ou servirem de suporte para lastrear a proposição de que a agricultura brasileira não passou por alteração nenhuma e que no seu todo ela era atrasada, como se este adjetivo por si só fosse capaz de explicar a situação.

Algumas reflexões neste caso são importantes, a primeira diz que a palavra “atraso” não é autoexplicativa como as fontes dão a entender. Há uma série de fatores implicados no estágio de desenvolvimento a que a agricultura brasileira havia chegado e que precisam ser levados em consideração. Um deles diz respeito ao ponto de vista da grande lavoura e dos grandes proprietários; para eles os resultados provenientes dos métodos e práticas utilizados eram satisfatórios, portanto, não viam muitas razões para investir em mudanças que poderiam não ser tão eficientes quanto era propalado. Para ser mais preciso, há uma lógica histórica que sustenta o padrão de desenvolvimento da agricultura brasileira ao longo do século XIX, uma racionalidade que, entre outras coisas, está sustentada em cálculos complexos, os quais levam em consideração uma série de elementos, dentre eles a lucratividade e os vínculos da agricultura nacional com o mercado internacional e suas variações (Ver FRAGOSO, 1986).

Outro fator que deve ser levado em conta para entender o chamado “atraso” da agricultura tem um sentido mais geral: refere-se a circunstância de que os processos de mudança na agricultura, que envolvem a incorporação de novas técnicas, as quais podem levar ao aumento da produtividade, estão diretamente atrelados a questões relacionadas a densidade demográfica e a presença de áreas fronteira agrária. Assim e para lembrar os estudos de Ester Boserup (1987), enquanto a pressão demográfica é pequena e a

fronteira agrária é ampla, os investimentos em melhoria técnica são escassos e muito dispendiosos. Por sua vez, no caso do Brasil esses são dois traços comuns de sua história até muito recentemente, em particular do século XIX e dos anteriores.

A segunda reflexão importante a ser tecida sobre o problema do atraso se refere ao fato de que, diferentemente do que é voz corrente, no Brasil do século XIX é possível localizar casos, ainda que poucos e isolados, de incorporação de técnicas e métodos agrícolas articulados com os padrões de desenvolvimento do capitalismo internacional. Na maioria das vezes eles eram adaptados a realidade brasileira, e estavam mais diretamente atrelados aos processos de beneficiamento dos gêneros produzidos na agricultura.

Ao discutir a questão, em estudo comparativo sobre as técnicas de produção e beneficiamento de café empregadas em Cuba e no Brasil do século XIX, Rafael Bivar Marquese (2009, p. 876), verifica que no Brasil ocorreu um processo de “elaboração de novos saberes escravistas”, muito articulados com o que acontecia fora do país. Trata-se de um conjunto de saberes que implicavam certa racionalidade inovadora, dinâmica e muito diretamente articulada à “expansão da cafeicultura brasileira e à alteração do mercado mundial do produto que passou das restrições características do consumo de luxo, para uma escala, qualitativamente distinta, de consumo de massa”. Lastreado nesta análise, Marquese (2009) alerta para o quanto é problemático tratar toda a agricultura brasileira sob o símbolo do “atraso”.

Nessa mesma toada, J. H. Galloway (1979), ao tratar da política desenvolvida pela Coroa Portuguesa para a agricultura, no contexto da virada do século XVIII para o XIX, verifica que algumas mudanças almejadas para o Brasil tiveram certo sucesso. Dentre elas destaca a diversificação de cultivos (índigo, fruta-pão, arroz, café foram introduzidos nesse contexto) e a incorporação de novos

métodos e máquinas para o cultivo e beneficiamento do açúcar, a introdução de novos tipos de moinhos mais eficientes do que aqueles que eram tradicionalmente usados e também a utilização de novos equipamentos para beneficiar o algodão.

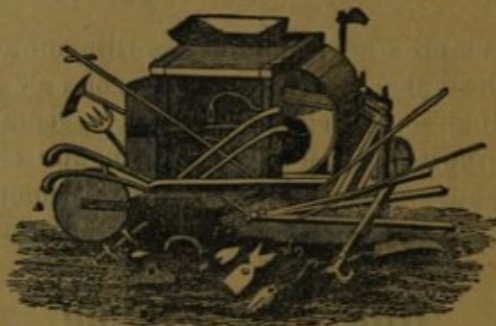
Do mesmo modo, na documentação da época também é possível localizar indícios do funcionamento de um mercado que girava no entorno dessas inovações e que também ultrapassava as fronteiras nacionais. No Almanaque Mercantil de 1874, por exemplo, encontra-se uma peça publicitária da “J. G. Oliveira Sanches”, loja localizada no Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor, 16. Segundo consta na propaganda, o estabelecimento recebia “constantemente das melhores fábricas dos Estados Unidos da América, e de algumas da Europa o que há de melhor em máquinas para lavoura, e instrumentos para agricultura e horticultura” (LAEMMERT, 1874, p. 86).

Também, afirma ter “grande sortimento de máquinas e instrumentos”, dentre os quais ganha destaque: máquinas para descascar café e arroz, para descaroçar e desfiar algodão ao mesmo tempo, ou só para descaroçar o algodão. Máquinas para debulhar milho, moer sabugo, fazer fubá, moer cana, ventilar café e arroz. Ainda informa dispor de arados, grades, charruas, cultivadores, semeadores, arrancadores de raízes, cortadores de capim e de raízes e prensas para enfardar algodão.

ESPECIALIDADE

De Generos Norte-Americanos

Sobre tudo de machinas para
lavouza, e instrumentos para a
agricultura e horticultura.



E bem assim mais outros ge-
neros de procedencia inglesa, fran-
cesa, allemã, etc., etc.

J. G. DE OLIVEIRA SANCHES

recebe constantemente das melhores fabricas dos Estados-Unidos da America, e de algumas da Europa o que ha de melhor em machinas para a lavouza, e instrumentos para a agricultura e horticultura. Tem sempre em seu estabelecimento grande sortimento dessas machinas e instrumentos, como sejião: machinas para descascar café e arroz, para descaroçar e fiar o algodão ao mesmo tempo, para descaroçar o algodão sómente, para debulhar milho, moer sabugo, fazer fubá, moer canna, ventilar café e arroz, etc.; arados, grades, charruas, cultivadores, semeadores, arrancadores de raizes, cortadores de capim e de raizes, prensas para enfardar algodão, etc. Além disto tem muitos outros artigos do uso domestico e de ornamento, assim como: móveis americanos, objectos de borracha, relógios americanos, malas e saccos de viagem, obras de vime, transparentes, venezianas, objectos de arame e de folha, capachos, berços, carrinhos e cavallinhos para crianças, frascos e filtros para viagem, esteiras da India e variado sortimento de muitos outros objectos que não pôde enumerar no pequeno espaço deste annuncio.

JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA SANCHES

16 RUA D'ALFANDEGA 16

(110)

FIGURA 1: Importação de máquinas para lavouza. Fonte: Eduardo von Laemmert (1874, p. 86).

A lista é ampla, mas segue descrevendo “artigos de uso doméstico e de ornamento”. Ao final do texto, consta que o estabelecimento também dispõe de “variado sortimento de muitos outros objetos que não pode enumerar no pequeno espaço deste anúncio”. Vale ressaltar ainda que o foco da peça publicitária está voltado para máquinas que eram utilizadas no beneficiamento de determinados produtos (arroz, açúcar, café, algodão, cana, milho, etc.). Indício demonstrativo de que esses equipamentos eram objeto de maior procura no mercado.

Em suma, o fato de a maior parte das medidas voltadas a dinamizar a agricultura não terem alcançado sucesso pleno em seus objetivos, não deve servir como pretexto para desconsiderar a sua importância histórica e seus impactos na sociedade como um todo. Independentemente se, em muitos casos, tenham se limitado a algumas poucas experiências e a resultados exíguos. Da mesma forma, a existência de um mercado voltado a atender as demandas por máquinas e instrumentos a serem aplicados na agricultura, também indica que o mundo rural no Brasil do século XIX não era tão rotineiro e atrasado como se relatava nas fontes. A agricultura brasileira estava longe de ser a mais arrojada do mundo, mas tinha lá seus dinamismos e peculiaridades.

Porém, este conjunto de reflexões não resolve o problema do nome mais apropriado para tratar e para produzir análises sobre as tentativas e práticas voltadas a dar a agricultura brasileira novos desenvolvimentos no século XIX. Nesse sentido, a análise das fontes indica que a palavra “modernização” não se adequa muito bem ao período. Ela praticamente não é utilizada. Sempre que o tema é objeto de discussão os termos mais empregados são “melhorar a agricultura” ou “melhoramento”.

Isto pode ser verificado desde o início até o final do século. No título e nas reflexões desenvolvidas por José Gregório de

Moraes Navarro (1799, p. 19-20), a palavra “melhoramento” ocupa lugar de destaque. Para Navarro, poucas eram as “coisas” que deveriam ser introduzidas no Brasil para torna-lo “o país mais rico, e mais afortunado de todo mundo!”. Dentre elas, destaca: o “uso do arado, e das fornalhas de nova invenção; a conservação das árvores úteis, e necessárias, a plantação das que forem deste Reinos, a criação de gado lanisco [lanígero].” Este conjunto de introduções, segundo Navarro, compreenderia todo “o plano do **melhoramento**, e da reforma da agricultura no Brasil.”¹⁴

De maneira semelhante, em 1801, José Ferreira da Silva (1801, p. 5) introduz as discussões que faz ao longo do seu “Manual Prático do Lavrador” como sendo voltadas a apresentar “as mudanças que me pareceram convenientes, e necessárias, para o **melhoramento** da cultura das terras.” Não muito distante de Navarro e Ferreira da Silva, em 1810, José da Silva Lisboa (1810, p. III, 7, 18, 30 e 44), produz livro destinado a apresentar as “reformas” e os “melhoramentos” proporcionados pelas medidas adotadas por sua Majestade Real e orientadas pelos “liberais princípios da nova legislação do Brasil”. A agricultura, os “melhoramentos” introduzidos e que deveriam ser desenvolvidos futuramente neste ramo de atividade são objeto de atenção especial de Silva Lisboa (Visconde de Cairú).

O mesmo pode ser verificado nas produções da década de 1820, por exemplo, no “Memórias econômico políticas sobre a administração pública no Brasil” de Antônio José Gonçalves Chaves (1823). Ainda nessa linha, algumas décadas mais tarde, em 1834, o naturalista autodidata Antônio Muniz e Souza (1834, p. 98), justifica a importância de seus escritos sob a alegação de que buscava atuar para “o melhoramento do Brasil”. Neste caso, a agricultura, as

¹⁴ A partir daqui os grifos na palavra “melhoramento” são meus.

práticas agrícolas e as relações sociais e culturais que caracterizavam o universo agrário por onde passou ao longo da viagem que realizou da Bahia ao Rio de Janeiro em 1823, bem como nos itinerários que percorreu no interior de outras províncias (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro) são objeto de atenção especial das análises e das críticas de Muniz e Souza.

Ainda na década de 1830, Carlos Augusto Taunay (1839, p. 8), indicava que o seu “Manual do Agricultor Brasileiro” foi escrito com o intento de suprir “a falta quase absoluta de guia e livros” para orientar os agricultores no Brasil. Assim e segundo seu entendimento, enquanto “a legislatura, o governo e as Comarcas Provinciais se não ocupam com a devida atenção do **melhoramento** da arte que sustenta e enriquece o Estado”, o seu manual seria de grande importância para apresentar métodos e técnicas mais eficientes ou voltadas a aperfeiçoar aquelas que vinham sendo até então tradicionalmente empregadas. Uma década mais tarde, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (1847, p. 28), no “Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro”, não deixa de usar a palavra “melhoramento” com o mesmo sentido que os autores já apresentados empregavam. Para abordar alguns assuntos, por exemplo, ao tratar sobre a produção do açúcar no Brasil, escreve que ela “tem sofrido diversas vicissitudes sem **melhoramento**”.

Em 1859, Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1997), publica o “Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio para melhorar o clima da província do Ceará”. Neste caso, além de estabelecer uma crítica direta aos métodos tradicionalmente utilizados na agricultura brasileira e seus impactos nocivos à natureza, ele também desenvolve e apresenta uma série de meios que poderiam ser utilizados para “melhorar” o clima e, conseqüentemente, “melhorar” a agricultura. Em 1860, as coisas não mudam

muito e, ao longo do seu “Notas Estatísticas sobre a produção agrícola”, Sebastião Ferreira Soares (1860, p. 51, 104, 116, 143, 189, 225, 322-324), apresenta uma série de medidas que vinham sendo tomadas ou que poderiam ser executadas com o intento de dinamizar a agricultura brasileira. Ganha destaque o incentivo, emprego e aplicação de “melhoramentos” voltados a aperfeiçoar a produção, escoamento e beneficiamento de diferentes gêneros da agricultura.

Também nessa década, o padre Antônio Caetano Fonseca (1863, p. 4), escrevia que diante da inércia dos legisladores em desenvolverem medidas e projetos para tratar da matéria, estava nas mãos dos próprios agricultores “os meios de alcançarmos alguns **melhoramentos** para a agricultura”. Na mesma toada, no início dos anos 1870, Theodoro Peckolt (1870, p. 60) ao discutir a escravidão no seu extenso “História das plantas alimentares e de gozo do Brasil” (livro produzido em 5 volumes), anotava que enquanto o trabalho escravo perdurasse “os métodos de cultura no Brasil não sofrerão grande **melhoramento**.”

A recorrência com que o termo foi aplicado não deve significar que ele tenha sido sempre empregado com o mesmo sentido ao longo do tempo. Seu conteúdo varia de acordo com a época e com a perspectiva de análise adotada. Para citar um exemplo, para alguns escritores (Carlos Augusto Taunay e Jean Baptiste Imbert) melhorar a agricultura passava pela adoção de formas mais brandas de tratamento da escravaria, mas, para outros (Theodoro Peckolt e André Rebouças), não existia possibilidade de melhorar a agricultura no Brasil mantendo a escravidão.

Todavia, a partir da década de 1870 é possível verificar em algumas análises a proposição de que deveriam ser introduzidos na agricultura brasileira métodos e ferramentas “modernos”. Algo presente nas reflexões desenvolvidas por André Rebouças (1988, p. 52) a respeito da agricultura nacional. Em diferentes momen-

tos ele chama atenção para a necessidade de que o Brasil adotasse “processos mais modernos”, especialmente no sentido de dar aos produtos da agricultura “o máximo de valor mercantil”. Para este autor, a eficiência completa dessas medidas estava diretamente atrelada a execução de algumas mudanças: extinção do trabalho escravo, subdivisão das grandes propriedades, incorporação dos métodos da química agrícola, estabelecimento de uma complexa divisão social do trabalho sustentada no trabalho livre, expansão da rede bancária e outras medidas mais, apresentadas e desenvolvidas ao longo de sua obra.

Por sua vez, isso não significa que a palavra “moderno” e suas variantes estavam ausentes na produção anterior. É possível localizá-las, mas não eram usadas para tratar dos processos que hoje em dia tranquilamente identificaríamos como “modernização” ou, como tentativas de “modernização” da agricultura. No geral, quando eram utilizadas, tais palavras buscavam apenas ressaltar a novidade de algo. Emprego muito fiel a definição dicionarizada do termo “moderno” que é descrito como sinônimo de “novo”, de “algo recente”, “de pouco tempo”. Além disso, não há registro para o verbete “modernização” nos dicionários da época, mas a palavra “melhoramento” não só está presente como é apresentada como sinônimo de “progresso” e “adiantamento” (Ver: (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1813 e PINTO, 1832). Portanto, o período tinha um nome próprio para tratar dos processos e medidas voltadas ao aperfeiçoamento da agricultura: melhoramento. Logo, não há por que não o usar nas análises sobre o assunto.

No que diz respeito as mudanças que aconteceram a partir de 1870, muito diretamente elas estavam atreladas ao fato de que este foi um momento de rupturas e inovações em diferentes esferas da sociedade (política, cultural, intelectual, etc.). Como a historiografia tem demonstrado, trata-se de uma época em que as “ideias

estavam em movimento” (ALONSO, 2002). Em que uma nova geração de intelectuais, em algum sentido “mais modernos”, passou a imprimir novos direcionamentos as interpretações e leituras feitas sobre o Brasil, bem como a usar novas palavras e teorias para desenvolvê-las.

Assim e diante destas reflexões, embora alguns estudiosos do tema venham tratando de estudar a “modernização da agricultura” no século XIX (EISENBERG, 1977; FRAGOSO, 1986 e HENRIQUES, 2011, por exemplo), considero que o termo “melhoramento” seja mais apropriado para tratar da questão. Quanto ao seu significado, em partes foi apresentado a partir da demonstração dos usos a que foi submetido na literatura da época acima comentada. Porém, ainda é importante destacar que originalmente é uma derivação/tradução da palavra “improve” de origem inglesa e que teve grande uso no contexto da Inglaterra a partir do século XVI.

Segundo Ellen Wood (2001, p. 88), há uma proximidade muito grande entre o melhoramento da agricultura inglesa, o desenvolvimento do capitalismo e sua expansão para outros contextos nacionais. No início (século XVI), melhoramento da agricultura significava principalmente fazê-la mais lucrativa. Porém, com o passar do tempo, mais detidamente a partir do século XVII, a palavra foi tomando significados mais gerais, tais como “conhecemos hoje”. Nessa caminhada, ela chega ao século XVIII e XIX mais abrangente, não se referindo apenas ao emprego de métodos e técnicas destinadas a aumentar a lucratividade da produção, mas adotando também “o significado mais amplo de ‘tornar algo melhor’” (WILLIAMS, 2007, p. 277).

Trata-se, portanto, de um momento em que os processos de melhoramento da agricultura passam a ser identificados com a aplicação de conhecimentos científicos e com os “novos avanços nas técnicas de cultivo, ou até de refinamentos e aperfeiçoamentos



dos antigos” (WOOD, 2001, p. 89). Traço muito visível no Brasil do oitocentos, pois os debates sobre o uso do conhecimento científico para promover o melhoramento da agricultura são recorrentes e profícuos. Além disso, deram lastro e serviram de justificativa para as diferentes iniciativas tomadas pelo Estado e por algumas entidades de cunho privado, as quais tinham por foco popularizar a ciência no Brasil, especialmente por meio da expansão da chamada “instrução rural”. Tema que ocupou atenção detida do MACOP ao longo de sua existência.

De todo modo, o novo alcance que a palavra “melhoramento” adotou a partir do século XVIII, e no XIX, não significou que a busca pelo lucro foi desconsiderada por completo. Nas fontes aqui analisadas, as propostas de melhoramento da agricultura invariavelmente são justificadas sob o argumento de que sua execução redundaria no aumento da riqueza, seja dos agricultores, seja do país como um todo. Outro traço muito comum nessa literatura, e para o qual Wood também chama atenção, é o de que imbricado a ideia de melhoramento também estava presente a defesa da noção de propriedade da terra como algo particular e exclusivo. Nas obras em análise isso fica muito visível nas críticas que eram tecidas ao caráter itinerante que caracterizava a agricultura brasileira e a falta de rigor no estabelecimento das fronteiras entre as propriedades. Elementos que somados aos outros que vêm sendo apresentados neste texto, a partir de diferentes critérios e leituras, estão presentes em quase toda essa literatura, sendo invariavelmente apontados como causas do “atraso” da agricultura brasileira.

Quanto as “origens” do emprego do termo no Brasil, já foi destacado seu uso em 1799 na obra de José Gregório de Moraes Navarro. Evidentemente que antes disso ele já havia sido utilizado, mas a virada do século XVIII para o XIX, como já foi registrado, parece ter sido um momento frutífero em termos da produção de

discussões sobre a agricultura e sobre seu melhoramento, seja aqui no Brasil, seja em Portugal. Várias foram as providências adotadas neste sentido, por exemplo, a constituição da Casa Literária do Arco do Cego em 1799 e a promoção e fundação de medidas e instituições voltadas a promover o desenvolvimento de pesquisas na área de agricultura, tais como o Jardim Botânico de Belém do Pará criado em 1796.¹⁵

Estas ações, por seu turno, não ocorreram de forma isolada, pois estavam inseridas dentro de uma processualidade histórica mais ampla e antiga que nos remete a períodos anteriores com destaque para o pombalino.¹⁶ Vários fatores são demonstrativos desse movimento, como exemplo vale citar a constituição, em 1751, da “Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco da Bahia”, que funcionou até 1808 e que, juntamente com outras providências então adotadas, “representava o projeto da coroa portuguesa para o refinamento da exploração colonial” (NOVAIS, 2017, p. 1). Vale lembrar que, a partir de 1808 com a transferência da Corte, novas deliberações passam a ser tomadas com este mesmo sentido.

No caso específico da Casa Editorial do Arco do Cego, é importante ressaltar o papel que desempenhou – ou tentou desem-

¹⁵ Juntamente com a Tipografia do Arco do Cego, de acordo com Nívia Pombo (2010, p. 58-59) este jardim botânico foi criado sob a inspiração de que a agricultura era um “instrumento do reerguimento econômico e de promoção da felicidade dos povos”. Trata-se de uma “crença disseminada pela ilustração” e de um momento em que Portugal realizava uma série de reformas, as quais tinham como fito promover sua “maior aproximação intelectual e cultural com o restante da Europa” (POMBO, 2010, p. 53). Por sua vez, esta visão sobre a agricultura e sobre seu lugar no desenvolvimento de uma nação, no caso do Brasil, continuou muito presente na produção intelectual realizada ao longo do século XIX (Ver: LOURENÇO, 2001). Dessa forma, estamos diante de uma crença partilhada em diferentes contextos e que ganhou expressão particular na ideia da vocação essencialmente agrícola do Brasil, com a qual lidamos até os dias de hoje.

¹⁶ Para Raymundo Faoro (1992, p. 10), as reformas pombalinas se constituem em um conjunto de medidas que conformam a pedra sobre a qual “formou-se a base, nunca abalada, de todas as modernizações brasileiras”.

penhar, visto que não teve grande sucesso na empreitada (WEGNER, 2004) – na divulgação de conhecimentos científicos para um público mais amplo e principalmente na perspectiva de fomentar a produção de estudos voltados a dinamizar a produção agrícola no reino e nas suas colônias (Ver: GAOLLOWAY, 1979, POMBO, 2013 e 2018 e CARDOSO, 1988). Duas publicações se destacam nesse contexto, as já citadas “O Fazendeiro do Brasil” e o “Compêndio de Agricultura”, cujo objetivo era munir os agricultores de conhecimentos que garantiram o melhoramento da agricultura. Outro traço característico destas duas obras é que parte significativa de seu conteúdo é composta de textos traduzidos do inglês para o português.¹⁷ Traço que pode ajudar a compreender a presença corrente da palavra “melhoramento” na literatura de origem portuguesa, bem como sua aplicação no Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Do mesmo modo, mais algumas circunstâncias atuam nessa perspectiva: i) o fato de que o tema do melhoramento da agricultura vinha sendo discutido e aplicado na Inglaterra desde o século XVI e que em vários casos a experiência inglesa serviu de modelo para outras nações; ii) o interesse muito presente em Portugal do período em se aproximar da realidade cultural e intelectual de outras nações europeias (Ver: POMBO 2010); iii) o conjunto de obras

¹⁷ No caso do Compêndio, os seus cinco volumes são compostos de textos versados do inglês para o português de “várias memórias, e cartas oferecidas a Sociedade de Bath”. Trata-se de uma entidade privada fundada na Inglaterra em 1824 e que tinha entre seus motivos discutir temas relativos a ciência, arte, agricultura, filosofia e outros mais. Esta instituição ainda está em funcionamento sob o nome de “Bath Royal Literacy and Scientific Institution” (ver: <https://www.brsls.org/about-us/history>). Por sua vez, o projeto do “Fazendeiro do Brasil” era mais amplo, pois também veiculava textos de outras origens nacionais. Como consta no seu título, era constituído de traduções de textos “segundo o melhor que se tem escrito a este assunto”. No mesmo sentido, o “Manual Prático do Lavrador” de José Ferreira da Silva (1801), que faz parte do rol de fontes analisadas nesta pesquisa, foi editado pela Casa Editorial do Arco do Cego, e é uma obra traduzida do francês para o português.

traduzidas do inglês para o português e publicadas pela Casa Editorial do Arco do Cego, iv) as conhecidas relações de proximidade entre a coroa portuguesa e inglesa, as quais se tornaram ainda mais fortes após a invasão napoleônica da península ibérica e ganham um tom particular no pós-independência e, por fim, v) a recorrência dos temas que articulavam os debates e as interpretações que organizavam as narrativas sobre a agricultura no Brasil ao longo do período.

Por fim, no que se refere ao século XIX, as discussões e assuntos até este momento apresentados são alguns dos principais temas presentes nos debates sobre a agricultura brasileira, sua produtividade, o estágio de desenvolvimento a que havia chegado e que poderia chegar. Todos os autores aqui citados concordavam que, comparativamente a outros países (Estados Unidos, França e Inglaterra principalmente), o Brasil estava “atrasado” e que medidas deveriam ser adotadas para reverter esse desenho. Esta interpretação também é recorrente no contexto dos relatórios do MA-COP. Porém, seja no universo da literatura produzida ou mesmo no interior do Ministério da Agricultura, é verificável que muitas discordâncias existiam no que diz respeito aos meios que deveriam ser usados para superar o “atraso”, bem como sobre os seus motivos.

Para alguns não seria possível melhorar a agricultura com a manutenção do trabalho escravo (Soares e Rebouças), para outros, o fim da escravidão poderia significar a ruína completa da “decadente” e “atrasada” agricultura brasileira (Taunay e Fonseca). Alguns entendiam que melhorar a agricultura passava pela introdução de equipamentos e máquinas “modernos”, tais como o arado e diferentes mecanismos (Navarro e Rebouças). Entretanto, outros consideravam que as terras brasileiras não eram apropriadas para o uso do arado e que a produtividade de seu principal gênero – o



café – estava diretamente atrelada a existência de terras virgens e as possibilidades de expansão em direção a elas (Werneck).

Alguns consideravam que a solução dos problemas da agricultura passava por “instruir” os agricultores e seus filhos, portanto, postulavam que o Império deveria investir seus esforços na construção de escolas, institutos e instituições voltadas a este fim e a difusão da ciência. Neste caso, vale registrar que há uma concordância quase que generalizada de que a instrução seria um dos principais caminhos para garantir o melhoramento da agricultura. Contudo, isso não anulava o entendimento de que, devido a problemas de raça, clima e de natureza, alguns setores da população pouco seriam afetados pela instrução, especialmente a de nível superior. Portanto, tais pessoas, segundo a ótica dominante, deveriam ser treinadas em determinadas atividades práticas de modo a executá-las com maior eficiência.

Por fim, parte significativa da população nacional, envolvida ou não com a agricultura, em sua maioria era formada por pessoas – para usar um termo da época – “sem instrução”; eram analfabetos, ocupavam posições subordinadas na excludente estrutura social do Império, viviam em locais distantes dos centros de discussão e dificilmente tinham acesso as escassas escolas existentes. Além disso, tinham problemas maiores a resolver do que pensar em termos de incorporar métodos e práticas mais modernos de produção. O principal, sem grandes dúvidas, era garantir sua existência e sobrevivência numa sociedade escravista e profundamente desigual em seu funcionamento.

Creio que este conjunto de fatores, somados ao desenvolvimento de planos, projetos e políticas voltados diretamente a atender os interesses da grande lavoura ajudam a conhecer o que era e como funcionava a agricultura brasileira no século XIX, bem como a entender os termos utilizados para defini-la. Na mesma di-

reção, a estes fatores também se deve a baixa eficácia dos processos postos em curso e que tinham como fito o melhoramento. Isso não significa, contudo, que necessariamente a agricultura brasileira em seu todo era “atrasada”. A realidade era bem mais dinâmica e complexa, mas este é tema para uma discussão futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira**. No tríplice aspecto: político-social-econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

AZEVEDO, Dannylo de. **O Fazendeiro do Brasil**. Manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**: o templo carioca de Palas Atena. Tese (Doutorado História das Ciências). Programa de Pós-graduação em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BATH ROYAL LITERARY AND SCIENTIFIC INSTITUTION. <https://www.brlsi.org>.

BEDIAGA, Begonha. Revista Agrícola (1869-1891). Sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 29, n. 49, p. 169-195, jan./abr., 2013.

BIBLIOTECA NACIONAL. Almak do Jornal do Agricultor (RJ) – 1866-1899. <http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=706353>. Consulta realizada em 27 de abril de 2020, às 10:00 horas.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos

séculos XVII e XVIII. Bauru: Edusc, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino:** aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo: Hucitec, 1987.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

CAPDEVILLE, Guy. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 172, p. 229-261, set./dez., 1991.

CARDOSO, José Luís Miranda. **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808).** Tese (Doutorado em Economia). Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988.

CHECCHIA, Cristiane. **Terra e Capitalismo:** a Questão Agrária na Colômbia (1848-1853). São Paulo: Alameda, 2007.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil.** Porto Alegre: Companhia União de Seguros, 1978.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105-170, 1968.

DIAS PAES, Mariana Armond. **Escravidão e direito:** o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888). São Paulo: Alameda, 2019.

DINARTE, Sylvio (Alfredo Maria Adriano d'Escragolle Taunay). *Céus e terras do Brasil:* cenas e tipos, quadros na natureza, fantasia. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1882.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



ESGUERRA, Jorge Carnizares. Screwing Humboldt and his hagiographers. **Medium**, 27 setembro, 2019. Disponível em: <https://medium.com/@jorgecarnizaresesguerra/screwing-in-two-positions-82c2cc5b09db>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 6, n. 14, p. 7-22, 1992.

FARIA, Sheila de Castro. Modernização. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 537.

FERRARO, Mário Roberto. O papel da Revista Agrícola no processo de modernização da agricultura paulista no final do século XIX. **10º Encontro Nacional de História da Mídia**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 03 a 05 de junho de 2015.

FONSECA, Antônio Caetano. **Manual do Agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mista destes gêneros nas terras cansadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado; e um pequeno tratado de medicina doméstica para os fazendeiros. Seguido de uma exposição sobre a cultura do algodão herbáceo pelo Padre Antônio Caetano da Fonseca**. Agricultor na província de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, nº 12, p. 125-150, mar./ago. 1986.

GALLOWAY, J. H. Agricultural Reform and the Enlightenment in Late Colonial Brazil. **Agricultural History**, Vol. 53, No. 4, p. 763-779, Oct., 1979.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1,



1988, p. 5-27.

GUIMARÃES, Elione. **Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)**. Niterói: Eduff, 2009.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. A moderna agricultura no final do século XIX em São Paulo: alguns aspectos. **História (São Paulo)**, São Paulo, vol. 30, n. 2, p. 359-380, ago./dez., 2011.

IMBERT, Jean-Baptiste Alban. **Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros generalizado às necessidades médicas de todas as classes**. Segunda Edição. Tomo I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839.

ISRAEL, Jonathan. **A Revolução das Luzes: o Iluminismo Radical e as origens intelectuais da Democracia Moderna**. São Paulo: Edipro, 2013.

_____. **Iluminismo Radical: A filosofia e a Construção da modernidade (1650-1750)**. São Paulo: Madras, 2009.

KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. **Revista de História**, São Paulo, n. 172, p. 243-277, jan./jun., 2015.

_____. (Org.). **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

LAEMMERT, Eduardo von. **Almanaque administrativo, mercantil e industrial da corte e da capital da província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1874.

LAHMEYER LOBO, Eulália Maria. O Estado e a política agrícola no Brasil no século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 2, n. 3, março 1982.

LAMBERG, Maurício. **O Brasil ilustrado com gravuras**. Rio de Janeiro: Tipografia Nunes, 1896.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **A Pesquisa em História da Agricultura no Brasil – questões, métodos e fontes**. Rio de Janeiro: FGV, 1976.

_____. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 165-184.

____. Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Volume 7, Número 1, p. 104-112, abril de 1999.

____; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira – Debates e Controvérsias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LISBOA, José da Silva. **Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura Ilustrada**. Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Unicamp, 2001.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.855-880, out.-dez. 2009.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **O Rural à la Gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

____. **Direito à terra no Brasil**. A gestação do conflito (1795-1824). São Paulo: Alameda, 2009.

____. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Niterói: EDUFF, 2008.

____; GUIMARÃES, Elione. **Propriedade e disputas: fontes para a história do oitocentos**. Niterói: Eduff; Guarapuava: Edunicentro, 2011.

MORAES, Ignácio Paulino de. **Compêndio de agricultura resumido de várias memórias, e cartas oferecidas a Sociedade de Bath**. Traduzidas do Inglês debaixo dos auspícios, e ordem de sua Alteza



Real o Príncipe Regente N. S. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego, 1801.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas.** Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCXCIX (1799).

NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 7, p. 105-118, 1984.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Experiências agrícolas na Bahia do século XVIII. **XII Congresso Brasileira de História Econômica & 13 Conferência Internacional de História de Empresas.** Niterói, 28, 29 e 30 de agosto de 2017.

NUNES, Maria de Fátima. **Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de “sciencia agricola” em Portugal.** Lisboa: Estar Editora, 2001.

PÁDUA, José Augusto. “**Um sopro de destruição**”: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. “Cultura esgotadora”: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Império. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 134-163, 1998.

PECKOLT, Theodoro. **História das plantas alimentares e de gozo do Brasil, contendo generalidades sobre a agricultura brasileira, a cultura, uso e composição de cada uma delas.** Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz.** Na Typographia de Silva, 1832.

POMBO, Nívia. **O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados.** Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. O Fazendeiro do Brasil, de frei Veloso, e a economia rural da América portuguesa (1798-1806). In: SILVA, Bruno; FURTADO,

André Carlos (org.). **Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII-XX)**. Curitiba: CRV, 2018.

____. As “riquezas do mundo” – Cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará (1790-1803). **Navigador: Subsídios para história Marítima do Brasil**, vol. 6, n. 11, 2010, p. 52-60.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRIORI, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RAMINELLI, Ronald. Frei Mariano Veloso. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 249-250.

REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional. Estudos Econômicos: propaganda abolicionista e democrática**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.

SILVA, Antônio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, José Ferreira da. **Manual Prático do Lavrador, com um tratado sobre abelhas, por Chabouillé, traduzido do francês por ordem de S. Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor por José Ferreira da Silva natural de Santa Luzia do Sabara**. Lisboa: Tipografia Chalcográfica e Literária do Arco do Cego, MDCCCI (1801).

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, Marcio Antônio Both da Silva. **Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1925)**. Niterói: Eduff, 2011.

____. Sob o riso de Mefisto. História Agrária no Brasil: tragédias e esquecimentos. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 288-307, jan.-abr., 2020.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo:



Brasiliense, 1990.

SOARES, Luiz Carlos. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da Ciência Estatística no Brasil do século XIX. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 27 a 31 de julho de 2015.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1860.

SOUSA, Antônio Muniz de. **Viagens e observações de hum brasileiro, que, desejando ser útil a sua Pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus Patrícios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas á nação brasileira**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1834.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. **O fazendeiro do Brasil melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto**. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1806.

VIANNA, Oliveira. **História social da economia capitalista no Brasil**. Vol. I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: UFF, 1987.

ZARTH, Paulo. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijui, 2002.

_____. **História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Unijui, 1997.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 11 (suplemento 1), p. 131-40, 2004.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a fun-**

dação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1847.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WULF, Andrea. **A Invenção da Natureza.** A vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Crítica, 2019.